



**L.C.
BRESSER
PEREIRA**

DESENVOLVIMENTO E CRISE NO BRASIL

**1930
1967**

Prefácio
de
**BARBOSA
LIMA
SOBRINHO**



ZAHAR

EDITORES

DESENVOLVIMENTO E CRISE
NO BRASIL
Entre 1930 e 1967

L. C. BRESSER PEREIRA

DESENVOLVIMENTO E CRISE
NO BRASIL
Entre 1930 e 1967

Prefácio de
BARBOSA LIMA SOBRINHO
da Academia Brasileira de Letras

ZAHAR EDITORES
RIO DE JANEIRO

© 1968 by L. C. Bresser Pereira

capa de
ENICO

1968

Direitos para esta edição adquiridos por
ZAHAR EDITORES
Rua México, 31 — Rio de Janeiro

Impresso no Brasil

ÍNDICE

PREFÁCIO, BARBOSA LIMA SOBRINHO	7
INTRODUÇÃO	11
Capítulo I — O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO	15
<i>O Conteúdo deste livro</i>	20
<i>A Revolução Nacional Brasileira</i>	22
Capítulo II — DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	28
<i>O Início da Revolução Industrial Brasileira: 1930-1939</i>	30
<i>A Segunda Guerra Mundial: 1940-1945</i>	35
<i>O Decênio do Pós-Guerra: 1946-1955</i>	38
<i>A Consolidação do Desenvolvimento Industrial: 1956-1961</i>	43
<i>Um Modelo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro</i>	53
<i>O Modelo de Desenvolvimento</i>	70
Capítulo III — DESENVOLVIMENTO SOCIAL...	74
<i>A Estrutura Social Tradicional</i>	77
<i>Novas Classes: os Empresários e os Operários...</i>	81
<i>Transformações na Classe Média</i>	83
<i>A Segunda Revolução Industrial</i>	90
<i>Superposição de Fases no Processo Social Brasileiro</i>	92
<i>Administradores e a Classe Média</i>	93
<i>Conclusão</i>	98

Capítulo IV — DESENVOLVIMENTO POLITICO 99

<i>As Lutas Ideológicas</i>	100
<i>Os Grupos Sócio-Econômicos e a Luta Ideológica</i>	106
<i>O Papel das Esquerdas</i>	109
<i>Fatos Novos Provocam Modificações Estruturais</i>	112
<i>Rompimento da Aliança entre a Esquerda e os</i> <i>Empresários Industriais</i>	118
<i>Reformismo X Conservadorismo</i>	120
<i>O Alarmismo e o Radicalismo</i>	122
<i>Conclusão</i>	126

Capítulo V — A CRISE BRASILEIRA 128

<i>A Crise Definida</i>	129
<i>Causas a Médio Prazo da Crise Econômica</i>	137
<i>Causas a Curto Prazo da Crise Econômica</i>	161
<i>Causas a Curto Prazo da Crise Política</i>	168
<i>Enquadramento Social e Ideologia do Governo</i> <i>Castelo Branco</i>	169
<i>O Empresário Industrial e a Crise Brasileira</i>	172
<i>O Governo Costa e Silva</i>	174

Capítulo VI — A VIABILIDADE DO DESENVOL-
VIMENTO CAPITALISTA PARA O BRASIL 183

<i>Desenvolvimento Auto-Impulsionado ou Não</i> ...	185
<i>Revolução Industrial e Falsa Analogia</i>	188
<i>Distorções Causadas pela Substituição de</i> <i>Importações</i>	190
<i>Teste Básico: Exportação de Manufaturados</i> ...	192
<i>Círculo Vicioso Estrutural do Subdesenvolvimento</i> <i>Brasileiro</i>	196
<i>Três Ideologias Capitalistas Possíveis</i>	201
<i>Nacionalismo Desenvolvimentista</i>	206
<i>Uma Avaliação das Lideranças</i>	211
<i>Conclusão</i>	214

PREFÁCIO

BARBOSA LIMA SOBRINHO

O PROFESSOR L. C. Bresser Pereira vem-se fazendo conhecido através de artigos importantes, divulgados em revistas especializadas do Brasil e do estrangeiro. O exercício permanente do magistério, ampliando-lhe a problemática e impondo a ordenação das idéias e a clareza da exposição, vale, realmente, como um programa, traçando rumos, exigindo pesquisas, alargando e aprofundando a informação bibliográfica. *Desenvolvimento e Crise no Brasil* resulta dessa conjunção de fatores, quando o professor se sente forçado a dilatar o seu campo de doutrinação, no afã de comunicar a um público cada dia mais numeroso o resultado de seus estudos e de sua meditação.

A preocupação fundamental do livro é a exposição do desenvolvimento *tout court*. Desenvolvimento como um contexto e não como um fenômeno setorial. Falar em desenvolvimento econômico não satisfaz a quem conhece as implicações sociais e políticas que acompanham, quando não precedem, o crescimento econômico, numa inter-relação estreita, em que os efeitos obtidos num setor não demoram em constituir-se causa, estímulo ou condição nos demais domínios do desenvolvimento global. O Professor L. C. Bresser Pereira não perde nunca de vista essa visão ampla do fenômeno, e o seu livro impressiona, nessa exposição, pela lucidez, pela clareza, pela precisão, pela segurança dos conceitos, constituindo, por isso mesmo, uma das melhores explanações que conhecemos do fenômeno do desenvolvimento econômico. São pági-

nas altamente didáticas, como sínteses que se fôssem apurando e cristalizando dia a dia, na regência de cátedras, sob a curiosidade exigente e vigilante de um auditório atento. Assinale-se que o autor não pretende ser um economista puro. Situa-se, de preferência, na confluência das Ciências Sociais, associando a Economia e a Sociologia para uma tarefa comum, em que as fronteiras das disciplinas autônomas se apagam, em benefício da explicação e da compreensão dos fenômenos.

Não poderia dizer que estou de acordo com todas as teses do livro. Também não entendo que uma concordância total seja condição para a presença de um prefaciador, presença que é, apenas, no caso, o testemunho de quem conhece de perto o autor e sabe da seriedade de seus estudos e da elevação de suas preocupações doutrinárias. Embora mais expositivo do que conclusivo, sente-se no livro que a dificuldade de concluir resulta menos do receio de afirmar do que da insuficiência dos elementos de que se pode dispor, num domínio em que as pesquisas são escassas e não raro precárias ou até mesmo temerárias. A história econômica e social do Brasil ainda deixa muito a desejar, limitada, quase sempre, à repetição de lugares-comuns e à apresentação de sínteses, em que se evidencia a superficialidade ou a ausência de dados indiscutíveis. Conhece-se muito bem a formação de nosso patriarcado rural em diversos de seus aspectos, sobretudo sociais. Mas escasseiam pesquisas mais sérias quanto à formação e expansão de nossa burguesia e de nosso proletariado, embora sobre explanações, não raro mais corajosas do que documentadas. Por sinal que já devemos ao Professor L. C. Bresser Pereira uma pesquisa meritória, quanto à origem étnica do empresariado nacional, na região paulista.

Deve ter custado ao autor, com o espírito de síntese que o caracteriza, não poder chegar, com os elementos reunidos, além das conclusões que ele próprio classifica como puramente afetivas, na falta de terreno mais seguro para o estaqueamento de verdades definitivas. Viu-se como que forçado a uma análise global da realidade brasileira, sem poder dissimular as contradições que a emaranham ou comprometem. Concluir seria como que resolver essas contradições. E como resolvê-las, sem entrar no domínio das adivinhações, se a variedade e complexidade das tensões deslocam para o campo

internacional uma decisão que quase já não nos pertence ou que cada dia se torna mais difícil e mais custosa?

Seja, por exemplo, o conflito entre *nacionalismo* e *colonialismo*. Começa a dúvida pela própria terminologia. O Professor L. C. Bresser Pereira, em certa passagem do livro, prefere a classificação de Héliu Jaguaribe, opondo *nacionalismo* a *cosmopolitismo*. Repugna-lhe o vocábulo *entreguista*, "que possui uma conotação valorativa evidente". Mas *cosmopolitismo* também inclui uma conotação desse tipo, num esforço para dourar a pílula, atribuindo-lhe um sentido universal quase edificante e meritório. Quando a verdade é que a opção não é entre o interesse nacional de um país determinado e o interesse do universo, mas apenas entre dois países ou entre duas economias, uma dependente, outra dominante. Para definir essa luta, *colonialismo* (como o próprio autor o faz na parte final do livro) é palavra muito mais precisa que *cosmopolitismo*, se se quer traduzir com ela o conflito ou o antagonismo dessas duas economias. O *entreguismo* definiria, nesse conjunto de interesses, a ação gratuita e intencional da alienação. Poderia em alguns casos não ser exata ou ser até mesmo injusta, mas em muitos outros tornar-se-ia insubstituível. *Colonialismo* traduziria a sujeição econômica, aceita voluntariamente como fórmula, se não de prosperidade, ao menos de resignação e dependência.

São fatos e realidades, que podem perfeitamente dispensar intenções agressivas, mas que também não devem ser omitidos ou desprezados. As conotações de valor só têm significação e força, diria o próprio La Palisse, se correspondem a uma realidade. Dissociadas dela, estiolam-se por si mesmas, desamparadas e inofensivas. Em contraposição, quando correspondem a fatos, impõem-se por si mesmas, inelutáveis e convincentes. Por isso mesmo foi que o Professor L. C. Bresser Pereira, cedendo ao desejo de reduzir o antagonismo às duas expressões, que lhe pareceram, de início, mais expressivas — *nacionalismo* e *cosmopolitismo* — acabou trocando os vocábulos e substituindo *cosmopolitismo* por *colonialismo*, fiel aos objetivos de lealdade e de sinceridade, que constituem a tônica e o mérito de sua lúcida e brilhante exposição.

Rio, janeiro de 1968

Introdução

A DECISÃO de escrever este livro partiu de uma indagação que não é minha, mas de todos aqueles que, como espectadores ou atôres, têm participado e vivido este período da história brasileira politicamente conturbado, econômica e socialmente revolucionário, rico de ensinamentos, pleno de contradições e incógnitas, que tem início em 1930 e se estende até o dia de hoje. A indagação é tão simples quanto é difícil a resposta. O que se deseja saber é, afinal, o que de fato ocorreu e está hoje ocorrendo no Brasil. Quais são os traços fundamentais, definidores, do processo histórico brasileiro contemporâneo.

A pergunta é sem dúvida ambiciosa. Não pretendemos tê-la respondido de forma cabal neste livro. Esperamos apenas ter fornecido mais alguns elementos para a discussão. E, para isto, tivemos, naturalmente, que nos colocar mais um grande número de perguntas. Eis algumas destas perguntas: Qual foi o modelo de desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil entre 1930 e 1961? Havia algumas alternativas para o processo de substituição de importações? Que papel tiveram empresários e Governo nesse desenvolvimento? E, afinal, como se define o desenvolvimento? Ocorreu ele realmente no Brasil? Que transformações sociais trouxe ele? Quais as novas classes ou estratos que surgiram? E os novos valores, as novas ideologias? Dentro do desenvolvimento político, o que representou o conflito entre industrialismo e agriculturalismo, entre nacionalismo e colonialismo, entre imobilismo e desenvolvimentismo? Essas ideologias implicavam a existencia de um

conflito entre os empresários industriais em ascensão e a aristocracia agrário-comercial? E que parte tiveram nesse processo os operários e os grupos de esquerda? Houve a tentativa da formação de uma frente única da esquerda e dos industriais progressistas? Até que ponto essa tentativa foi bem sucedida? Como funcionou o esquema de poder durante os anos trinta, quarenta e cinquenta? Qual a significação da união PTB-PSD? Quais foram os fatos novos que vieram destruir esse esquema? Como se explica o processo de radicalização e de alarmismo que precedeu a Revolução de 64? Houve realmente uma mudança de fase, a partir de 1961, na história do Brasil, tendo início a Crise Brasileira? Quais as características fundamentais dessa crise? E quais as suas causas? Estão entre elas as distorções do processo de substituição de importações, o desemprego, a concentração da renda, a redução dos salários reais, a falta de mercado, a capacidade ociosa, a realização de investimentos com uma tecnologia importada, a falta de oportunidade de investimentos, e a incapacidade desses investimentos, quando realizados, de absorver a mão-de-obra disponível? E a inflação onde entra neste esquema? Trata-se de uma causa ou uma consequência da crise? É inflação de demanda ou de custos? Suas causas são monetaristas ou estruturais? Existe realmente um círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro? Ou, então, na medida em que o Brasil já possui um parque industrial integrado, pode-se dizer que a fase da Revolução Industrial Brasileira já terminou, e que agora entramos na fase do desenvolvimento auto-impulsionado? Mas, afinal, existe desenvolvimento auto-impulsionado? E é legítima a analogia entre o desenvolvimento industrial brasileiro e dos países hoje industrializados? Além disso, se não terminamos ainda a Revolução Industrial Brasileira, qual será o grande teste da economia brasileira, pelo qual ainda ela não passou? E mais: quais as ideologias com possibilidade de vigência hoje no Brasil? Qual a ideologia da Revolução de 1964? Qual a sua potencialidade em relação ao desenvolvimento brasileiro? Até que ponto é possível a um Governo de tecnocratas e militares promover esse desenvolvimento? Qual o papel do imperialismo dentro desse esquema? E qual a alternativa dentro ainda do regime capitalista? O nacionalismo desenvolvimentista, por exemplo, será uma alternativa? Mas terá ele possibilidade de vigência?

Em outras palavras, qual a viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil? E, na hipótese de ser pequena essa viabilidade, pode-se pensar, em termos realistas, em uma solução de tipo socialista para o Brasil, ou então os obstáculos nesse sentido serão ainda maiores?

Estas são algumas das perguntas que procuramos formular e sugerir uma resposta neste livro. Evitamos sempre os pormenores, os casos particulares. Não fizemos história. Preferimos, ao invés, fazer uma análise interpretativa geral, em que o nível de abstração procurou sempre ser elevado, de forma que, embora pudéssemos errar nos casos particulares, devido às simplificações realizadas, no geral obtivéssemos um modelo explicativo dessa mesma realidade que fizesse sentido. Embora a análise, em alguns momentos, enfatizasse o aspecto econômico do problema, o que se explica não só em virtude de nossa formação profissional mais especializada nesse setor, mas também devido à importância desse aspecto, procuramos realizar sempre uma análise global, em que o enfoque sociológico e o da Ciência Política tivessem igual peso.

Como poderá ser observado pela leitura do índice, este livro divide-se em seis capítulos. No primeiro definimos o processo de desenvolvimento, e fazemos uma apresentação geral do desenvolvimento brasileiro, no segundo, terceiro e quarto, examinamos o desenvolvimento econômico, social e político ocorrido no Brasil entre 1930 e 1961. No quinto capítulo fazemos a análise da Crise Brasileira que, a partir de 1961, passa a caracterizar o Brasil tanto econômica, quanto política e socialmente. Finalmente, no último capítulo, perguntamo-nos sobre as perspectivas da sociedade brasileira e, mais especificamente, examinamos o problema da viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil, face ao círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro e à carência de lideranças aptas a conduzir o Brasil novamente à senda do desenvolvimento.

Outubro de 1967

L. C. B. P.

CAPÍTULO I

O Conceito de Desenvolvimento

O DESENVOLVIMENTO é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Na verdade, não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político; se o desenvolvimento social e político não fôr a um tempo o resultado e causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. As modificações verificadas em um desses setores terão sido tão superficiais, tão epidérmicas, que não deixaram traços. Um sistema social é constituído de relações tanto econômicas como sociais e políticas. E como a própria expressão "sistema" sugere, essas relações são interdependentes, de forma que, quando algumas relações sofrem alterações, as outras receberão necessariamente as influências das modificações havidas. Ora, quando falamos em desenvolvimento, temos sempre como objeto um sistema social determinado, o qual se localizará geograficamente

em uma região, um país, um continente. Será sempre, porém, um sistema social. Suas partes, portanto, serão interdependentes. Quando houver modificações reais na estrutura econômica, estas repercutirão na estrutura política e social, e vice-versa. Se a repercussão for pequena, se o crescimento da renda, por exemplo, não for acompanhado de transformações políticas e sociais, isto será sinal de que aquele crescimento da renda não foi significativo para o desenvolvimento, não podendo ser considerado como tal.

O desenvolvimento, portanto, é um processo de transformação global. Seu resultado mais importante, todavia, ou pelo menos o mais direto, é o crescimento do padrão de vida da população. É por isso que, geralmente, se usa a expressão "desenvolvimento econômico" como sinônimo de "desenvolvimento". No processo de desenvolvimento, o aspecto econômico é preponderante. Mas o setor político pode transformar-se, em determinados momentos, no foco dinâmico do processo de desenvolvimento, como, paradoxalmente, aconteceu nos países comunistas. Esses fenômenos, porém, revestem-se sempre do caráter de exceção. A regra geral é que o desenvolvimento tenha como aspecto dominante de seu processo a transformação econômica e como resultado por excelência o crescimento do padrão de vida da população no seio da qual ocorre o desenvolvimento.

Falamos, propositadamente, em padrão de vida e não em renda *per capita*. A melhoria dos padrões de vida, o aumento do bem-estar, este é um objetivo universalmente aceito pelas sociedades modernas. Torna-se, pois, muito mais significativo identificar-se o desenvolvimento com o aumento do padrão de vida. Por outro lado, embora a renda *per capita* seja uma medida do padrão de vida, é uma medida muito deficiente. Muitas vezes cresce a renda *per capita* sem que haja aumento do padrão de vida, a não ser para uma parcela mínima de privilegiados dentro da população. Quando isso acontece, é provável que não tenhamos transformações políticas e sociais, o crescimento da renda terá sido aleatório e instável, é certo que não poderemos falar em desenvolvimento econômico.

Para que ocorra realmente um processo de desenvolvimento, a melhoria do padrão de vida da população deverá tender a ser automática, autônoma e necessária. Essa melhoria será automática no sentido de que o processo de desenvol-

vimento econômico passará a se gerar a si mesmo. Quando, por exemplo, um país atinge o estágio do capitalismo comercial, o reinvestimento estimulado pelo lucro torna-se a regra, o desenvolvimento se automatiza. Quando atingimos a um estágio capitalista mais avançado, já de caráter industrial, o desenvolvimento tende a tornar-se não só automático, mas necessário, na medida em que o reinvestimento e o crescimento das empresas tornam-se uma condição de sobrevivência das mesmas. A tendência à autonomia do crescimento da renda, que geralmente caracteriza o desenvolvimento econômico, diz respeito ao fato de que, uma vez iniciado, o desenvolvimento tende não só a gerar-se a si mesmo de forma necessária, mas também a encontrar dentro de suas próprias fronteiras, especialmente em seu mercado interno, seus próprios fatores dinâmicos.

Concebido dessa forma restritiva, segundo a qual não só as transformações devem ser ao mesmo tempo econômicas, políticas e sociais, como também o resultado mais direto é o aumento do padrão de vida da população, e esse aumento é automático, autônomo e necessário, o conceito de desenvolvimento torna-se historicamente situado. Todas essas condições só se conjugam quando, em um determinado país ou região, as relações e as técnicas de produção adquirem cunho predominantemente capitalista ou socialista; quando o Governo da sociedade, a administração da produção e a própria convivência social deixam de ser regidos por critérios tradicionais e se enquadram no espírito do racionalismo; quando, finalmente, a riqueza social básica não é mais a terra, como é próprio dos sistemas econômicos tradicionais, ou mesmo as mercadorias, como acontece com o capitalismo comercial, e sim o capital investido em prédios e equipamentos destinados à produção, como acontece no socialismo e no capitalismo industrial.

Nesses termos, não tem sentido falar-se em desenvolvimento da Grécia antiga ou do Egito dos Faraós. Da mesma forma, não podemos falar em desenvolvimento do Brasil na época do ciclo da cana ou do ouro. Nesses momentos houve sem dúvida aumento de riqueza, o qual, todavia, beneficiou em regra a apenas uma elite. As transformações sociais e políticas decorrentes não se revestiram de maior importância, não chegando a mudar a estrutura social ou o sistema de poder

daquelas regiões, e faltou a esses aumentos de riqueza qualquer caráter automático, autônomo e necessário. Não houve portanto desenvolvimento, no sentido moderno da palavra, no sentido em que o estamos usando.

O desenvolvimento de um país tem em geral um princípio bastante definido. Na medida em que é um processo historicamente situado, surge apenas no momento em que o sistema econômico em que ele ocorre torna-se predominantemente capitalista ou socialista. Em uma sociedade ainda basicamente tradicional pode ocorrer um processo de crescimento econômico que fornece as bases para o posterior desenvolvimento. Foi o que ocorreu no Brasil, a partir de meados do século XIX até 1930. O desenvolvimento, porém, só começa a ocorrer quando a sociedade tradicional entra em crise, quando os critérios racionais começam a superar os tradicionais, quando o capital passa a ter mais importância do que a terra, quando a competência começa a sobrepor-se ao sangue, quando a lei se impõe aos costumes, quando as relações impessoais e burocráticas começam a substituir as de caráter pessoal e patrimonial, quando a sociedade bivalente de senhores e servos, de aristocratas e plebeus, começa a dar lugar a uma sociedade plural, quando o poder político deixa de ser o privilégio de uma oligarquia claramente definida e começa a se tornar cada vez mais difuso, quando a economia de base agrícola tradicional começa a dar lugar a uma economia industrial e moderna, quando a unidade de produção básica não é mais a família, mas a empresa, e depois não é mais a empresa familiar, mas a empresa burocrática, quando os métodos de trabalho tradicionais cedem lugar aos racionais, quando a produtividade e a eficiência se transformam em objetivos básicos das unidades de produção, e quando o desenvolvimento econômico se torna o objetivo das sociedades, quando o reinvestimento se torna uma condição de sobrevivência para as empresas, quando, enfim, o padrão de vida começa a aumentar de forma automática, autônoma e necessária.

Para que todo esse processo de transformação tenha início e comece a ocorrer o desenvolvimento econômico em uma sociedade, uma revolução política não é absolutamente necessária, embora na maioria das vezes acabe verificando-se. É essencial, todavia, que a classe dominante tradicional — geralmente uma oligarquia de caráter aristocrático — seja

substituída no controle político da sociedade por um grupo de classe média. Essa substituição será tanto mais rápida e completa quanto mais radical for a revolução política. A Revolução de Cromwell, na Inglaterra, ou a Revolução Brasileira de 1930, foram social e ideologicamente muito menos radicais do que a Revolução Francesa, ou a Revolução Russa de 1917. Consequentemente, a ascensão ao poder de grupos de classe média, naqueles países, e a perda do poder por parte da aristocracia, ocorreram de forma paulatina, enquanto nestes se verificou de um só golpe, especialmente no caso da Revolução Russa. Excepcionalmente o poder político pode não ser empolgado por um grupo de classe média, para que tenha início o desenvolvimento, e sim por uma facção decadente da aristocracia, como aconteceu no Japão. Na grande maioria dos casos, porém, o desenvolvimento será iniciado no momento em que o poder político estiver predominante ou exclusivamente nas mãos de um grupo de classe média constituído seja de empresários burgueses, seja de políticos ou militares nacionalistas, seja de políticos e intelectuais comunistas. No primeiro caso enquadram-se todos os países industriais da área capitalista, além de países que estão ainda nos primeiros passos do seu desenvolvimento, como o Brasil. No segundo caso temos países como a Índia, o Egito, o México. No terceiro caso estão os países comunistas. Naqueles países em que o desenvolvimento é iniciado por políticos e militares nacionalistas, o sistema econômico tende, durante um certo período, a ser indefinido. A propriedade privada dos bens de produção é admitida, mas o setor socializado da economia é grande. Depois de um certo tempo, porém, as tendências do sistema econômico em questão começam a se delinear em uma forma predominantemente capitalista, como aconteceu no México, ou predominantemente socialista, como sucede na Índia e no Egito.

A tomada do poder por um desses grupos de classe média — que, obviamente, à medida que se vão estabelecendo no poder vão-se transformando em classe alta — somada a uma série de outros fatores de ordem econômica que não cabe agora aqui discutir, dão o sinal de partida ao processo de desenvolvimento. Tem início, então, uma fase na história do país que tem sido chamada por uns de *Revolução Industrial*, para salientar a básica identificação do desenvolvimento com o pro-

cesso de industrialização, por outros de *Revolução Nacional*, especialmente quando se trata de um país colonial ou semi-colonial, que para iniciar seu desenvolvimento tem não só que colocar em segundo plano sua oligarquia tradicional como também desvencilhar-se do jugo de potenciais imperialistas, e por Rostow de *decolagem*, para dar ênfase ao rompimento com o estado de estagnação crônica que caracteriza as sociedades tradicionais.

O Conteúdo deste Livro

Nos três capítulos subseqüentes deste livro analisaremos alguns dos principais traços do que poderemos chamar indiferentemente de *Revolução Nacional* ou *Revolução Industrial Brasileira*, do processo de decolagem de sua economia, para o qual — se quisermos estabelecer datas, ainda que reconhecendo a relativa arbitrariedade das mesmas — poderemos localizar seu início na *Revolução de 30* e seu término no fim do Governo Juscelino Kubitschek.

No segundo capítulo examinaremos o desenvolvimento econômico, a partir de uma rápida análise das condições que propiciaram o início do desenvolvimento. Veremos então os principais fatores dinâmicos de ordem econômica que levaram ao desenvolvimento, especialmente os estímulos de ordem externa, o processo básico do desenvolvimento econômico brasileiro identificado com a industrialização e a substituição de importações, os processos auxiliares, como a inflação, o desequilíbrio regional, a reserva de mão-de-obra, a transferência de *know-how*, a formação de uma classe empresarial ativa, e finalmente os resultados do desenvolvimento, não só em termos de aumento de renda, mas também de inflação, endividamento externo, tendência à estatização e finalmente estagnação.

No terceiro capítulo estudaremos o desenvolvimento social do Brasil, as transformações básicas ocorridas em sua estratificação social, e particularmente a emergência de uma nova classe média formada de administradores de nível médio e de um sem-número de outras funções e profissões tornadas necessárias ao desenvolvimento industrial.

No quarto capítulo, examinaremos as transformações políticas ocorridas no País. Examinaremos as principais ideologias em conflito na fase de decolagem da economia brasileira e iremos um pouco mais adiante, examinando os principais fatos que vieram modificar o esquema ideológico e o sistema de poder que caracterizaram a política brasileira no pós-guerra. Veremos, então, como, a partir dos anos sessenta, as grandes batalhas ideológicas que até recentemente vinham marcando a vida política brasileira, como o nacionalismo contra o cosmopolitismo e o industrialismo contra o agriculturalismo, começam a se tornar lutas superadas, cedendo lugar ao reformismo em luta contra o imobilismo. Esses fatos ocorrem ao mesmo tempo que a tese da frente única da burguesia industrial e do proletariado começa a perder qualquer sentido. Examinaremos ainda o processo de radicalização política da direita e da esquerda, baseados ambos os grupos no alarmismo, que se transforma em instrumento de luta dos grupos radicais. Terminamos assim a análise do desenvolvimento brasileiro, depois de o havermos examinado sob seu aspecto econômico, social e político, de acordo com o postulado que estabelecemos inicialmente de que é a soma das transformações interdependentes ocorridas nesses três campos que configura o desenvolvimento.

No quinto capítulo faremos a análise do que chamamos de Crise Brasileira, do período que politicamente se inicia com a eleição e subsequente renúncia de Jânio Quadros e economicamente com a redução da taxa de desenvolvimento econômico e posterior regressão econômica que passa a ocorrer especialmente a partir de 62. Examinaremos então as causas a médio e a curto prazo da crise econômica e da crise política, entendidas as primeiras como aquelas que antecederam e as últimas como aquelas causas que sucederam o movimento armado de 64. Entre as causas a médio prazo da crise econômica distinguiremos aquelas de caráter personalista, determinadas pelas políticas dos governantes, e as causas estruturais, entre as quais salientaremos o esgotamento das possibilidades de substituição de importações, a falta de mercado, a capacidade ociosa, a limitação à capacidade de importar e a inflação aberta, todas levando, direta ou indiretamente, à falta de oportunidade de investimentos. Entre as causas a médio prazo da crise política examinaremos a renúncia de

Jânio Quadros, o Governo João Goulart, o significado da morte de Kennedy, a imaturidade das esquerdas, o alarmismo da direita e a influência da Escola Superior de Guerra. Na análise das causas a curto prazo da crise, examinaremos a política econômica do Governo, o agravamento da falta de representatividade e o enquadramento social do Governo Castelo Branco, definido como um Governo formado essencialmente por militares e tecnocratas oriundos da classe média tradicional. No sexto e último capítulo, faremos um breve reexame dos temas tratados anteriormente, procurando encontrar nêles os elementos que nos permitam proceder a uma análise das perspectivas que se abrem para a sociedade brasileira.

Antes de iniciarmos o estudo do desenvolvimento econômico, político e social, e da crise brasileira atual, examinemos, ainda neste capítulo, as linhas gerais das grandes transformações que, entre 30 e 60, se traduziram na Revolução Nacional Brasileira.

A Revolução Nacional Brasileira

O ano de 30 marca o início da Revolução Nacional Brasileira. O Brasil até então fôra um país tipicamente semicolonial. Com o processo de industrialização que então se inicia, encetamos nosso caminho rumo ao desenvolvimento. Por uma série de razões, entre as quais sobressaem as de ordem econômica, a nossa história dá uma guinada decisiva. Verifica-se então um processo acelerado de transformação. A história, depois de muitos anos de um desenrolar contínuo e uniforme, sofre um impacto e dá um daqueles seus típicos saltos para uma nova direção. Todos os campos são atingidos: o econômico, o cultural, o social e político. A nação inteira sofre um abalo profundo, cuja marca essencial é a crise violenta que se abate sobre o café e, portanto, sobre todo o nosso comércio exterior. Vemos um ruir de velhas estruturas, de antigos preconceitos, de classes esclerosadas, de privilégios arraigados.

No plano econômico as transformações são notáveis. Em primeiro lugar, notamos o rápido aparecimento de um mercado interno. É característica básica de uma economia semicolonial o não contar com um mercado interno. A grande maio-

ria da população, trabalhando no campo, encontra-se fora do mercado nacional, produzindo artesanalmente para seu próprio consumo, em condições miseráveis, de forma a não permitir que se possa falar em mercado interno. Este, que com o café e a abolição da escravidão tivera seu primeiro impulso, só em 30 tem oportunidade real de expandir-se. Em segundo lugar, observamos a rápida modificação da estrutura do mercado externo, especialmente no campo das importações. Como país semicolonial, exportávamos produtos primários em troca de manufaturas. O surto industrial, que então se verifica, permite-nos realizar rápida substituição de importações. Assim, hoje praticamente não mais importamos produtos manufaturados de consumo, produzidos agora no país. Por outro lado, a dependência de nossa economia, e portanto de nossa renda nacional, em relação à exportação, diminui de forma sensível. Nosso objetivo básico não é mais produzir para exportar (a preços extremamente baixos em relação aos das importações), mas produzir para consumir. Em terceiro lugar — observe-se que todas essas transformações estão ligadas e dependem sempre uma das outras — temos o desenvolvimento industrial, que hoje já alcançou a indústria pesada e a de equipamentos. Essa rápida industrialização, aliás, é a causa dominante das modificações desse período, enquanto o mercado interno é seu efeito fundamental. Em quarto lugar, verificamos a redistribuição de nossa renda nacional e seu extraordinário crescimento. O país deixa de ser basicamente agrário. Além da agricultura e do comércio, dois novos setores produtivos de renda nacional passam a figurar com importância crescente — a indústria e o Estado.

No plano social há uma transformação básica a ser analisada. Caracteriza a sociedade colonial a simplicidade de sua estrutura. A divisão do trabalho ainda é primária. A partir de 30 a diversificação da sociedade brasileira toma um novo e decisivo impulso. Antes dessa data nossa estrutura social apresentava duas classes básicas apenas: a dirigente, dos senhores de terra, intimamente ligada ao alto comércio exportador de café e importador de produtos manufaturados; e a dominada, constituída por um enorme subproletariado rural, vivendo em condições de extrema miséria. Entre a diminuta classe dirigente, totalmente alienada aos interesses estrangeiros, dos quais dependia, e a imensa classe dominada, encon-

tramos uma pequena classe média vivendo nas cidades — classe média essa de cunho parasitário, apoiada fundamentalmente no emprêgo público, já que o Estado, então, mais do que qualquer outra coisa, funcionava como agência de empregos e polícia, às ordens da oligarquia dominante. É essa a estrutura da sociedade brasileira da República velha, que alguns saudosistas incorrigíveis têm ainda a coragem de lamentar o desaparecimento.

A partir de 30 duas novas classes começam a se delinear com mais firmeza: a da burguesia industrial e a do proletariado urbano. Essas duas classes virão nos nossos dias marcar decisivamente a sociedade nacional. Por outro lado, a classe média expande-se rapidamente. Continua ainda em grande parte ligada ao funcionalismo público parasitário. O próprio Estado, porém, deixa sua atitude passiva, de mero instrumento de uma classe dirigente objetivando a ordem social, para participar de forma ativa, e afinal como seu principal elemento, do desenvolvimento nacional. E já nessa medida o funcionalismo deixa em grande parte de ser parasitário. Além disso, a classe média encontra na indústria, e em tôdas as novas atividades que a mesma permite surgirem, um campo ideal de trabalho. E assim, da mesma forma que boa parte do subproletariado rural ascende à categoria de proletariado rural, em condições de padrão de vida muito superior, também uma parte do antigo proletariado urbano já tende para classe média ou nela se instalou. Vemo-nos assim diante de um quadro nôvo da sociedade brasileira, que se completa com a entrada em decadência — embora ainda possua muita fôrça — da antiga classe dominante, a qual passa a lutar contra a ascensão das novas classes de forma cada vez mais consciente.

A análise dessas lutas, porém, já pertence a outro campo — o político, onde as transformações não são menos notáveis. O que caracteriza politicamente o Brasil semicolonial é o domínio de uma pequena oligarquia de senhores de terra, que tem na organização estatal e no capitalismo internacional, respectivamente, o seu principal instrumento e a sua maior razão de existência. No regime a um só tempo feudal e capitalista em que então vivíamos, o domínio político vai caber por definição ao proprietário da terra. Êste, necessitando compor-se com o simulacro de democracia que então vigora, usa do Estado não só para manter a ordem estabelecida, mas

também para ser seu instrumento político básico. Vigora então a chamada política de clientela, em que a classe dominante troca os votos do povo por promessas de recompensa, geralmente por promessas de emprego público. E o pequeno número de eleitores e seu caráter totalmente dependente da classe dominante tornam fácil a realização dessa barganha. Por outro lado, produzindo para exportar, em benefício direto do capitalismo internacional, que goza de todas as vantagens e deixa uma pequena parcela (embora perfeitamente suficiente para um alto nível de vida) para a oligarquia dominante, esta oligarquia conta com o apoio do capitalismo internacional. Em outras palavras: nosso sistema de produção e comércio interessava diretamente às nações industrializadas, que auferiam todas as vantagens da troca de produtos industrializados por primários. Por isso mesmo essas nações apoiavam, davam mão forte ao domínio da classe que dirigia esse sistema e lhe ofereciam algumas vantagens.

Com a Revolução de 30 a oligarquia perde o poder, entra em decadência. As classes sociais, conforme vimos anteriormente, que então se desenvolvem rapidamente, vão participar também do Governo, juntamente com as classes derrotadas em 30 e que se haviam apressado em aderir à nova ordem. E o que vemos então, através dos Governos de Getúlio, Dutra, Getúlio novamente, e Juscelino Kubitschek? Vemos Governos de compromisso, dos quais participam forças antagônicas, embora sejam marcados, em traços amplos, por uma linha de industrialização contínua, ainda que nem sempre muito bem definida. É isto porque a antiga oligarquia, embora derrotada, ainda continua detentora de enorme força econômica e política, não sendo possível uma política de franca oposição a ela.

Vai-se desenrolar então, a partir de 30, um drama, cujos contornos se irão definindo cada vez mais. De um lado, lutando por uma volta ao antigo regime, a agricultura latifundiária do café e o alto comércio ligado ao café ou diretamente ao capitalismo internacional, com o apoio da classe média parasitária ligada por laços econômicos e sociais (familiares mesmo) à antiga classe dominante. Do outro, o Governo, no qual, além de parte das referidas classes de oposição que aderiram para poder lutar por seus interesses em campos mais favoráveis, além desse grupo vamos encontrar a classe indus-

trial, a classe proletária e uma nova classe média. Como se vê, um Governo de compromisso, um Governo de composição instável, do qual Getúlio Vargas, apesar de seus inúmeros erros, será o genial coordenador e ao mesmo tempo o líder das correntes realmente renovadoras que nesse Governo existiam. Nesta análise em traços extremamente amplos que estamos fazendo, evidentemente, não cabe um exame da época getulista mais aprofundado. Bastam-nos agora essas idéias fundamentais. Getúlio Vargas foi um líder populista típico. Ao contrário de muitos outros líderes populistas, porém, foi suficientemente hábil para realizar a sua missão. Fêz um Governo de compromisso, soube conceder, mas não perdeu a visão de seu objetivo geral, como tantos fatos estão aí para comprovar, inclusive os resultados econômicos e sociais de seu Governo.

Mas continuemos esta rápida análise introdutória das transformações políticas verificadas no Brasil a partir de 30. Dessas forças que se entrechocam no primeiro Governo Vargas surgirão no fim da guerra os grandes partidos nacionais que a Revolução de 64 extinguiria. Esses não serão mais meros representantes de uma mesma classe social, a oligarquia dominante, como acontecia antes de 30. Em 45, quando volta a ordem democrática, os partidos que então se formam logo se definem, não obstante suas contradições e seu caráter hesitante. A UDN irá representar as forças derrotadas em 30, além da classe média parasitária a elas ligada. Suas características liberais, agrárias, tipicamente reacionárias tornam-se logo visíveis. Por outro lado, PTB e PSD saem diretamente da matriz getulista. O primeiro irá representar seu caráter mais novo e popular, constituindo-se em um amálgama de líderes sindicais e "pelegos" e de grande parte da nova classe média produtiva que então se formava. Apesar de suas inúmeras falhas, o PTB irá definir-se como partido de esquerda moderada. O PSD, por sua vez, será o representante das demais forças antagônicas que se formaram no Governo Vargas. Ainda que se possa notar nêle tendência para a industrialização e para o desenvolvimento econômico planejado, será o partido brasileiro híbrido por excelência, o partido de centro.

As transformações verificadas no plano cultural são também profundas. Fundamentalmente podem ser resumidas em

uma só: tomamos consciência de nós mesmos. Até então o Brasil não se conhecia a si mesmo. Da mesma forma que uma criança desconhece sua própria natureza, não tínhamos noção da realidade brasileira. Quando tomamos consciência de nós mesmos, vemo-nos diante do problema básico de nossa cultura, qual seja o profundo complexo de inferioridade colonial que a avassala. Julgávamo-nos racial e intelectualmente inferiores aos povos industrializados, sem a mesma capacidade de trabalho, de iniciativa e de êxito, derivando daí as três alienações básicas de nossa formação: a alienação cultural, a alienação institucional e a alienação econômica. A primeira se evidenciava no caráter transplantado e inautêntico de nossa cultura. Não pensávamos por nós mesmos, mas pela cabeça dos outros. Nossos livros mediam-se em qualidade e profundidade pelo número de citações. Pretendíamos conhecer o Brasil usando simplesmente, sem nenhum critério mais científico, as categorias da cultura estrangeira. A alienação institucional se caracterizava pela nossa insistência em transferir as instituições políticas estrangeiras para o Brasil, sem tomar em consideração as diferenças econômicas, sociais e naturais que o País apresentava. Finalmente, a alienação econômica importava na tentativa de copiar as práticas econômicas e financeiras dos grandes centros industrializados e na descrença em nossa própria capacidade de trabalho, especialmente em relação às grandes indústrias. Em todos esses anos a partir de 30, vamo-nos conhecendo melhor, perdendo esses complexos, encontrando-nos com a nossa própria realidade. E é nesse processo, cuja conclusão ainda está longe, que localizamos as grandes transformações culturais verificadas no Brasil.

CAPÍTULO II

Desenvolvimento Econômico

É SEM DÚVIDA a partir de 30, ou, se quisermos ser mais exatos, é no decorrer dos anos trinta que tem início a decolagem do desenvolvimento brasileiro, é nesta década que o Brasil entra propriamente na fase de sua Revolução Industrial. As transformações que irão ocorrer a partir desse momento, todavia, não surgem do nada. Embora, só a partir de 30 se verifique uma solução de continuidade no processo histórico brasileiro, que dá um salto para a frente, rompendo com suas bases agrárias, tradicionais e de caráter basicamente colonial, é certo que a decolagem da economia brasileira tem antecedentes bem definidos.

Estes antecedentes podem ser encontrados, em primeiro lugar, no desenvolvimento da cultura do café, que tem lugar no Brasil a partir de meados do século XIX. O ciclo do café tem características diversas do ciclo do açúcar ou do ouro. Entre elas a diferença fundamental, além da circunstância de o ciclo do açúcar e do ouro haverem ocorrido em pleno época colonial, está no fato de que com o café começa a ser usado em grande escala o trabalho assalariado, ao invés do trabalho escravo. Os grandes cafeicultores descobrem rapidamente que era mais econômico pagar pelo trabalho dos colonos, geralmente através de um sistema de meação, do que usar escravos, quando se tratava de produzir café. Surge,

assim, em grande escala no Brasil, fora dos centros urbanos, o trabalho remunerado, que permitirá a formação de um incipiente mercado interno. Abre-se uma brecha no sistema agrário tradicional brasileiro, de caráter semifeudal, com as fazendas constituindo-se em centros relativamente auto-suficientes no que diz respeito ao consumo de seus escravos e agregados. Desenvolve-se o comércio interno. Começam a surgir as condições básicas para a instalação de uma indústria nacional orientada para o mercado interno.

A importância fundamental do surgimento de um mercado interno, ainda que pouco desenvolvido, entre os antecedentes da industrialização brasileira está no fato de que esta só seria possível na medida em que este mercado interno existisse. A expansão da cultura e das exportações de café e a decorrente expansão do trabalho assalariado constituíram-se na causa básica da emergência desse mercado.

Decorrência do café e da necessidade do trabalhador remunerado foi também a imigração maciça ocorrida no Brasil a partir de meados do século passado. Esses imigrantes, com sua grande ambição e com seus conhecimentos técnicos, os quais, ainda que reduzidos, eram muito superiores aos existentes nas populações tradicionais brasileiras, viriam a se constituir em uma das bases da decolagem da economia brasileira.

Ainda no campo econômico, temos como antecedentes da Revolução Industrial Brasileira o desenvolvimento da indústria têxtil, a partir dos anos cinquenta do século passado; o surto industrial que ocorre nessa época é marcado pela figura de Mauá; a instalação de um sistema de transporte ferroviário, ainda que totalmente destinado a servir as necessidades da exportação e não as da integração econômica nacional; o aparelhamento da infra-estrutura econômica em geral do país (não só ferrovias, mas portos, usinas hidrelétricas, sistema de comunicações), tornado possível com a prosperidade trazida pelo café; a tentativa ainda que fracassada, por ter sido meramente especulativa, de se criar uma indústria nacional ocorrida logo após a proclamação da República, com o Encilhamento; e em especial a Primeira Guerra Mundial, que possibilitaria um extraordinário desenvolvimento da nascente indústria nacional.

No campo político e social, temos como antecedentes da Revolução Nacional Brasileira, entre outros fatos, o surgimento de uma classe média mais atuante a partir das três últimas décadas do século passado; a constituição do Exército Nacional, especialmente a partir da Guerra do Paraguai, como uma organização essencialmente de classe média, em oposição às origens aristocráticas da Marinha; a Proclamação da República, permitindo que durante uns poucos anos, até a eleição de Prudente de Moraes, a aristocracia agrária e comercial brasileira fôsse substituída no poder por grupos de classe média; e as revoluções que nos anos vinte abalam a Primeira República, evidenciando a insatisfação que grassava em amplas camadas da população brasileira, e que resultaria na Revolução de 30.

O Início da Revolução Industrial Brasileira: 1930-1939

A Revolução Industrial Brasileira tem início nos anos trinta devido à conjugação de dois fatores principais: a oportunidade econômica para investimentos industriais, proporcionada paradoxalmente pela depressão econômica, e a Revolução de 30.

O significado fundamental da Revolução de 30, que lhe confere uma importância extraordinária no quadro da história econômica, política e social brasileira, é o de ter apeado do poder a oligarquia agrário-comercial brasileira, que por quatro séculos dominou o Brasil, inicialmente em conjugação com os interesses coloniais portugueses e, a partir da Independência, em conjugação com os interesses comerciais dos países industrializados, particularmente da Inglaterra. Como a Proclamação da República de 1889, a Revolução de 30 foi antes de mais nada uma revolução da classe média, mas, ao contrário daquela primeira revolução, a de 30 foi uma revolução vitoriosa no tempo. Depois dela, jamais a oligarquia agrário-comercial brasileira voltou a contar com uma parcela sequer do poder que detivera durante séculos.

O Governo que se instaurou a partir de 30 se identificava com os ideais da renovação da política e da economia brasileira. Enfrentou desde logo a oposição feroz da aristocracia e das classes médias tradicionais brasileiras, vendo-se

assim obrigado, especialmente a partir da Revolução de 32, quando essas classes tentaram retomar o poder, a buscar apoio nas classes novas que emergiam, no proletariado urbano, a que atendeu com uma extensa legislação trabalhista, nova classe média, à qual continuou a beneficiar com empregos públicos, e na classe emergente dos empresários industriais. Em relação a esta, o novo Governo adotou logo uma política nitidamente industrializante. Devido ao desaparelhamento do Estado brasileiro de então para intervir na esfera econômica, essa política não teve efeitos benéficos de monta. Como veremos mais adiante, as medidas do Governo que mais estimularam o arranque da economia brasileira e o seu desenvolvimento industrial foram tomadas por acaso. Entretanto, o simples fato de que o Governo saído da Revolução de 30 tivesse uma atitude positiva em relação à industrialização, e não negativa, como acontecera nos Governos anteriores, já significava muito. Se a isto somarmos todas as pequenas medidas que o Governo de então tomou em favor da industrialização, e que foram coroadas, no fim dos anos trinta, com o início da construção da grande usina siderúrgica de Volta Redonda, veremos que efetivamente essa Revolução é uma peça essencial da explicação do início da Revolução Nacional Brasileira. Não estamos com isso fazendo a apologia do Governo Getúlio Vargas em sua primeira fase, que foi inclusive manchada com uma ditadura declarada, entre 37 e 45. É indiscutível, todavia, que a Revolução de 30 marca uma nova era na história do Brasil, havendo estabelecido as condições políticas necessárias para a Revolução Industrial Brasileira.

O segundo fator fundamental a explicar o início da decolagem da economia brasileira está no surgimento inesperado e paradoxal de uma imensa oportunidade de investimentos industriais devido à depressão mundial dos anos trinta. Não fôra esse fato, a Revolução de 30 teria possivelmente deixado de vingar, e o país voltaria a ser dominado pela oligarquia agrário-comercial de comportamento econômico tradicional. Ao tenentismo da Revolução de 30, que revela suas ligações com o Exército e portanto com a classe média reformista, era preciso somar o industrialismo bem sucedido cujo maior beneficiário seria a nascente burguesia industrial nacional. Em plena depressão econômica mundial, este último fato foi possível no Brasil devido a dois fatores funda-

mentais: de um lado, a procura interna manteve-se relativamente constante, apesar da crise econômica mundial, que veio afetar diretamente nossas exportações; de outro lado, os preços dos artigos manufaturados cresceu verticalmente, na medida em que o poder aquisitivo externo do país reduzia-se, enquanto se mantinha o poder aquisitivo interno.

Devemos a Celso Furtado a descrição e análise que já se tornaram clássicas de como se manteve o nível de procura nos anos trinta no Brasil. Embora essa análise seja muito conhecida, dada a sua importância faremos seu resumo aqui, usando sempre que necessário as palavras do próprio autor. Observa ele inicialmente que, quando sobreveio a crise, o mecanismo clássico de defesa da economia, através da taxa de câmbio, embora tenha operado, não foi suficiente. Com a crise, baixou o preço do café e desvalorizou-se a moeda. "A baixa brusca do preço internacional do café e a falência do sistema de conversibilidade acarretaram a queda do valor externo da moeda. Essa queda trouxe, evidentemente, um grande alívio ao setor cafeeiro da economia. A baixa do preço internacional do café havia alcançado 60 por cento. A alta da baixa cambial chegou a representar uma depreciação de 40 por cento. O grosso das perdas poderia, portanto, ser transferido para o conjunto da coletividade através da alta dos preços das importações".¹ A baixa dos preços do café permitiu um aumento de 25 por cento das exportações em volume físico. Esse aumento, porém, estava longe de ser suficiente para absorver a produção de café. Mesmo baixando os preços, os produtores continuariam a produzir e colher café até o ponto em que o simples custo da colheita e atividades subsequentes fôsse maior do que o preço do café. Nesse momento, estaríamos diante do caos econômico. Os cafeicultores deixariam de colher café e poderia restabelecer-se o equilíbrio da oferta e da procura do produto. Fica assim evidente que "o mecanismo do câmbio não podia constituir um instrumento de defesa efetivo da economia cafeeira dentro das condições excepcionalmente graves criadas pela crise".²

¹ Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, Fundo de Cultura, 1959, Rio de Janeiro, págs. 218 e 219.

² *Idem, ibid.*

Impunha-se, pois, encontrar outra solução para o problema de forma a evitar que os estoques invendáveis continuassem a pressionar cada vez mais para baixo os preços do café sem que a quantidade vendida aumentasse correspondentemente, dada a baixa elasticidade-preço da procura do produto. A solução encontrada foi a compra pelo Governo e destruição dos excedentes de café. Esta solução era a única possível, tendo-se em vista o objetivo de defender a economia cafeeira, possibilitando que o café continuasse a ser colhido. "A primeira vista parece um absurdo colhêr o produto para destruí-lo," observa Celso Furtado. Mas, "ao garantir preços mínimos de compra, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia... O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruíra era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes".³ Em outras palavras, fazíamos um investimento improdutivo em estoques que depois queimávamos. Isto, porém, era muito melhor do que nada. O problema não era fazer investimentos para aumentar a produção, mas fazê-los para manter o nível de emprego, e portanto o nível da procura agregada. Nas épocas de crise e sempre que haja um excedente para o qual não se encontra colocação, investimentos dêsse tipo, improdutivos, são essenciais. É evidente que seria melhor se pudéssemos encontrar um investimento produtivo, que não só proporcionasse emprego, mas também fôsse refletir indiretamente no aumento da produção e (ou) do bem-estar. Mas soluções como essa não são fáceis. A economia capitalista não é em geral flexível a êsse ponto. Por isso é que podemos afirmar que estas economias já conseguem uma grande vitória quando conseguem — como de fato o fizeram no pós-guerra — utilizar seu excedente na corrida armamentista e nas pesquisas espaciais. Com isto desenvolveram uma arma poderosa

³ *Idem*, pág. 220.

⁴ *Idem*, págs. 222 e 224.

contra as crises e recessões. No Brasil, portanto, foi extremamente benéfico que o Governo encontrasse uma fórmula tão fácil e simples de realizar investimentos improdutivos em uma hora de crise, como a de comprar os excedentes de café. Não importa que o Governo, ao fazê-lo, não tivesse a intenção de manter o nível da procura agregada nacional, mas simplesmente a de tomar uma medida em defesa da cafeicultura ameaçada de colapso. A *Teoria Geral do Emprêgo, do Juro e da Moeda* ainda não fôra escrita. Por acaso, todavia, o Governo brasileiro seguiu a política de Keynes, permitindo que o nível da procura agregada fôsse mantido durante a depressão econômica.

Esta simples manutenção relativa da procura agregada teve uma importância fundamental no surgimento de uma excepcional oportunidade de investimentos industriais no início dos anos trinta porque a ela se aliou um segundo fato: subiram verticalmente os preços dos produtos manufaturados importados. De fato, entre 29 e 34, o preço em cruzeiros (ou mil-réis) da libra esterlina subiu de quase 50%, apesar da desvalorização da libra em 33. Esta desvalorização da moeda brasileira está diretamente relacionada com a crise do café, cujo preço, nos Estados Unidos, baixa de 22,5 centavos por libra em 29 para 8 centavos em 31 devido à depressão. Confirmando-se a baixa elasticidade-preço da procura do café, suas exportações aumentam muito pouco, de forma que tivemos entre 21 e 30 uma exportação de 8.371.920 toneladas contra 8.801.263 toneladas no decênio seguinte. Ao ligeiro aumento do volume físico das exportações, todavia, contrapõe-se uma queda violenta do seu valor. Enquanto nos anos vinte as exportações brasileiras alcançaram 805,8 milhões de libras-ouro, no decênio seguinte não atingiram senão 44% dêsse total, ou seja, 377 milhões de libras.⁵ O resultado dessa queda vertical do nosso poder aquisitivo externo, ao mesmo tempo em que se mantinha o poder aquisitivo interno, graças à política de defesa do café, só podia ter como resultado uma alta de aproximadamente 50% nos preços dos produtos manufaturados importados. E este dado ainda é mais significativo quando verificamos que nesse mesmo período (29 a 34)

⁵ Cf. Caio Prado Jr., *História Econômica do Brasil*, Brasiliense, 1956, São Paulo, pág. 297, e Celso Furtado, *op. cit.*, pág. 218.

os preços internos em geral não só não haviam subido como haviam caído aproximadamente 7%. Tornava-se assim proibitiva a importação de artigos manufaturados de consumo, e abria-se uma grande oportunidade para que os empresários nacionais que então surgiam realizassem investimentos altamente lucrativos no setor industrial.

Esta oportunidade foi aproveitada. A capacidade ociosa existente nas empresas nacionais foi rapidamente utilizada. Em março de 31 o Governo Vargas, que já contava em seu seio com representantes dos industriais brasileiros de então, baixa um decreto proibindo as importações de maquinarias para todas as indústrias consideradas em estado de superprodução. Visava com isso proteger especialmente a indústria têxtil, de há muito instalada no Brasil. Novos investimentos, em novos setores, foram instalados. As fábricas geralmente começavam como oficinas. O pequeno capital necessário era na maioria das vezes levantado entre os membros da própria família. Com o reinvestimento dos lucros, porém, logo se expandiam. Dedicando-se inicialmente a indústrias de bens de consumo que exigiam equipamentos simples (indústria alimentícia, indústria de artigos de higiene e limpeza, perfumaria, indústria farmacêutica, indústria metalúrgica ligeira, etc.) muitos desses equipamentos já podiam ser fabricados no Brasil. Dessa forma, em 35 a produção industrial brasileira já era 27 por cento maior do que a de 1929 e 90 por cento maior do que a de 1925.⁶ Entre 20 e 29 foram criados 4.697 estabelecimentos industriais contra 12.232 no decênio seguinte.⁷ Estava lançado o desenvolvimento industrial brasileiro.

A Segunda Guerra Mundial: 1940-1945

Depois da conjugação de fatores favoráveis, entre os quais salientamos a Revolução de 30 e a oportunidade de investimentos industriais proporcionada pela manutenção relativa dos níveis da procura interna, durante a depressão, enquanto subiam violentamente os preços dos produtos importados, fatores esses que permitiram a deflagração da Revo-

⁶ Cf. *Survey of Latin America, 1949*, CEPAL, pág. 206.

⁷ Fonte: IBGE.

lução Industrial Brasileira, um novo conjunto de estímulos vem, a partir de 40, condicionar o desenvolvimento industrial brasileiro. O fato fundamental da época é a Segunda Guerra Mundial. E a pergunta inevitável é: até que ponto se constituiu ela em obstáculo ou estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro? A resposta mais comum a esta pergunta é a de que a guerra se constituiu em um estímulo poderoso ao desenvolvimento brasileiro. Esta crença parte provavelmente de um clichê, segundo o qual as guerras se constituiriam em um benefício para o desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, conforme observou muito bem Celso Furtado, "a política seguida durante os anos da guerra foi, na essência, idêntica à que se havia adotado imediatamente depois da crise".⁸ E foi o que de fato ocorreu. Embora os saldos no balanço de pagamentos pressionassem fortemente a taxa de câmbio para baixo, o Governo brasileiro fixou-a, não deixando que o cruzeiro se valorizasse. Isso constituiu-se, novamente, em uma forma de proteção do setor cafeeiro, pois mantinha sua renda em cruzeiros. Neste caso, também aliam-se aos interesses dos fazendeiros os dos industriais ligados ao mercado interno. Porque, mantendo-se a renda do setor cafeeiro, mantinha-se a procura dos produtos internos. Soma-se a isto que, entre 37 e 45, verificou-se uma melhora nas relações de troca do Brasil de 18%.⁹ E mais, enquanto os preços dos produtos exportados cresciam nesse período em 116%, contra 82% dos preços das importações, os preços internos brasileiros cresciam em 97%.¹⁰ Pareciam, portanto, repetir-se as condições dos anos trinta. Não só a procura interna se mantinha em seu nível, graças à política cambial de taxa fixa do Governo federal, como também crescia devido aos estímulos intrínsecos ao próprio sistema. E a própria demanda externa aumentava, como bem demonstra o fato de que as exportações de tecidos chegaram a representar 13% das exportações brasileiras em 43. Por outro lado, a oferta de produtos importados sofria um golpe severo face ao total comprometimento das economias dos países industrializados com o esforço de guerra. Surgia assim uma nova oportunidade

⁸ *Op. cit.*, pág. 239.

⁹ *Survey of Latin America, 1949, op. cit.*

¹⁰ Fundação Getúlio Vargas, "Índice de Custo de Vida na Guanabara".

para a realização de investimentos, e poder-se-ia esperar novo surto do desenvolvimento industrial brasileiro.

Não foi, todavia, o que ocorreu. A afirmação de que a Segunda Guerra Mundial estimulou o desenvolvimento industrial brasileiro carece de fundamento. A economia norte-americana, sem dúvida, recebeu um forte impulso com a guerra. Nada justifica, todavia, estender este fato ao Brasil. Na verdade o que ocorreu no Brasil foi uma redução do ritmo de seu desenvolvimento industrial durante a guerra. Enquanto no quinquênio anterior a produção industrial brasileira crescerá 43%, entre 40 e 44 aumenta em apenas 30%. Se considerarmos também 45, teremos um crescimento de 37% durante a guerra contra 49% nos seis anos anteriores. E se a produção industrial não apresentou índices favoráveis durante a guerra, o mesmo poderemos afirmar em relação ao produto real e ao produto real *per capita*, que entre 40 e 45 crescem, respectivamente, de apenas 23 e 8%.¹¹

A causa básica dessa redução do ritmo de desenvolvimento, quando a procura interna em ascensão propiciava ampla oportunidade nos investimentos industriais, pode ser encontrada em um fato muito simples: o desenvolvimento industrial brasileiro estava ainda na dependência quase total da importação de equipamentos. Nossa indústria de bens de capitais era ainda incipiente. Ora, face à guerra, os países desenvolvidos haviam sido obrigados a reduzir drasticamente suas exportações não só de artigos manufaturados de consumo como também de equipamentos industriais. Os empresários brasileiros se viam assim na impossibilidade prática de aumentar sua produção na extensão que o mercado reclamava. O limite de sua expansão estava muitas vezes na utilização plena de sua capacidade instalada. Um indício do que afirmamos foi o desenvolvimento gigantesco da indústria têxtil nesse período. Esse setor tradicional da indústria brasileira, que há muito vinha trabalhando em regime de capacidade ociosa, passa súbitamente a operar a todo vapor, produzindo além da sua capacidade normal. Entre 40 e 43 sua

¹¹ Fontes: CEPAL e IBGE. Os cálculos do crescimento do produto real *per capita* encontram-se em Ary Bouzan, *Problemas Atuais da Economia Brasileira*, livro em preparação a ser publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

produção aumenta 59%.¹² Em 45, quando as exportações de tecidos já se haviam reduzido, a maquinaria das fábricas têxteis estava trabalhando em média mais de 14 horas por dia.¹³ O desenvolvimento industrial, portanto, só foi possível graças à utilização intensiva dos equipamentos existentes. Falta ainda à economia brasileira um mínimo de autonomia para se desenvolver sem o concurso da importação de bens de capital.

O Decênio do Pós-Guerra: 1946-1955

A guerra, todavia, deixou uma herança que nos anos seguintes facilitaria o desenvolvimento da economia brasileira. Referimo-nos aos grandes saldos em cambiais estrangeiros que se acumularam nesse período, face à drástica redução das importações durante a guerra. Esses saldos seriam em grande parte desperdiçados com a importação maciça de bens de consumo e com a compra de algumas emprêsas européias de serviços públicos, face à recusa dos países devedores, particularmente da Inglaterra, de saldar seus débitos de outra forma. Esse uso irracional de nossos recursos cambiais reflete a tendência liberal economicamente e conservadora politicamente do Governo de então. O fim da guerra coincidiu com a queda de Getúlio Vargas. Seu Governo, embora ditatorial, tivera como uma de suas constantes o apoio à industrialização brasileira. O Governo provisório que se segue, vendo-se de posse de tantas divisas, abre nossas portas a todo tipo de importação. Em meio ao desperdício, todavia, tem nessa época início o tão necessário reequipamento da indústria nacional. E com este fato começa um período de grande desenvolvimento para a economia brasileira e para a indústria em particular. A taxa média de crescimento do Produto Interno Real, que durante a guerra, entre 40 e 45, fôra de 4,7%, sobe nos cinco anos seguintes para 7,3%, e entre 51 e 55 mantém-se ainda no nível elevado de 5,7% em média ao ano. Durante esse decênio, o crescimento médio anual foi de 6,5% e o crescimento total de 130%. Apesar do elevado índice de cres-

¹² Fonte: Instituto Brasileiro de Economia da F.G.V.

¹³ Cf. Stanley J. Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture*, Harvard University Press, 1957, Massachusetts, pág. 166.

cimento da população (que nesse período cresceu a uma taxa de aproximadamente 3% ao ano), o Produto Interno Real *per capita* também apresentou grande crescimento. Durante o decênio 46-55, foi de 3,5%. Confirmando o título geral de Revolução Industrial Brasileira, que estamos dando ao período entre 30 e 60, o desenvolvimento industrial a partir de 46 ganhou também grande impulso, reforçando sua posição de setor dinâmico da economia do país. O crescimento médio anual da produção industrial, que no período da Segunda Guerra Mundial fôra de 6,2%, aumenta entre 46 e 50 para 8,9% e no quinquênio seguinte ainda mantém-se a uma taxa de 8,1%. O crescimento médio da produção entre 46 e 55 é de 8,5% ao ano, 2% mais, portanto, do que o crescimento do produto.¹⁴ O Quadro I sumariza os dados que acabamos de apresentar.

Quadro I

PRODUTO INTERNO REAL E PRODUÇÃO INDUSTRIAL
(taxa anual média de crescimento por períodos)

<i>Períodos</i>	<i>Produto Interno Real</i>	<i>Produção Industrial</i>
1940-1945	4,7%	6,2%
1946-1950	7,3%	8,9%
1951-1955	5,7%	8,1%
1956-1961	6,0%	11,0%
1962-1965*	1,9%	2,4%

* Estimativa para o primeiro semestre.

Fontes: Fundação Getúlio Vargas e CEPAL.

O decênio imediatamente após a guerra é portanto uma época de prosperidade econômica. Além dos saldos em divisas estrangeiros, que se constituiria em um estímulo ao desenvolvimento industrial brasileiro, na medida em que permitia a importação dos equipamentos que a indústria nacional tanto necessitara durante a guerra, a um preço baixo em cru-

¹⁴ - Fontes: CEPAL, estudos citados, e Fundação Getúlio Vargas, dados publicados na *Conjuntura Econômica* e *Revista Brasileira de Economia*.

zeiros, diversos outros fatores de maior importância iriam exercer influência sobre a economia brasileira e explicar essa prosperidade.

Em primeiro lugar, temos a melhoria das relações de troca ocorrida nesse período. Entre 46 e 55 houve uma melhoria das relações de troca do Brasil de 151%. Se considerássemos as relações de troca como índice 100 em 46, em 55 teríamos um índice 251. E observe-se que não escolhemos o ano inicial e o final. Tomamos apenas os limites do período que estamos analisando. Se fôssemos escolher respectivamente o ano de relações de trocas mais baixas, 48, e o de relações de trocas mais altas, 54, dentro desse decênio a melhoria seria de 204%.¹⁵ Responsável por esse fato foi a grande elevação dos preços do café. Enquanto em 46 o preço médio da saca de café era 22,41 dólares, em 55 tínhamos um preço médio de 61,62 dólares.¹⁶ Esta melhoria das relações de troca teve grande importância na explicação do aceleração da industrialização brasileira, na medida em que proporcionava ao país as divisas necessárias ao desenvolvimento, em um momento em que o país não atingiria ainda um grau mínimo de autonomia no que diz respeito à produção de equipamentos internamente.

A importância dessa melhoria das relações de troca torna-se ainda mais acentuada se a relacionarmos com a política cambial do Governo durante o período. Em 45 é criada a Superintendência da Moeda e do Crédito, SUMOC, que seria a organização precursora do Banco Central Brasileiro. Com a derrubada do Governo Vargas, o novo Governo, provisório, e em seguida o Governo Dutra adotam uma política cambial liberal, que teria consequências ruinosas para o país. Já através da Instrução 17 da SUMOC era extinto o mercado oficial de câmbio. A política de portas abertas, então adotada, tem como resultado o rápido esgotamento dos saldos comerciais no exterior. E já em 47, depois de um novo fracasso do liberalismo cambial, o Governo adotava um sistema de controle das importações rígido, através de um sistema de prioridades, ao mesmo tempo em que mantinha fixa a taxa do dólar. Essa política de contingenciamento executada pela

¹⁵ Fonte: *Conjuntura Econômica*, F.G.V.

¹⁶ Fonte: Instituto Brasileiro do Café.

Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil, CEXIM, apesar da corrupção em que esse órgão se deixou envolver, teria vital importância no desenvolvimento industrial brasileiro. Por um lado, ao estabelecer um sistema de prioridades, as importações de equipamentos e matérias-primas foram facilitadas, ao mesmo tempo em que a importação de bens de consumo, dependente de licenças de importação, tornava-se extremamente problemática devido à sua baixa prioridade. Dessa forma, o mercado interno de bens manufaturados de consumo era novamente reservado para os produtores nacionais, que, além disso, podiam importar máquinas e matéria-prima a um câmbio desligado da realidade, fixado a uma taxa em que o cruzeiro ficava supervalorizado, tornando irrisório o preço dos equipamentos e matérias-primas importados. Com a Instrução 70 da SUMOC, esse sistema é modificado, estabelecendo-se um sistema mais flexível de leilões de câmbio, com várias categorias de importação. Esse sistema, que prevaleceria, ainda que sofrendo diversas modificações, até o fim dos anos cinquenta, mantinha a barreira cambial à importação de produtos manufaturados de consumo, ao mesmo tempo em que garantia uma taxa cambial relativamente baixa para as importações de que necessitava a indústria brasileira. Dessa forma, no período de 46 a 55, e especialmente entre 47 e 53, o sistema cambial brasileiro é transformado em um poderoso estímulo à industrialização.

Por outro lado, na medida em que o câmbio de importação e de exportação era controlado pelo Governo, a melhoria das relações de troca, ao invés de beneficiar os exportadores, particularmente os exportadores de café, era empolgada pelo Governo, que a redistribuía principalmente para o setor industrial. Funcionava assim o chamado "confisco cambial", que permitia a redistribuição da renda nacional em favor do Governo e do setor industrial, que formavam o setor moderno da economia nacional, em oposição ao setor tradicional, exportador, constituído especialmente pela aristocracia cafeicultora. Esse "confisco cambial", que prevaleceria até hoje, fôsse qual fôsse a orientação ideológica do Governo, foi naquela época transformado em uma das questões políticas básicas. A ele muito deve o desenvolvimento industrial brasileiro.

Tivemos assim um grande desenvolvimento industrial durante o decênio imediatamente posterior à guerra. A produção industrial global, entre 46 e 55, aumentou 122%. É importante notar, todavia, que êsse crescimento industrial não se produzia de forma homogênea entre os setores industriais. Como é próprio do processo de desenvolvimento, a estrutura econômica do país se transformava. Ao findar a guerra, podemos afirmar que a indústria leve de consumo estava instalada no Brasil. A partir dessa época teria início o desenvolvimento de indústrias ainda de bens de consumo, mas já mais complexas, como é o caso dos eletrodomésticos. Seria também dado mais impulso às indústrias de base e às de bens de produção. Em outras palavras, se fizermos uma distinção entre as indústrias "tradicionais" e as "modernas", eram estas últimas que mais se desenvolviam. Entre 48 e 55, por exemplo, a produção industrial global aumentou 87%, a produção de dois setores industriais tradicionais, como a indústria têxtil e a de alimentação, aumentaram respectivamente 61 e 77%, ficando ambas, portanto, abaixo da média, enquanto a produção da indústria metalúrgica e da indústria química aumentava 172 e 608% respectivamente.¹⁷

O grande desenvolvimento da indústria química é naturalmente devido ao petróleo. Depois de longa batalha política, em que as forças do Brasil novo e do Brasil velho, do nacionalismo então em plena expansão, e do colonialismo, minado pelo complexo de inferioridade nacional, se digladiaram, fôra finalmente fundada a Petrobrás, em 53. Esta empresa, que teria um papel fundamental no desenvolvimento econômico do país, produz nos seus primeiros três anos de funcionamento três vezes mais do que durante os 14 anos e sete meses anteriores em que a produção nacional ficara sob o controle do Conselho Nacional de Petróleo.¹⁸ O desenvolvimento da indústria de bens de produção nesse período pode ser ilustrado com os seguintes dados: entre 47 e 54, a produção de bens de capital cresceu 147%. Embora nossas importações entre 47 e 54 crescessem 105% (o que foi possível devido em grande parte à melhoria das relações de troca dêsse

¹⁷ Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

¹⁸ Cf. Geonísio Barroso, *Ação da Petrobrás no Recôncavo Baiano*, Fórum Roberto Simonsen, 1958, São Paulo, pág. 45.

período, conforme já vimos), a participação dos bens de capitais produzidos internamente nos investimentos totais, que era de 54,2% em 47, elevou-se para 72,9% em 54.¹⁹ A baixa participação dos bens de capital nacionais em 47 pode em parte ser explicada pela facilidade de importar equipamentos logo no pós-guerra. Assim mesmo, porém, esse aumento de 54,2% para 72,9% da participação dos bens de capitais produzidos internamente, quando as importações totais mais do que dobravam, revela bem o desenvolvimento da indústria de bens de produção do Brasil naquele período.

A Consolidação do Desenvolvimento Industrial: 1956-1961

Tivemos, assim, no decênio que sucedeu a Segunda Guerra Mundial, um período de grande desenvolvimento no Brasil. Terminado esse período, todavia, o Brasil viu-se ante três grandes ameaças ao seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, o processo inflacionário, que de 39 a 53 apresentara uma taxa média de elevação anual de 11%, sobe em 54 a 26,2%.²⁰ Em segundo lugar, a relação de trocas do Brasil, que atingira em 54 um ponto alto, entra em declínio nos anos seguintes, com a baixa dos preços internacionais do café. De 54 para 60 temos uma redução de 25% nas relações de troca.²¹ Finalmente, o desenvolvimento econômico nacional via-se ameaçado pela crise da infra-estrutura econômica do país. Todo o desenvolvimento ocorrido até então fôra realizado sem maior planejamento, ao sabor de estímulos externos (fundamentalmente nossa incapacidade cambial de importar bens de consumo manufaturados e a melhoria das relações de troca) que se casavam com a manutenção e crescimento da demanda interna. Ocorre, todavia, esse desenvolvimento em um ritmo acelerado. Era de esperar, portanto, que os investimentos de infra-estrutura não houvessem acompanhado esse desenvolvimento e agora se apresentassem como verdadeiros pontos de

¹⁹ Fonte: Grupo Misto BNDE-CEPAL, *Análise e Projeção do Desenvolvimento Econômico*, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, 1957, Rio de Janeiro.

²⁰ "Índice de Custo de Vida na Guanabara de dezembro a dezembro", F. G. V.

²¹ Fonte: *Conjuntura Econômica*.

estrangulamento da economia. No setor do transporte ferroviário tínhamos um sistema arcaico, deficitário, mal equipado, excessivamente burocratizado, e, por estar ainda voltado para o transporte dos produtos do interior para os portos de exportação, incapaz de atender às necessidades do mercado interno. No setor da navegação, o quadro era também desolador, dominado por empresas estatais deficitárias, mal equipadas e burocratizadas. No setor da energia, as empresas estrangeiras, que dominavam 80% da produção, desinteressavam-se por realizar investimentos, dadas as tarifas baixas impostas pelo Governo. No setor siderúrgico, a base da produção nacional era ainda a usina de Volta Redonda, cuja capacidade estava muito aquém das necessidades do país.

Não bastassem êsses fatos, a taxa de crescimento do Produto Interno Real cai para 1,9% em 56, tornando o crescimento da renda *per capita* negativo, devido especialmente à reduzida safra de café dêsse ano.²²

E no entanto o período que se segue ao que acabamos de analisar, e que se estende entre 56 e 61, constitui-se no período áureo do desenvolvimento econômico nacional. Nesse período consolida-se e encerra-se a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, termina o processo de decolagem de sua economia, que nos propusemos como tema dêste capítulo. Conforme vemos pelo Quadro I, a taxa média anual de crescimento do Produto Interno Real sobe para 6%. Mais impressionante, porém, é o crescimento da produção industrial, que alcança uma taxa média anual de 11%, quase o dobro, portanto, da taxa de aumento do produto. Esse extraordinário desenvolvimento atinge seu ponto máximo em 61, para depois a economia entrar paulatinamente em crise, como veremos no capítulo V. Ocorrem então transformações fundamentais na economia, não só do ponto de vista econômico, mas também do ponto de vista político e social, que analisaremos especialmente no capítulo IV dêste livro.

No campo econômico, a transformação estrutural básica diz respeito ao crescimento da participação da indústria manufatureira no produto interno bruto. Em 50 essa participação era de 20%. Em 55, aumenta essa participação para

²² Fonte: Instituto Brasileiro de Economia, F.G.V.

22,6%. Tivemos, pois, um crescimento de 13% na participação. No quinquênio seguinte, porém, a participação da indústria manufatureira no produto sobe para 27,5%, importando um aumento porcentual de 21% na participação.²³

Neste período o fenômeno econômico fundamental é a implantação de uma poderosa indústria automobilística no Brasil. Partindo praticamente da estaca zero em 55, o Brasil em 60 já produzia 133.078 veículos, com um índice de nacionalização superior a 90%. A importância dessa indústria é fundamental na explicação de seu desenvolvimento brasileiro nesse período, não só devido às economias de divisas que produz, mas especialmente face às economias externas que as empresas montadoras trazem consigo. Em outras palavras, a presença no Brasil das grandes fábricas de automóvel significou não só salários e lucros para seus empregados e acionistas, mas também um imenso crescimento das oportunidades de emprego e investimento para a indústria de autopeças, para a indústria de base, para o setor da comercialização dos veículos produzidos, etc. Dessa forma, o fato de os lucros dessas empresas irem beneficiar acionistas no exterior pouco significa em comparação com o estímulo ao desenvolvimento econômico do país que representaram.

Mas, por que todo esse desenvolvimento, por que essa extraordinária expansão em um momento em que, como vimos há pouco, as condições pareciam tão desfavoráveis?

Vemos uma razão básica para isso: a política econômica do Governo nesse período. Em 31 de janeiro de 56 tem início o Governo Juscelino Kubitschek. Durante os cinco anos que se seguem o Governo federal se transforma, pela primeira vez na história do Brasil, em um instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento industrial brasileiro. Antes da Revolução de 30 os Governos haviam sido sempre representantes da oligarquia agrário-comercial brasileira, decorrendo daí atitudes governamentais em relação à industrialização, que iam desde a indiferença até à hostilidade aberta. Com a Revolução de 30 isso naturalmente mudou, especialmente durante os dois períodos de Governo Getúlio Vargas. Durante seu segundo período de Governo, em particular, houve uma ten-

²³ Fonte: *idem*.

tativa séria de planejar a promoção do desenvolvimento industrial brasileiro. Mas foi só com o Governo Juscelino Kubitschek que o Estado brasileiro se transformou em um instrumento razoavelmente eficiente de desenvolvimento do país.

Três fatos explicam essa ação positiva do Governo. Em primeiro lugar, fôra ele eleito pelas mesmas forças políticas que desde 30 estavam no poder. E essas forças, ainda que muitas vezes contraditórias, podiam ser definidas em suas linhas gerais como nacionalistas, industrialistas e intervencionistas moderadas (no capítulo IV discutiremos este assunto amplamente). Era de se prever, portanto, que o novo Governo tivesse uma atitude decididamente a favor do desenvolvimento industrial brasileiro. O quadro político em que ele operava era favorável a isso. Apenas esta razão, todavia, não seria suficiente para explicar o problema. Em segundo lugar, temos a personalidade do Sr. Juscelino Kubitschek. A história, sem dúvida, não é obra de líderes políticos ou militares, mas é indiscutível que os líderes de personalidade forte deixam sua marca na história. Foi o que aconteceu com o Sr. Juscelino Kubitschek. Soube ele perceber com raro senso de oportunidade o momento histórico pelo qual o país passava e deu a seu Governo duas linhas mestras: a industrialização forçada, a todo vapor, e o otimismo, a confiança nas potencialidades do país e de seu povo. Seu industrialismo, o extraordinário apoio que deu à industrialização brasileira, ocorreu muitas vezes apesar dos industriais; seu otimismo ilimitado era uma negação frontal do complexo de inferioridade colonial em relação particularmente aos povos de origem anglo-saxã, que então grassava no Brasil. Finalmente, como um terceiro motivo que explica o papel positivo desempenhado pelo Governo no desenvolvimento econômico brasileiro entre 56 e 61, temos que o novo presidente soube rodear-se de uma equipe de técnicos, particularmente de economistas, que viera surgindo no Brasil a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em torno da Fundação Getúlio Vargas, da SUMOC, do Banco do Brasil e do Ministério da Fazenda. Essa equipe de técnicos, muitos deles formados no exterior, e sofrendo muito a influência do pensamento econômico da CEPAL, constitui um fato novo no Brasil. O desenvolvimento da Ciência Econômica com um mínimo de autonomia e autenticidade é

acontecimento recente no Brasil. Na segunda metade dos anos cinqüenta, êsse grupo de economistas, que se vinha constituindo como uma verdadeira classe burocrática, estava em condições de assumir um contrôle crescente da economia nacional e de planejar seu desenvolvimento. Além da capacidade técnica de seus membros, dispunham êles agora de um sistema de contabilidade nacional essencial para o trabalho de planejamento que a Equipe da Renda Nacional da Fundação Getúlio Vargas desenvolvera a partir de 47. O presidente eleito em 55 apercebeu-se da existência dêsse grupo e de suas potencialidades. Entregou-lhe a tarefa de elaborar o Plano de Metas, e depois conferiu-lhe um grande número de responsabilidades nos setores-chaves da economia do país. Convém notar que êsse grupo, que evidentemente não é homogêneo, observando-se muitas vêzes divergências sérias entre seus membros, caracteriza-se antes de mais nada pela competência técnica, pelo domínio de uma ciência complexa como a Economia. Isto, aliado ao fato de se haverem constituído em um verdadeiro grupo burocrático, inserido nos quadros do Estado e das emprêsas paraestatais, permitiu-lhe sobremanter-se no poder independentemente dos Governos e de suas orientações políticas. Sob a orientação política do Presidente da República, que assessoraram, ao invés de definirem a política econômica, como aconteceu depois da Revolução de 64, êsse grupo constituiu-se em um fator de desenvolvimento do país.

Por tôdas essas razões pôde o Govêrno federal, apesar de suas muitas limitações, apesar da herança empreguista do Estado semicolonial brasileiro e da conseqüente ineficiência de seus setores tradicionais, ter uma ação decisiva na promoção do desenvolvimento econômico do país na segunda metade dos anos cinqüenta. O estímulo que proporcionou à industrialização do país, criando condições favoráveis aos investimentos privados nacionais e estrangeiros, e o crescimento dos investimentos governamentais constituem a explicação básica do extraordinário desenvolvimento por que passou o país nesse período.

Aliás, cumpre observar que, em relação à criação de condições favoráveis ao investimento industrial privado, estas condições não foram apenas de ordem econômica, mas também política. A grande habilidade política do Sr. Kubitschek

permitiu que o período de seu Governo transcorresse em relativa tranqüilidade, não obstante os interesses em conflito dos grupos sócio-econômicos não propiciassem tal tranqüilidade. Esta só foi possível graças, de um lado, à capacidade de compromisso, de arbitragem entre os grupos revelada pelo presidente, e de outro graças ao fato de ter conseguido, em grande parte, unir o povo brasileiro em torno de uma ideologia particular fascinante, que praticamente nasceu e morreu (ou pelo menos perdeu vigor) com ele: o desenvolvimento.

Uma segunda causa do desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido nesse período, embora de menor importância do que a primeira, é sem dúvida significativa. Referimo-nos ao grande afluxo de capitais estrangeiros ocorrido no período. Na verdade, constitui esse fato um simples destaque da política econômica do Governo, no qual se enquadrava. O Governo federal incentivou a entrada de capitais estrangeiros diretos, seja através da Instrução 113 da SUMOC, baixada pelo Governo de transição que sucedeu ao suicídio de Getúlio Vargas, e que chegava ao exagêro de discriminar contra as empresas nacionais em favor das estrangeiras, até os grandes incentivos cambiais, tarifários, fiscais e creditícios que o Governo federal proporcionou para a instalação da indústria automobilística, da indústria naval, da mecânica pesada, etc.

Não cabe discutir aqui das vantagens dos investimentos diretos de capitais estrangeiros no país. Dificilmente ele se constitui em condição essencial e muito menos em causa básica do desenvolvimento industrial de um país. Muito pelo contrário, dependendo da circunstância, os investimentos estrangeiros diretos podem transformar-se em uma causa de subdesenvolvimento. É indiscutível que, se os investimentos diretos estrangeiros forem dirigidos à mineração, ao comércio, à agricultura, ou aos serviços públicos, onde seus efeitos multiplicadores são geralmente baixos; se a economia fôr tão subdesenvolvida a ponto de o investimento estrangeiro transformar-se em um quisto isolado dentro de uma estrutura econômica tradicional, de forma que os efeitos multiplicadores do investimento são paralisados devido à inexistência seja de fornecedores nacionais (os suprimentos de equipamentos, peças, produtos semi-acabados e mesmo de certas matérias-primas vêm do exterior, importados), seja de trabalhadores nacionais (dada a inexistência de mão-de-obra especializada);

se o Governo, que pelo menos recebe os impostos, fôr o simples representante de uma oligarquia agrária totalmente e desvinculada do processo de desenvolvimento industrial do país, a qual gastará os recursos auferidos em consumo unitário de bens importados e viagens ao exterior; se o produto produzido destinar-se exclusivamente à exportação, dada a inexistência de um mercado interno razoavelmente desenvolvido; se houver uma conjugação desses fatos, o que é comum em países altamente subdesenvolvidos, que ainda não iniciaram seu processo de industrialização, o investimento estrangeiro terá efeitos negativos sobre o desenvolvimento do país.

Mesmo se os investimentos forem realizados no setor manufatureiro, onde são grandes os efeitos multiplicadores, o investimento estrangeiro poderá ser prejudicial ao país, devido ao ônus que acarretará para o futuro com as remessas de lucros, se no setor em que êle foi aplicado o capital não era escasso. Porque a escassez do capital não é um dado absoluto nos países subdesenvolvidos. Especialmente nos setores em que o investimento econômico é pequeno e mesmo médio, onde não são necessários grandes capitais para se organizar uma empresa eficiente, o capital geralmente não é escasso; pelo contrário, é abundante. Exemplo do que afirmamos foi o caso da indústria farmacêutica, que foi desnacionalizada, não devido à escassez de capital nacional, mas à superioridade técnica (defendida por patentes) dos laboratórios estrangeiros.

Entretanto, se os investimentos estrangeiros forem realizados em um país já com um certo grau de desenvolvimento, possuidor de um mercado interno, em setores em que o capital é realmente escasso, devido especialmente à sua dimensão, e se suas economias externas são poderosas, êstes investimentos transformar-se-ão em um fator positivo no desenvolvimento econômico do país.

Foi o que ocorreu no Brasil especialmente na segunda metade dos anos cinqüenta. Historicamente a luta do capitalismo internacional, inicialmente inglês e depois norte-americano, em relação ao Brasil fôra a de dificultar seu desenvolvimento industrial, a fim de conservar o mercado para seus produtos manufaturados de exportação. Dessa forma, os investimentos estrangeiros no Brasil eram especialmente dirigidos aos serviços públicos, aos transportes (para facilitar

as exportações de produtos primários), ao comércio. A partir dos anos cinquenta, e especialmente a partir do período que estamos analisando, todavia, as empresas estrangeiras exportadoras de produtos manufaturados para o Brasil foram obrigadas a modificar sua política. Face ao surgimento de empresas nacionais e às barreiras cambiais e tarifárias à entrada de seus produtos no Brasil, viram-se diante da alternativa de ou realizar grandes investimentos industriais no Brasil ou perder o mercado brasileiro. É evidente que optaram pela primeira solução. Esse fato, aliado aos estímulos governamentais a que já nos referimos, provocaram enormes investimentos estrangeiros no Brasil, como se pode observar pelo Quadro II. O balanço, entre entrada e saída em forma de lucros, que tradicionalmente era deficitário no Brasil, produziu um grande saldo. Não só a indústria automobilística, mas uma série de outras indústrias caracterizadas pela escassez do capital e a amplitude dos efeitos multiplicadores receberam êsses investimentos, que, propagando-se pelo resto da economia brasileira, se constituíram em um fator indiscutível de desenvolvimento econômico do país nesse período.

Quadro II

MOVIMENTO DE CAPITAIS ESTRANGEIROS DIRETOS NO BRASIL

(milhões de dólares)

<i>Períodos</i>	<i>Entrada</i>	<i>Lucros Remetidos</i>	<i>Saldo</i>
1947 - 1953	97	327	(230)
1954 - 1961	721	269	452

Fonte: SUMOC.

Teve assim o Brasil um grande desenvolvimento industrial, cujas principais causas acabamos de analisar, entre 56 e 61. Consolidou-se nesse período o desenvolvimento industrial brasileiro, impulsionado de modo decisivo pela política industrializante do Governo federal secundada pela entrada

maciça de capitais estrangeiros no setor manufatureiro. O surgimento da indústria automobilística, ao qual já nos referimos, constituiu-se no fato econômico dominante do período, ao mesmo tempo em que nos fornece uma demonstração perfeita das causas da rápida industrialização ocorrida nesse período e que acabamos de analisar: a indústria automobilística foi antes de mais nada fruto da política econômica do Governo federal, exercida através do GEIA, Grupo Executivo da Indústria Automobilística. Por outro lado, foi resultado dos investimentos estrangeiros estimulados pela política governamental.

Dizemos que nesse período de cinco anos consolidou-se o desenvolvimento industrial brasileiro antes de mais nada porque, depois do extraordinário surto industrial ocorrido nêle, as oposições e as dúvidas de caráter fundamentalmente ideológico quanto às possibilidades de industrialização do Brasil desapareceram. A crença na vocação agrícola do Brasil perdeu qualquer substância. Mas, além dêste motivo, localizado na área dos valores sociais, para a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro, temos outras razões de ordem mais objetiva, ou pelo menos mais quantificáveis. A mais importante delas, além da taxa média de crescimento industrial, que nesse período atingiu a 11% ao ano, e da instalação da indústria automobilística, foi o grande desenvolvimento da indústria de bens de capital. O Brasil que já atingira a um relativo grau de auto-suficiência global, dado seu baixo coeficiente de importações (relação das importações sobre o produto bruto interno), o qual em 60 era de apenas 5,7%,²⁴ começa nesse período a tornar-se independente em um setor fundamental: o da produção de equipamentos. Segundo estudo realizado pela CEPAL,²⁵ o desenvolvimento da indústria de máquinas-ferramentas nesse período foi extraordinário, atingindo a taxa de 14,7% ao ano entre 55 e 61. O desenvolvimento recente dessa indústria era ainda ilustrado pelo fato de que 55% das unidades produzidas tinham menos de dez anos (o estudo foi realizado em 62). Por outro lado, a participação das importações na oferta de equipamentos, que

²⁴ Fonte: *Estudio Económico de América Latina, 1963*, CEPAL, pág. 54.

²⁵ *La Industria de Máquinas-Herramientas del Brasil — Elementos para la Programación de su Desarrollo*. CEPAL, janeiro de 1963.

em 49 era de 52,7%, baixou para 32,8% em 58.²⁶ Em outras palavras, 67,2% da oferta em cruzeiros de equipamentos para a industrialização do país, em 1958, era feita pela indústria nacional.

De um modo geral pode-se dizer que este foi o período de desenvolvimento da indústria automobilística (a produção da indústria de matérias de transporte aumentou, entre 56 e 61, 700%), da indústria química (aumento de 106%), da indústria de máquinas-ferramentas (aumento de 125%), da indústria metalúrgica (aumento de 78%), e de algumas indústrias básicas, como o petróleo, o alumínio, o chumbo.²⁷ Terminado esse período, já se podia afirmar que o Brasil não só estava na prática totalmente auto-suficiente quanto à importação de bens de consumo leves e pesados, mas que fizera enormes progressos no campo da indústria de base e na de equipamentos industriais.

Este fato, somado à crise em que paulatinamente mergulhou a economia brasileira a partir de 62, permitir-nos-ia afirmar, depois de uma análise superficial, que o ano de 61 marca não só a data da consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro, mas também o término da Revolução Industrial, da decolagem da economia brasileira. A partir desse momento o desenvolvimento econômico brasileiro, embora continuasse sujeito às crises próprias dos sistemas neocapitalistas, já se teria tornado automático, necessário e independente. Automático porque, havendo-se consolidado no Brasil um sistema de base capitalista (em substituição a um sistema econômico de base tradicional), o reinvestimento dos lucros em busca de mais lucros se institucionalizara. Necessário porque, havendo esse desenvolvimento capitalista tomado a forma de um amplo crescimento industrial (e não meramente comercial), o reinvestimento tornava-se não só interessante, mas uma necessidade do próprio sistema, uma condição de sobrevivência das empresas em um regime de concorrência e de desenvolvimento tecnológico. Independente, ou melhor, relativamente independente, porque a produção dos equipamen-

²⁶ *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 1963-1965*, Presidência da República, 1962, pág. 51 da Síntese.

²⁷ Fontes: *Conjuntura Econômica*, CEPAL. Serviço de Estatística da Produção.

tos necessários ao prosseguimento do desenvolvimento industrial já estava sendo feita em sua maior parte no próprio Brasil. Veremos, porém, no último capítulo deste livro, que esta análise não é correta, na medida em que procura simplesmente fazer uma analogia entre a revolução industrial dos países hoje industrializados e o processo de industrialização ocorrido no Brasil entre 1930 e 1961. Na verdade, o que tivemos nesse período foi a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira.

Um Modelo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro

Terminamos assim nossa breve análise do desenvolvimento econômico do Brasil ocorrido entre 30 e 61. Nesse período transformou-se a estrutura econômica, política e social do país, palco que foi de uma revolução industrial nacional. Antes de passarmos, nos próximos capítulos, à análise do desenvolvimento social e político, faremos agora uma tentativa de reduzir todo o desenvolvimento ocorrido a um modelo, a um esquema abstrato em que apenas aquelas características fundamentais apareçam, estabelecendo-se entre elas relações de causas e efeitos e também relações circulares, em que os fenômenos são ao mesmo tempo causa e efeito uns dos outros, de forma a ocorrer o processo social em círculos.

Em primeiro lugar, apresentaremos e examinaremos isoladamente cada uma das características fundamentais do desenvolvimento econômico brasileiro nesse período de revolução industrial. Entre 40 e 61, o Produto Bruto brasileiro cresceu 232%, mais do que triplicou, portanto. Mais significativo, todavia, é o fato que nesse período o Produto Interno Bruto *per capita* cresceu de 86%.²⁸ Ocorreu, portanto, um amplo processo de desenvolvimento econômico. Esse desenvolvimento teve como características fundamentais as seguintes:

Industrialização. Foi este praticamente o objeto de nosso estudo até agora. O setor dinâmico do desenvolvimento eco-

²⁸ Os dados completos sobre o crescimento do Produto Interno Bruto total e *per capita*, ano a ano, encontra-se em Ary Bouzan, *Problemas Atuais da Economia Brasileira*, op. cit., baseados em levantamentos do Grupo Misto BNDE-CEPAL, da Fundação Getúlio Vargas e do IBGE.

nômico brasileiro foi a indústria. Entre 30 e 61 o crescimento da produção industrial brasileira foi de 683%. Se tomarmos o período entre 40 e 61, para podermos comparar o aumento da produção industrial com o aumento do Produto Interno Bruto (que já vimos foi de 232%), temos que aquele aumento foi de 479%.²⁹ Em um período de 22 anos, portanto, a produção industrial brasileira quase sextuplicou, e seu ritmo de desenvolvimento foi mais do que o dôbro do ritmo de desenvolvimento global da economia.

Substituição de Importações. Todo o desenvolvimento industrial brasileiro no período em foco ocorreu fundamentalmente através de um processo de substituição de importações. Era esta, aliás, a única alternativa para o Brasil, dadas as limitações às possibilidades de aumento de nossas exportações. O Brasil, durante o período de sua Revolução Industrial, voltou-se para dentro. A industrialização ocorreu aproveitando-se o mercado interno já existente para produtos industriais importados que eram substituídos por produtos fabricados no país. Tivemos, assim, uma drástica redução do coeficiente de importações, que baixou de 12,6% no período 50-54 para 8,6% no período 55-61.³⁰ Isso significa que, à medida que crescia a renda, cresciam menos do que proporcionalmente as importações, que iam sendo substituídas pela produção nacional. Os empresários industriais, nesse período, não tinham dificuldades maiores em decidir em que setor investir, quais produtos importar. A pesquisa de mercados de que necessitavam já estava pronta. Bastava que examinassem nossa pauta de importações para saberem onde investir.

Limitação à Capacidade de Importar. Foi ela a causa de ter o processo de industrialização brasileira ocorrido fundamentalmente através de um processo de substituição de importações. Por sua vez, a limitação à capacidade de importar resultou de fatores diversos. Nos anos trinta, a causa básica, já por nós analisada, foi a depressão mundial desse período, a queda de nossas exportações, e especialmente a deterioração da relação de trocas provocada pela baixa do preço internacional do café. No primeiro lustro dos anos quarenta

²⁹ Fonte: CEPAL.

³⁰ Fonte: *Desenvolvimento Econômico da América Latina no Pós-Guerra*, 1964.

a guerra encarregou-se de limitar nossa capacidade de importar. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial até o fim do período que estamos analisando, foi a incapacidade de aumentarmos nossas exportações o principal fator limitativo de um aumento de nossa capacidade de importar. A preços constantes de 53, em 47 exportamos 1.961 mil dólares, em 61 exportamos 1.976 mil dólares.³¹ Enquanto nosso Produto Interno Bruto crescia, em termos reais, 128% nesse período, permaneciam estáveis nossas exportações. Tínhamos, portanto, que nos voltar para o mercado interno, produzindo no Brasil o que não podíamos importar, e substituindo as importações. É certo que, devido a uma melhora geral em nossas relações de troca ocorrida nesse período (nossas relações de troca estavam em um nível baixo em 47, subiram 186% até 54 e depois baixaram 25% até 61) e ao nosso crescente endividamento externo, foi-nos possível não limitar nossa capacidade de importar tão violentamente quanto a estagnação de nossas exportações sugere. Mas a pressão sobre nossa capacidade de importar foi suficiente para se transformar em um dos fatores básicos que criaram oportunidades de investimentos industriais no Brasil a partir de 1947.

Surgimento de uma Classe de Empresários Industriais. No Brasil surgiu durante essas três décadas de revolução industrial uma poderosa classe ou grupo de empresários industriais. Uma revolução industrial em moldes capitalistas, aliás, só pode ser realizada desde que surja um grupo de homens com espírito empresarial, com capacidade de inovação, com possibilidades de comandar o processo de investimento e com disposição para arriscar. No século XX, o Brasil foi um dos poucos países onde surgiu uma classe de empresários industriais capitalistas, já que poucos outros países de economia basicamente capitalista realizaram sua revolução industrial, promoveram a arrancada de seu desenvolvimento neste século. Os empresários brasileiros, ou melhor, os empresários paulistas, segundo pesquisa que realizamos,³² eram em geral

³¹ Fonte: *Programa de Ação Econômica do Governo, 1964-1966*, PAEG (Síntese), Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, Documentos EPEA n.º 1, novembro de 1964, pág. 122.

³² Cf. Luiz Carlos Bresser Pereira, "Origens Étnicas e Sociais do Empresário Paulista", em *Revista de Administração de Empresas*, n.º 11, junho de 1964.

imigrantes eles mesmos (50%), ou filhos e netos de imigrantes. Apenas 16% dos empresários tinham origem em famílias brasileiras, em que os pais e os avós eram brasileiros. Eram também em sua grande maioria originários da classe média. Segundo o critério que estabelecemos nessa pesquisa para classificação dos empresários em classes sociais, na época de sua infância ou adolescência, em que foram levados em consideração a profissão do pai, a situação econômica da família, o fato de estar ligado ou não aos antigos grandes fazendeiros e exportadores, a educação do pai, a educação do próprio empresário, a origem étnica do empresário, a idade com que ele começou a trabalhar, temos que 57,8% dos empresários industriais paulistas se originaram da classe média (superior, média e inferior), 21,6% tiveram origem na classe alta inferior, constituída de famílias ricas, mas não tradicionais, 16,7% vieram da classe baixa e apenas 3,9% originaram-se da classe alta superior, da aristocracia brasileira. A revolução industrial brasileira, portanto, foi realizada basicamente por empresários imigrantes, ou filhos e netos de imigrantes, originários da classe média. Esta constatação é fundamental para compreendermos o comportamento econômico, político e social dos empresários brasileiros e o próprio processo de desenvolvimento do país.

Alta Relação Marginal Produto-Capital. A alta relação marginal produto-capital, ou seja, a alta produtividade dos investimentos realizados no Brasil, facilitou extraordinariamente o desenvolvimento econômico do país. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas existentes para o período 47-61, tivemos uma taxa média anual de formação bruta de capital relativamente modesta de 16,6%, e uma taxa de investimentos líquidos (excluída a depreciação) de apenas 11,6%. Não obstante, tivemos durante esse período uma taxa média anual de crescimento do produto de 5,8%, o que significa uma relação marginal produto-capital de 0,5%.³³ Para cada unidade adicional de capital (excluída, portanto, aquela parte do investimento destinada a substituir o desgaste dos equipamentos representado pela depreciação) tínhamos meia unidade de crescimento do produto. Essa é sem dúvida uma rela-

³³ PAEC, 1964-66, pág. 18.

ção marginal produto-capital muito favorável, que "pode ser atribuída: ao caráter extensivo da produção agrícola; à concentração de investimentos na indústria manufatureira, sobretudo em ramos industriais de baixa relação capital-produto (ou seja, alta relação produto-capital); à proporção relativamente pequena de investimentos em habitação e em certos serviços de utilidade pública; e, finalmente, à contabilização dos equipamentos importados a taxas cambiais subsidiadas".³⁴ Em outras palavras, o investimento no Brasil foi realizado em setores de rentabilidade maior e mais rápida, nos quais um investimento relativamente pequeno permitia, seja diretamente, seja através de economias externas, um grande crescimento do produto. É claro, porém, que esse fator favorável teria ou terá que ser compensado, como veremos no capítulo V, em um período subsequente, quando se tornar imperiosa a realização em uma proporção maior de investimento de infra-estrutura ou de habitação, que apresentam uma relação produto-capital mais baixa.

Estatização. Esta é uma característica do desenvolvimento econômico brasileiro que muitas vezes tem sido apresentada em tom de denúncia. E de fato, dentro do espírito de uma ideologia liberal, pura, qualquer estatização será inevitavelmente condenada. Na verdade, porém, o liberalismo como prática econômica está morto e enterrado há muito tempo. Não podendo sobreviver como prática econômica, mantém-se à tona apenas como ideologia. Mas mesmo como ideologia não tem a longo prazo condições de manter-se. A estatização, não no sentido de domínio completo da economia pelo Estado, não no sentido de abolição da propriedade privada dos bens de produção (isso seria socialismo), mas de participação crescente do Governo no produto e no investimento nacional, é uma constante no processo de desenvolvimento capitalista em todos os países do mundo. Os Governos não só cada vez interferem mais na economia de forma indicativa, planejando seu desenvolvimento, estabelecendo prêmios e punições de ordem fiscal e creditícia aos investimentos privados, controlando o crédito, como também realizam eles próprios uma parte cada dia maior dos investimentos necessários. Na

³⁴ *Idem*, pág. 19.

França, por exemplo, mais de 50% dos investimentos são realizados pelo Governo e pelas empresas sob controle governamental. No Brasil, "em face das modificações estruturais ocorridas na economia, um aumento rápido da urbanização e crescimento das indústrias pesadas, era perfeitamente natural que os investimentos infra-estruturais aumentassem em termos relativos, exigindo-se maior esforço do Governo, tanto na prestação de serviços como no processo de formação de capital, e maior participação do setor público no dispêndio total, à semelhança do que ocorreu com todos os países em rápida industrialização".³⁵

Assim, a participação do setor público no dispêndio total, que era de 17,1% em 47, cresce para 23,9% em 56 e para 25,9% em 60. A partir de 56, quando o Governo federal se transforma em um agente deliberado e bem sucedido do desenvolvimento econômico, o aumento da participação do Governo ocorre exclusivamente devido ao aumento dos investimentos (que sobem de 3,3% para 5,7% do dispêndio total em 60) e não ao aumento do consumo público, das transferências e dos subsídios governamentais, que constituem as outras parcelas do gasto público.³⁶

Esse crescimento extraordinário dos investimentos públicos pode ser melhor ilustrado com os seguintes números: em 56 o setor público, inclusive empresas do Governo, era responsável por apenas 28,2% do investimento total, da formação bruta de capital do país. Em 60 essa porcentagem alcançava 48,3%.³⁷ (Essa porcentagem continuaria a crescer, de forma que, em 64, 60% do investimento estavam sendo realizados pelo setor público.)³⁸ Transformava-se assim o setor público, à medida que se tornava responsável por uma parcela crescente do fator estratégico do desenvolvimento, ou seja, dos investimentos, no setor dinâmico desse desenvolvimento. Cada vez mais passava a caber ao Governo não só a definição da política econômica a ser seguida, através do processo de planejamento econômico, como também a própria execução dessa política através de grandes investimentos

³⁵ *Plano Trienal, op. cit.*, pág. 39.

³⁶ *Idem.*

³⁷ Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

³⁸ PAEG, 1964-66, pág. 60.

na indústria de base, nos transportes, na energia, no desenvolvimento regional, na exploração de recursos naturais e na educação; "a crescente participação do Governo como alocador de recursos disponíveis do país deve ser entendida como consequência das próprias condições nas quais atualmente se processa nosso desenvolvimento, baseado em modificações estruturais da procura de bens e serviços. A força propulsora desse desenvolvimento está longe de ser apenas o empresário, como na interpretação schumpeteriana do desenvolvimento econômico. Na maior parte dos países subdesenvolvidos, o processo de desenvolvimento parece ser, atualmente, um processo social, nacional e nacionalista. Em maior ou menor grau, o Governo é o seu agente mais conspícuo e ativo e, na maior parte dos casos, o Governo é, por sua vez, o portador de reivindicações populares intensamente sentidas. Atrás dessas reivindicações encontra-se um desejo generalizado por padrões de vida mais elevados".³⁹

A estatização é portanto uma decorrência do próprio processo de desenvolvimento. Nos Estados Unidos, a participação das despesas públicas no produto nacional bruto era de 2,5% em 1880, subiu para 19,8% em 1957; na França era de 14% em 1913, passou para 32,3% em 1957; na Inglaterra era de 8,9% em 1890, passou para 36,6% em 1955.⁴⁰ No Brasil ocorreu o mesmo processo. Entretanto, ao contrário daqueles países, o aumento da carga tributária no Brasil não foi suficiente para fazer face ao aumento dos gastos governamentais, situando-se aí uma das causas principais da inflação, como veremos em seguida.

Inflação. Foi uma das constantes de nosso desenvolvimento. Entre 1930 e 1960, os preços subiram no Brasil 3.195%. Nos anos quarenta, a taxa de inflação anual no Brasil girou em torno dos 10%; nos anos cinquenta, em torno dos 20%, com exceção de 59, quando o custo de vida na Guanabara aumentou 52%. Nos anos sessenta, a inflação atingiria uma média superior a 50%.

³⁹ Antonio Delfim Netto, Affonso Celso Pastore, Pedro Cipollari e Eduardo Pereira de Carvalho, *Aspectos da Inflação Brasileira e suas Perspectivas para 1965*, Associação Nacional de Programação Econômica e Social, ANPES, 1965, São Paulo, pág. 17, edição mimeografada.

⁴⁰ *Idem*, pág. 82.

Enquanto a inflação permaneceu em níveis razoáveis, enquanto seu limite era de aproximadamente 20%, não há dúvida de que constituiu-se em um fator mais positivo do que negativo no processo de desenvolvimento econômico do país. Certamente teria sido preferível que todo o desenvolvimento ocorresse sem inflação, e teoricamente isso é possível. Para o Brasil, porém, país subdesenvolvido passando por um rapidíssimo processo de industrialização, o desenvolvimento inflacionário era praticamente a única alternativa. Ou teríamos esse tipo de desenvolvimento ou a estagnação. Isso porque a inflação constituiu-se em uma válvula de escape para o desenvolvimento do país, na medida em que possibilitou o financiamento do aumento das despesas e investimentos governamentais que analisamos anteriormente.

Existem duas correntes que procuram explicar o processo inflacionário brasileiro: a corrente estruturalista, que atribui a inflação à inelasticidade da oferta em certos setores da economia, especialmente o setor da produção de bens agrícolas de consumo interno e as importações, que não responderiam adequadamente aos estímulos da demanda; e a corrente monetarista, que atribui a inflação aos *deficits* governamentais e a seu financiamento através de emissões. Quando a inflação girava em torno de 10 e mesmo 20% ao ano, as causas de ordem estrutural, especialmente a limitação à nossa capacidade de importar, podiam explicar uma parte considerável da inflação brasileira. Mesmo naquela época, todavia, não se constituía em uma explicação satisfatória. Um dos pontos básicos da teoria estruturalista é o de que, segundo as palavras do Plano Trienal, "a ação conjugada dos fatores apontados — crescimento intenso da demanda de produtos primários, conseqüente à rápida industrialização, e a relativa rigidez do setor primário — resulta numa elevação dos preços dos produtos agrícolas mais forte que a dos preços industriais".⁴¹ E para sustentar sua tese apresenta o plano o deflator dos preços dos produtos agrícolas de mercado interno e dos produtos industriais, respectivamente 683 e 426,6, em 60, partindo-se de um índice 100 em 49. Este deflator, todavia,

⁴¹ Plano Trienal, *op. cit.*, pág. 126.

não é merecedor de crédito. Conforme observa o PAEG, no setor dos preços por atacado o preço dos produtos agrícolas, partindo-se de uma base 100, em 52, subiu a 411, em 60, contra 520 dos preços dos produtos industriais.⁴² Há, portanto, visíveis contradições entre os dois índices, os primeiros derivados das Contas Nacionais divulgadas pela Fundação Getúlio Vargas e os últimos com base nos índices 46 e 49 da *Conjuntura Econômica*. Essa contradição já havia sido observada por Antonio Delfim Netto, que, depois de submeter esses índices a um longo processo de análise, conclui que "possivelmente existe um erro no deflator da renda industrial, erro que de fato produz uma subestimação dos aumentos de preços verificados a partir de 54... até, portanto, que seja demonstrado como foram obtidos os resultados, parece-nos legítima a dúvida quanto a eles e quanto ao diagnóstico (que pensamos incorreto) de que 'a relação de preços de intercâmbio é crescentemente favorável à agricultura, em seu conjunto, ao longo de todo o período' (afirmação do *Plano Trienal*).⁴³

Nesses termos, resta como ponto de apoio para a teoria estruturalista a limitação à nossa capacidade de importar. Mas evidentemente esse elemento apenas não seria suficiente para explicar o processo inflacionário brasileiro. Teremos então que ficar com a teoria monetarista? Esta é a primeira impressão que temos, quando lemos o melhor trabalho realizado até hoje no Brasil sobre a inflação: *Aspectos da Inflação Brasileira e suas perspectivas para 1965*.⁴⁴ Declaram os autores nesse livro que "quatro são as variáveis explicativas da inflação brasileira: os *deficits* do setor público e sua forma de financiamento; as pressões de custo derivadas dos reajustamentos salariais; as pressões de custo derivadas das desvalorizações cambiais; e as pressões derivadas do setor privado da economia".⁴⁵ Todas essas causas são ao mesmo tempo interdependentes e independentes. O processo inflacionário pode começar por qualquer um dos quatro fatores, mas "uma vez iniciado tem condições para criar a sua perpetuação e a sua

⁴² PAEG, *op. cit.*, pág. 95.

⁴³ Antonio Delfim Netto, "Nota sobre alguns aspectos do Problema Agrário", em *Temas e Problemas*, primeiro caderno, 1964, págs. 22 e 23.

⁴⁴ Antonio Delfim Netto e outros, *op. cit.*

⁴⁵ *Idem*, pág. 16.

aceleração".⁴⁶ O processo inflacionário pode começar pelos *deficits*, que são financiados em sua maior parte por emissões, pode ser estimulado por aumentos salariais (inflação de custos) superiores à taxa de desvalorização da moeda, por pressões do setor privado, seja no sentido de obter mais créditos, seja visando reduzir sua liquidez e conseqüentemente aumentar a velocidade-renda da circulação da moeda, e finalmente pelas desvalorizações cambiais. Apenas em relação a estas últimas existe um componente estrutural, na medida em que as elevações da taxa cambial forem derivadas de uma oferta de cambiais condicionadas pelas limitações ao aumento de nossas exportações. Com base nessas quatro variáveis construíram os autores uma equação, que lhes permitiu atingir a um coeficiente de determinação de 92,7%, ou seja, uma equação cujas variáveis explicam 92,7% das flutuações da taxa anual de inflação entre o período de 45 a 63. Além disso, através de seu modelo foram eles capazes de em 64 prever, com dados de 63, a taxa de inflação de 64. Previram um aumento de 82%, e a taxa afinal verificada foi de 87%.⁴⁷ Vamos, portanto, que nesse estudo os componentes monetaristas são predominantes.

Entretanto, uma leitura mais cuidadosa do texto nos levará a outra interpretação. Em sua análise das duas teorias explicativas da inflação, salientam os autores, com muita propriedade, que "a maior divergência entre as duas explicações está nas implicações econômicas que decorrem dos diagnósticos. Para a corrente estruturalista, a inflação é um fenômeno quase normal no processo de desenvolvimento econômico... para a explicação monetarista, a inflação nada tem a ver com o desenvolvimento, devendo mesmo ser eliminada em razão das distorções que provoca no sistema".⁴⁸

Ora, embora sem chegar ao exagêro de considerar a inflação uma condição do desenvolvimento, os autores estão longe de condená-la totalmente e jamais cometem a ingenuidade de atribuí-la à irresponsabilidade dos governantes, como fazem muitos expoentes da teoria monetarista. Reconhecem eles o papel fundamental do Governo na criação de uma pou-

⁴⁶ *Idem*, págs. 26 e 29.

⁴⁷ *Idem*, págs. 26 e 29.

⁴⁸ *Idem*, pág. 15.

pança forçada e na promoção do desenvolvimento econômico, não só através da definição da política econômica, mas também através de investimentos. "Do exame das condições inerentes ao desenvolvimento das nações economicamente atrasadas no século presente, verifica-se que dificilmente o processo pode ganhar momento pela ação unilateral de uma classe de empresários schumpeterianos. O conflito entre o consumir agora e o consumir mais no futuro faria com que a tentativa de uma maior acumulação de capital resultasse em pressões inflacionárias suficientemente amplas para inibir o próprio processo. O impulso para a industrialização passa a ser, nestes termos, um dos fins últimos do próprio Estado. Os centros de decisão política que comandam a sociedade passam, necessariamente, a interessar-se diretamente e a ser responsáveis, em grande parte, pela *performance* do sistema econômico".⁴⁹

Em outras palavras, o Governo tem uma função fundamental no processo de desenvolvimento econômico. Barreiras institucionais de diversas ordens, todavia, as pressões dos empresários por maiores lucros, as pressões dos operários por maiores salários, em virtude do chamado efeito de demonstração (imitação dos padrões de consumo dos países industrializados), a pressão demográfica, a assimilação de técnicas de produção inadequadas aos países subdesenvolvidos, e o próprio comportamento dos mercados internacionais, ao qual já nos referimos, todos esses fatores pressionam a economia no sentido da inflação.⁵⁰

A solução teórica seria o Governo, ao ver suas funções aumentadas, aumentar correspondentemente sua carga tributária. Foi o que realizaram os países desenvolvidos. Existe uma clara correlação entre o nível de desenvolvimento dos países e sua carga tributária em relação ao Produto Interno Bruto. Quanto maior o desenvolvimento, tanto maior será a carga tributária. Eis alguns países e sua respectiva carga tributária: em 1960: Noruega, 31,4%; Suécia, 31,3%; Holanda, 30,3%; Itália, 28,8%; Grã-Bretanha, 28,2%; Estados Unidos, 27,7% (desenvolvidos); contra Honduras, 19,2%; Costa

⁴⁹ *Idem*, pág. 10.

⁵⁰ *Idem*, págs. 6 a 9.

Rica, 14,8%; Equador, 14,5%; Colômbia, 11,3%; Índia, 9,1% (subdesenvolvidos).⁵¹

No Brasil, em 60, a carga tributária era de 22,9%, contra 14,7% em 47. Verificou-se, portanto, um aumento considerável de carga tributária. Este aumento, todavia, não foi correspondente ao aumento dos encargos governamentais, de forma que, a partir de 56, o *deficit* de caixa da União passa a girar em torno de 3% do Produto Interno Bruto, decorrendo daí poderosa pressão inflacionária.

Em outras palavras, quando foi preciso que o Governo assumisse uma quantidade crescente de responsabilidades na promoção do desenvolvimento econômico nacional, não foi possível aumentar correspondentemente a carga tributária, devido aos obstáculos inerentes ao sistema. Para o estágio de desenvolvimento do país a carga tributária era adequada, e no entanto insuficiente. Era adequada porque proporcional à renda *per capita* do país, era insuficiente porque os encargos do Governo eram muito maiores do que a receita tributária. E seria difícil sair desse beco sem saída, já que essa carga tributária recai apenas sobre aproximadamente a quarta parte da população brasileira, que participa regularmente do mercado interno e paga impostos, especialmente impostos indiretos. Aumentar a carga tributária desse grupo, para inclusive promover, através de investimentos governamentais, a integração no mercado das outras três quartas partes da população brasileira, seria, portanto, perigoso, podendo resultar em um desestímulo aos investimentos privados. Não havia outra alternativa para a economia senão encaminhar-se no sentido da inflação, que, além de possibilitar ao Governo realizar os gastos programados, funcionava como instrumento promotor de poupança forçada ao mesmo tempo em que mantinha elevada, ainda que sob muitos aspectos artificialmente, a demanda.

Ao contrário do que pensam os monetaristas, portanto, a inflação, pelo menos uma inflação moderada, é um processo inerente ao desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. No Brasil constitui-se em uma forma de tributação indireta, que permitiu resolver o problema das crescentes responsabili-

⁵¹ Centro de Estudos Fiscais, Fundação Getúlio Vargas, em *Revista Brasileira de Economia*, março de 1963.

des do Estado em relação à economia. Enquanto não atingiu os índices extraordinários dos anos sessenta, constituiu-se não só em um fenômeno natural, mas necessário ao processo de desenvolvimento do país.

Urbanização. É um fenômeno que surge como uma constante dentro do processo de desenvolvimento econômico do país. Segundo o Censo de 40, 31,24% da população brasileira era urbana contra 68,76% rural; em 60, a população urbana já havia atingido a 45,08% da população total; antes de 70 deverá ser superada a marca dos 50%. A urbanização tem em geral três origens: o processo de industrialização, que exige constantemente um maior número de obras nas indústrias e serviços auxiliares localizados nas cidades; o desenvolvimento do sistema de transporte, principalmente do transporte por caminhões, que permite aos trabalhadores das cidades habitar nas pequenas cidades interioranas e trabalhar no campo (esta tendência, aliás, foi intensificada devido à extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo, desincentivando os fazendeiros a manter colonos); e finalmente a urbanização pode ter origem não na demanda de empregos pelo setor urbano, mas simplesmente pela impossibilidade de sobrevivência no setor rural. Em São Paulo, foram mais típicos o primeiro e mais recentemente também o segundo tipo de urbanização. No Nordeste, o terceiro tipo de urbanização foi muito comum. Os dois primeiros tipos estão diretamente relacionados com o processo de desenvolvimento econômico e podem ser considerados naturais. O terceiro tipo é uma aberração. Ameaçado pela fome, o trabalhador rural procura as grandes cidades, onde, através de expedientes, poderá meramente sobreviver, ainda que em condições miseráveis.

Aumento da Taxa de Crescimento da População. É outra constante do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. À medida que se elevam os padrões de consumo, melhoram as condições de higiene, estende-se o âmbito da medicina preventiva. A própria medicina curativa começa a abranger cada vez maior número de pessoas, através da medicina institucionalizada, seja de origem estatal, seja de origem privada, nas grandes empresas. E à medida que esses fatos vão ocorrendo, reduz-se a taxa de mortalidade da população. Entretanto, enquanto uma porcentagem considerá-

vel da população não atinge a padrões de consumo próprios da classe média, enquanto os gastos da grande maioria da população com os filhos são relativamente reduzidos, limitando-se à alimentação e a um mínimo de vestuário, já que os serviços de educação e assistência médica ou são gratuitos ou não são prestados, quando essas condições prevalecem em uma determinada sociedade (é o que ocorre no Brasil), a taxa de natalidade não se reduz. Nesses casos, os estímulos à redução da natalidade continuam pequenos, enquanto os estímulos a famílias grandes, inclusive a idéia de que "seguro de pobre é filho homem", continuam a prevalecer. Dessa forma, reduzindo-se a taxa de mortalidade e mantendo-se a de natalidade, o resultado é o aumento da taxa de crescimento da população.

No Brasil, a taxa anual de crescimento da população, que foi de 1,5% entre 20 e 40, subiu para 2,4% entre 40 e 50, e para 3,1% na década seguinte, admitindo-se uma taxa próxima a 3,5% nos anos sessenta. Esta última, aliás, foi a taxa de crescimento da população ativa nos anos cinquentas.

Um crescimento tão extraordinário da população traz consigo uma série de problemas. Aumenta a necessidade de investimentos em setores assistenciais e na educação. Cresce relativamente a porcentagem da população inativa. O crescimento anual do produto em termos percentuais tem que ser maior para que não seja prejudicada a taxa de crescimento do produto *per capita* (já que este é igual à taxa de crescimento do produto menos a taxa de crescimento da população). Criam-se problemas para a absorção anual da mão-de-obra. No Brasil, por exemplo, estima-se que, com um crescimento de 3,5% ao ano da população ativa, sejam somadas anualmente à força de trabalho 1.100.000 pessoas. Ora, durante os anos sessenta, apesar do extraordinário desenvolvimento industrial, a indústria de transformação teve o número de seus empregados elevado a uma taxa anual de apenas 3%, o que se explica pelo uso de tecnologia capital intensiva, economizadora de mão-de-obra. Esse crescimento de 3%, quando comparado com os 3,5% de crescimento da população ativa e com os 5,4%⁵² de crescimento da população urbana, revelou-se claramente insuficiente.

⁵² PAEG, *op. cit.*, págs. 22 e 36.

Distribuição Desequilibrada da Renda. Em relação à distribuição regional da renda, só temos dados para o período 50-60. Manteve-se o desequilíbrio regional. Para têmos uma idéia dêsse desequilíbrio, tomemos a renda *per capita* das diferentes regiões do país como porcentagem da média nacional, em 60. A renda do Nordeste nesse ano era 50,6% da média nacional, contra 133% do Centro-Sul e 177,7% de São Paulo. O estado mais pobre da União, o Piauí, tinha uma renda *per capita* de apenas 28,8% da média nacional. Não houve, todavia, uma agudização dos desequilíbrios regionais. Conforme nos mostra o Quadro III, o Nordeste, em 50, tinha uma renda *per capita* de 48,5% da média nacional e em 60 essa porcentagem subira para 50,6%. É verdade que, em 55, essa porcentagem havia caído para 42,9%. Entretanto a Petrobrás, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco e a ação da SUDENE fizeram com que aquela tendência fôsse mudada. Entre os fatores que influenciaram aquela perda relativa de renda para o Nordeste nos primeiros cinco anos da década de cinquenta salienta-se a política cambial do pós-guerra, que penalizando as exportações e favorecendo as importações, especialmente as importações de equipamentos e matérias-primas, prejudicou as regiões do país tipicamente exportadoras, como é o caso do Nordeste.

Aumento de Salários. Entre 47 e 60, os assalariados aumentaram sua participação na renda de 56 para 65%.⁵³ Este dado, todavia, deve ser encarado com reserva. Esse aumento ocorreu especialmente a expensas da redução da participação dos profissionais liberais, administradores de empresas e proprietários de empresas individuais, cuja participação se reduziu de 26 para 18%, enquanto a participação do grupo capitalista (lucros, juros e aluguéis) aumentava de 18 para 20%. Ora, esse aumento de participação dos assalariados a expensas particularmente dos profissionais liberais explica-se em parte devido ao fato de que muitos dêstes tornaram-se assalariados. Além disso, enquanto a carga de impostos diretos aumentava de apenas 21%, entre 47 e 60, a carga de impostos indiretos, que atinge mais fortemente a renda dos

⁵³ Fonte: *Idem*, pág. 40.

Quadro III

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA RENDA "PER CAPITA"

(por cento da média nacional)

<i>Regiões e Estados</i>	1950	1955	1956	1957	1958	1959	1960
NORTE	65,1	56,7	65,3	67,7	61,6	58,8	60,7
Amazonas ...	76,3	62,8	75,1	78,1	72,3	66,8	68,3
Pará	58,5	53,1	59,4	61,4	55,1	53,9	56,1
NORDESTE ...	48,5	42,9	44,7	46,6	44,7	48,4	50,6
Maranhão ...	34,0	29,3	28,6	30,2	31,0	33,7	34,4
Piauí	28,7	24,9	27,1	28,2	26,5	29,0	28,8
Ceará	47,0	35,8	39,7	41,5	30,1	41,6	44,9
R. G. do Norte	53,0	44,6	53,8	48,6	40,4	53,0	56,7
Paraíba	48,5	41,6	43,4	42,7	38,6	46,4	53,9
Pernambuco ..	61,1	53,9	56,7	61,4	61,9	61,4	60,4
Alagoas	43,8	39,0	43,9	48,6	50,7	49,9	50,5
Sergipe	48,9	46,3	51,7	54,1	55,9	57,1	54,7
Bahia	49,7	48,6	47,5	48,8	50,2	51,7	55,7
CENTRO-SUL .	140,3	141,1	138,5	137,4	137,4	135,4	133,5
Espírito Santo	78,7	77,2	72,1	77,1	67,3	65,6	64,5
Minas Gerais	74,5	78,9	78,8	81,4	74,2	73,9	70,9
Rio de Janeiro	101,8	93,5	100,7	89,4	96,9	96,6	95,0
Guanabara ..	334,0	308,2	326,1	312,4	326,0	316,5	291,0
São Paulo ...	188,6	187,2	178,5	177,1	180,5	177,3	177,7
Paraná	117,7	116,5	89,3	96,4	103,1	107,9	110,7
Santa Catarina	83,9	88,9	90,2	88,0	89,5	86,5	89,6
R. G. do Sul	111,9	127,2	132,2	126,7	118,9	117,6	120,0
CENTRO-OESTE	59,9	73,6	69,2	63,8	66,8	60,9	59,3
Mato Grosso .	72,4	97,4	93,1	84,7	94,4	71,4	78,1
Goiás	54,5	62,9	58,4	54,3	54,3	56,2	51,2

Fonte: *Plano Trienal, 1963-1965*, pág. 86.

assalariados, crescia 72%,⁵⁴ de forma que, na realidade, "a participação da remuneração do trabalho cresceu muito menos em relação ao produto a preços do mercado do que em relação ao produto a custo dos fatores".⁵⁵

Houve, todavia, aumento do salário real, conforme podemos observar pelo Quadro IV, especialmente entre 45 e 60. O aumento da renda *per capita* foi assim distribuído pela população, pelo menos a população urbana. Apenas os funcionários públicos teriam tido seu salário real reduzido. Esse dado, todavia, pode ser discutido. A baixa apresentada pode ser atribuída ou à escolha de um momento desfavorável para a realização do levantamento inicial, ou final, ou ao fato de haver-se modificado a escala de salários do funcionalismo público.

Os assalariados mantiveram assim sua participação na renda relativamente estável; seus salários, todavia, cresceram, acompanhando o crescimento da renda *per capita*. Segundo cálculos do *Plano Trienal*, o salário médio real do trabalhador brasileiro teria crescido entre 50 e 60 à taxa anual de

Quadro IV

ÍNDICE DE SALÁRIO REAL

(Estado da Guanabara)

Ano	Operário Comum	Operário Qualif.	Funcionário Padrão E
1928	100	100	100
1945	69	69	101
1960	145	111	74

Fonte: *Desenvolvimento e Conjuntura*, julho de 1961, pág. 75.

⁵⁴ Fonte: Centro de Estudos Fiscais, F.G.V., *Revista Brasileira de Economia*, março de 1963, pág. 23.

⁵⁵ PAEG, *op. cit.*, pág. 41.

2,7%. Esse crescimento dos salários permitiu um aumento médio anual, entre 47 e 45, de 2,5% para o consumo privado. O consumo público, por sua vez, aumentou nesse período à taxa de 5,5% ao ano, de forma que o consumo total cresceu à taxa de 3% ao ano, ou seja, à mesma taxa de crescimento da renda *per capita* nesse período, o que significa que o desenvolvimento foi realizado sem que fôsse necessário aumentar a taxa de poupança,⁵⁶ que durante todo o período girou em torno de 16% do Produto Interno Bruto.⁵⁷

O Modelo de Desenvolvimento

Depois dessa análise que acabamos de realizar das características fundamentais do desenvolvimento econômico brasileiro — industrialização, processo de substituição de importações, limitações à nossa capacidade de importar, estatização, alta relação marginal produto-capital, inflação, urbanização, aumento da taxa de crescimento da população, manutenção dos desequilíbrios regionais, aumento dos salários reais e do consumo — estamos prontos para montar um modelo do processo de desenvolvimento do país. Na Figura 1, temos uma esquematização gráfica desse modelo. Como não poderia deixar de ser, trata-se de um esforço de abstração, em que apenas os elementos fundamentais e as relações básicas entre esses elementos são representados.

A Revolução Industrial Brasileira, que procuramos analisar neste capítulo, teve dois grandes agentes fundamentais: os *empresários* industriais e o *Govêrno*. Durante as duas primeiras décadas, a iniciativa coube especialmente aos primeiros. Ao Govêrno cabia fundamentalmente criar estímulos à industrialização, o que foi possível graças à *Revolução de 30*, que apeou do poder a velha aristocracia agrário-comercial anti-industrialista. Esta predominância dos empresários permitiu que o país se desenvolvesse fundamentalmente em moldes capitalistas. Foi só nos anos cinqüenta, e especialmente a partir da segunda metade dessa década, que o Govêrno tomou parte mais ativa e direta na realização dos investimentos necessários ao desenvolvimento do país. Esta maior participa-

⁵⁶ *Plano Trienal, op. cit.*, págs. 23 a 29.

⁵⁷ *Idem*, pág. 44.

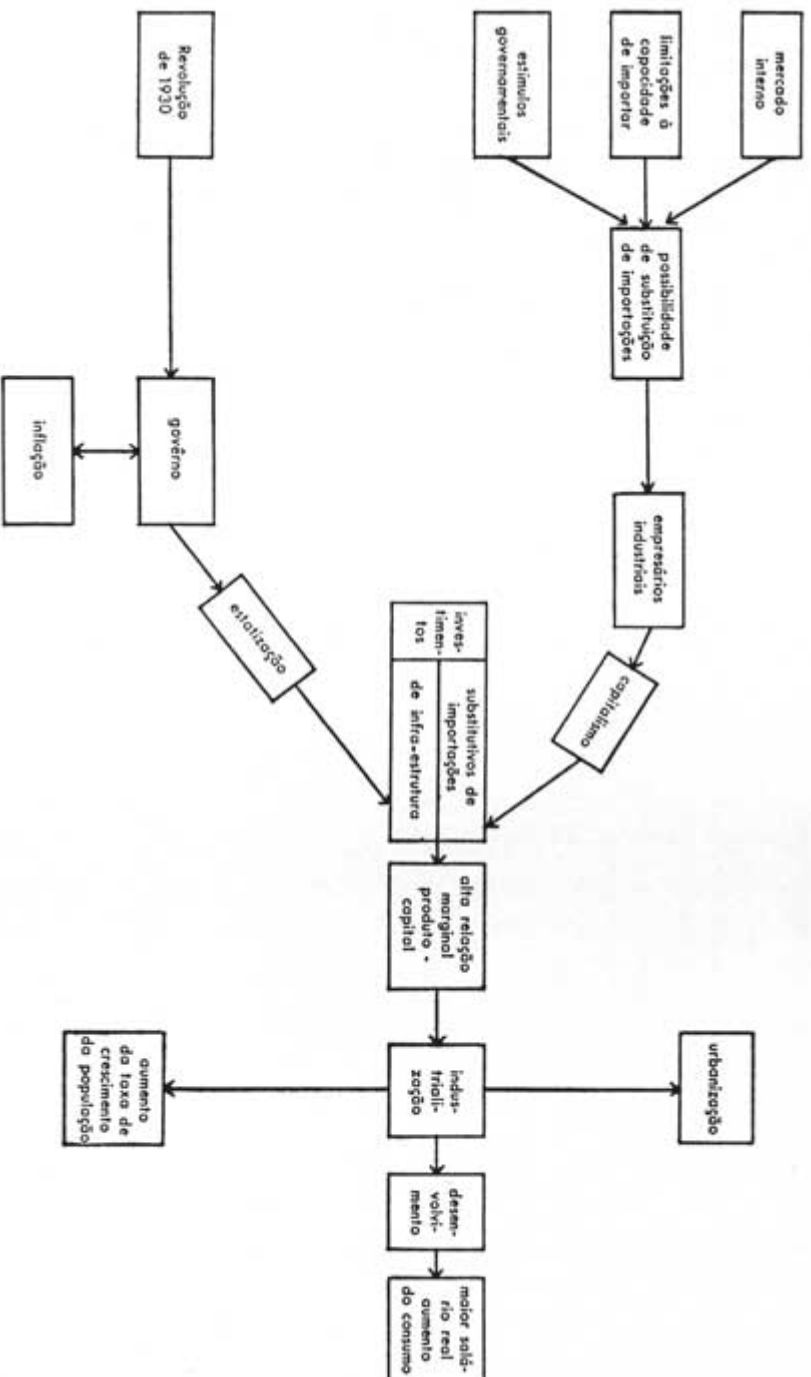


Figura 1 - Modelo do Desenvolvimento Brasileiro, 1930-61

ção do Governo teve como ônus a aceleração da taxa de *inflação*, já que o Governo não tinha condições políticas nem as empresas condições econômicas, um para impor, as outras para suportar, um aumento da carga tributária maior do que o que ocorreu.

A oportunidade de investimentos que permitiu o surgimento de uma classe de empresários industriais no Brasil resultou fundamentalmente de três fatores: existência de um *mercado interno* ainda que incipiente; *limitações à capacidade de importar*, às quais a economia brasileira foi submetida a partir dos anos trinta, provocando o aumento dos preços dos produtos importados, especialmente dos bens de consumo manufaturados, e permitindo sua produção internamente; e os *estímulos governamentais*, seja mantendo a demanda interna, como aconteceu nos anos trinta, com a compra dos excedentes de café, seja subsidiando a importação de equipamentos, como aconteceu no pós-guerra, seja transferindo renda da agricultura para a indústria, como aconteceu através da política cambial, seja protegendo a indústria nacional contra a estrangeira, como foi feito através da política cambial e tarifária. Esses três fatos abriam uma possibilidade de *substituição de importações*, e podemos afirmar que foi fundamentalmente através desse processo que ocorreu a industrialização brasileira. Os *investimentos* do setor privado foram realizados fundamentalmente tendo em vista a substituição de artigos manufaturados importados. Já os investimentos governamentais destinaram-se à infra-estrutura, ao petróleo, ao sistema de transportes e comunicações, à energia, à indústria siderúrgica, criando assim condições para o investimento privado.

A realização de investimentos pelo setor privado e pelo público, todavia, nunca chegou a níveis extraordinários, de forma a exigir um esforço de poupança muito grande da população. O que permitiu uma alta taxa de crescimento do produto sem um grande esforço de poupança de investimento foi a alta *relação marginal produto-capital*, ou seja, a alta produtividade dos investimentos realizados.

Como resultado disso, o país passou por um amplo processo de *industrialização*, instalou toda a sua indústria de consumo tanto leve como pesada, e fez extraordinários progressos no setor da indústria de base e da de equipamentos. A

industrialização trouxe consigo a *urbanização* e o *aumento da taxa de crescimento da população*. Antes de mais nada, todavia, a industrialização significou *desenvolvimento econômico*, que se expressou não só pelo *aumento da renda "per capita"* como também pelo *aumento dos salários reais e dos padrões de consumo*. Além disso, porém, a industrialização e o desenvolvimento econômico foram acompanhados de transformações estruturais de ordem social e política. Sobre essas transformações falaremos nos dois próximos capítulos.

CAPÍTULO III

Desenvolvimento Social*

AS GRANDES transformações econômicas de que foi palco o Brasil nos últimos trinta ou quarenta anos, das quais acabamos de apresentar um retrato sumário no capítulo anterior, foram acompanhadas de profundas transformações sociais. Sem atribuímos à expressão "desenvolvimento social" qualquer conotação valorativa, mas simplesmente identificando-a com o processo de transformação e pluralização social, não há dúvida de que o Brasil passou por um amplo processo de desenvolvimento social neste período. Será êle o objeto dêste capítulo. Os sintomas das transformações são inúmeros, nós os encontramos a todo instante. Não nos referimos agora às grandes mudanças do panorama físico do país, aos arranha-céus, às estradas asfaltadas, às grandes barragens, às fábricas. Ao invés disso poderíamos, por exemplo, examinar a edição do jornal *O Estado de São Paulo*. A leitura das páginas de propaganda solicitando empregados certamente nos impressionará pelo número enorme de anúncios pedindo engenheiros, vendedores, contadores, gerentes, técnicos, operários especializados, pessoal de propaganda, estenógrafas, encar-

* Este capítulo é baseado em um artigo publicado pelo autor no Vol. IV, n.º 3, julho de 1962, da revista *Journal of Inter-American Studies*, sob o título "The Rise of Middle Class and Middle Management in Brazil".

regados de departamentos de pessoal, compradores — todos empregados de nível médio nas empresas. Ou poderíamos, então, entrar em uma das mais importantes lojas de departamento de São Paulo, o Mappin. Se houvésssemos conhecido essa loja há trinta anos passados, certamente ficaríamos surpresos não só pelo seu crescimento físico, mas também pelas modificações no tipo de seus fregueses. Sem dúvida ainda encontraríamos alguns dos antigos fregueses — os representantes das velhas e tradicionais classe média superior e classe alta superior. Mas hoje a grande maioria de seus fregueses são um tipo de gente completamente diferente. São constituídos da nova, da sempre crescente classe média a qual aqueles anúncios estavam solicitando.

De fato, muitas coisas aconteceram no Brasil. Não encontramos mais Água de Vichy sendo servida nos restaurantes. Os fazendeiros, os criadores de gado, não mais importam manteiga. Embora possa parecer absurdo, isso era comum há trinta ou quarenta anos. Naquela época, o Brasil era um bucólico país agrícola, de economia nitidamente subdesenvolvida e colonial. Hoje o Brasil é um país industrializado, em um estágio intermédio de desenvolvimento.

Essa profunda transformação teve reflexos imediatos na estrutura social do país. Seu sistema de estratificação social modificou-se. Novas classes surgiram. Entre elas surgiu a nova classe média, a qual um intelectual pertencente à velha aristocracia, à classe alta superior, definiu, em conversa com amigos, de uma forma muito curiosa e significativa. Alguém lhe perguntou que tipo de gente iria assistir a um novo espetáculo teatral que estava sendo exibido em São Paulo, cujo mau-gosto era patente. A resposta veio imediatamente, com um incontável toque de desprezo: "Ora, a 'Mooca enriquecida' pagará para ver semelhante coisa..."

É esta "Mooca enriquecida", é a nova classe média e uma parte representativa da mesma, os administradores de nível médio, um dos objetos deste capítulo. Reveremos rapidamente alguns dos aspectos da Revolução Industrial Brasileira, da transformação tecnológica do sistema de produção no Brasil, para, em seguida, examinarmos as transformações sociais ocorridas, a emergência de uma classe média e, dentro desta, do pessoal de nível médio nas empresas. Analisare-

mos, então, o desenvolvimento dos administradores de nível médio no Brasil. Porque uma coisa parece indiscutível nos países capitalistas desenvolvidos: se o último século teve como figura dominante no setor econômico os empresários, os capitães de indústria, este século caracteriza-se pela ascensão do administrador profissional, geralmente proveniente da classe média. O que tentaremos descrever em seguida, portanto, são os primeiros passos da sociedade brasileira no sentido de se pluralizar, no sentido de diversificar suas classes sociais, dando-se especial ênfase ao processo de surgimento de uma classe de administradores de nível médio.

Teremos que enfrentar muitas limitações em nosso trabalho. Em primeiro lugar, os dados de que dispomos a respeito de nosso assunto não são muitos. As pesquisas a respeito de estrutura de classes e de mobilidade social, assim como os estudos a respeito do desenvolvimento dos administradores no Brasil estão ainda no começo. Em vista disto, seremos frequentemente obrigados a recorrer à nossa experiência e observação pessoal e às categorias gerais da macrossociologia, ao invés dos dados específicos derivados de pesquisas.

Mais significativas são as limitações de caráter pessoal e social do autor. Nosso objetivo é sermos objetivos. Mas "a vã esperança de descobrir a verdade numa forma independente de um grupo de significados histórica e socialmente determinados deve ser abandonada de vez".⁵⁹ Em outras palavras, as probabilidades que temos de sermos objetivos, quando fazemos pesquisas e procuramos traduzir a realidade social que nos rodeia, são pequenas. Os homens são condicionados pelos sentimentos e valores dos grupos e classes sociais a que pertencem. Por outro lado, os grupos e classes sociais só podem ser compreendidos quando enquadrados dentro de uma situação histórica determinada. Além disso, nossas motivações subconscientes e todos os conflitos que caracterizam a personalidade humana não nos permitem controlar perfeitamente nossas percepções da realidade e de nossos próprios valores.

Entretanto, não há dúvida de que podemos ser mais, ou menos, objetivos. O grau de nossa objetividade dependerá

⁵⁹ Karl Mannheim, *Ideologia e Utopia*, Editora Globo, 1956, Porto Alegre, pág. 74.

de nossa capacidade de auto-análise, da precisão dos instrumentos de pesquisa de que usemos, e da nossa própria honestidade. Em qualquer hipótese, porém, é importante que o leitor esteja sempre precavido contra as condicionantes do autor, cujas características tanto o leitor como o próprio autor devem conhecer.

A Estrutura Social Tradicional

Todo o desenvolvimento social de que foi palco a sociedade brasileira nas últimas três ou quatro décadas teve como mola as profundas transformações econômicas que estudamos no último capítulo. O Brasil passa então por um período decisivo de forma aleatória, ao sabor dos azares de seu comércio internacional, tende a tornar-se automático e necessário. As forças semifeudais, que até então dominavam o Brasil, através de um acôrdo tácito com as grandes potências industriais, começam a ver seu poder reduzir-se rapidamente. É neste período que o Brasil muda de objeto para sujeito de história e começa a se tornar senhor de seu próprio destino. Até aquele momento somente em um sentido legal o Brasil podia ser considerado uma nação. Sua economia estava orientada para a Europa e os Estados Unidos, dos quais não passava de uma unidade complementar. Seu papel consistia em exportar produtos agrícolas em troca de artigos manufaturados que iriam ser consumidos pela pequena minoria rica da população. Internamente, sua economia era de subsistência; o que não era produzido para exportar destinava-se em sua grande maioria ao autoconsumo. O mercado interno, essencial para o desenvolvimento econômico, só começaria a se tornar significativo a partir de 30.

O processo de industrialização que ocorreu no Brasil nos últimos 35 anos transformou este quadro de maneira notável. Neste período ocorreu a Revolução Nacional Brasileira. Não significa isto que o Brasil se tenha transformado em um país desenvolvido, que tenha obtido sua independência política, econômica e cultural. Mas um grande caminho foi percorrido nesse sentido. O processo foi sinuoso e contraditório, cheio de compromissos, de concessões, de tentativas bem e mal sucedidas, de retrocessos. Sem dúvida, porém, grandes trans-

formações, e em geral transformações no sentido de desenvolvimento econômico e social, ocorreram no Brasil. Economicamente, embora ainda se conserve um país subdesenvolvido, já possui uma indústria poderosa e regiões em que o padrão de vida é elevado. Politicamente, embora ainda seja um país dependente, já realizou grandes esforços no sentido de criar internacionalmente uma personalidade própria. Socialmente as transformações por que passou foram profundas, como veremos a seguir.

Na medida em que o Brasil era um país periférico, agrícola e inteiramente subdesenvolvido, sua estrutura social era muito simples antes de 30. A Declaração de Independência não transformou o Brasil em uma nação verdadeiramente independente. A Constituição imperial de 24 ou a republicana de 91 também não o transformaram em uma democracia. As eleições eram controladas. Durante a Primeira República, por exemplo, um dos partidos sempre ganhava as eleições, enquanto ao partido da oposição era garantido exatamente um terço das cadeiras no Congresso. Sociedade semicolonial e de características quase feudais, com uma economia baseada na cultura da terra, a qual estava nas mãos de um pequeno grupo de proprietários, o Brasil era dominado por uma reduzida e poderosa oligarquia. Os senhores de terra, os fazendeiros, que se definiam como aristocratas, estavam tradicionalmente aliados aos grandes comerciantes dedicados ao comércio exterior e, depois da Declaração de Independência, ao capitalismo estrangeiro, inicialmente ao britânico, e mais tarde, já no século XX, também ao norte-americano. E esta oligarquia dominava não só econômica mas também politicamente o país de forma total e tranqüila, dada a inexistência, no resto da população, de grupos sociais com um mínimo de consciência e força política para a ela se opor.

Além dessa oligarquia de aristocratas, que poderíamos chamar de classe alta, tínhamos a classe baixa, onde se concentrava a imensa maioria da população. Era formada essencialmente de trabalhadores agrícolas. Uma parte deles teve sua origem na escravidão. Outros eram descendentes dos primeiros imigrantes portugueses, em sua maioria já tendo passado por um processo de mestiçagem com o negro ou com o índio. Um terceiro grupo era formado pelos imigrantes italianos, alemães e de outras nacionalidades, que a partir de

meados do século passado começaram a chegar ao Brasil em grandes quantidades, muitos deles para trabalhar nas fazendas de café. Como um todo, eles constituíam um grande grupo caracterizado por condições de vida miseráveis, pela pobreza, pelo analfabetismo, pela baixa produtividade de seu trabalho, realizado dentro de uma economia de subsistência altamente subdesenvolvida.

Entre a oligarquia agrário-comercial e a grande massa de trabalhadores estava situada um pouco expressiva, mas crescente, classe média. Ela aparece no Brasil pela primeira vez com uma certa importância após a Declaração de Independência. Com a saída dos portugueses, foi necessário organizar o Estado, executar as funções legislativas, executivas e judiciárias, estabelecer as bases de um exercício. Seria a classe média, geralmente ligada por relações familiares com a classe alta, quem iria realizar essas funções. As primeiras faculdades de Direito foram então criadas para preparar essa gente. Um pouco mais tarde, com a abolição do tráfico de escravos e a concomitante prosperidade trazida pelo café, em meados do século XIX, constituiu-se um mercado de trabalhadores livres. Isto permitiu a formação de um incipiente mercado interno e o desenvolvimento das cidades costeiras ou próximas ao mar onde esse comércio se realizava. Surgiram também as primeiras indústrias têxteis nas cidades. E nesse ambiente urbano desenvolveu-se a classe média. Conforme observa Nelson Werneck Sodré, "o espaço ocupado pela classe média foi consideravelmente ampliado: as mais diversas atividades urbanas, o pequeno comércio, novas profissões encontram lugar, o exército, os padres, os funcionários públicos..."⁶⁰

O desenvolvimento da classe média, todavia, foi maior do que as condições do desenvolvimento econômico brasileiro da época o permitiam. Originalmente constituída, em grande parte, de parentes distantes e agregados das famílias ricas, que se iam multiplicando biologicamente, esta classe média era maior do que a que comportava o sistema produtivo do país. Foi por isso que Hélio Jaguaribe observou com muita clareza que as classes médias brasileiras "se formaram e expandiram, no quadro de nosso subdesenvolvimento, como subproduto

⁶⁰ Nelson Werneck Sodré, *A Revolução Brasileira*, Livraria José Olímpio, 1958, Rio de Janeiro, pág. 46.

da urbanização de um país que permanecia agrícola e não lhes oferecia condições para se inserirem no processo produtivo; o inevitável marginalismo daí resultante conduziu-as ao parasitismo direto do Estado".⁶¹

Este fato torna mais fácil a compreensão da precariedade dos serviços públicos no Brasil, especialmente daqueles serviços que têm sua origem na época colonial e semicolonial, na medida em que uma das funções mais importantes do Estado era fornecer empregos a essa classe média parasitária.

Este desligamento do processo produtivo da classe média tradicional torna também compreensível por que esta classe, "originária, em grande parte, da classe dominante, manteve através dos anos a moral, os padrões de comportamento, as regras de conduta da classe dominante, e apenas devido à pressão da necessidade adquiriria pouco a pouco características próprias".⁶²

Finalmente, o caráter parasitário da classe média tradicional brasileira explica também sua reduzida expressividade política durante o Império e a Primeira República. É certo que, no movimento militar que resultou na Proclamação da República, a classe média teve um papel relevante e depois se manteve no poder por algum tempo. Com a eleição de Prudente de Morais, porém, voltou ao poder a aristocracia agrário-comercial. As classes médias só voltariam à cena política nos anos vinte, participando de uma série de revoluções mal sucedidas, que terminariam com a Revolução de 30, a "revolução dos tenentes" como também seria chamada, e na qual o papel da classe média, representada por grupos não só militares mas também civis, seria dominante.

Em traços amplos, era esta, portanto, a estrutura social tradicional do Brasil: de um lado uma aristocracia agrário-comercial, cujo poder se baseava na propriedade da terra e na produção e exportação de produtos agrícolas, e cujos interesses se confundiam com os do capitalismo internacional que nos exportava produtos manufaturados; de outro lado, um grande número de camponeses e alguns trabalhadores ur-

⁶¹ Hélio Jaguaribe, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958, Rio de Janeiro, pág. 41.

⁶² Nelson Werneck Sodré, *op. cit.*, pág. 46.

banos vivendo, especialmente os primeiros, em condições de extrema pobreza; e, no meio, uma pequena mas crescente classe média.

Novas Classes: os Empresários e os Operários

A Revolução Nacional produziria profundas modificações nesse quadro. A industrialização modificou os padrões de comportamento da população, interferiu e transformou as relações econômicas de caráter tradicional, deu origem a profundas modificações no campo social. Novas classes surgiram, o Brasil se desenvolveu, e perdeu muitas de suas características feudais.

Na classe alta, os empresários industriais apareceram para tomar seu lugar, ao lado dos grandes fazendeiros, comerciantes e banqueiros. Originários em sua maioria da classe média — particularmente imigrantes italianos, alemães, portugueses e libaneses, nesta ordem de importância⁶³ — seu poder e prestígio cresceram rapidamente com o processo de industrialização. Hoje, embora politicamente sem um poder correspondente, como veremos no capítulo V, eles podem ser considerados, do ponto de vista econômico, o grupo dominante no país. Sua ascensão, todavia, não foi fácil. Como examinaremos a fundo no próximo capítulo, a batalha política e ideológica que travaram contra a oligarquia agrário-comercial, que representava o setor tradicional e antiprogressista, durou anos.

Na classe baixa, as transformações foram também claras. Da mesma forma que os empresários industriais constituíram um setor inteiramente novo na classe alta, na classe baixa os operários industriais e os trabalhadores urbanos em geral transformaram-se em um grupo suficientemente numeroso e significativo para se constituírem em um novo setor. A maioria dos operários veio do interior. Eram camponeses ou filhos de camponeses que abandonavam seus lares atraídos pelos salários mais altos da indústria. Na agricultura o desemprego disfarçado era (e ainda é em muitas áreas) domi-

⁶³ Cf. Luiz Carlos Bresser Pereira, *Origens Étnicas e Sociais do Empresário Paulista*, op. cit., págs. 94 e 101.

nante, e conseqüentemente os salários eram extremamente baixos. Resultaram daí o êxodo rural e o processo de urbanização a que já nos referimos no capítulo anterior. Mais importante, porém, foi o fato de que, graças a isto, a indústria em pleno desenvolvimento pôde contar com um suprimento de mão-de-obra abundante e relativamente barata, o que facilitaria enormemente o processo de industrialização.

Este novo setor da classe baixa, constituído fundamentalmente pelos operários industriais, além de gozar de um padrão de vida superior ao dos camponeses, de poder ter melhor alimentação, mais saúde e melhor educação, veio apresentar uma diferença fundamental de caráter político em relação ao setor tradicional, formado de trabalhadores rurais. Enquanto estes jamais tiveram participação política, sendo sempre completamente dominados e controlados pelos "coronéis" do interior, os operários industriais vão-se constituindo pouco a pouco em um grupo relativamente organizado, participante, e com razoável poder de reivindicação.

Além da urbanização e da formação de uma nova classe de operários industriais, entre os trabalhadores rurais houve também transformações significativas. A mais importante delas relaciona-se com as diferenças regionais no Brasil. O Norte e o Centro-Oeste continuam praticamente um deserto — um deserto de homens. A industrialização no Centro-Sul ocorreu, enquanto o Nordeste, densamente povoado, só recentemente começou a se beneficiar dos reflexos da Revolução Industrial. Em 60 a renda *per capita* do Nordeste era apenas 28,5% da de São Paulo.⁶⁴ Dessa forma, enquanto no Centro-Sul e especialmente em São Paulo eram introduzidos métodos de produção capitalistas, a produção agrícola se modernizava e mecanizava, as relações de trabalho iam aos poucos perdendo suas características de dependência feudal, passando a ser regidas por critérios mais racionais, de forma que as antigas figuras do colono, do meeiro, do agregado, iam cedendo lugar à do trabalhador rural assalariado; no Nordeste, a agricultura e as relações de trabalho nesse setor continuavam a ser regidas por critérios basicamente tradicionais. Assim, enquanto os camponeses do Sul viam seu padrão de vida aumentar, podiam educar-se, e ter um relativo acesso à

⁶⁴ Fonte: PAEG, 1964-1966, pág. 43.

vida política, os trabalhadores rurais do Nordeste, quando não emigravam para o Sul, continuavam na situação miserável e sem expectativa de uma casta desfavorecida dentro de uma sociedade relativamente aberta.

Transformações na Classe Média

Também na classe média as transformações ocorridas durante a Revolução Industrial foram decisivas. Talvez não seja muito apropriado falar-se no surgimento de um grupo inteiramente novo e diferenciado na classe média, como aconteceu com os empresários industriais na classe alta e com os operários na classe baixa. Podemos, todavia, falar no surgimento de uma nova classe média, que passou a coexistir e, muitas vezes, a se confundir com a classe média tradicional.

A nova classe média se distingue da tradicional porque, enquanto esta se acha desligada do processo produtivo, aquela é uma parte integrante do mesmo; enquanto uma é formada em grande parte por funcionários públicos e profissionais liberais, sem falar de uns poucos empregados de escritório e de lojas, a nova classe média é formada por uma imensa gama de profissões, incluindo não só profissionais liberais e funcionários públicos, mas também administradores de empresas, assessores, empregados de escritório, empregados de empresas de serviços auxiliares da indústria e do comércio, vendedores, operários especializados e uma infinidade de outras profissões. Na verdade, o que distingue melhor a classe média tradicional da nova classe média não é a profissão de seus membros, mas o simples fato de, antes da Revolução Industrial, o indivíduo já pertencer a essa classe, o que o caracteriza como classe média tradicional, ou a ascensão à condição de classe média durante o transcurso da Revolução Industrial. Resulta daí que outra característica distintiva da classe média tradicional em relação à nova classe média é o fato de que a grande maioria dos membros desta última são imigrantes ou têm ascendentes próximos imigrantes.

Fazemos estas observações com uma ressalva: não existe propriamente uma única classe média, existem muitas classes médias, existem muitos grupos sociais que se colocam em uma situação intermediária, entre a classe alta, constituída pelas

famílias ricas e(ou) aristocráticas, e a classe baixa, formada pelas famílias pobres ou relativamente pobres, de trabalhadores braçais e semi-especializados, tanto da cidade quanto do campo. Entre esses dois grupos temos os diversos grupos que somados constituem a classe média. Há muitas formas de classificá-los; em classe média tradicional e em nova classe média, em classe média superior e classe média inferior, em pequenos proprietários e empregados, etc. Usamos a classificação em nova classe média e classe média tradicional porque ela nos é útil no presente contexto. É preciso, todavia, advertir o leitor de que, dada a heterogeneidade que constatamos na classe média, as generalizações que possamos fazer sobre ela são sempre perigosas. Por isso restringir-nos-emos àquelas mais evidentes. Além do surgimento de uma nova classe média, ao lado da classe média tradicional, temos três tendências fundamentais que caracterizaram o desenvolvimento da classe média no período da Revolução Nacional: progressiva integração no processo produtivo, seu rápido crescimento e sua diversificação.

Integração. A classe média era antes de mais nada um grupo social marginal, composto antes de mais nada por funcionários públicos dos quais não se esperava que trabalhassem duramente já que não tinham muito o que fazer. Agora a classe média participa efetivamente das atividades produtivas. O setor industrial necessita de um grande número de empregados de nível médio. Os serviços que se desenvolveram com a industrialização e a formação de mercado interno — o comércio, os bancos, os transportes, os serviços públicos, as agências de propaganda, as empresas imobiliárias, os corretores de títulos, os profissionais liberais, organizações de assessoria fiscal e legal, e uma infinidade de outras pequenas organizações — também oferecem oportunidades de emprego para a classe média em crescimento. O próprio Estado foi envolvido nas transformações. Durante o período semicolonial o Estado possuía quatro funções — manter a ordem, administrar a justiça, defender o país contra o inimigo externo e oferecer emprego à classe média tradicional, cujos membros eram freqüentemente parentes distantes dos representantes da oligarquia agrário-comercial. A estas funções, no período colonial, deve ser acrescentada a de defender os interesses fiscais da Coroa e a de servir os interesses

da oligarquia agrário-comercial em ambos os períodos. Hoje, apesar de tôdas as restrições que se lhe possa fazer, o Estado brasileiro é um participante ativo do processo de desenvolvimento. Inúmeras empresas foram criadas pelos Governos federal e estaduais, como a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, a Eletrobrás, as diversas companhias de energia elétrica estaduais, etc., nas quais a necessidade e a luta pela eficiência são óbvias. Nas próprias repartições públicas observa-se uma crescente compreensão da necessidade e urgência de melhor se organizarem e tornarem-se mais produtivas. Os concursos para a admissão ao funcionalismo público vão-se tornando norma, ao menos para as funções inferiores. A criação de comissões de inquérito visando à moralização do serviço público é um fato cada vez mais comum. O funcionalismo público e a classe média que o integra, com a Revolução Industrial, vão perdendo paulatinamente seu caráter marginal dentro da sociedade e do processo produtivo brasileiros.

Crescimento. Rápido crescimento é a segunda tendência que se observou no desenvolvimento recente da classe média. A integração no processo produtivo resultou necessariamente em crescimento. A classe média torna-se um setor significativo dentro da estrutura social brasileira.

"É basicamente o crescimento das classes médias que torna o novo Brasil basicamente diferente do velho, que não tinha lugar para tais classes. Os descendentes de imigrantes ambiciosos, os excessivamente numerosos filhos das famílias aristocráticas (famílias que não haviam ainda empregado métodos de controle da natalidade), todos dirigem-se para as profissões liberais, o funcionalismo público, o comércio, o Exército, a indústria, formando uma sociedade individualista..."⁶⁵

O crescimento da classe média, nas grandes cidades, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, é um fato evidente, mas mesmo nas pequenas cidades do interior, na região Centro-Sul, a classe média emergiu, à medida que o sistema capitalista substituiu o sistema agrário tradicional.

⁶⁵ Jacques Lambert, *Le Brésil, Structure Sociale et Institutions Politiques*, Colin, 1953, Paris.

Não há dados estatísticos concernentes a êsse crescimento. As pesquisas sociais no Brasil estão ainda no comêço. A despeito de sua falta de precisão, todavia, o testemunho de Tobias Barreto, em seu "Discurso em Mangas de Camisa", pronunciado em Escada, próximo a Recife, em 1877, é muito esclarecedor a respeito da estrutura social do Brasil semicolonial, do Brasil em sua fase anterior à Revolução Nacional. Declarou êle então:

"Para as vinte mil cabeças da população do têrmo, esta cidade contribui com três mil, pouco mais ou menos. Sobre estas três mil almas, ou melhor, sobre êstes três mil ventres, é probabilíssimo o seguinte cálculo:

90 por cento de necessitados, quase indigentes.
8 por cento dos que vivem sofrivelmente.
1,5 por cento dos que vivem bem.
0,5 por cento de ricos em relação".⁶⁶

Nesta estimativa, que o autor afirmou que poderia "pecar por excesso de côr-de-rosa",⁶⁷ é chocante a inexpressividade da classe média, constituída dos 1,5 por cento "que vivem bem", em contraposição ao que poderíamos considerar a classe baixa inferior (90 por cento) e da classe baixa superior (8 por cento).

Hoje o quadro é totalmente diferente. Um estudo da distribuição da população brasileira foi realizado pela revista *Desenvolvimento e Conjuntura*, baseado no Censo de 50. O estudo divide a população brasileira em cinco classes (classe inferior, classe média inferior, classe média, classe média superior e classe superior) e distribui a fôrça de trabalho entre essas cinco classes, usando apenas um critério, o da profissão. A primeira tarefa foi a de dividir a fôrça de trabalho de acôrdo com suas profissões (Quadro V). Com base nesse quadro foi elaborada uma distribuição aproximada da população brasileira em classes sociais (Quadro VI).

A imprecisão da divisão em classes sociais apresentada no Quadro VI é óbvia. Profissão é certamente um dos crité-

⁶⁶ Tobias Barreto, "Um Discurso em Mangas de Camisa", em *Estudos Sociais*, Instituto Nacional do Livro, 1962, Rio de Janeiro, pág. 116.

⁶⁷ *Idem*.

Quadro V

DIVISÃO DA FÔRÇA DE TRABALHO SEGUNDO PROFISSÕES

<i>Profissão</i>	<i>Mil</i>
I – Empregadas domésticas em geral	795
II – Trabalhadores e empregados sem qualquer qualificação	10.692
III – Militares de categoria inferior e assemelháveis	151
IV – Empregados de escritório, do comércio etc., com o mínimo de qualificação.	792
V – Operários e empregados qualificados nas indústrias, comércio, serviços etc.	2.194
VI – Militares e empregados de categoria média, com função de direção ou supervisão, artesãos urbanos ou rurais	665
VII – Profissionais liberais, intelectuais independentes e oficiais das forças armadas	276
VIII – Dirigentes e administradores de empresas	779
IX – Donos de empresas em geral	16.344
<i>Total</i>	

* Exclusive as profissões com menos de 5 mil pessoas.
 Fonte: *Desenvolvimento e Conjuntura*, outubro de 1958, pág. 99.

Quadro VI

CLASSES SOCIAIS NO BRASIL (divisão aproximada)

<i>Classe Social</i>	<i>Mil</i>	<i>%</i>
Inferior (grupos I/III)	11.638	70
Média Inferior (grupos IV/V)	2.986	18
Média (grupo VI)	926	6
Média Superior (grupos VII e VIII)	428	2
Superior	729	4*

* Não-representativa da classe alta.
 Fonte: *Ibidem*.

rios para a mensuração da estrutura social de uma sociedade, mas certamente não é o único. Renda, prestígio social, tipo de residência, costumes familiares, relações sociais, bairro em que habita, são alguns outros critérios fundamentais. Além disso, a classificação em profissões no Quadro V é grosseira, exclui as profissões com menos de cinco mil pessoas, e necessariamente exclui a população inativa. Entretanto, apesar de suas falhas, já que outra classificação não é disponível, esta certamente nos auxilia a compreender a estrutura social brasileira.

Falta esta ressalva, tal classificação merece ainda um severo reparo. O Grupo IX não representa em hipótese alguma a classe superior, ou classe alta, como preferimos chamar. Na verdade, a maioria dos donos de empresas deveriam ser considerados membros da classe média superior e da classe média média, já que seus negócios são freqüentemente muito pequenos. Oitenta por cento das unidades industriais brasileiras empregam menos de 10 pessoas.⁶⁸ Provavelmente menos de um por cento da população deveria ser considerado como pertencente à classe alta.

Com esta correção, temos uma divisão da população brasileira em classes sociais razoável. A classe alta, constituída fundamentalmente das pessoas ricas e dos membros da velha aristocracia agrário-comercial brasileira que não entraram em decadência, incluiria aproximadamente um por cento da população. Na classe média superior, temos os profissionais liberais, a pessoa em geral com educação superior, os administradores profissionais de empresas. Esta classe imita tipicamente os padrões de consumo da classe alta, embora não tenha recursos para tanto. Dois por cento parece-nos um número perfeitamente aceitável para este grupo. A classe média média, bem definida pelo Grupo VI, como constituída de militares e empregados de categoria média, com funções de direção ou supervisão, compreende 6% da população. A classe média inferior, constituída pelos empregados de escritório e do comércio e pelos operários especializados, compreenderia 18 por cento da população. Este é tipicamente um grupo social que antes da Revolução Industrial pertencia quase inteiramente à classe baixa. Com a industrialização foram-lhe

⁶⁸ Fonte: Censo de 1950.

oferecidas oportunidades de emprego nos escritórios, nas casas comerciais e nas fábricas, elevou-se seu padrão de vida, e eles foram constituir uma parte preponderante do que chamamos a nova classe média. Finalmente temos a classe baixa, com setenta por cento da população. Temos assim, nas três classes médias somadas, aproximadamente um quarto da população brasileira. Comprova-se, pois, seu crescimento.

A industrialização e o decorrente desenvolvimento capitalista no Brasil, portanto, desmentindo as previsões de Marx, e repetindo o já ocorrido nas demais nações industrializadas, beneficiaram e alimentaram a classe média, ao invés de extingui-la. Isto não quer dizer, porém, que a industrialização não tenha tido efeitos desfavoráveis sobre certos grupos de classe média. Representantes da classe média tradicional — muitos dos quais tinham rendimentos fixos, muitas vezes derivados de aluguéis — foram grandemente prejudicados pelo processo de desenvolvimento, que ocorreu em um clima altamente inflacionário, enquanto os aluguéis eram congelados. Além disso, em termos mais gerais, essas pessoas foram obrigadas a adaptar-se a um sistema de vida muito diferente daquele com que estavam acostumadas. E assim, para elas, da mesma forma que para muitos representantes da classe alta, da velha aristocracia agrário-comercial, dos "paulistas de quatrocentos anos" em São Paulo, esta adaptação foi sempre penosa e muitas vezes mal sucedida.

O crescimento da classe média, todavia, não foi suficientemente grande para "desachatar" a pirâmide social brasileira. Conforme podemos ver pela Figura 2, o Brasil continua ainda com uma pirâmide social achatada, com uma base muito grande e uma cúpula muito reduzida, o que é típico dos países subdesenvolvidos.

Diversificação. A terceira tendência observada na classe média brasileira é a da diversificação. A pluralização social, própria das sociedades economicamente desenvolvidas, implica exatamente a diversificação dos grupos sociais em geral e particularmente da classe média. A especialização e a divisão do trabalho são muito mais desenvolvidas nas sociedades industriais do que nas sociedades agrárias. Novas profissões, novos tipos de atividades aparecem, oferecendo oportunidade especialmente à classe média (e aos membros da classe baixa

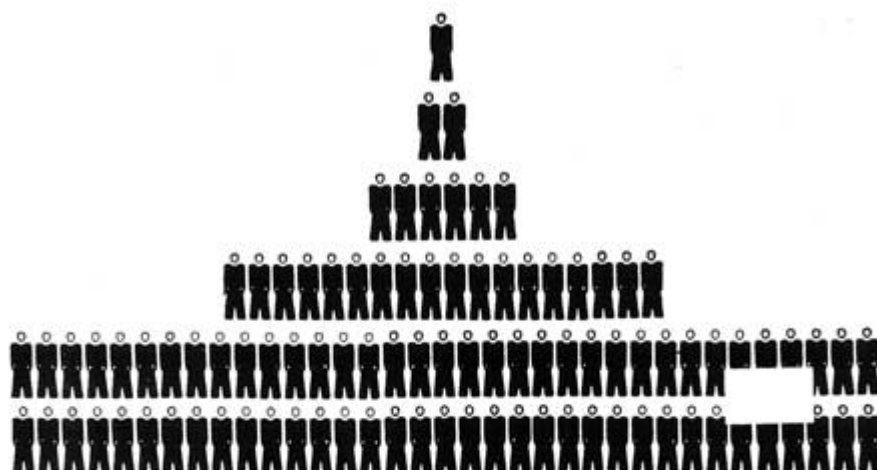


Figura 2 — PIRÂMIDE SOCIAL DO BRASIL
(3% foram deixados indistribuídos)

que desejam ascender às posições de classe média). Em uma empresa moderna, por exemplo, um imenso número de novas funções de nível médio, ou seja, de funções situadas entre a administração de cúpula e os operários, é criado. Este grupo de nível médio, em particular os administradores de linha, os supervisores e os assessores, cujo número vem crescendo grandemente no Brasil, constitui a parte mais representativa da nova classe média que surge com a Revolução Industrial. Isto que afirmamos ficará mais claro quando analisarmos a chamada Segunda Revolução Industrial. Então a classe média e particularmente a administração de nível médio têm sua maior oportunidade de se desenvolverem com a formação das organizações burocráticas de grandes dimensões.

A Segunda Revolução Industrial

A Primeira Revolução Industrial marcou a passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial, iniciou a era da produção mecanizada, tornou a produção mais eficiente, abriu caminho para um processo de amplo desenvolvimen-

to, sem paralelo na história da humanidade, e representou um golpe definitivo no sistema feudal. Substituindo o sistema feudal e o capitalismo comercial, que durante alguns séculos coexistiram, surgiu o capitalismo liberal, também chamado de capitalismo manchesteriano. No campo econômico, esse capitalismo, fruto da primeira Revolução Industrial, caracterizava-se pela baixa produtividade, quando comparada com os atuais padrões; no campo social, tínhamos a urbanização, a proletarianização das famílias camponesas e o surgimento de uma classe de empresários industriais como as principais características; no campo político, a ideologia do liberalismo, o acirramento das tensões sociais, o início da organização dos trabalhadores em sindicatos e a ideologia liberal e individualista definiam esse capitalismo do século XIX. "Este quadro do capitalismo, que foi o conhecido por Marx, e que permaneceu... como o modelo abstrato sobre o qual recaem as críticas do socialismo, experimentou, a partir dos fins do século XIX e, particularmente, depois da Primeira Guerra Mundial, profunda transformação..."⁶⁹ Tivemos então a Segunda Revolução Industrial, que teve seu centro não mais na Inglaterra, mas nos Estados Unidos.

Se a análise da Primeira Revolução Industrial nos fornece os dados básicos para a compreensão do início e das primeiras consequências da industrialização brasileira, a Segunda Revolução Industrial ajuda-nos a compreender a evolução dos acontecimentos na parte final desse período de trinta e dois anos — 30 a 61, — que estamos analisando nesses primeiros capítulos. Na verdade, a Revolução Industrial Brasileira, ocorrida nesse período, cento e cinquenta anos depois da inglesa, reuniu as características das duas revoluções industriais mundiais. O uso da eletricidade para fins comerciais, o motor de combustão interna, as ondas eletromagnéticas, as descobertas de aplicações industriais no campo da Química, com o petróleo e seus derivados, e as técnicas de produção em massa marcam o início da Segunda Revolução Industrial nos Estados Unidos. O desenvolvimento de grandes empresas, o crescimento do padrão de vida, o crescimento da classe média, o relativo aumento da mobilidade social, estão entre suas consequências mais notáveis. "A transfor-

⁶⁹ Hélio Jaguaribe, *op. cit.*, págs. 82-83.

mação foi tão grande que, em retrospecto, a fábrica típica de 1910 parece estar mais próxima de sua avó, a oficina do artesão dos dias anteriores ao descobrimento da máquina a vapor, do que de sua filha, a moderna fábrica de produção em massa".⁷⁰

No campo social, a emergência e o extraordinário crescimento da nova classe média representam a grande transformação social trazida pela Segunda Revolução Industrial. A classe média tradicional nos países hoje industrializados — constituída fundamentalmente de pequenos comerciantes e pequenos proprietários rurais, além dos profissionais liberais e dos empregados no comércio, nos serviços públicos e no Governo — começou a perder sua importância, quando comparada com a nova classe de empregados de nível médio que surgiu, servindo direta ou indiretamente as grandes empresas industriais. "Negativamente, a transformação da classe média é uma mudança da situação de propriedade para a de não-propriedade; positivamente, é uma mudança da situação de propriedade para um novo eixo de estratificação: o emprego".⁷¹

Superposição de Fases no Processo Social Brasileiro

O rápido desenvolvimento social brasileiro ocorrido nessas três décadas caracterizou-se pela superposição de fases e pelo conseqüente hibridismo de sua estrutura e instituições sociais. Este fato pode ser explicado por dois fatores. De um lado, temos a própria rapidez do desenvolvimento social, dificultando a delinação mais precisa das fases do processo social. De outro lado, temos que o principal fator dinâmico do desenvolvimento social — ou seja, o desenvolvimento econômico e tecnológico — ocorreu no Brasil de forma derivada e não originária. Não tivemos, ao contrário dos Estados Unidos ou da Inglaterra, que desenvolver paulatinamente nossa tecnologia. Com o início de nossa Revolução Industrial, fomos possíveis importadores imediatamente as técnicas de produção

⁷⁰ Peter F. Drucker, *The New Society*, Harper & Brothers, 1949, Nova York, pág. 2.

⁷¹ C. Wright Mills, *White Collar*, Oxford University Press, 1953, Nova York, pág. 65.

as mais avançadas. Resultou daí que as fases históricas do desenvolvimento econômico e social capitalista — o período pré-capitalista, o capitalismo comercial, o capitalismo industrial manchesteriano e o capitalismo moderno da produção em massa que vai rapidamente sendo automatizada —, através das quais o Brasil deveria passar, encontram-se freqüentemente superpostas. Assim dentro da mesma comunidade, no seio da mesma organização, encontramos vestígio de um sistema pré-industrial, semifeudal e escravocrata, ao lado de características do capitalismo manchesteriano, e do capitalismo moderno que surge após a Segunda Revolução Industrial. Estas características, que estão sempre em conflito, porque incompatíveis e contraditórias, podem ser observadas no sistema tecnológico, na estrutura social, no sistema de valores e crenças, nas ideologias. O resultado é uma situação híbrida, constantemente presente no sistema social brasileiro, na economia, na política, nas manifestações culturais e organizações burocráticas.

Um dos setores onde esse hibridismo pode ser encontrado mais facilmente é nas empresas. Ele pode ser observado, por exemplo, no sistema de produção. É comum encontrarmos lado a lado em uma empresa as mais modernas máquinas e os mais antiquados sistemas de administração. Uma contradição típica é a da pequena ou média empresa familiar, fechada, paternalista, trabalhando a um nível de produtividade relativamente baixo, devido principalmente à sua má administração, mas usando técnicas modernas, a última palavra em equipamentos produzidos nos grandes países industriais, e dedicando-se à produção de bens que, nos grandes países industrializados, só começaram a ser produzidos depois da Segunda Revolução Industrial, como os produtos de plástico e de borracha, os eletrodomésticos, os produtos eletrônicos, as peças para automóveis, etc.

Administradores e a Classe Média

A classe média e particularmente os administradores profissionais de nível médio, que irão constituir-se em uma das partes mais representativas da nova classe média, só surgiram com grande evidência nos países industrializados com a

Segunda Revolução Industrial, enquanto os empresários industriais e os operários emergem no cenário social a partir da Primeira Revolução Industrial. No Brasil, com a superposição em um período de ambas as revoluções industriais, o resultado foi um crescimento acelerado da classe média, e particularmente dos administradores de nível médio.

Vimos que o grande desenvolvimento da nova classe média representa a grande transformação social provocada pela Segunda Revolução Industrial. Segundo Wright Mills, em 1870 a força de trabalho nos Estados Unidos era constituída de três estratos básicos: a classe média tradicional, com 33% da força de trabalho; a nova classe média, com apenas 6%; e os trabalhadores assalariados, com 61%. Em 40, após a Segunda Revolução Industrial, este quadro havia mudado radicalmente. A classe média tradicional comparecia com 20% da força de trabalho; a nova classe média passara a representar 25%; e os trabalhadores assalariados baixaram sua participação para 55%.⁷²

Tanto nos Estados Unidos, originariamente, quanto no Brasil, nos últimos anos, o crescimento da classe média e do número de administradores profissionais de nível médio resultou fundamentalmente das técnicas de produção em massa, do extraordinário aumento da produtividade, do início de automação já ocorrido, todos esses fatores ligados ao aparecimento de enormes empresas e organizações estatais de caráter burocrático.

Com o desenvolvimento das organizações burocráticas — entendidas estas no sentido weberiano, como sistemas sociais racionais, formais e impessoais, administrados segundo critérios de eficiência por administradores profissionais — a expansão da classe média tornou-se uma necessidade fundamental. Podemos, portanto, afirmar que o desenvolvimento da classe média ocorreu devido principalmente ao crescimento em número e tamanho das grandes organizações burocráticas públicas e privadas. Estas por sua vez constituíram-se na consequência mais importante, no campo das instituições sociais, da Segunda Revolução Industrial. Sem dúvida, antes desta já existiam organizações burocráticas. Os faraós possuíam uma complexa organização burocrática para controlar a distribui-

⁷² *Op. cit.*, pág. 63.

ção das águas do rio Nilo. Mas foi só com as técnicas de produção em massa, com o petróleo, o motor de combustão interna, os plásticos, a grande indústria petroquímica, a indústria automobilística, os eletrodomésticos, todos fenômenos definidores da Segunda Revolução Industrial, que as organizações burocráticas se tornaram um fenômeno dominante, por se constituírem no único modelo eficiente de ordenação e administração dos grandes sistemas sociais de produção em que as empresas se viram obrigadas a transformar-se.

E, quando isto ocorreu, o crescimento acelerado da classe média tornava-se uma imposição, não só porque, por definição, as organizações burocráticas são dirigidas por administradores profissionais, porém, mais especificamente, devido à maior importância que ganharam as atividades de coordenação. Com este fato, a necessidade de um maior número de administradores de nível médio tornou-se premente. Suas funções são essencialmente funções de coordenação. Eles são "os homens da organização" a respeito dos quais William H. Whyte, Jr., fala em seu livro.⁷³ São os administradores de linha e os assessores que, nas grandes organizações, estabelecem uma ponte entre a administração de cúpula e os operários e funcionários de escritórios inferiores, seja dedicando-se diretamente às tarefas de produção, seja trabalhando em setores auxiliares como as relações industriais, o controle de produção, o controle de qualidade, o controle de estoque, as compras, os transportes, os estudos de tempo e movimento, as pesquisas de produto, o desenho de ferramentas e produtos, a manutenção, o planejamento financeiro, a contabilidade, o controle de custos, etc. Taylor foi seu profeta. Em 1911, descrevendo as principais características da administração científica, escreveu ele: "Há uma divisão quase igual do trabalho e da responsabilidade entre a administração e o operário... Sob a administração de 'iniciativa e incentivo praticamente todo o problema ficava afeto ao operário, enquanto sob a administração científica a metade do problema fica afeta à administração".⁷⁴ Para cada unidade de trabalho do ope-

⁷³ Cf. William H. Whyte, Jr., *The Organization Man*, Doubleday, 1956, Nova York.

⁷⁴ Frederic W. Taylor, *The Principles of Scientific Management*, Harper, Nova York, págs. 37-38. Primeira edição: 1911.

rário, portanto, Taylor já considerava necessária uma correspondente unidade de trabalho da administração. Estabelecia-se, assim, a base teórica para o surgimento dos administradores de nível médio, que no Brasil, como nos Estados Unidos, iriam constituir-se na base da nova e cada vez maior classe média.

Além dos administradores de nível médio, outro grupo de classe média que surgiria com grande evidência, em todos os países que realizaram sua Segunda Revolução Industrial, é o grupo dos vendedores e de todo o pessoal que realiza as funções de mercadização nas grandes empresas modernas. Um dos resultados da Segunda Revolução Industrial nos países capitalistas foi aumentar de tal forma a eficiência da produção, em um ritmo tão mais rápido do que o processo de distribuição da renda, que as empresas e a economia como um todo ficaram diante do grande problema do excedente de produção. Necessidades continuavam a existir, desde que mesmo uma sociedade imensamente rica como a norte-americana está longe de haver atingido a fase da abundância. Entretanto, uma distribuição desigual da renda impedia que tudo o que fôsse ou pudesse ser produzido fôsse consumido. Resolver o problema promovendo melhor distribuição da renda só era possível parcialmente, em um processo lento, tímido, já que os interesses em jogo eram muito poderosos. Além disso, as reformas que seriam necessárias teriam tal profundidade, atingiriam de tal forma a estrutura da sociedade, que seriam provavelmente incompatíveis com o sistema capitalista vigente. Duas outras soluções, portanto, tiveram que ser encontradas. Do lado do Governo, as despesas militares e mais recentemente as despesas espaciais constituíram-se em uma válvula de escape eficaz; do lado das empresas, a orientação mercadológica, a importância crescente dada às vendas, o crescimento dos departamentos de vendas, de propaganda, de pesquisas de mercado, de promoções de vendas, foram a solução encontrada. Não importa discutir aqui se estas soluções foram adequadas ou não. No momento basta-nos salientar que, como resultado delas, e especialmente da encontrada pelas empresas, novas e imensas oportunidades de emprego foram criadas para pessoal de nível médio, para vendedores, pesquisadores de mercado, homens de propaganda de todos os tipos,

assessores mercadológicos, além, é claro, dos próprios administradores mercadológicos — todos eles procurando levar o consumidor a comprar mais, permitindo a suas empresas alcançar maior participação no mercado.

A Segunda Revolução Industrial e o conseqüente surgimento, de forma dominante, das grandes empresas burocráticas tiveram como resultado uma extraordinária necessidade de pessoal de nível médio, de administradores para realizar as funções de coordenação dentro das empresas, e de vendedores e pessoal correlato para se encarregarem das funções de mercadização. Em uma sociedade como a norte-americana, em que o desenvolvimento econômico e social ocorreu mais ordenadamente, esta necessidade pôde ser atendida de forma mais ou menos normal. No Brasil, porém, cujo desenvolvimento tem-se caracterizado pela superposição de fases, a necessidade desse pessoal de nível médio, especialmente dos administradores, surgiu muito abruptamente. Resultou daí uma grande falta de administradores de nível médio tecnicamente capacitados para participar das grandes empresas que surgiam, dada a inexistência de instituições adequadas para realizar seu treinamento.

Na verdade, a grande maioria do pessoal de nível médio das empresas brasileiras formou-se no próprio trabalho. Entre eles, apenas alguns possuem educação superior. Muitos deles, porém, formaram-se em faculdades de Direito, de modo que o que aprenderam pouca relação tem com o que executam nas empresas. Este excesso de bacharéis em Direito explica-se historicamente. Desde o século passado, quando foram fundadas, as faculdades de Direito tinham como função educar filhos da classe alta e da classe média superior que não tinham uma vocação especial, mas desejavam obter um diploma superior e o decorrente título de "doutor". Até hoje tais escolas continuam com esta função básica, de forma que um grande número de bacharéis em Direito, não encontrando oportunidade para praticar a advocacia, encaminha-se para as empresas.

Aos poucos, porém, este problema vai sendo resolvido, com o desenvolvimento das escolas de Engenharia, Economia e Administração de Empresas. As primeiras, há trinta anos passados, formavam em sua grande maioria engenheiros civis, que iriam trabalhar por conta própria. Hoje a maioria

dos formandos são engenheiros mecânicos, eletricitas, químicos, etc., que se destinam às empresas. As escolas de Economia e Contabilidade são relativamente novas no Brasil, e vieram atender às necessidades de pessoal de nível médio nas empresas e no Governo. Finalmente, as escolas de Administração de Empresas, recentemente surgidas, constituíram-se na resposta mais específica a essa necessidade de formar administradores profissionais competentes no Brasil.

Conclusão

A primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, a decolagem de seu desenvolvimento, ocorrida entre 30 e 61, foi portanto caracterizada por profundas transformações na própria estrutura social brasileira. Na classe baixa, surgiram operários como um grupo político e socialmente significativo; na classe alta, tivemos a emergência dos empresários industriais, cuja atuação, especialmente a atuação política, examinaremos no próximo capítulo; finalmente, na classe média, tivemos um grande crescimento, integração no processo produtivo e diversificação. Este crescimento da classe média, e mais especificamente da nova classe média, resultou do surgimento das grandes empresas burocráticas, cujas funções deviam ser coordenadas. Estas grandes empresas, produto típico do que podemos chamar de Segunda Revolução Industrial, criaram oportunidade para o surgimento de grande número de funções de nível médio, que iriam constituir-se na base da nova classe média.

A superposição, todavia, em um curto espaço de tempo, da Primeira e da Segunda Revolução Industrial provocou uma falta de administradores de nível médio. Por isso é de se prever que, a continuar o processo de desenvolvimento brasileiro, a classe média, e dentro dela os administradores profissionais de nível médio, será o grupo social que maior desenvolvimento deverá apresentar.

CAPÍTULO IV

Desenvolvimento Político

SE DESEJÁSSEMOS compreender as linhas gerais da política brasileira, se partíssemos em busca de uma explicação para o processo político brasileiro, poderíamos adotar vários tipos de abordagem do problema. Poderíamos tentar uma abordagem personalista, explicando os acontecimentos políticos através da análise da personalidade de seus principais líderes. Outra alternativa seria a de uma abordagem estrutural. Buscaríamos então essa explicação através da análise da atual estrutura econômica e social do país. Focalizaríamos nossa atenção especialmente no exame dos interesses dos diversos grupos sócio-econômicos, e na análise das ideologias que expressam, em termos de valor, esses interesses. A abordagem estrutural poderia ser completada se a transformássemos em uma abordagem histórico-estrutural. Iríamos então procurar as causas básicas do processo político brasileiro em uma estrutura social e econômica vista em termos dinâmicos, na qual cada momento histórico poderia ser compreendido em termos do desenvolvimento histórico anterior.

Neste capítulo procuraremos analisar o processo político brasileiro recente através de uma abordagem histórico-estrutural. Não deixaremos, no entanto, a abordagem personalista totalmente esquecida. Na análise política a curto prazo, especialmente, ela é absolutamente essencial. E mesmo nas aná-

lises a longo prazo, quando surgem indivíduos excepcionais que conseguem deixar a marca de sua personalidade na história, a abordagem personalista será essencial para completar a de caráter histórico-estrutural.

Definiremos inicialmente, em breves termos, o quadro geral no qual o processo histórico brasileiro se vem desenvolvendo desde 30. Trata-se da Revolução Nacional Brasileira. Examinaremos a seguir as principais lutas ideológicas que marcaram a primeira fase da Revolução Brasileira, e os principais grupos sócio-econômicos que estavam por trás dessas ideologias. Examinaremos em seguida a série de fatos novos que, no fim dos anos 50, vieram causar transformações estruturais na política brasileira, dando início ao que chamamos de a segunda fase da Revolução Brasileira. Veremos, então, a superação ou a transformação das ideologias em conflito, veremos também o processo de consolidação do poder da burguesia industrial no seio das classes produtoras e a emergência das esquerdas como uma força política autônoma. Finalmente, analisaremos os resultados mais recentes dessas transformações estruturais na política brasileira. Estudaremos então o processo de crescente radicalização que ocorreu no país desde as eleições presidenciais de 60, e o papel do alarmismo como instrumento a serviço do radicalismo da direita e da esquerda.

As Lutas Ideológicas

O quadro geral que nos permitirá compreender o processo político e social brasileiro dos últimos anos é o da Revolução Industrial Brasileira, ou seja, êsse processo radical, embora pacífico, de transformação econômica, social, política e cultural por que passou o Brasil entre 30 e 61.

Durante a Revolução Nacional Brasileira, que vai estender-se até o fim dos anos 50, temos três lutas ideológicas fundamentais:

industrialismo	x	agriculturalismo
nacionalismo	x	cosmopolitismo
intervencionismo		
desenvolvimentista	x	liberalismo

A primeira luta ideológica, a do industrialismo contra o agriculturalismo, já era travada em meados do século XIX. Em torno da tarifa Alves Branco, por exemplo, travou-se longo debate a respeito. Mas a luta não tinha maior expressão, dada a fraqueza dos defensores do industrialismo. A aristocracia rural dominava o país, e foi bem naquela época que a produção e as exportações de café se transformaram no fenômeno dominante da economia brasileira, fortalecendo a posição política dos grandes fazendeiros e a ideologia do agriculturalismo. É só a partir dos anos 30, com a crise das exportações de café, e principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando já ocorrera um desenvolvimento industrial relativamente grande no país, que o industrialismo ganha força, e a disputa se torna realmente significativa dentro do quadro político brasileiro.

O agriculturalismo afirmava que o Brasil era e, por muito tempo, se não indefinidamente, deveria continuar a ser, um país essencialmente agrícola. Não haveria condições para a indústria no Brasil. Esta seria sempre uma indústria artificial, produzindo a altos custos e só sobrevivendo graças à proteção que lhe concedia o Governo. E, além disso, não haveria nenhuma vantagem em o país industrializar-se. Nada impedia que a produtividade da agricultura fôsse tão grande ou maior do que a da indústria. Na verdade, seria através da agricultura, e não da indústria, que o país teria condições de se desenvolver economicamente com rapidez. E, neste ponto do debate, o agriculturalismo oferecia o argumento que pretendia ser definitivo, cientificamente provado: a lei das vantagens comparativas do comércio internacional.

Já o industrialismo afirmava exatamente o oposto. O Brasil não só poderia, mas deveria tornar-se um país industrial. Talvez em termos teóricos abstratos fôsse possível imaginar o Brasil um país altamente desenvolvido sem industrializar-se, mas em termos práticos isto seria impossível. A curto prazo, os custos de produção da indústria nacional poderiam ser altos, tornando necessária a proteção governamental, mas a longo prazo o problema se resolveria. E em qualquer hipótese, mesmo que certos custos de produção industrial permanecessem permanentemente mais altos do que os verificados no exterior, ainda seria aconselhável proteger essas indústrias. Quando o Brasil estivesse em pé de igualdade com

os países industrializados, desenvolvidos, então nos poderíamos guiar pela lei das vantagens comparativas. Nas relações de troca entre os países industrializados e os agrícolas, porém, a famosa lei de Ricardo não poderia ser aplicada. É a disputa entre o industrialismo e o agriculturalismo continuava nesses termos, constituindo-se em um interminável debate, a expressar os interesses em jogo, debate êsse que teria seu desfecho no fim dos anos 50.

A segunda luta ideológica, a do nacionalismo contra o cosmopolitismo,⁷⁵ tem também origens no século passado. O nacionalismo, no entanto, confundia-se naquela época com o nativismo ou com o patriotismo. É só após o início da Revolução Industrial Brasileira, e particularmente é a partir dos anos 50, quando o processo de industrialização brasileira já deixava de ser um projeto para transformar-se em uma realidade, quando os empresários industriais já se constituíam em um grupo suficientemente forte para sustentar uma ideologia que sensibilizaria todo o país, é a partir desse momento que a luta entre o nacionalismo e o cosmopolitismo eclode.

O nacionalismo pretende ser uma ideologia global, incluindo o industrialismo e o intervencionismo. Sua tese central é a de que o Brasil, que até 30 fôra um país semicolonial inteiramente dominado pela aristocracia local, a qual estava aliada servilmente ao capitalismo internacional, encontrava agora condições para se tornar um país independente, uma verdadeira nação.

Quais eram essas condições? Fundamentalmente, a industrialização que já vinha ocorrendo, e que agora deveria ser acelerada. Através da industrialização, o país não só deixaria sua situação de país exportador de produtos primários, não só se desenvolveria economicamente, mas surgiriam, entre os empresários industriais, a nova classe média e, eventualmente, entre os operários industriais, os quadros habilitados a dirigir o país de acordo com os interesses do povo brasileiro. Em outras palavras, a industrialização provocaria o que Celso

⁷⁵ Preferimos essa expressão, em lugar de "entreguismo", que possui uma conotação valorativa evidente. Hélio Jaguaribe já a usa em *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958, Rio de Janeiro.

Furtado chama de "a transferência dos centros de decisão"⁷⁶ de fora para dentro do país. Da mesma forma, a industrialização permitiria o desenvolvimento de uma cultura nacional autêntica, provocaria a diversificação da estrutura social do país, excluiria definitivamente a aristocracia rural do Governo do país. O nacionalismo, portanto, englobava o industrialismo, mas colocava uma ressalva: a industrialização deve ser realizada através de uma burguesia nacional. O desenvolvimento industrial através do investimento estrangeiro é de um modo geral considerado impossível pelo nacionalismo. Mas mesmo que ele fôsse possível, ainda assim seria desinteressante por razões de ordem política. Controlando a indústria nacional, o capitalismo internacional continuaria a dominar politicamente o país, que continuaria semicolonial. A diferença seria que esse domínio, ao invés de se exercer através da aristocracia rural e do alto comércio importador e exportador, seria exercido diretamente.

O projeto fundamental do nacionalismo era, portanto, o de transformar um país semicolonial em uma verdadeira nação independente (o neutralismo de muitos dos nacionalistas seria uma decorrência desse projeto). A industrialização seria o meio fundamental de se levar a cabo essa transformação. Restava saber como promover a industrialização do país. O industrialismo afirmava que o Brasil podia e devia industrializar-se. O intervencionismo desenvolvimentista nos diria como proteger a indústria nacional, promovendo seu desenvolvimento.

Contra o nacionalismo levantava-se o cosmopolitismo que, naturalmente, negava todas as teses da primeira ideologia a começar pela de que o Brasil era um país semicolonial. Negava-as formalmente, ou então simplesmente as ignorava. Ideologia tipicamente de defesa, que se completava com o agriculturalismo e o liberalismo, o cosmopolitismo não chegava a organizar perfeitamente suas idéias. Apenas em um ponto elas alcançavam um vigor e uma concatenação maiores. Referimo-nos ao momento em que defendiam o capital estrangeiro, que o nacionalismo mais exaltado (é claro que em todas essas ideologias há diversos graus de radicalismo) con-

⁷⁶ Celso Furtado, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Fundo de Cultura, 1961, Rio de Janeiro, pág. 243.

denava quase totalmente. Esse era provavelmente o ponto mais vulnerável do nacionalismo. Ora, o cosmopolitismo, ao contrário do nacionalismo, partia de uma atitude de descrença em relação às potencialidades do Brasil. Afirmava, direta ou indiretamente, que as condições de clima e de raça não permitiam o desenvolvimento de uma grande civilização no Brasil, participando, portanto, do chamado "complexo de inferioridade colonial".

Coerente com essa linha de idéias, o cosmopolitismo negava qualquer possibilidade de o Brasil desenvolver-se economicamente com rapidez sem a participação de investimentos diretos estrangeiros. E, neste ponto, da mesma forma que no caso da lei das vantagens comparativas no comércio internacional, a teoria econômica ortodoxa lhe dava maior cobertura do que ao nacionalismo em geral e particularmente aos nacionalistas mais extremados. Era natural, portanto, que o cosmopolitismo quisesse concentrar a discussão nesse ponto, deixando estrategicamente de lado a maioria das demais teses nacionalistas.

A terceira principal luta ideológica da primeira fase da Revolução Nacional Brasileira foi a do intervencionismo desenvolvimentista contra o liberalismo. O intervencionismo desenvolvimentista não deve ser confundido com o socialismo ou o comunismo. Trata-se de uma ideologia que, na forma pela qual foi apresentada e discutida no Brasil, não tem o caráter radical do comunismo. O intervencionismo desenvolvimentista é uma ideologia moderada, que funciona como um complemento do industrialismo e do nacionalismo. Tem como objeto a determinação dos meios através dos quais se deverá promover a industrialização brasileira. Sua tese fundamental é a de que a intervenção do Estado na economia é condição para um desenvolvimento econômico rápido. Sem essa intervenção, deixando-se a economia ao sabor das leis do mercado, como quer o liberalismo, ou a economia permaneceria estagnada ou se desenvolveria a uma taxa muito pequena. É certo que alguns países, como a Inglaterra e os Estados Unidos, haviam-se desenvolvido sem maior intervenção do Estado, mas esses países constituíam exceção, havendo-se beneficiado de uma conjugação extremamente feliz de recursos naturais e humanos, aos quais se somava uma situação de mercado interno e internacional particularmente favorável. Outros países

capitalistas, como a França, a Alemanha, o Japão, só haviam conseguido desenvolver-se graças a uma intervenção maior do Estado. No Brasil, em meados do século XX, não se verificava aquela conjugação de fatores favoráveis. Por outro lado, as técnicas de planejamento, de administração racional de uma economia, haviam-se aperfeiçoado grandemente, graças ao desenvolvimento da teoria econômica e das técnicas de elaboração da contabilidade nacional. Deveria, portanto, caber ao Estado um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico do país, devendo seu esforço dirigir-se particularmente no sentido da proteção e do estímulo à indústria nacional.

A intervenção do Estado deveria ser exercida através de duas formas que se completariam: através do planejamento econômico e dos investimentos diretos. O planejamento econômico, usando da política fiscal, monetária, creditícia, cambial (esta última seria a que mais polêmicas levantou), deveria racionalizar o processo de investimento público e privado, através de um bem equilibrado sistema de estímulos aos investimentos considerados mais ou menos interessantes para o desenvolvimento do país. Através de investimentos diretos, o Estado deveria controlar certos setores básicos da economia, como os serviços públicos, os transportes, a indústria do petróleo, do aço, a petroquímica, seja em caráter monopolístico, seja em concorrência com a iniciativa privada. Esses investimentos diretos seriam necessários, segundo o intervencionismo desenvolvimentista, não só devido à impossibilidade de a iniciativa particular realizar os investimentos necessários nesses setores, como também porque, sem o controle por parte do Estado desses setores, o planejamento econômico tornaria-se quase impraticável.

Contra o intervencionismo desenvolvimentista levantava-se o liberalismo. Não é preciso lembrar aqui as teses fundamentais dessa ideologia nascida na Europa para dar cobertura valorativa à emergência da burguesia como classe dominante e, em seguida, transplantada para o Brasil. O único aspecto curioso a observar é o seguinte: enquanto na Europa o liberalismo constituiu-se em uma ideologia essencialmente burguesa, um instrumento de luta dos comerciantes e industriais contra os privilégios concedidos à aristocracia de base

rural, no Brasil ocorreu o oposto, transformando-se o liberalismo em uma arma ideológica da aristocracia rural brasileira. Tal fato pode parecer paradoxal, mas, na verdade, é perfeitamente compreensível. Embora, tipicamente burguês, o liberalismo não era, necessariamente, uma ideologia a serviço apenas da burguesia. Em seu aspecto puramente econômico, o liberalismo afirmava a superioridade da economia de mercado, regulada pelo mecanismo de preços, sobre qualquer outro sistema que importasse em intervenção do Estado na economia. Não deveria haver qualquer tipo de proteção a quem quer que fôsse. Era preciso deixar à concorrência a tarefa de controlar o sistema econômico, punindo os menos eficientes. Ora, colocado nesses termos, o liberalismo econômico transformava-se em uma arma daqueles grupos, daqueles setores da economia que a curto prazo fôssem mais eficientes e tivessem condições para concorrer tanto no mercado interno quanto no mercado externo. Dessa forma, enquanto na Europa os mais capazes de competir, os mais eficientes, eram os industriais e comerciantes burgueses que então surgiam, no Brasil, a curto prazo, apenas as culturas agrícolas tropicais e semitropicais tinham condições de concorrer nos termos propostos pelo liberalismo. O liberalismo transformava-se, assim, em uma arma ideológica dos grandes fazendeiros e do alto comércio importador e exportador brasileiro, ideologia essa que se vai opor em termos práticos à emergência de uma classe de empresários industriais no Brasil. E então, desde o começo do século passado, quando D. João VI se propõe proteger e incentivar, ainda que timidamente, o desenvolvimento industrial do país, vemos surgirem críticas acerbas, que vão todas se inspirar no credo liberal.

Os Grupos Sócio-Econômicos e a Luta Ideológica

Feita esta análise sucinta das três principais lutas ideológicas que marcaram a Revolução Nacional Brasileira, não é difícil descobrir quais os grupos sócio-econômicos que estavam por trás das mesmas. O industrialismo, o nacionalismo e o intervencionismo desenvolvimentista eram claramente a expressão política dos novos grupos sociais que surgiam. Na medida, no entanto, em que a Revolução Nacional Brasileira tinha

tôda a sua ênfase colocada no processo de industrialização, elas eram, antes de mais nada, representativas dos interesses da classe emergente dos empresários industriais. Isso é evidente em relação ao industrialismo. Essa ideologia vinha atender diretamente às necessidades dos empresários industriais brasileiros.

Da mesma forma, o nacionalismo, que alcançou sua maior repercussão nos anos 50, caracterizou-se essencialmente como uma ideologia burguesa. É certo que o nacionalismo dos industriais era moderado. Mais do que isso, tinha objetivos mais restritos do que o nacionalismo mais exaltado de certos grupos de esquerda. Sob muitos aspectos, êsse nacionalismo quase que se identifica com o industrialismo. O industrial era nacionalista na medida em que se tratasse de proteger sua empresa contra a concorrência seja de produtos importados, seja de produtos fabricados no Brasil por empresas estrangeiras. Vimos que a tese central do nacionalismo era a de que o Brasil só superaria sua fase semicolonial através da criação de uma indústria nacional. Com isso, concordava a maioria dos empresários industriais brasileiros. Assim, quando se tratava de dar proteção cambial ou tarifária à indústria nacional, de conceder facilidades especiais na importação de equipamento, de transferir a renda da agricultura de exportação para a indústria, de se impedir a entrada no país de certas empresas estrangeiras, nesses momentos os empresários industriais se identificavam com as teses nacionalistas. O nacionalismo estava pôsto diretamente a seu serviço. Interessavam-se menos, porém, quando se falava em controle das remessas de lucros, *royalties* ou, então, na nacionalização de empresas estrangeiras já aqui instaladas.

O apoio dos empresários industriais ao intervencionismo desenvolvimentista decorre naturalmente do que acabou de ser dito. Tôdas as medidas de proteção preconizadas pelo nacionalismo só poderiam ser efetivadas através da intervenção do Estado. Além disso, os industriais verificavam que para o desenvolvimento de suas próprias indústrias seria necessário que o Estado investisse diretamente em certos setores da economia, como o do aço, por exemplo.

A defesa das três ideologias contrárias, do agriculturismo, do cosmopolitismo e do liberalismo, ficava, naturalmente, a cargo da classe média tradicional e, mais particularmen-

te, da aristocracia rural e do alto comércio importador e exportador, cujos interesses eram ameaçados pelo desenvolvimento industrial. Esse desenvolvimento industrial vinha pôr em jogo o domínio tranqüilo sobre o país, que a aristocracia rural e o alto comércio vinham exercendo desde a Independência, em perfeita consonância com os interesses dos países industrializados e sob a égide do liberalismo econômico. A esses países interessava manter o país como uma economia complementar, de base agrícola. Esse mesmo objetivo era compartilhado pela velha classe dominante brasileira, que via na industrialização uma ameaça a suas posições. É certo que a industrialização beneficiaria a agricultura, mas o setor beneficiado seria o da produção de produtos agrícolas de consumo interno, enquanto a velha classe dominante brasileira estava toda ela ligada à produção e à comercialização de produtos de exportação. Ora, o mercado exterior não seria aumentado de forma significativa com a industrialização, já que o objetivo principal do desenvolvimento industrial brasileiro era substituir importações. Por outro lado, a velha aristocracia brasileira, que sofrera um rude golpe político com a Revolução de 30, percebera claramente que o desenvolvimento industrial só ocorreria no país com a proteção do Governo. Ora, qualquer tipo de proteção importaria, imediatamente, em um processo de transferência de renda em benefício da indústria e provavelmente em prejuízo da agricultura de exportação. Esse foi o caso, por exemplo, do "confisco cambial".

Vemos, portanto, que a aristocracia rural e o alto comércio exportador de produtos agrícolas e importador de produtos manufaturados tinham uma série de razões para defender o agriculturalismo, o cosmopolitismo e o liberalismo: sua posição política e social ficaria ameaçada com a emergência de um novo grupo sócio-econômico, o dos empresários industriais; a industrialização não aumentaria os mercados para os produtos de exportação; a importação de produtos manufaturados tradicionais seria suspensa ou reduzida grandemente; e a proteção que o Governo daria à indústria importaria em transferência de renda com prejuízo da agricultura tradicional de exportação.

O Papel das Esquerdas

As lutas políticas que se travaram a partir de 30 até o Governo Juscelino Kubitschek, ou seja, durante a Revolução Nacional Brasileira, têm, portanto, como principais interessados: de um lado, a classe de empresários industriais; de outro, a velha classe dominante composta de grandes fazendeiros e comerciantes ligados ao comércio externo. Tínhamos, pois, uma luta entre dois grupos pertencentes à classe alta. De um lado, a nova burguesia, a nova classe capitalista de empresários industriais, cujas origens poderiam ser encontradas nos diversos escalões da classe média; de outro, a velha oligarquia agrário-comercial, os "paulistas de 400 anos" ligados ao café, em São Paulo, os senhores de engenho, no Nordeste, enfim, todos aqueles elementos incluídos na chamada aristocracia rural brasileira.

Pergunta-se, então: qual o papel dos demais grupos sócio-econômicos no debate político? Mais particularmente, qual o papel dos grupos de esquerda? A luta se travava entre dois grupos sócio-econômicos que geralmente pertencem às forças de centro ou de direita dentro do processo político. Estaria, então, a esquerda, estariam os operários mais politizados, os estudantes, os militares e os intelectuais de esquerda alienados da grande batalha política da Revolução Nacional Brasileira?

Antes de responder a essa pergunta é preciso saber, em primeiro lugar, o que entendemos por esquerda. Neste livro, incluiremos na esquerda aqueles grupos políticos que visam, através de reformas ou da revolução, paulatinamente ou radicalmente, instaurar no país um sistema socialista qualquer, em que, pelo menos nos setores básicos da economia, a propriedade privada seja substituída por um sistema de propriedade coletiva ou estatal. Esta é uma definição bastante flexível, de forma a incluir na esquerda e, por oposição, na direita toda uma gama de idéias e objetivos políticos.

Em segundo lugar, é preciso saber desde quando a esquerda, entendida nesses termos, pode ser considerada uma realidade política significativa dentro do Brasil.

Acreditamos que as esquerdas só começam a surgir no Brasil como uma realidade política significativa a partir do

início da Revolução Nacional Brasileira e, particularmente, após a Segunda Guerra Mundial. Antes disso, certamente já havia esquerda no Brasil, já existiam organizações socialistas, comunistas, trabalhistas. Em outras palavras, tínhamos desde grupos de esquerda os mais moderados até os mais radicais. Mas não eram grupos políticos significativos. Restringiam-se, geralmente, a um grupo pequeno de intelectuais e, eventualmente, de alguns líderes sem maior expressão. Não tinham quaisquer condições de sensibilizar uma fração ponderável da população brasileira. Em 35, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro tentou atingir o poder através de um golpe, não através de uma revolução em que o povo estivesse envolvido. Predizivelmente a tentativa falhou, demonstrando a falta de representatividade política dessa corrente radical da esquerda.

Após a Segunda Guerra Mundial, porém, uma esquerda mais autêntica, mais representativa das aspirações de certos setores da população começa a surgir. O comunismo continua a ser uma ideologia completamente estranha dentro do país. Contraditório, orientado de fora do país, jamais consegue transformar-se em uma força política ponderável dentro do Brasil. Grupos de esquerda mais moderados, porém, começam a se constituir em força política dentro do Brasil. Em todos os partidos, e particularmente no Partido Trabalhista Brasileiro, surgem grupos de esquerda. No Congresso, forma-se a Frente Parlamentar Nacionalista. O controle de grande número de organizações estudantis e sindicais passa para a esquerda. Enfim, nos anos 50 já se podia afirmar a existência no Brasil de uma esquerda com significativa expressão política.

Mas quais eram os objetivos políticos, quais eram as ideologias das esquerdas nessa época?

Pretendiam as esquerdas transformar o Brasil a curto prazo em um país socialista? Não. Esse objetivo era afastado pela grande maioria, por ser considerado impraticável. O socialismo ou mesmo o reformismo social não eram, portanto, as ideologias típicas, principais, dos grupos de esquerda no Brasil. Existiam, mas em estado latente. Quais eram, então, as ideologias da esquerda no Brasil? Simplesmente, o nacionalismo, o industrialismo e o intervencionismo desenvolvimentista. Em suma, as ideologias da esquerda eram as mesmas

defendidas pelos elementos mais representativos do grupo sócio-econômico emergente dos empresários industriais.

É certo que o nacionalismo da esquerda era mais radical do que o dos empresários industriais. Alguns grupos de esquerda chegavam, por exemplo, a negar a utilidade de todo e qualquer investimento estrangeiro no país, e a recomendar a nacionalização de quase todas as empresas estrangeiras aqui instaladas. Tais idéias não foram partilhadas pelos industriais assim como por grupos nacionalistas menos exaltados. O intervencionismo desenvolvimentista, que era moderado entre os industriais, era bem mais radical entre certos setores esquerdistas. Apenas em relação ao industrialismo havia plena identidade entre os objetivos da esquerda e da burguesia industrial.

Mas, se havia divergências, estas, pelo menos entre os empresários industriais e os elementos de esquerda mais representativos, eram divergências menores. Muito mais importante do que as possíveis divergências era a identidade de pontos de vista na luta comum contra o cosmopolitismo, o agriculturalismo e o liberalismo. E assim não é de causar surpresa que um grupo de intelectuais de esquerda como o chamado "grupo de Itatiaia", que publicaria de 53 a 56 os "Cadernos de Nosso Tempo", e depois se reuniria no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), viesse a se transformar, em grande parte, em ideólogos da burguesia industrial brasileira na primeira fase da história desse Instituto.⁷⁷ Não é de espantar também que o PTB, que, mal ou bem, era a manifestação política das esquerdas, se aliasse ao Partido Social Democrático, no qual, entre muitos outros, estavam representados os interesses de boa parte da burguesia industrial brasileira.

⁷⁷ Este fato ficou particularmente patente em relação a um dos mais brilhantes representantes do grupo, Hédio Jaguaribe. A respeito ver Simon Schwartzman, "Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político", estudo crítico, em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, março de 1963, vol. III, n.º 1. Em fins dos anos 50, esse grupo entraria em desagregação, talvez como um reflexo das transformações estruturais a que nos vamos referir logo adiante, e o ISEB passaria para o controle de grupos mais radicais, resultando daí seu fechamento pela Revolução de 1964.

Ora, que conclusão tirar dessa identidade de ideologias entre as esquerdas e a classe de empresários industriais? Já vimos que, em seu cerne, o nacionalismo brasileiro dos anos 50 era uma ideologia essencialmente burguesa. Na verdade, o nacionalismo, que era a ideologia básica, e o industrialismo e o intervencionismo desenvolvimentista, que funcionavam como meios de realização dos objetivos do nacionalismo, eram ideologias a serviço, antes de mais nada, da burguesia industrial emergente. O objetivo geral a que se propunha o processo geral de transformação que chamamos de Revolução Nacional Brasileira era, naquela época, o de fazer do Brasil uma verdadeira nação independente. A industrialização, a ser realizada pelos empresários industriais, com o auxílio do Governo, seria o meio por excelência de se atingir aquele objetivo. O grupo sócio-econômico mais beneficiado pela Revolução Nacional Brasileira era portanto o dos empresários industriais.

A conclusão importante a ser tirada deste fato é que o papel da esquerda, na primeira fase da Revolução Nacional Brasileira, era o de força política auxiliar da burguesia industrial. Em outras palavras, a esquerda, que estava naquela época ganhando expressão política, não alcançara ainda autonomia política. Adotando as mesmas ideologias que os empresários industriais, transformava-se em força política auxiliar dos mesmos.

Fatos Novos Provocam Modificações Estruturais

Era este, portanto, o esquema político que caracterizou a Revolução Nacional Brasileira: de um lado, as velhas forças que dominavam o Brasil desde sua Independência; de outro lado, a burguesia industrial, à qual se aliavam, às vezes explícita, às vezes tácitamente, os grupos de esquerda que surgiam à medida que a industrialização ganhava ímpeto. É claro que este é um esquema muito simplificado, um modelo simples para a compreensão de uma realidade muito mais complexa. Certamente havia muitos empresários industriais que não tomavam consciência da luta que travavam com a velha aristocracia rural. Da mesma forma, havia elementos da esquerda que não percebiam ou não queriam admitir o papel de força

auxiliar da burguesia industrial que lhes fôra atribuído. Mas essa aliança, cujas bases Getúlio Vargas estabeleceu ainda em seu primeiro período de Governo, e que teve confirmação plena nas eleições presidenciais de 55, quando as esquerdas apoiaram um representante típico da burguesia industrial como o Sr. Juscelino Kubitschek, essa aliança foi sem dúvida a característica política mais significativa da Revolução Nacional Brasileira.

A partir das eleições presidenciais de 55, porém, uma série de fatos novos iria ocorrer, os quais provocariam modificações estruturais na política brasileira. Vejamos quais foram esses fatos e suas conseqüências mais diretas.

O primeiro e mais importante fato novo foi o da consolidação da industrialização brasileira. Durante o Governo Juscelino Kubitschek ocorreu um extraordinário desenvolvimento industrial no país. Hélio Jaguaribe, usando o modelo de Rostow, afirma que nesse período ocorreu a decolagem do desenvolvimento brasileiro.⁷⁸ Não concordamos. Essa decolagem, ou, se preferirmos uma terminologia mais tradicional, o início da Revolução Industrial Brasileira, da transformação acelerada do país em economia industrial, ocorrera nos anos 30 e particularmente nos anos 40. Nesses anos desenvolvemos nossa indústria de bens de consumo e estabelecemos os fundamentos de nossa indústria de base, com a usina siderúrgica de Volta Redonda, por exemplo. Como vimos no capítulo II, porém, é no Governo Kubitschek que se instala definitivamente no Brasil a indústria pesada, com a indústria automobilística, a indústria de equipamentos industriais, a indústria naval, ao mesmo tempo em que a indústria de base ganhava novo impulso, com a instalação da indústria petroquímica, com a construção de novas usinas siderúrgicas, etc... Em outras palavras, nesse período não ocorre a decolagem, mas a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro.

A conseqüência mais direta deste fato novo é a vitória e a subsequente perda de importância, como ideologia, do industrialismo. Depois de todos os grandes investimentos industriais realizados no transcorrer dos anos 50, especialmente em sua segunda metade, já não tinha mais sentido dis-

⁷⁸ Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Fundo de Cultura, 1962, Rio de Janeiro, pág. 184.

cutir se o Brasil poderia ou não, deveria ou não, tornar-se um país industrial. São Paulo já era um estado industrial. A realidade havia negado as velhas teses de que o Brasil não poderia industrializar-se, que nossas condições naturais e étnicas não nos permitiriam criar uma indústria poderosa, semelhante à existente nos países desenvolvidos. Por outro lado, do ponto de vista teórico, cada vez ficava mais claro, mais indiscutível, que o desenvolvimento econômico não seria possível sem a industrialização, que a agricultura só atingiria altos níveis de produtividade se o país se industrializasse. Economistas, sociólogos, quase todos os cientistas sociais interessados no desenvolvimento econômico eram obrigados a chegar à mesma conclusão. Esses dois fatores, e principalmente o primeiro, a consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro, tornaram o agriculturalismo anacrônico. Estava vencida a batalha para o industrialismo, que deixava de ser uma ideologia d'este ou daquele grupo sócio-econômico, da esquerda ou da direita, para se transformar em uma idéia geralmente aceita no país.

Um segundo fato novo foi o da crise de superprodução de café. Este fato veio provocar outro sério abalo no sistema de poder da velha aristocracia rural. Dizemos outro sério abalo porque, desde 30, a agricultura de exportação e particularmente a agricultura do café vinha sofrendo uma série de reveses.

Com o café em crise, ao mesmo tempo em que se reduzia o poder dos grandes fazendeiros, crescia o dos empresários industriais. Por outro lado, o grande motivo de luta por parte dos grandes fazendeiros, o chamado "confisco cambial", através do qual o Governo transferia a renda da agricultura de exportação para os demais setores da economia, e particularmente para a indústria, com a crise de superprodução de café perdia importância. O confisco continuaria, mas seria em grande parte compensado pela compra dos excedentes, dentro da política de sustentação dos preços do café. Os grupos ligados ao café continuariam a protestar contra o confisco, mas sem a mesma energia, sem a mesma violência.

Esses dois fatos novos, somados, têm uma consequência de importância capital. O empresário industrial fortalecido com sua posição consolidada, a aristocracia rural e o alto co-

mércio importador e exportador enfraquecidos, não havia mais razão para luta. O empresário industrial é finalmente aceito como membro da classe capitalista. E assume imediatamente uma posição de liderança, particularmente nas regiões mais industrializadas como São Paulo. Até há pouco, a burguesia industrial era uma classe em ascensão, usando de ideologias progressistas para facilitar sua subida ao poder. Agora, chegando ao topo, começa a abandonar as ideologias que levavam o processo social a um estado de contínua transformação. Aliando-se aos demais setores da classe capitalista, preocupa-se agora em conservar as vantagens conseguidas. Em outras palavras, os empresários industriais, que já não tinham no industrialismo uma ideologia avançada, progressista, para defender, começam a caminhar para a direita, rompendo a aliança com a esquerda.

Outra consequência da consolidação do desenvolvimento industrial e da crise do café é o início da perda de importância do nacionalismo dentro do cenário político brasileiro. Com o nacionalismo acontece algo semelhante ao sucedido ao industrialismo: tornando-se ideologia vitoriosa, começa a perder sua força como instrumento político. A diferença é que, enquanto a vitória do industrialismo foi praticamente total, o mesmo não ocorreu com o nacionalismo, permitindo que o mesmo sobrevivesse como ideologia de luta. Com a consolidação da industrialização brasileira, que era a principal tese do nacionalismo, este começa a esvaziar-se. Ainda havia muito por realizar em matéria de industrialização, mas o arranque inicial já fôra dado, a indústria já era um fato definitivo no Brasil.

O esvaziamento do nacionalismo se acentua com a aprovação da Lei de Tarifas pelo Congresso, em 58. Este é o terceiro fato novo que vem provocar modificações estruturais na política brasileira. Antes da Lei de Tarifas a proteção à indústria nacional era realizada através de instrumentos administrativos, como o sistema de licenças de importação, e de medidas cambiais, como os leilões de câmbios estabelecidos no Brasil com a Instrução 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito. Essas medidas de proteção eram instáveis, estavam sob constante ameaça de revogação por um simples ato administrativo do Governo. Sofriam, pois, constante ataque dos adversários de um sistema de proteção à indústria

nacional. Com a aprovação da Lei de Tarifas, porém, o nacionalismo alcançava uma grande vitória. A proteção à indústria nacional deixava de ser algo eventual, provisório, instável. Agora uma lei, não um simples ato administrativo, assegurava o desenvolvimento industrial brasileiro. À medida, porém, que esta vitória era alcançada, à medida que os empresários industriais se tornavam seguros de suas posições adquiridas, perdia também maior razão de ser seu nacionalismo, pelo menos o nacionalismo como eles o entendiam.

À aprovação da Lei de Tarifas adiciona-se um quarto fato novo, que afasta ainda mais os industriais do nacionalismo. Ao contrário dos fatos anteriores, porém, este não tem o efeito de também esvaziar o nacionalismo defendido pelos diversos grupos de esquerda. Pelo contrário, fortalece-o. Referimo-nos à Instrução 113 da SUMOC, que dá às empresas nacionais condições desvantajosas em relação às empresas estrangeiras no que diz respeito à entrada de equipamentos industriais no país. Este fato provoca, inicialmente, reação de diversos empresários nacionais. Mas, face ao desatendimento de suas reivindicações, muitos deles decidem pela solução mais fácil, que melhor atende a seus interesses econômicos: aliam-se às empresas estrangeiras que podem fazer entrar no país equipamentos sem cobertura cambial. Por outro lado, devido ao sistema de proteção à indústria brasileira que fôra organizado, as empresas estrangeiras não tinham condições mais de exportar para o Brasil. A única forma de não perder o mercado era investindo diretamente no país. Ao interesse dos empresários nacionais em associar-se com empresas estrangeiras somava-se, portanto, o interesse dessas empresas em entrar no Brasil. Vemos, então, ocorrer uma grande quantidade de investimentos conjuntos, em que empresas nacionais e estrangeiras se associavam. É claro que, à medida que isto ocorria, os interesses de ambos os lados tendiam a identificar-se. O nacionalismo dos empresários industriais perdia vigor. Um novo nacionalismo, com características diferentes, começava a surgir, não mais para atender diretamente aos interesses da burguesia empresarial, mas como instrumento das esquerdas. Esse novo nacionalismo não teria o mesmo impacto que o primeiro. Sua ênfase principal passaria, da proteção à indústria nacional, ao combate às empresas estrangei-

ras instaladas ou por se instalar no país, do apoio à industrialização realizada por empresários nacionais à tese da nacionalização das empresas estrangeiras e ao controle das remessas de lucros, chegando os mais radicais a propor a total congelamento das remessas. Mas estamos-nos adiantando. Examinemos os outros fatos novos que vêm provocar profundas modificações na política brasileira.

Em quinto lugar, temos o aumento de poder do sindicalismo durante os anos 50. É, em 53, que temos a primeira greve dos marítimos. É também nos anos 50 que surge o primeiro acordo intersindical de importância no Brasil — o Pacto da Unidade Sindical. Surgiram, depois, muitos outros. Durante esse período o sindicalismo se organizava, abandonava a tutela governamental que o criara nos anos 30; o "peleguismo" perdia força, líderes mais autênticos, embora ainda representando uma pequena parcela dos operários da classe, assumiam o controle das organizações sindicais, tanto das regulamentadas quanto das não-regulamentadas por lei.

Esse aumento do poder das organizações sindicais, controladas em sua maioria por líderes com posições nitidamente de esquerda, havendo entre eles diversos líderes comunistas, tem duas consequências básicas. De um lado, aumentando o poder de reivindicação dos movimentos operários, leva os empresários industriais a caminhar mais em direção à direita, adotando uma atitude de resistência. De outro lado, tal fato aumenta a força das esquerdas, que passam a ter no movimento sindical um de seus pontos de apoio.

Em sexto lugar, verifica-se nos anos 50 uma aceleração no processo de participação política do povo brasileiro. Diz Guerreiro Ramos: "O cardinal fato político da vida brasileira nos dias de hoje é a existência de povo... como protagonista eminente do processo político".⁷⁹ Durante toda a história pregressa do Brasil não podíamos falar na existência de um "povo", ou seja, de uma parcela ponderável da população brasileira que participasse em termos mínimos do processo político do país. Nos primeiros tempos, antes da Independência e muitos anos depois desta, o controle político ficara a cargo de uma pequena classe dominante de senhores de terra em

⁷⁹ Guerreiro Ramos, *A Crise do Poder no Brasil*, Zahar Editores, 1961, Rio de Janeiro, pág. 42.

aliança com a metrópole portuguesa e mais tarde inglesa. Nos fins do século passado, com o desenvolvimento de um incipiente mercado interno e, depois da Guerra do Paraguai, com a crescente importância do Exército, começa a surgir a classe média como força política. Toma o poder com a Proclamação da República, perde-o logo em seguida, com a eleição de Prudente de Moraes, recupera-o mais tarde com a Revolução de 30. Depois disso, a velha classe dominante volta a partilhar do poder, mas da classe média emerge um novo setor da classe alta — o setor dos empresários industriais — e, de qualquer forma, a partir de 30, a participação da classe média no processo político brasileiro e em seus postos de comando estava assegurada. O resto da população, os trabalhadores rurais, os operários, e mesmo grandes parcelas da classe média inferior permaneciam ainda, como no Império e na Primeira República, completamente alheios ao processo político. Com a Revolução Industrial Brasileira, porém, esta situação começa a mudar. A crescente importância dos operários industriais como grupo sócio-econômico, a difusão dos meios de comunicação em massa, particularmente do rádio, entre outros fatores, provocam um crescente interesse da população pelos destinos políticos do país. Os líderes populistas, que surgem especialmente no pós-guerra, aproveitam-se desse clima de interesse para se elegerem. Observe-se, porém, que o populismo, apesar de seu caráter demagógico, já representava um progresso em relação à política de clientela, em que os "coronéis" manipulavam as eleições. Agora já era preciso convencer o eleitorado. E nas eleições de 60, como, mas em menor grau, já havia acontecido com as duas eleições presidenciais anteriores, pode-se observar uma manifestação clara da vontade popular. Depois dessas eleições, já era possível falar-se na existência de povo no Brasil. Pelo menos em relação às eleições para os cargos executivos e particularmente para a Presidência da República verificara-se uma dedicada participação da população no processo político.

*Rompimento da Aliança entre a Esquerda
e os Empresários Industriais*

Em resumo, tivemos seis fatos novos da maior importância no cenário político brasileiro: a consolidação do de-

seu desenvolvimento industrial; a crise de superprodução do café com a subsequente perda de importância da questão cambial, que servia de divisor de águas entre os interesses da indústria, de um lado, e da agricultura e do alto comércio, do outro; a aprovação da Lei de Tarifas, que viria proteger em termos estáveis a indústria nacional contra a importação de artigos estrangeiros; a Instrução 113 da SUMOC e o sistema de proteção tarifária, que levariam a um grande número de associações entre empresas nacionais e estrangeiras; o aumento do poder do sindicalismo através, principalmente, dos acordos intersindicais; e, por fim, a crescente participação do povo no processo político, particularmente nas eleições presidenciais e nas demais eleições majoritárias.

Já vimos, isoladamente, as consequências, as profundas modificações por que passou a política brasileira devido a esses fatos novos. Vimos que o industrialismo se tornou uma ideologia vitoriosa, deixando, assim, de ser um instrumento de luta, que o nacionalismo perdeu grande parte de sua substância e sofreu modificações à medida que deixava de ser uma ideologia da burguesia industrial para se tornar uma ideologia das esquerdas. Vimos também que, ao passo que esses fatos novos ocorriam, a burguesia industrial cada vez mais se unia a seus antigos opositores — à aristocracia rural, ao alto comércio, às empresas estrangeiras — e com eles se confundia. Vimos, ainda, que, devido ao aumento do poder do sindicalismo e até um certo ponto devido à crescente participação do povo no processo político, as esquerdas se fortaleciam (dizemos "até certo ponto" porque esse fenômeno beneficiou também correntes políticas não-esquerdistas).

Estas duas últimas consequências, a união da burguesia industrial aos demais setores capitalistas e o fortalecimento relativo das esquerdas, são de importância capital para a compreensão da evolução política do Brasil depois de 60. De um lado víamos os empresários industriais, à medida que a industrialização brasileira se tornava um fato consumado, abandonar, paulatinamente, as ideologias progressistas, próprias de um grupo sócio-econômico em ascensão, que necessita de novas ideologias, de novos sistemas de valores para apoiar sua subida ao poder. De outro lado, as esquerdas se fortaleciam, à medida que passávamos de uma política de clientela para uma política populista, e desta para uma política ideoló-

gica. Não é preciso maior tirocínio para concluir qual seria o principal resultado desses dois acontecimentos. A antiga aliança política entre os empresários industriais e as esquerdas rompia-se. As esquerdas deixavam de ser uma força política auxiliar da burguesia industrial. Ganhavam autonomia. Na verdade, pela primeira vez na história do Brasil podia-se falar na existência de uma esquerda autônoma e com razoável significado político.

É claro que nem todos os empresários industriais e nem todos os elementos de esquerda desejavam esse rompimento. Em particular os industriais mais progressistas, aqueles que viam que a Revolução Nacional Brasileira, esse processo de transformação econômica, social, política e cultural, não estava, de fato, terminada, e a esquerda mais moderada, esses dois grupos sentiam prematuro, desnecessário, esse rompimento. Mas o processo de radicalização política pelo qual passaria o Brasil, especialmente após a renúncia do Sr. Jânio Quadros, enfraqueceria a posição desses elementos. Veremos esse problema da radicalização um pouco mais adiante.

Reformismo X Conservadorismo

Com a consolidação do desenvolvimento industrial, a vitória do industrialismo, o esvaziamento e transformações do nacionalismo, o rompimento da aliança entre os empresários industriais e a esquerda com concomitante autonomização desta última, terminava também a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, aquela fase em que toda a ênfase da luta política dos novos grupos que surgiam fora colocada a serviço da industrialização. Agora começaria uma nova fase, em que, ao lado do desenvolvimento econômico através da industrialização, ganharia importância a exigência de reformas das estruturas econômicas sociais com o objetivo de não só facilitar o desenvolvimento econômico, mas também melhor distribuir a renda. O termo "reformas de base" entra em voga. Começam a ser discutidas em todo o país as principais reformas preconizadas, a reforma agrária, a reforma fiscal, a reforma bancária, etc. Na verdade, tinha início no Brasil uma nova luta ideológica, que deveria caracterizar esse período, a luta entre o reformismo e o conservadorismo.

O reformismo surge com todo o vigor após as eleições presidenciais de 60. Era a ideologia das esquerdas, dos seus setores moderados e de boa parte de seus setores hoje considerados extremados. A tese fundamental do reformismo era que as estruturas jurídicas brasileiras, que regulavam as relações econômicas, sociais e políticas no Brasil, eram arcaicas; correspondiam, em grande parte, à fase semicolonial e semi-feudal do Brasil. Segundo o reformismo, essas estruturas, entre as quais era dada especial ênfase à estrutura da propriedade agrária (observe-se que a velha aristocracia rural continuava a ser o principal alvo das esquerdas), representariam a institucionalização do privilégio, dificultando o progresso econômico e social do Brasil. Era preciso, portanto, reformar essas estruturas, eliminar os privilégios, melhorar a curto prazo o baixíssimo padrão de vida da população brasileira, não só através do desenvolvimento econômico e o decorrente aumento geral da renda, mas também através de melhor distribuição da renda presentemente auferida. E para reformar as estruturas não seria preciso revolução. As reformas seriam feitas pacificamente.

Observe-se, ainda, em relação ao reformismo, que essa ideologia englobava o nacionalismo. Mas agora o nacionalismo entrava como componente subsidiário. O capitalismo internacional continuava ainda a ser considerado pelas esquerdas um inimigo, um explorador em busca de lucros fáceis, mas não era mais o principal inimigo. Este estaria dentro do próprio Brasil, seria constituído pelos grupos capitalistas e semi-feudais mais retrógrados, que agora se haviam fortalecido com a adesão de grande parte dos industriais.

Já o conservadorismo negava a necessidade de reformas, ou pelo menos de reformas com a profundidade demandada pelos reformistas. A maioria das reformas exigidas pelos reformistas não chegavam a ser radicais, não pretendiam transformar a estrutura social do Brasil do dia para a noite, não pretendiam, por exemplo, abolir a propriedade privada dos bens de produção e instaurar um regime socialista. Representavam, no entanto, uma tendência a longo prazo nesse sentido. Os conservadores não aceitavam a necessidade dessas reformas. Segundo eles, o que o Brasil necessitaria, realmente, seria mais educação, mais moralidade administrativa, maior desenvolvimento econômico. A justiça social se faria natu-

ralmente, através do simples processo de desenvolvimento e de algumas medidas legislativas oportunas.

Este era o quadro político que, a partir das eleições presidenciais de 60, começa a se definir no Brasil. As duas novas ideologias em choque traduziam o rompimento da aliança da esquerda com a burguesia industrial e o realinhamento que vinha ocorrendo no Brasil desde meados dos anos 50. É curioso, porém, observar como as forças políticas perceberam com atraso essas transformações. As próprias eleições presidenciais de 60 são um exemplo disso. O *New York Times*, em notícia publicada algumas semanas antes das eleições, afirmava que no Brasil o candidato pessoalmente de direita era apoiado pelas forças de esquerda, enquanto o candidato com tendências de esquerda era apoiado pela direita... A afirmação era paradoxal, mas não deixava de ter um grande fundo de verdade. Esse fato era uma decorrência da grande confusão política que aquela série de fatos novos a que nos referimos trouxera. As esquerdas, principalmente, continuavam a pensar nos termos ideológicos dos anos 50. Para elas um candidato adequado deveria ser nacionalista e industrialista. Ora, o General Henrique Teixeira Lott era ambas as coisas, embora fôsse pessoalmente um homem de direita, um conservador. Enquanto isso, o Sr. Jânio Quadros, apesar de todas as suas contradições pessoais, era um reformista. Mas, na medida em que ele nunca se definira muito particularmente em termos nacionalistas e jamais se aliara aos grupos políticos que haviam tradicionalmente permanecido no poder durante a primeira fase da Revolução Brasileira, estava em condições de obter o apoio das forças de direita.

O Alarmismo e o Radicalismo

A razão pela qual a luta ideológica por excelência desta fase seria o reformismo contra o conservadorismo e não, em lugar do reformismo, uma ideologia mais radical, como o comunismo ou o socialismo, é simples. Muitos dos grupos de esquerda no Brasil não chegavam a ter como objetivo a curto prazo socializar o país. Por outro lado, aqueles que tinham esse objetivo viam claramente que no Brasil, dado o relativo êxito do capitalismo, que, através da industrialização, elevava

o padrão de vida de amplos setores da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que permitira o desenvolvimento de um grupo empresarial e de uma classe média poderosos, no Brasil, dizíamos, não havia condições para uma revolução socialista.

Dessa forma, era de se prever que a luta ideológica que deveria dominar tôdas as demais, pelo menos durante vários anos, seria a do reformismo contra o conservadorismo. A partir da renúncia do Sr. Jânio Quadros, no entanto, e mais ainda a partir do começo de 63, quando o Sr. João Goulart propôs algumas reformas de base, começa a verificar-se no Brasil um processo de radicalização política. Com o reformismo e o conservadorismo era possível ainda o diálogo, o compromisso, o processo de barganha, através do qual os grupos sócio-econômico resolveriam os conflitos por meio de concessões mútuas. Com a radicalização das posições, porém, êsse diálogo foi-se tornando cada vez mais difícil. Muitos dos reformistas se transformam em revolucionários, desanimados de transformar a sociedade por meios pacíficos; muitos dos conservadores transformam-se em imobilistas, decididos a nada ceder, dentro da racional de que qualquer concessão será uma derrota e um degrau para as esquerdas se apoiarem e pedirem mais. Conservadores que, antes da Convenção da União Democrática Nacional em Curitiba, no início de 63, aceitavam uma reforma agrária com emenda constitucional deixam de aceitá-la. Por outro lado, reformistas que concordavam em obter uma reforma agrária moderada só se contentam com uma reforma mais radical.

Perguntava-se, então: Por que essa radicalização? Creemos que suas bases estão nas modificações estruturais a que nos referimos anteriormente. Essas modificações uniram as forças de direita e fortaleceram, tornando independentes, as forças de esquerda. Era de esperar, portanto, que os elementos extremados das duas forças políticas não se contentassem com ideologias moderadas, como o reformismo e o conservadorismo, e decidissem experimentar suas forças através da pregação da revolução e do imobilismo.

A causa básica da radicalização que, de meados para fins de 63, chegava a grandes extremos, resultando afinal na Revolução de 64, tem portanto raízes nas transformações estruturais pelas quais a política brasileira acabava de passar. Os grupos de esquerda, apesar de sua relativa fraqueza den-

tro do cenário político brasileiro (a política ideológica estava apenas começando), ganharam autonomia, fortaleceram-se em relação ao que eram antes, e os esquerdistas mais extremados, baseados nesse aumento relativo de poder, baseados nas vitórias dos grupos de esquerda nos sindicatos, nos meios estudantis, entre os sargentos, entre os trabalhadores rurais das ligas camponesas, passaram a acreditar que possuem uma grande força política no Brasil. O caminho para a radicalização das esquerdas estava evidentemente aberto.

Por outro lado, a direita começa a verificar que pela primeira vez na história do Brasil grupos de esquerda com certa expressão política estavam tentando alcançar o poder. Antes a luta pelo poder trava-se entre subgrupos dentro da própria classe dominante. No máximo, tivemos lutas entre a classe média ascendente e a velha aristocracia rural. Agora, porém, eram grupos de esquerda, cujo objetivo, pelo menos a longo prazo, era acabar com o sistema capitalista, eram grupos dessa natureza que surgiam na arena política para disputar o poder. Estava assim aberto o caminho para o alarmismo, e, através do mesmo, o radicalismo da direita tinha um meio favorável onde se desenvolver.

O alarmismo vai ser, pois, o grande instrumento da radicalização a serviço dos líderes mais extremados da direita. Servirá também aos radicais de esquerda, mas com menor eficiência. A forma pela qual a direita usava do alarmismo para obter radicalização é simples. Espalhavam-se, inicialmente, afirmações de cunho aparentemente derrotista, como, por exemplo: "A revolução comunista está às portas"; "não dou um ano para uma revolução comunista no Brasil"; "vamos aproveitar os últimos momentos do conforto burguês"... A última frase tinha um tom de brincadeira, mas seu efeito é o mesmo que o obtido com as outras frases: alarmavam, atemorizavam. Eram frases, evidentemente, sem fundamento real. O comunismo, no Brasil, jamais teve maior repressão política. E as próprias forças de esquerda não-comunistas eram ainda demasiadamente fracas para realizar uma revolução armada no país. Mas são frases que, por traduzirem aquela emergência das esquerdas como força política autônoma, encontram ressonância. Começam a ser repetidas. Ora, concluíam os alarmistas da direita, se a revolução comunista está às portas, é preciso que nos unamos para resistir, é preciso que

não cedamos nada, é preciso voltarmos tôdas as nossas forças contra os comunistas. Em outras palavras, é preciso que nos radicalizemos. E assim, um grande número de pessoas, que até há pouco não eram radicais, que tinham tendências conservadoras mas não imobilistas, súbitamente se radicalizam em direção à direita, sem saberem que estão sendo vítimas de um processo de manipulação política por parte dos líderes radicais, que se beneficiam grandemente dessas circunstâncias.

A radicalização da direita foi aproveitada pelos grupos radicais da esquerda para também transformar esquerdistas moderados em esquerdistas radicais. "O reformismo não resolverá nossos problemas", diziam eles. "O Brasil precisa das reformas, mas não será possível obtê-las em termos pacíficos. A direita domina a imprensa, domina o Congresso e não está disposta a ceder em nada. Só através da revolução poderemos transformar este país". E à medida que estas afirmações se confirmavam com a radicalização da direita, as esquerdas radicais iam também ganhando um maior número de adeptos.

Sem dúvida, para completar esta análise seria necessário agora examinar os fatores de ordem personalista que vinham contribuindo para este processo de radicalização do Brasil, além de assinalar a importância da inflação, cujo aceleramento, a partir de 61, trouxe maior instabilidade econômica e política, favorecendo as posições políticas extremadas. Em relação aos fatores personalistas, porém, queremos fazer referência apenas ao processo de frustração da direita e da esquerda que a renúncia do Sr. Jânio Quadros e a presença do Sr. João Goulart na Presidência da República provocaram.

Em relação à renúncia do Sr. Jânio Quadros, a frustração foi particularmente da direita. Esta acreditara ter obtido uma vitória política em 60. Durante seu curto Governo, porém, o Sr. Jânio Quadros já causa uma série de frustrações para a direita, especialmente quando realiza sua política internacional independente. Se não bastasse isso, porém, o Sr. Jânio Quadros renuncia, entregando o poder a um inimigo histórico das direitas no Brasil, o Sr. João Goulart. É claro que isto frustra a direita, levando para um tipo de agressão política que é a radicalização.

A presença do Sr. João Goulart na presidência frustrava particularmente a esquerda. Com sua subida ao poder, acreditava a esquerda que afinal o Brasil tinha um presidente que realizaria uma política de esquerda. O Sr. João Goulart, porém, devido às características pessoais de sua personalidade, e devido, principalmente, ao fato de que as esquerdas não eram, politicamente, suficientemente fortes para mantê-lo no poder, não realiza o Governo desejado pela esquerda. A frustração deste grupo é profunda. Por outro lado, a direita se frustra também, porque o Sr. João Goulart não podia realizar uma política de direita. Se o fizesse, estaria em condições políticas insustentáveis, já que perderia todo e qualquer apoio da esquerda, sem jamais conseguir a confiança da direita.

Esse processo de frustração tanto da esquerda quanto da direita, somada à inflação e principalmente às modificações estruturais que haviam realinhado as forças políticas e transformado as ideologias em luta no Brasil, levaria o Brasil a um radicalismo cada vez maior, à total supressão do diálogo político, à recusa tanto da direita radical quanto da esquerda radical de participarem de um processo de barganha, em que concessões mútuas fôssem realizadas. Ficamos dentro de um impasse, uns pregando a revolução, outros o imobilismo, quando nenhuma das duas soluções tinha condição de vitória no Brasil. O resultado foi a Revolução de 64, que marcaria a previsível vitória da direita ante uma esquerda imatura, e representaria a consolidação do sistema capitalista no Brasil.

Conclusão

Em resumo, ocorreu no Brasil um processo de transformação econômica, social, política e cultural que chamamos de primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, ou Revolução Nacional Brasileira, e que teve como ênfase a industrialização. As principais ideologias em luta, o nacionalismo contra o cosmopolitismo, o industrialismo contra o agriculturalismo, o intervencionismo desenvolvimentista contra o liberalismo, traduziam o conflito entre os novos grupos sociais, e particularmente dos empresários industriais contra a velha oligarquia agrário-comercial, que desejava manter o país em seu

estágio agrícola. Nesse conflito, as esquerdas tinham o papel de força auxiliar dos empresários industriais. A partir de fins dos anos 50, porém, uma série de fatos novos, a consolidação do desenvolvimento industrial, a crise de superprodução do café, a Lei de Tarifas, as associações entre capitais nacionais e estrangeiros, o aumento de poder do sindicalismo e a crescente participação do povo no processo político brasileiro, vem causar modificações estruturais na política brasileira, dando início à segunda fase, fase essa que, além da industrialização, teria como ênfase melhor distribuição da renda. As conseqüências principais daqueles fatos novos são a vitória do industrialismo, a definitiva aceitação dos empresários industriais entre as classes produtoras, o desaparecimento do conflito entre a indústria e a agricultura de exportação, o rompimento da aliança entre as esquerdas e os empresários industriais, o aumento relativo da força política da esquerda e sua autonomia em relação aos empresários industriais, o esvaziamento e transformação do nacionalismo, e, finalmente, o aparecimento de uma nova luta ideológica: o reformismo contra o conservadorismo.

Uma série de fatores, porém, entre os quais se destacam essas transformações estruturais, e particularmente a recente autonomização das esquerdas, de um lado, e a união das direitas, do outro, provoca um movimento de radicalização política. Esse movimento, que beneficiaria politicamente os líderes mais radicais, tanto da direita quanto da esquerda, encontra um instrumento extremamente útil no alarmismo, desencadeando-se, assim, em forma de círculo vicioso, um processo de radicalização no qual, quanto mais um lado se radicalizava, tanto mais o outro lado encontrava razões para se radicalizar. Com a radicalização, suprimia-se o diálogo, aumentava-se a insegurança política, o desenvolvimento social tendia a estancar-se e o econômico a reduzir seu ritmo. O resultado final desse processo foi a tomada do poder pelos militares, com amplo apoio da direita, na Revolução de 64.

CAPÍTULO V

A Crise Brasileira

ATÉ O COMÊÇO dos anos sessenta pouca gente pensaria em termos de crise. Falava-se de "Revolução Industrial", nas grandes transformações econômicas, sociais e políticas pelas quais o país estava passando, na "Revolução Brasileira". Sem dúvida, problemas surgiam no processo de desenvolvimento econômico e social, e tais problemas eram apontados, discutidos. Mas a abordagem que dominava o Brasil era otimista, positiva. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial o país era dominado por um sentimento de otimismo, que nos últimos anos da década de 50 se transformara em euforia. O Brasil não era apenas "o país do futuro". Estava-se transformando rapidamente nesse país.

A partir de 1961, porém, a situação foi mudando. O sentimento de otimismo (o que não dizer do de euforia) foi dando lugar ao de dúvida e depois ao de decidido pessimismo. O país foi pouco a pouco entrando em uma conjuntura de crise, em que as dificuldades emergentes superavam as soluções encontradas. Entramos em uma fase histórica que chamaremos de Crise Brasileira.

Esta crise assumiu fundamentalmente um caráter econômico e político. Poderíamos falar também em uma crise cultural e mesmo em uma crise social. Mas vamos nos limitar àqueles dois aspectos da crise. São eles os mais evidentes.

Inicialmente definiremos os principais fatores de ordem econômica e política que definiram a crise presente. Estudaremos em seguida suas causas a médio e a curto prazo. Às causas a longo prazo faremos apenas referência, de forma a não nos estendermos demais. No estudo das causas a curto e a médio prazo, adotaremos subseqüentemente uma abordagem econômica, uma abordagem política e uma abordagem sociológica para as mesmas. Examinaremos a seguir a posição do empresário industrial em relação à crise brasileira. Verificaremos então até que ponto representa êle um papel-chave na determinação das causas da crise e na escolha das políticas a serem adotadas para sua solução.

A Crise Definida

Em seu aspecto econômico, a crise é facilmente discernível. A taxa de desenvolvimento da renda *per capita* que, até 61, costumava girar em torno de 3%, tornou-se negativa em 64, apresentando uma redução de 6,1%. A este dado corresponde um decréscimo da renda global no ano passado de 3%. O principal fator que explica esse fenômeno foi a redução de 4,5% que sofreu a produção rural, mas também a produção industrial sofreu uma queda, no ano passado, de 0,4%. Este fato é especialmente grave quando nos lembramos que o Brasil no pós-guerra foi o país da América Latina cuja produção industrial mais cresceu. No período 1945-50 a 1956-61 o ritmo médio de aumento da produção manufatureira atingiu a elevadíssima taxa de 9,4%.

Entretanto, segundo os cálculos da Equipe da Renda Nacional da Fundação Getúlio Vargas, a queda da atividade industrial em 64 ocorreu toda ela no primeiro semestre, verificando-se no segundo semestre uma recuperação que quase anulou a redução inicial. No primeiro semestre a produção caiu 6,4%, aumentando no semestre seguinte 6%. Daí a queda de 0,4%.⁸⁰ Poder-se-ia daí concluir que a partir do segundo semestre de 64 a economia do país já teria iniciado seu processo de recuperação, não se podendo mais falar em crise.

⁸⁰ Cf. *Conjuntura Econômica*, Ano XIX, n.º 2, fevereiro de 1965, e *Desenvolvimento Econômico da América Latina no Pós-Guerra*, Santiago do Chile, 1964, CEPAL.

Infelizmente, porém, esta visão otimista não se sustenta. O decréscimo da produção industrial ocorrido no começo de 64 pode em parte ser aplicado pelo racionamento de energia elétrica, que vigorou até abril-maio, e pela crise política pela qual passou o país naquela época. Eliminadas essas duas mais imediatas causas do problema, porém, seria de esperar que a economia reagisse vigorosamente, ganhando novamente impulso. Não foi, todavia, o que ocorreu. A recuperação foi lenta, débil. E, já a partir do começo de 65, começaram a operar novas causas a curto prazo — a ação antiinflacionária do Governo particularmente — no sentido do retrocesso econômico.

Em um processo de contínuo agravamento, as vendas, especialmente aquelas de bens duráveis de consumo, caíram. As empresas, sem ter onde colocar sua produção, foram obrigadas a reduzi-las. Muitas usaram do expediente das férias coletivas. Tratava-se, porém, de um simples adiamento de duas medidas que seriam tomadas em seguida: a redução da jornada de trabalho e a dispensa dos empregados. O resultado foi que, pela primeira vez na história do Brasil, passamos a ter um problema sério de desemprego industrial. Desemprego disfarçado, subemprego, pessoal trabalhando nos campos e mesmo nas cidades em serviços marginais em que a produtividade marginal do seu trabalho é zero sempre houve no Brasil. Este, aliás, é um mal geral dos países subdesenvolvidos. Mas desemprego aberto de pessoal que já se havia integrado na economia industrial do país, este nunca tivemos em escala considerável. Passamos a tê-lo no começo de 65. Segundo cálculos realizados depois de cuidadosa pesquisa pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, o desemprego na cidade de São Paulo em junho de 65 subia a mais de 13% da força de trabalho industrial.⁸¹ Dos operários do município de São Paulo, excluindo portanto os municípios do ABC, mais de 80 mil estariam desempregados. No Estado de São Paulo, haveria cerca de 140 mil desempregados. Esses dados, todavia, são conservadores por dois motivos: em primeiro lugar, partiram da hipótese altamente im-

⁸¹ Cf. Departamento de Documentação, Estatística e Cadastro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, dados publicados no *Jornal O Estado de São Paulo*, em 1.º de fevereiro de 1966.

provável de que em dezembro de 64 haveria pleno emprego em São Paulo. Ignoraram todo o contingente de jovens que então atingiam a idade de trabalhar e não encontraram emprego. Em segundo lugar, porque não levaram em consideração a redução da jornada de trabalho. O desemprego devia, portanto, ser maior. E observe-se que ele não se circunscrevia a São Paulo. O fenômeno ocorria em todas as grandes cidades industriais do país. De Recife, de Belo Horizonte, as informações eram especialmente desalentadoras, mas também das demais, do Rio de Janeiro, de Porto Alegre, a notícia básica era a mesma: de redução da atividade industrial, desemprego.

E não é preciso salientar que esse tipo de desemprego é muito mais grave do que o desemprego disfarçado. Enquanto neste último caso temos um problema já inserido e habitual à economia subdesenvolvida, que pode inclusive transformar-se em um fator positivo de desenvolvimento, na medida em que a faixa de desemprego disfarçado se transforma em uma reserva de mão-de-obra, que possibilita a industrialização do país sem que a produção agrícola seja prejudicada, o desemprego industrial aberto representa um rude golpe na economia. Além de seus aspectos sociais danosos, vemos subitamente toda uma faixa da população que participava ativamente do mercado como consumidora ser obrigada a reduzir drasticamente suas compras. Tem início imediatamente um processo de causação circular, em que a situação só tende a agravar-se.

A crise econômica, portanto, dominou o panorama econômico brasileiro no primeiro semestre de 65. O desemprego foi sua evidência mais palpável. Mas muitos outros fatores a denunciaram. Os empresários, sentindo a debilidade do mercado, suspenderam seus investimentos, tornando ainda mais agudo o problema. O mesmo fizeram os investidores estrangeiros. Os industriais operando em quase todos os setores apresentaram relatórios e entrevistas as mais pessimistas. Recomendaram, inclusive, com urgência, que se modifique a legislação trabalhista, tornando possível a redução de horas de trabalho, para que não sejam obrigados a despedir operários qualificados. E não é preciso salientar o quanto custa formar um operário especializado, e o quanto eles eram procurados pela indústria até há bem pouco. As lojas varejistas de arti-

gos eletrodomésticos entravam em liquidações perigosas, procurando fazer caixa para poder pagar seus compromissos. O crédito, que se constituiu inicialmente em uma das causas a curto prazo da crise, tornava-se fácil demais. Os bancos, antes insistentemente requisitados pelas empresas, passavam a realizar uma coisa que há muito não se via no Brasil, passavam a oferecer crédito. Já então, porém, as empresas, com suas vendas reduzidas, não tinham duplicatas em quantidade suficiente para descontar.

Durante o primeiro semestre de 65, portanto, o Brasil passou por um período de violenta redução da atividade econômica, registrando-se então a mais grave crise por que passou a economia industrial brasileira. A partir de agosto de 65, porém, iniciou-se o processo de recuperação, o qual, todavia, não atingiu a plenitude. A economia brasileira saiu da fase de crise aguda para voltar ao estado de crise crônica que a vem caracterizando desde 62. O próprio problema do desemprego ainda não fôra resolvido. Os índices de emprego da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que até fevereiro se mantinham em 100%, baixaram para 97% em março, 93% em abril, 89,6% em maio, 87,7% em junho e 86,5% em julho. A partir de agosto voltaram novamente a elevar-se para 88,2% nesse mês, 90,7% em setembro, 92,6% em outubro, 94,2% em novembro e 95,5% em dezembro. Continuávamos, assim, no fim do ano, em um mês em que a atividade econômica é em geral intensa, com um desemprego de 4,5%. E essa porcentagem não leva em conta o contingente de jovens que atingiu a idade de trabalho durante o ano. A crise econômica, portanto, embora amainada, era um fato presente. Só poderemos falar em superação da crise quando não só o problema do desemprego aberto fôr superado como também quando o ritmo de desenvolvimento industrial voltar a firmar-se. Em 1965 a taxa de crescimento do produto foi de 3,8%. Esse aumento, todavia, foi devido fundamentalmente às grandes safras agrícolas, depois do ano desfavorável para a agricultura que foi 64. O desenvolvimento industrial foi negativo nesse período (redução de 4,7% na produção industrial em 65), residindo aí a principal característica da crise econômica.

Durante o ano de 1966 houve uma certa recuperação do desenvolvimento industrial, que cresceu à taxa de 7,5%,

graças especialmente à continuação do ritmo de desenvolvimento durante o primeiro semestre do ano. Já no segundo semestre, porém, a economia voltava a apresentar índices de crise. Em dezembro de 66, o índice de emprego industrial em São Paulo, levantado pela FIESP, de base 100 em dezembro de 63, depois de haver alcançado um mínimo de 83,5 em julho de 65, alcança um máximo extremamente modesto de 101 em julho do ano seguinte, para, em seguida, entrar novamente em declínio, chegando a dezembro de 66 com índice 94,7. Por outro lado, pesquisa realizada pelo DIEESE em São Paulo revelava que, entre 63 e 66, o número de empregados da indústria metalúrgica, mecânica e de material elétrico decrescia de 242.834 para 195.615 empregados, ou seja, uma redução de 19,4%. Finalmente, dados mais atuais, baseados na oferta de empregos, através do jornal *O Estado de São Paulo*, indicam que a redução na oferta de empregos, reiniciada em meados de 66, continuou em 67, alcançando em maio seu ponto mínimo, comparável ao nível de oferta de emprego de 58. Em junho e julho houve uma pequena recuperação.⁸² Estes dados, além de salientar a gravidade do problema do desemprego, revelam que em hipótese alguma se pode pensar, até meados de 67, que o processo de desenvolvimento econômico havia sido retomado.

Na verdade, conforme demonstram as cifras do Quadro VII, que apresenta os dados sobre o crescimento do Produto Interno Líquido do Brasil a partir de 62, ano a ano, e os compara com o período 56-62, o Brasil, a partir de 62, entrou em regressão econômica. Mesmo considerando-se para efeito do cálculo da média 1962, que foi ainda um ano bom, verificamos que o crescimento médio da renda, entre 62 e 66, foi de 2,6% ao ano. Como a população cresce a um ritmo um pouco superior a 3%, a renda *per capita* declinou no Brasil nesse período. Define-se, assim, de maneira clara, o aspecto econômico da crise brasileira.

A crise brasileira não é, todavia, apenas econômica. É também política. Sem nos preocuparmos, por enquanto, com suas causas, podemos simplesmente enumerar seus indicadores no momento atual. São muitos. Limitar-nos-emos, todavia,

⁸² Cf. *Desenvolvimento e Conjuntura*, abril de 1967, págs. 72 e seguintes, e *O Estado de São Paulo*, 3 de setembro de 1967.

Quadro VII

PRODUTO INTERNO LÍQUIDO SEGUNDO RAMOS DE ATIVIDADE (taxas anuais de crescimento por períodos em percentual)

Discriminação	1956-62	1962-66	1961-62	1962-63	1963-64	1964-65	1965-66*
Agricultura	5,7	2,4	5,5	1,0	1,3	13,8	- 5,7
Indústria	10,7	2,3	8,3	0,1	5,5	- 3,6	7,6
Mineração	10,8	19,4	1,5	18,4	22,4	21,4	14,6
Manufaturas	10,8	1,8	8,1	- 0,3	5,1	- 4,7	7,5
Eleticidade	9,8	5,3	11,3	2,6	7,2	4,1	7,3
Construção	5,4	- 4,4	0,6	1,3	2,2	- 24,0	6,4
Transportes	8,4	3,7	6,7	6,2	3,6	0,8	4,4
Outros serviços	4,5	3,1	3,2	2,3	3,0	3,7	3,6
TOTAL	6,7	2,6	5,3	1,6	3,1	3,8	1,9

Fonte: 1956-65: com base em publicações e séries inéditas da Fundação Getúlio Vargas. 1966: estimativa realizada pelo Centro CEPAL/BNDE com base em diversas fontes e em estudos próprios. * Estimativas preliminares. Cf. "A Evolução Recente da Economia Brasileira", em *Desenvolvimento e Conjuntura*, abril de 1967, pág. 25.

a citar apenas dois que, pelo seu caráter geral, englobam todos os demais que gostaríamos de apresentar nesta análise: são eles a falta de representatividade política e o militarismo intervencionista.

Todo sistema democrático tem como um de seus objetivos fundamentais ser representativo. Não há democracia sem representação, não há liberdade sem participação nas decisões superiores, não se pode falar em Governo do povo se este não está presente no Governo através de todos os grupos e classes sociais, através de todas as correntes políticas e ideológicas em que esse mesmo povo se subdivide.

No Brasil, a falta de representatividade de há muito está no cerne dos nossos problemas políticos. O simples fato, por exemplo, de mais da metade da população brasileira adulta não ter direito a voto ilustra bem o que afirmamos. Recentemente, porém, este problema se agravou. A falta de representatividade passou para o centro dos problemas políticos brasileiros, na medida em que se acentuava o divórcio entre governantes e governados.

Esta situação não deriva simplesmente do fato de que, a partir de 64, o Governo brasileiro se tornou fruto de um movimento armado, não tendo sido seu executivo eleito pelo povo. Este é sem dúvida um aspecto relevante, mas não é necessariamente o mais importante do problema. Mesmo se admitirmos que este movimento teve mais as características de um golpe do que de uma revolução, na medida em que ele não envolveu todo o povo, que não significou modificações estruturais no sistema econômico e social do país, e que nem chegou a registrar conflito armado, esta não é explicação suficiente. Mas não entremos ainda na discussão das causas. Fiquemos por ora apenas analisando a sintomatologia do problema. E o que verificamos ao fazê-lo é, de um lado, um Congresso, que nunca teve representatividade, passa, a partir de 64, a assinar em branco todas as proposições governamentais; de outro, um Executivo forte e ativo, legislando por decreto e representando apenas uma pequena parcela do largo espectro sócio-econômico brasileiro. O resultado é um Governo sem praticamente nenhuma representatividade, do qual grupos sociais inteiros estão ausentes, sendo conspícuas entre essas ausências a dos trabalhadores, a dos estudantes, a dos

grupos de esquerda, desde a mais moderada (o simples trabalhismo) até as mais radicais e a dos empresários industriais. Voltaremos novamente a este tema. Por enquanto fica constatada a crise política em termos de aguda falta de representatividade.

A outra faceta da crise política é a emergência do militarismo dominador. O Exército Nacional só surgiu como força organizada e poderosa a partir da Guerra do Paraguai, quando tomou o lugar da Guarda Nacional. Em oposição a esta última, que não passava de uma série instável de grupos militares, organizados ainda em bases semifeudais, sob o controle dos coronéis locais, o Exército surgiu desde o início como uma força organizada e estável, recrutada basicamente entre os elementos das classes médias.

Sua primeira atuação política de envergadura resultou na República. E desde então o Exército sempre teve um papel da mais alta importância na vida política brasileira. Entretanto, a partir de Prudente de Morais, o Exército assumiu um papel todo especial no Brasil, que se expressou através do que chamaríamos de militarismo tutelar. Inicialmente o Exército, juntamente com a Igreja, eram as duas únicas grandes forças organizadas dentro do país. Derivava daí uma grande soma de poder para o Exército. Mas, além da força baseada na organização, o Exército contava ainda com a força das armas. Desta forma, concentrava-se nêle um imenso poder. Como é natural, os militares se aperceberam disso. Daí adotarem uma atitude militarista. Entretanto, por uma série de motivos que não cabe agora analisar, esse militarismo não tomou características intervencionistas e dominadoras, mas moderadoras e tutelares. O militarismo era tutelar na medida em que os militares consideravam o país sob sua tutela. Aos políticos, ligados por toda uma série de laços de interesses aos fazendeiros, aos grandes comerciantes, banqueiros e industriais, caberia governar o país. Mas os militares permaneceriam vigilantes, arbitrando os conflitos, moderando as disputas, exercendo sua missão de tutela, que lhes era conferida pelo poder que representavam e pela situação relativamente afastada do processo político e do processo econômico em que se encontravam. Esse militarismo tutelar, que pretendia transformar os militares em guardiães da Constituição, da democracia e da moralidade pública, não chegou a trazer conseqüências es-

pecialmente negativas para o país. A ideologia dos militares, caracterizada muitas vezes por um nacionalismo moderado, permitiu que, na maioria das vezes, o exercício da tutela fôsse praticado em favor das forças progressistas do país. E de qualquer forma, após o exercício da ação tutelar, os militares se retiravam.

Esta situação sofreu radical modificação. A partir da Revolução de 64, o militarismo, de tutelar, passou a dominador. Os militares não só intervieram, dentro ainda de seu típico papel tutelar, como também decidiram conservar o poder. Esta era naturalmente uma transformação decisiva, que punha ainda mais em jôgo o débil sistema democrático do país e vinha ajudar a definir a crise política por que estamos passando.

Está assim delineada, em suas linhas mais gerais, a crise brasileira atual, em seus aspectos econômico e político. Cumpre agora determinar as causas desta crise. Estudaremos inicialmente as suas causas a médio prazo, e em seguida as a curto prazo.

Causas a Médio Prazo da Crise Econômica

Seria ingênuo pensar que a crise brasileira tem apenas causas recentes, ou, pior ainda, que sua origem está unicamente no atual Governo. Devemos começar, pelo menos, pelas causas a médio prazo da crise. Poderíamos também falar das causas a longo prazo, poderíamos voltar a analisar a Revolução Industrial Brasileira, a emergência de novas classes sociais e as mudanças no equilíbrio das forças políticas, a examinar os conflitos decorrentes, o surgimento de uma política ideológica, a emergência das esquerdas como força autônoma ainda que débil, o domínio, no cenário internacional, de uma potência autárquica como os Estados Unidos, e assim por diante. Já fizemos esta análise nos capítulos anteriores, de forma que, agora, nos limitaremos às causas a médio prazo, àquelas causas que não datem de mais do que cinco a dez anos do momento atual.

Examinemos inicialmente as causas a médio prazo da crise econômica.

Causas Personalistas. Duas causas, que chamaremos de personalistas, são geralmente apontadas: o caráter inflacionário do Governo Kubitschek; a insegurança política e a incapacidade administrativa que prevaleceram durante o Governo Goulart. A primeira delas só pode ser aceita com muitas restrições. Em primeiro lugar, é preciso não confundir a crise econômica brasileira, que definimos basicamente como um fenômeno de regressão econômica, com inflação. Sem dúvida a inflação aumentou de ritmo nos últimos anos, é um grande problema econômico para o país e constitui-se inegavelmente em uma das causas da redução da taxa de desenvolvimento do Brasil. Mas não é a principal causa dessa redução e muito menos do retrocesso que se verificou mais recentemente. Em segundo lugar, atribuir ao Governo Kubitschek a responsabilidade pela aceleração do processo inflacionário é uma meia verdade. Se examinarmos a taxa de inflação de 1956 a 60, verificaremos que nos três primeiros anos a taxa de inflação permaneceu na média dos anos anteriores. Segundo o Índice de Custo de Vida da Guanabara, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, a taxa de aumento desse índice, de dezembro a dezembro, que em 54 havia sido de 26,2%, foi em 56, 57 e 58, respectivamente, de 21,2, 13,4 e 17,3%. Em 59, todavia, a inflação tem um imenso impulso, subindo aquele índice a 52%. Parece assim se confirmar a tese de se responsabilizar o Governo Kubitschek pela aceleração do surto inflacionário. Entretanto, no ano seguinte, e pela última vez desde então, a taxa de inflação reduz-se radicalmente, caindo para 23,8%. Depois, terminado aquele Governo, começa novamente a taxa ascensional da inflação. Verificamos portanto que a atuação do Governo Kubitschek na aceleração do processo inflacionário, embora real, especialmente pelo ano 59, não é tão grande quanto se pretende. Por outro lado, foi durante esse período que o país teve seu desenvolvimento econômico mais acelerado, foi esta a época da consolidação do desenvolvimento industrial brasileiro, como vimos no capítulo II. Não nos parece, portanto, que este período tenha uma especial relevância na análise das causas da crise econômica brasileira.

Já o mesmo não é possível afirmar em relação ao Governo Goulart. Este foi realmente um período de inseguran-

ça política, e não é preciso dizer que nessas situações os capitalistas se retraem, os investimentos são reduzidos. Além disso, esta foi uma época de ineficiência administrativa, de planos iniciados e inacabados, de total prevalência do político sobre o administrativo e o econômico. Não há dúvida, portanto, que em parte a crise tem origem nesse período.

Entretanto, se as causas da crise brasileira estivessem apenas aí, assim que o Governo Goulart foi derrubado ou pouco depois deveria ter-se manifestado um processo de recuperação. Não foi o que ocorreu. É verdade que chegou a se esboçar uma reação. Mas foi muito débil. Em seguida retomou-se o processo da crise, que no primeiro semestre de 65 tomou tons dramáticos, perdendo sua intensidade no semestre seguinte. Que significa isto? Que as causas personalistas em pauta, embora nos ajudem a compreender o problema, estão longe de explicá-lo plenamente. Como veremos em seguida, é nas causas de caráter estrutural que está o fulcro da crise.

Temos três causas estruturais, ou seja, que dizem respeito à estrutura econômica do país, as quais, a médio prazo, explicam basicamente a crise econômica presente: a diminuição das oportunidades de investimento, a limitação à capacidade de exportar (e portanto de importar) e a inflação aberta.

Diminuição das Oportunidades de Investimento. A diminuição das oportunidades de investimento constitui a causa estrutural a médio prazo mais importante. Na medida em que não houver oportunidade de investimento, enquanto não houver perspectivas de altos lucros e amplas possibilidades de expansão, não haverá investimentos privados. Tanto os investidores nacionais quanto os estrangeiros deixarão de investir ou reduzirão drasticamente suas inversões. E não há desenvolvimento sem investimento. No Brasil, a partir de 62, começou a se verificar claramente uma diminuição das oportunidades de investimento. Isto poderia ser comprovado com precisão se tivéssemos dados sobre a taxa média de lucro real das empresas. Entretanto, embora tais dados não existam, as leituras dos balanços e dos relatórios das empresas, as entrevistas dos industriais nos jornais, os contatos que mantemos com muitos deles e o próprio resultado da falta de oportunidade — a redução dos investimentos — deixam claro

que a redução das oportunidades de investimentos realmente ocorreu.

Vemos três razões que contribuíram diretamente para que tal redução ocorresse: a redução das possibilidades de substituição de importações, a falta de mercados e a capacidade ociosa. Cada uma delas mereceria um estudo longo e cuidadoso. Neste trabalho, na impossibilidade desses estudos, limitar-nos-emos a tratá-las como hipóteses, de forma bastante resumida.

Redução das Possibilidades de Substituição de Importações. A redução das possibilidades de substituição de importações é provavelmente o fato mais grave surgido nos últimos anos para o desenvolvimento industrial brasileiro. Este se fez, desde seus primórdios até o fim dos anos cinquenta, basicamente através da substituição de importações. As novas empresas industriais já iniciavam suas atividades com um mercado cativo: aquele que fôra aberto pelas importações de artigos manufaturados similares, importações essas agora não mais possíveis devido às barreiras alfandegárias e (ou) cambiais contra elas levantadas. Depois de instalada no país, e depois de abastecido o mercado tradicional, só então a empresa passava a procurar expandir o mercado interno, atingindo setores que antes não eram alcançados pelos produtos importados. Foi esse processo de substituição de importações, aliás, que permitiu que o país continuasse a se desenvolver, mesmo sem conseguir ampliar proporcionalmente suas exportações. Mas, nos últimos anos, começou a ocorrer uma redução nas possibilidades de substituição de importações, conforme Celso Furtado bem observou em seu livro *Dialética do Desenvolvimento*.⁸³ E, de fato, esse fenômeno é facilmente observável. Até há alguns anos era relativamente fácil iniciar uma nova empresa industrial no Brasil. Bastava tomar algum produto manufaturado que vinha sendo importado, adquirir o "know-how" a seu respeito simplesmente copiando-o ou pagando *royalties*, obter o capital inicial e o financiamento necessário, e iniciar a empresa. Hoje a situação é muito diferente. Continuaremos a importar uma grande gama de mer-

⁸³ Cf. Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento*, Fundo de Cultura, 1964, Rio de Janeiro.

cadorias. Portanto, teoricamente, o processo de substituição de importações continua viável. Na prática, porém, a realidade é outra. Se examinarmos a pauta de importações do Brasil, verificaremos que as mercadorias que continuamos a importar dificilmente poderão ser produzidas economicamente no Brasil ou então — e este é o problema principal — exigem investimentos grandes, que os empresários nacionais, mesmo os grandes empresários, não estão em condições de financiar. A solução agora não é simplesmente levantar barreiras alfandegárias à importação. Tomemos o caso da uréia, por exemplo. Trata-se de uma matéria-prima e de um fertilizante da mais alta importância, que importamos em grande quantidade. Entretanto, para produzi-la no Brasil, há duas dificuldades fundamentais. Em primeiro lugar, seria necessário um investimento fabuloso, com o qual nenhum grupo financeiro brasileiro estaria em condições de arcar. Em segundo lugar, para ser econômica a produção de uréia, devido a um problema de economia de escala, deveria ser tão grande que sobrepunha de longe as necessidades do mercado nacional. Esta dificuldade ainda poderia ser superada através da exportação do excedente, não obstante todas as dificuldades que uma operação dessa natureza envolve. Mas o problema financeiro do grande investimento a ser realizado é realmente essencial, ilustrando bem essa redução das possibilidades de substituição de importações.

Falta de Mercados e Salários Reais. A segunda e terceira causas da diminuição das oportunidades de investimentos — a falta de mercado e a capacidade ociosa — podem ser estudadas em conjunto. A diminuição das oportunidades de investimento é função tanto de falta de mercado quanto da capacidade ociosa, e esta, por sua vez, está relacionada diretamente com o problema da falta de mercados.

É evidente que, à medida que as empresas não encontram perspectivas de mercado para colocação de novos produtos ou para a ampliação da produção, elas deixam de investir, a não ser aquela parcela estritamente necessária para repor o equipamento desgastado. Esse problema só surge depois que a substituição das importações de um determinado artigo se completou, depois que todo o mercado tradicional que era abastecido pelas importações passa a ser abastecido pela in-

dústria nacional. Isso geralmente leva algum tempo, permite que diversas empresas se instalem para suprir esse mercado. Até esse momento, em princípio não se colocará o problema da falta de mercados. Mas, uma vez suprido o mercado que chamaríamos de tradicional, surge o problema da ampliação de mercados. Se o produto produzido internamente for mais barato do que o produto que vinha sendo importado, inclusive por não ter incluído em seu custo as tarifas e o preço do transporte internacional, o processo inicial de ampliação será fácil. Mas depois, salvo as exceções causadas pelas mudanças de moda, pela introdução de inovações tecnológicas revolucionárias, pela propaganda, etc. . . , a procura do produto tenderá a crescer à medida que crescem a população e seu poder aquisitivo, à medida que crescem sua renda *per capita* e seu salário médio real, desde que a elasticidade-renda da procura desse produto seja igual a 1. Se a elasticidade-renda da procura dos produtos industriais for um pouco maior do que 1 — o que de fato acontece no Brasil — a procura tenderá a crescer um pouco mais rapidamente do que a renda. Mas não muito mais rapidamente.

Nestes termos, para que as empresas industriais brasileiras encontrem mercado para se expandir além da taxa de crescimento da população, será necessário que não haja um divórcio entre o crescimento do produto *per capita* e o salário médio real, ou, pelo menos, já que a elasticidade é superior a 1 que o salário real médio cresça pelo menos quase à mesma taxa do crescimento da renda *per capita*. Caso contrário, ver-nos-emos diante do problema da falta de mercados.

Ora, no Brasil, a partir aproximadamente de 58, este fenômeno passou a ocorrer. Enquanto o produto *per capita* continuava a crescer, os salários reais caíam. Resultava daí uma distribuição de renda menos favorável para a classe consumidora, enquanto aumentava a produção e especialmente a capacidade de produção. Os dados que temos sobre os salários reais são infelizmente incompletos. Apenas em relação ao salário mínimo real temos dados satisfatórios. Verificamos assim que o salário mínimo real, a preços de março de 64, quando foi estabelecido o último salário mínimo de 66.000 cruzeiros antigos, tomando-se a média do salário mínimo real de junho e dezembro, caiu de 85.374 cruzeiros antigos para

54.405 cruzeiros antigos em 65 e 52.437 cruzeiros antigos em 66. Tivemos, assim, uma queda de 38% no salário mínimo real, entre 58 e 66. É certo que tomamos os extremos. O Quadro VIII apresenta o salário mínimo real deflacionado pelo custo de vida na Guanabara nos últimos onze anos. Verificamos que a queda ocorrida a partir de 61 para 62 é brutal e coincide exatamente com o ano em que o ritmo de desenvolvimento econômico do país começou a reduzir-se. É muito improvável que esta coincidência tenha sido fortuita. O Brasil, apesar da grande intervenção do Estado na economia, é ainda basicamente um país capitalista. O fator dinâmico de seu desenvolvimento, portanto, é a procura e não a oferta. E na área da procura agregada, é mais o consumo do que o investimento. Este pode ser realizado ainda durante algum tempo, depois que cai o consumo. Mas, caso a queda do consumo persista, causada, como aconteceu no Brasil, por uma redução dos salários reais, os investimentos terão também necessariamente que reduzir-se.

Quadro VIII

SALÁRIO MÍNIMO REAL DA GUANABARA

(a preços de março 65)

<i>Ano</i>	<i>Salário Mínimo Real (em cruzeiros antigos)</i>
1956	71.591
1957	72.205
1958	85.374
1959	73.879
1960	80.910
1961	79.906
1962	61.603
1963	55.019
1964	57.753
1965	54.405
1966	52.437

Fonte: Fundação Getúlio Vargas.

Obs.: para cada ano foi tomada a média do salário mínimo real em junho e dezembro.

Evitando-se os extremos, se tomarmos a média do salário mínimo real entre 56 e 61 e a dos quatro anos seguintes, teremos, respectivamente, 77.311 e 57.195 cruzeiros antigos. A queda é ainda extraordinária, atingindo a aproximadamente 26%. Em outras palavras, êstes dados revelam que de um período para o outro o poder aquisitivo dos trabalhadores de salário mínimo caiu aproximadamente um quarto. Além dos aspectos de injustiça social envolvidos no caso, os efeitos sobre a economia do país de tal fenômeno teriam que ser altamente negativos.⁸⁴

Esta redução do salário real não ocorreu apenas entre os que recebem salário mínimo. O salário mediano da indústria de transformação na Guanabara, a preços de 55, caiu de 2.861 e 2.790 cruzeiros antigos respectivamente em abril e novembro de 58 para 2.822 e 2.613 cruzeiros antigos em abril e novembro de 62. E observe-se que 58 não foi o ano de maior salário real para os trabalhadores na indústria de transformação. Mais violenta é a queda dos salários reais no comércio atacadista na Guanabara. Em 58, a preços de 55, tínhamos respectivamente para abril e novembro 3.761 e 3.708 cruzeiros antigos, contra, em 62, apenas 2.399 e 3.285 cruzeiros antigos.

Temos, portanto, uma efetiva queda nos salários reais, a partir de 1962. Esse fenômeno iria ter conseqüências negativas sobre o consumo. O produto nacional, porém, continuou a crescer, embora a um ritmo menor. Resultou daí que as empresas foram paulatinamente vendo-se sem mercado onde aplicar sua produção e acabaram também obrigadas a reduzir seus investimentos. Estava, assim, delineada uma causa fundamental da crise econômica. Mais recentemente este problema seria agravado pela política salarial do Governo Castelo Branco de manter a participação dos assalariados na renda, apesar de esta participação ter diminuído consideravelmente nos últimos anos, como acabamos de ver.

A Capacidade Ociosa. O problema da capacidade ociosa está relacionado com a discussão que acabamos de fazer a respeito da falta de mercado. Se o mercado era débil, sem vigor, as empresas reduziriam seus investimentos, e conse-

⁸⁴ Fonte: I.B.G.E. e Fundação Getúlio Vargas.

qüentemente o desenvolvimento perderia impulso. Como, portanto, podemos afirmar que o crescimento dos mercados não acompanha o ritmo de desenvolvimento? A explicação está na capacidade ociosa. Esta não se formou, como seria de esperar, porque a economia depois de um grande desenvolvimento entrou em processo de recessão. Formou-se porque as empresas, apesar do crescimento débil do mercado, continuaram, durante um certo tempo, a investir, e o país, portanto, a se desenvolver. A inflação, provocando uma demanda artificial, tornando a taxa de juro geralmente negativa e dificultando os cálculos de rentabilidade dos investimentos, levou as empresas a continuar a investir quando, de fato, já não havia mais condições econômicas para isso. Foi-se, assim, criando uma capacidade ociosa em diversos setores industriais, principalmente nos artigos de consumo. E é claro que essa capacidade ociosa veio agravar ainda mais o problema da falta de oportunidades de investimentos. Agora, mesmo que os mercados voltassem a crescer, que a procura tomasse novo impulso, seria preciso primeiro eliminar a capacidade ociosa, para depois os empresários se disporem a investir.

Limitações à Capacidade de Importar. Depois da diminuição das oportunidades de investimentos, a limitação à capacidade de exportar (e de importar, conseqüentemente) é uma segunda causa a médio prazo da crise econômica brasileira. Esta causa está também relacionada à primeira, no sentido de que as dificuldades em importar matérias-primas e especialmente equipamentos reduzem as oportunidades de investimento, devido à decorrente subida de preço das cambiais estrangeiras. Podemos, todavia, pensar nela também como uma causa relativamente independente na medida em que as limitações em nossa capacidade de importar equipamentos não reduzem diretamente as oportunidades de investimento, que existiriam internamente, mas criam obstáculos à sua realização. De uma forma ou de outra, porém, o fato é que no comércio internacional se localiza uma das causas fundamentais da crise econômica brasileira dos últimos anos.

A limitação de nossa capacidade de importar pode ser ilustrada simplesmente. Nossas importações anuais médias, que eram de 1.420 milhões de dólares no período de 50-54, caíram para 1.360 milhões de dólares no período de 55-61,

enquanto o produto interno crescia a uma taxa de 6,1% ao ano. O resultado foi uma redução do coeficiente de importações, que passou de 12,6% no período anterior para 8,6% no último período.⁸⁵ Mais recentemente, esta situação não melhorou. Pelo contrário, agravou-se. Em 1964, nossas importações foram de apenas 1.263 milhões de dólares. Em 65 e 66, verificou-se uma melhoria em nosso balanço de pagamentos, devido em parte ao aumento de nossas exportações, mas principalmente à redução das importações provocadas pela crise.

Ora, a queda de 31% (de 12,6 para 8,6%) em nosso coeficiente de importações demonstra bem ter sido a substituição de importações a válvula de escape que permitiu ao país continuar a desenvolver-se apesar da queda de nossa capacidade de importar. Agora que as possibilidades de substituição de importações se reduzem drasticamente, tornava-se necessário que a nossa capacidade de importar voltasse a crescer. Mas, como vimos, não foi isto o que ocorreu. A capacidade de importar continuou a reduzir-se, criando uma situação extremamente difícil para a economia brasileira. A recuperação verificada em 65 é alentadora, mas ainda não permite grande otimismo.

A limitação de nossa capacidade de importar é naturalmente função direta da mesma limitação de nossa capacidade de exportar. Esta, por sua vez, tem como causas clássicas a tendência à deterioração das relações de troca dos países subdesenvolvidos, a inelasticidade-renda da procura internacional de produtos agrícolas, entre os quais o café é um caso conspícuo, a concorrência internacional crescente face à entrada de novos produtores no mercado, como é novamente o caso do café em relação aos países africanos, e a introdução de substitutos artificiais, como as fibras sintéticas, que vieram reduzir a procura do algodão internacionalmente. Além dessas causas gerais, que estão fora de nosso controle, temos ainda o fato de que os últimos Governos brasileiros, baseados no fato de que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro vinha sendo feito através de um processo de substituição de importações, descuidaram de estimular nossas exporta-

⁸⁵ Cf. *O Desenvolvimento Econômico da América Latina no Pós-Guerra*, op. cit.

ções de produtos manufaturados para nossos mercados tradicionais e para a América Latina e de produtos primários e manufaturados para novos mercados na Europa oriental, na África e na Ásia.

Por todos esses motivos foi-se aprofundando o vazio entre nossas necessidades de importação, que especialmente nos últimos anos tendem a crescer proporcionalmente ao aumento do produto nacional, e nossas exportações. É preciso, todavia, em relação à limitação à capacidade para importar, que se faça uma ressalva importante. Durante 65 e 66, dado o agravamento da crise econômica, ela deixou de ser, a curto prazo, um obstáculo ao desenvolvimento. Especialmente em 65 nossas importações reduziram-se drasticamente, não porque não tivéssemos capacidade para importar, mas porque, face à crise, diminuiu fortemente a procura de importação. À medida que as empresas reduziram sua produção, reduziram concomitantemente suas importações de matérias-primas. Além disso, o aumento da capacidade ociosa desestimulou a importação de equipamentos. O resultado foi que a nossa limitação da capacidade para importar deixou de ser, nesses anos, uma causa de crise. Ela voltará, porém, a obstaculizar o desenvolvimento econômico no momento em que este recomeçar.

Da Concentração da Renda à Inflação. Finalmente — como causa a médio prazo da crise econômica brasileira — temos a inflação, cujo processo já estudamos no capítulo II. Esta, cuja taxa anual permanecera por muitos anos em torno de 20%, depois de um ensaio em 59, passou, a partir de 61, a ganhar características de inflação aberta, ao mesmo tempo em que a economia entrava em crise. E, a partir daí, a discussão acirrada entre estruturalistas e monetaristas a respeito de suas causas começou a perder sentido. Quando a inflação estava ainda em torno de 20% ainda era possível buscar suas origens no comércio externo (subida do preço do dólar devido à crônica tendência ao desequilíbrio entre nossas importações, necessárias a um país em plena industrialização, e nossas exportações, ainda baseadas em nossa economia tradicional agrícola), na oferta insuficiente de produtos agrícolas de consumo interno e em outros pontos de estrangulamento da oferta. As emissões seriam então mais uma consequência do que uma causa da inflação.

Mas, nos últimos anos, ficou claro que a inflação no Brasil deixou de ser uma inflação de procura, para transformar-se em uma inflação de custos. A crise econômica definiu-se, como assinalamos anteriormente, por uma crescente capacidade ociosa. O processo de substituição de importações, que definiu o processo de desenvolvimento industrial brasileiro entre 1930 e 1961, permitiu que os investimentos industriais fossem realizados sem que ocorresse um concomitante e proporcional crescimento do mercado interno. As empresas encontravam um mercado preexistente, antes suprido pela importação. No momento, porém, em que o mercado preexistente era satisfeito, as empresas passavam a depender da expansão do mercado interno — já que o mercado internacional estava fora sequer das cogitações da maioria dos empresários.

Ora, acabamos de ver que o mercado interno brasileiro em absoluto não crescia proporcionalmente ao desenvolvimento econômico do país. Além da política salarial tendente a reduzir o poder aquisitivo dos assalariados, em benefício da classe capitalista, tivemos, a partir de 55, um processo adicional de acumulação da renda causado pela passagem da primeira fase do processo de substituição de importações, caracterizada pela instalação da indústria leve de consumo, para a segunda fase, caracterizada pela ênfase na produção de equipamentos, bens de consumo durável e produtos químicos.

Ora, os investimentos necessários para esse tipo de produção são muito mais capitais intensivos do que no caso da indústria leve de consumo. A tecnologia desenvolvida pelos países industrializados para a sua produção visa economizar o mais possível o fator trabalho. A natureza dos produtos, por outro lado, facilita o atingimento desse objetivo, de forma que nas indústrias de bens de capital, de bens duráveis de consumo e em especial na indústria química, a relação capital-trabalho tende a ser consideravelmente maior do que nas indústrias leves de consumo, típicas da primeira fase do processo de substituição de importações. O resultado foi uma tendência ainda maior à concentração da renda, a qual já se definia pela queda dos salários reais. E o processo de concentração de rendas e de redução relativa do mercado con-

sumidor agravou-se na medida em que os investimentos de capital intensivos tornando-se dominantes, a economia ia-se tornando cada vez menos capaz de absorver a oferta de mão-de-obra motivada pelo crescimento da população e o êxodo rural, surgindo assim o desemprego. Nesses termos, entre 50 e 60, enquanto a população urbana crescia 5,4% ao ano, a taxa de crescimento do emprego industrial foi de apenas 2,6%. No mesmo período, a participação do setor industrial no PNB cresceu de 20 para 29%, enquanto a porcentagem da população ativa empregada na indústria decresceu de 14 para 13%. Nesse período, porém, o setor terciário ainda foi relativamente capaz de absorver parte dessa mão-de-obra desempregada, outra parte adotou atividades e comportamento típicos do desemprego disfarçado, e evitou-se o desemprego aberto. Nos anos sessenta, porém, o problema se agravaria, e surgiria o desemprego industrial de forma aberta, não apenas devido à incapacidade da economia absorver aproximadamente um milhão de novos trabalhadores que se oferecem ano a ano no mercado de trabalho brasileiro, mas também à redução em termos absolutos do emprego industrial em diversos setores industriais. Dados a respeito desse último fenômeno já foram por nós apresentados no início deste capítulo, quando falamos sobre os sintomas da Crise Brasileira.

Nesses termos, portanto, e dada a tendência inerente ao sistema capitalista de criar desemprego ao mesmo tempo em que concentra a renda, nas épocas de prosperidade, como ocorreram na segunda metade dos anos cinquenta no Brasil, não é de estranhar que, setor industrial por setor industrial, à medida que se esgotavam as possibilidades de substituição de importações, entrassem em regime de capacidade ociosa. Ora, seria exatamente esta capacidade ociosa, resultante fundamentalmente da concentração da renda, que se tornaria um dos pilares da inflação brasileira dos anos sessenta, e que tornaria pelo menos temporariamente ultrapassada a disputa entre monetaristas e estruturalistas.

Da Inflação de Procura à de Custos. De fato, o início da Crise Brasileira é marcado por um processo de mudança das causas da inflação, que antes se definia essencial, ainda que não exclusivamente, como uma inflação de procura, e agora passaria a se definir como uma inflação de custos.

Quem primeiro se apercebeu disto foi Inácio Rangel, em seu livro *A Inflação Brasileira*. Este livro, apesar de todas as imprecisões teóricas de que sofre, é sem dúvida uma das obras mais importantes que já se escreveu no Brasil sobre a inflação. A extraordinária imaginação de seu autor, seu agudo senso de observação, permitiram-lhe abrir novas perspectivas para a análise do fenômeno inflacionário no Brasil. Afirma Inácio Rangel que "a pedra de toque para avaliar ambas essas teorias é a capacidade ociosa. Ambas as escolas a negam aberta ou sub-repticiamente... O problema está em que... tanto estruturalistas como monetaristas... colocam como centro da problemática uma hipotética insuficiência da oferta, perante uma demanda supostamente excessiva, quando a verdade é que o nível da demanda é este, que aí temos — insuficiente, ainda assim, para assegurar uma medida satisfatória de utilização de potencial produtivo existente — precisamente por causa da inflação".⁸⁶ A inflação, portanto, não é de demanda, é de custos. A função da inflação é estimular uma procura insuficiente, dada a existência de capacidade ociosa.

Mais adiante, o autor precisa melhor a função da inflação na economia brasileira: "uma vez saturados os campos institucionalmente preparados para absorver investimentos novos, e antes que se preparem novos campos, a rentabilidade de novas aplicações entra a declinar, desestimulando as imobilizações globais do sistema. Noutros termos, define-se uma tendência à depressão econômica, a qual passaria de potencial a efetiva, se deixássemos que as imobilizações realmente declinassem. A elevação da taxa de inflação é um dos meios pelos quais a economia resiste a essa tendência, sustentando a taxa de imobilização do sistema..."⁸⁷ A inflação, portanto, "é um mecanismo de defesa da economia contra a tendência à redução da taxa de imobilização".⁸⁸ Em seguida, Inácio Rangel mostra como, historicamente, a inflação agiu sobre o sistema econômico, no seu papel de defesa contra a depressão econômica: "a) inicialmente, meio eficaz de capta-

⁸⁶ Inácio Rangel, *A Inflação Brasileira*, Tempo Brasileiro, 1963, Rio de Janeiro, págs. XIV e 16.

⁸⁷ *Idem*, págs. 56 e 57.

⁸⁸ *Idem*, pág. 57.

ção de recursos pelo Estado, para habilitá-lo a, através do seu próprio dispêndio, expandir o dispêndio global, no início do processo de industrialização; b) depois, na fase de culminação do esforço de substituição de importações de bens de consumo, e nas condições de câmbio congelado, instrumento eficaz para elevar a eficiência marginal do capital, através do barateamento dos itens fundamentais do custo fixo (equipamentos importados), comparativamente aos itens principais do custo variável (mão-de-obra e matérias-primas nacionais), induzindo, assim, o aumento dos investimentos privados; c) na fase de culminação do esforço de industrialização aliado na substituição de importações de bens de produção (depois do Programa de Metas), meio eficaz para impedir que a mais-valia se condensasse parcialmente sob forma monetária ou 'líquida' — o que implicaria depressão econômica — levando-a a imobilizar-se, indiferentemente, em bens de consumo durável ou em bens de capital".⁸⁹

Transcrevemos uns trechos relativamente extensos de Inácio Rangel, não só devido à sua importância intrínseca, mas também porque podemos assim estabelecer um paralelo com as idéias que já começáramos a desenvolver neste capítulo sobre a inflação. Estas idéias inspiram-se, sem dúvida, no trabalho do autor de *A Inflação Brasileira*, embora divirjam em alguns aspectos fundamentais.

Ao explicarmos as causas da capacidade ociosa e da insuficiência da demanda, por exemplo, não damos à falta de uma reforma agrária a mesma importância que aquele autor dá, embora sem dúvida reconheçamos que a estrutura da propriedade agrícola no Brasil é sem dúvida uma das causas do insuficiente desenvolvimento do mercado interno do país. Preferimos ligar o problema da capacidade ociosa ao esgotamento das oportunidades de substituição de importações e à concentração da renda, como acabamos de ver.

Além disso, vemos esta inflação de custos em termos de fase histórica. Durante a primeira fase da Revolução Industrial Brasileira, terminada em 61, não se podia falar em insuficiência de demanda nem em predominância de uma inflação de custos.

⁸⁹ *Idem*, págs. 79 e 80.

Vejamos como, a partir da concentração da renda, da capacidade ociosa e de um fator que ainda é preciso acrescentar — o caráter monopolístico do mercado brasileiro — chegamos a explicar o processo inflacionário.

Sobre o caráter monopolístico do mercado brasileiro cremos não ser necessário insistir muito. É um fato por demais evidente. No Brasil, imperam os oligopólios e os cartéis. A concentração da renda é ao mesmo tempo causa e resultado também de um permanente processo de concentração econômica. Por outro lado, a invasão da economia nacional pelos capitais estrangeiros, no setor da indústria manufatureira, ocorrida nos anos cinquenta, deu grande impulso a esse processo de trustificação da economia. O resultado é que boa parte dos setores industriais brasileiros, inclusive aqueles que fornecem principalmente para o Governo, são organizados em forma de oligopólio. Do lado da comercialização da produção agrícola, em especial, é também notório o caráter oligopolístico do mercado. E tanto os oligopólios como os oligopônios, mesmo os menos estruturados e definidos como tais, organizam-se com a maior facilidade em cartéis, tornando impensável qualquer autêntica concorrência de preços.

O Processo Inflacionário. Definido o quadro nestes termos, é fácil compreender o processo inflacionário que atinge o Brasil a partir do início da crise brasileira.

As empresas, operando em regime de capacidade ociosa, vêem seus custos aumentarem e seus lucros reduzirem-se. Em outras palavras, a eficiência marginal do capital decresce rapidamente, à medida que os diversos setores da economia vão, um após outro, entrando em situação de capacidade ociosa.

Como medida de defesa, as empresas passam imediatamente a: a) elevar seus preços; b) pressionar o Governo para que aumente suas compras do setor privado; e c) pressionar o Governo e o sistema bancário para que aumentem o crédito.

O aumento dos preços, em uma situação de procura insuficiente, só é possível dado o caráter oligopolístico dos mercados. Face a uma demanda que não crescia no ritmo adequado, se é que crescia, e já havendo um processo inflacionário em curso, que até então fôra baseado no excesso de demanda, o aumento de preço era uma medida natural. Com isso, as empresas defendiam-se ao mesmo tempo contra a in-

flação já existente e contra a queda da procura. O mercado oligopolístico e cartelizado, excluindo a ameaça de uma guerra de preço, tornava tal política viável. As elevações de preço das empresas, assim, deixavam de ser uma simples resposta ao aumento de seus custos causado pela inflação. Na medida em que suas elevações de preços superavam a taxa vigente de inflação, transformavam-se em uma causa da aceleração do processo inflacionário.

A pressão sobre o Governo para que aumentasse suas compras era outra medida de defesa do setor privado perfeitamente natural. Face a um declínio acentuado do consumo privado, não havia outra alternativa para as empresas senão pressionar o Governo para aumentar seu dispêndio. A pressão dos cafeicultores para que o Governo comprasse sua produção excedente, a preços os mais altos possíveis, é um aspecto particular do fenômeno que estamos analisando. O Governo, por sua vez, respondia facilmente a essa pressão. De um lado, a pressão era forte; de outro, o aumento dos encargos governamentais é hoje um fenômeno inerente ao processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, na medida em que o Estado Liberal está morto, na medida em que o setor privado se tem revelado incapaz de assumir a principal responsabilidade do desenvolvimento, na medida em que o planejamento econômico e a intervenção crescente do Estado na economia se tornam realidades universalmente aceitas.

Ora, com o aumento do dispêndio do Governo, causado pelas pressões do setor privado (realizadas, naturalmente, apesar dos empecilhos de ordem ideológica que a iniciativa privada vê nesse tipo de solução), sem que houvesse um correspondente aumento da receita de impostos, provocava imediatamente o *deficit* de caixa do Governo e as conseqüentes emissões. É preciso salientar que o aumento autônomo dos preços das empresas, particularmente daquelas que forneciam diretamente para o Governo, as quais, aliás, são as que mais facilmente se organizam em termos de cartel, além de causar diretamente a inflação, tinham o efeito de agravar ainda mais o *deficit* governamental. E assim, o Governo, que iniciara o exercício financeiro com o propósito de executar um orçamento equilibrado, pressionado pelas empresas a comprar mais do que o planejado e a preços maiores do que os previstos, aca-

bava sendo obrigado a grandes emissões para resolver seus problemas de caixa.

Finalmente, em terceiro lugar, para se defender contra a inflação existente, as empresas pressionavam o Governo e o sistema bancário pela obtenção de maiores créditos. A importância da obtenção de um crédito cada vez maior era fundamental para as empresas por dois motivos interdependentes. De um lado, o maior volume possível do crédito tende a reduzir o capital circulante líquido das empresas, particularmente o capital circulante líquido menos estoques.

Ora, em um regime já inflacionário, além, naturalmente, dos aumentos de preço, que as empresas precisam adotar para defender seu lucro real da inflação, fazendo-o divergir o menos possível do lucro contábil, é preciso reduzir ao mínimo, e se possível tornar negativa, a diferença entre o disponível e as contas a receber (não se trata do realizável, porque não se devem considerar os estoques) e as contas a pagar. Em outras palavras, o importante é reduzir ao mínimo permitido, pela segurança econômica, o índice sêco de liquidez, porque, em última análise, o que realmente sofre o efeito da inflação em uma empresa é esse saldo entre o disponível e o a receber de um lado e o a pagar de outro, ou seja, são os bens líquidos, exceto estoques, da empresa.⁹⁰ Era natural, portanto, que as empresas fizessem todos os esforços no sentido de aumentar seu crédito. Na medida em que eram bem sucedidas, produziam-se imediatamente efeitos inflacionários.

De outro lado, o crédito obtido, embora fôsse onerado com taxas de juro nominais elevadas que a posição privilegiada do sistema bancário dentro de uma economia inflacionária propiciava, implicava, ainda assim, uma taxa de juro real negativa. Ora, sabemos que o nível de investimento de um país depende do nível da renda e, dado este, da relação entre a eficiência marginal do capital e a taxa de juro corrente do mercado. Na situação de depressão em que as empresas se viram, no momento em que, depois de uma longa fase de prosperidade, teve início esse período que chamamos de Crise Brasileira, a eficiência marginal do capital, ou seja, as expectativas de lucros dos empresários eram muito baixas.

⁹⁰ Cf. Luiz Carlos e Silvio Luiz Bresser Pereira, "A Inflação e os Lucros da Empresa", em *Revista de Administração de Empresas*, n.º 10.

Só uma taxa de juro negativa, propiciada pela inflação, permitiria que continuassem a investir, ainda que com o risco de agravar sua capacidade ociosa. A alternativa para os novos investimentos, além, naturalmente, da compra de divisas estrangeiras, era aumentar a liquidez de cada empresa, mas já vimos que esta solução era totalmente insuportável em um regime inflacionário.

As empresas, portanto, por esses dois motivos que acabamos de analisar, pressionavam o sistema bancário por maiores créditos, além de desenvolver novas formas de financiamento, como as financiadoras. Esta ampliação do crédito, somada aos aumentos de preços autônomos já examinados, e a pressão sobre o Governo para aumentar seu dispêndio transformaram-se nas causas básicas da inflação dos últimos anos.

É claro que houve outros fatores a provocar pressões inflacionárias. O grande saldo do balanço comercial internacional obrigou o Governo a emitir em grande quantidade, para pagar aos exportadores nacionais, ao mesmo tempo em que se acumulavam divisas no exterior. Os enormes *deficits* das empresas estatais de estradas de ferro e navegação, causados em parte por tarifas excessivamente baixas, eram uma causa da inflação, devido às emissões que acarretavam. Depois da Revolução de 64, inverteu-se a situação. Os drásticos aumentos de tarifas implicaram uma inflação de custos.

Aliás, todo o processo inflacionário brasileiro dos últimos anos caracterizou-se basicamente por uma inflação de custos. Quais custos? Quando o Governo Costa e Silva assumiu o poder, a equipe de economistas que foi levada ao poder, sob a liderança do Sr. Delfim Netto, definiu a inflação imediatamente, e com muita propriedade, como sendo uma inflação de custos. Não definiu, todavia, de forma completa, de que custos se tratavam. Os salários, naturalmente, não foram mencionados. Embora constituam uma causa típica de inflação de custos, no Brasil, em que eles vêm declinando, em termos reais, não podiam ser considerados como fator de inflação de custos. Três custos foram apontados: as taxas de juro excessivas, o aumento dos preços dos serviços públicos e o aumento da carga tributária. Estes custos, sem dúvida, são parcialmente responsáveis pela inflação. O custo mais importante, porém, o custo cujo aumento constitui a base de

todo o processo inflacionário que vimos analisando, esse custo não foi apontado. Referimo-nos ao lucro das empresas.

Porque é preciso não esquecer que o lucro não passa de um tipo de custo. Como o juro, embora em termos diferentes, o lucro pode ser considerado o custo de capital próprio. Quando as empresas, face à crise, passaram a elevar automaticamente seus preços, quando a procura, ao invés de aumentar, diminuía, o que elas estavam era provocando diretamente uma inflação de custos, na medida em que procuravam defender a sua taxa de lucro da crise. É claro que a inflação de custos só é possível quando temos situações monopolísticas. Ora, da mesma forma que o Governo as tem naturalmente, e assim tornou-se uma causa de inflação de custos ao aumentar a carga tributária, para poder, assim, fazer frente ao aumento do dispêndio público pressionado pelas empresas, estas também possuem condições monopolísticas de mercado (já vimos que o oligopólio, organizado em termos de cartel, é a forma por excelência de estruturação dos mercados brasileiros, em seus setores-chaves) e podiam, assim, provocar uma inflação de custos originada na tentativa de não ver reduzido o seu lucro. Com isto não pretendemos afirmar que a inflação tenha proporcionado imensos lucros aos empresários, a partir de 61. Longe disso, tudo indica que, face à crise, a taxa real de lucro declinou violentamente, quando não se tornou negativa. Com os aumentos autônomos de preços o que as empresas procuravam, simplesmente, era manter, relativamente, sua taxa de lucro, impedir que ela entrasse em total *débâcle*.

Visto o problema nesses termos, de o lucro ter sido o custo fundamental da inflação de custos que se tornou dominante no Brasil nos anos sessenta, o problema da taxa de juro cobrada pelo sistema bancário pode ser compreendido mais facilmente. Em uma primeira fase de inflação galopante, os bancos que recebiam depósito a uma taxa nominal de juros, exigiam uma elevadíssima taxa das empresas. Estas pagavam porque, assim mesmo, a taxa de juro real para elas era negativa. Estávamos, assim, diante de uma típica inflação de procura. Eles cobravam taxas tão elevadas, e preocupavam-se pouco com seus custos operacionais, porque a procura de crédito das empresas era enorme. No momento em que a taxa de inflação começou a declinar, as taxas de

juro reais, de negativas passaram a positivas. A procura de crédito das empresas tendeu a diminuir. Seria natural que os bancos reduzissem suas taxas de juro, para aumentar suas aplicações. Não podiam fazê-lo, todavia, na proporção que a queda da procura indicava em vista de seus custos elevados. E se alguns dêles que haviam sido melhor administrados tinham melhores condições de baixar decisivamente suas taxas de juro, mesmo assim não o fizeram, dado um acôrdo tácito entre os bancos de não entrarem em uma guerra de juros. Era novamente a inflação de custos, motivada pelo fator lucro, e propiciada por organizações imperfeitas de mercado.

Em resumo, a partir da Crise Brasileira, havendo-se esgotadas as oportunidades de substituição de importações, as empresas entraram em situação de crescente capacidade ociosa, agravada pelo processo de concentração de renda então unificado. Para defender sua declinante taxa de lucros, as empresas então passaram a provocar uma inflação de custos, possível graças ao caráter monopolístico dos mercados. Passaram, assim, em épocas de queda da demanda, a aumentar autônomoamente seus preços, provocando diretamente a inflação, a pressionar o Governo para aumentar o seu dispêndio e a pressionar o Governo e o sistema bancário para aumentar o crédito. O Governo, para responder à pressão das empresas, aumentou seu dispêndio e entrou em situação de *deficit* crescente de caixa. Resolveu inicialmente êsse problema através das emissões e depois aumentando a carga tributária, o que veio a constituir-se em nôvo foco de inflação de custos.

Ora, a inflação aberta, embora ainda desempenhando alguns papéis no sistema da economia brasileira, não mais podia ser considerada como um fator de desenvolvimento. Seus maiores méritos continuavam a ser a criação de uma poupança forçada, a transferência dessa poupança para o Governo e para os industriais, a criação de uma demanda maior, ainda que artificial, de bens de consumo duráveis, o estímulo ao investimento dos recursos transferidos dos assalariados para o setor privado, estímulo êsse ainda mais salientado por financiamentos e taxas negativas de juro. Em contrapartida, porém, essa poupança cada vez mais diminuía, na medida em que as classes prejudicadas pela inflação, particularmente os empregados, conseguiam reajustar seus salários mais frequen-

te e rapidamente. As distorções nos investimentos provocadas pela inflação se acentuavam. A capacidade ociosa de alguns setores industriais aumentava. O controle contábil e financeiro das empresas tornava-se mais difícil e impreciso, levando muitas delas a terem seus controles efetivamente perdidos. As injustiças sociais provocadas pela redistribuição de rendas se agudizavam. A inflação tornava-se um foco permanente de instabilidade social. Constituiu-se, assim, tipicamente, em uma causa a médio prazo da crise econômica brasileira atual.

Resumindo, temos, pois, como causas mais gerais a médio prazo da crise econômica a falta de oportunidade de investimentos, a limitação à capacidade de importar e a inflação aberta. Estas causas estão interligadas. Mais diretamente relacionados com a redução das oportunidades de investimento, temos o esgotamento das possibilidades de substituição de importações, a crescente capacidade ociosa, a falta de mercado e a insegurança política.

Causas a Médio Prazo da Crise Política

Se quiséssemos buscar as causas a longo prazo da crise política, teríamos provavelmente que chegar até à Guerra do Paraguai, à Proclamação da República, ao sistema de estratificação social e de controle do poder de então. Passaríamos, em seguida, pelos anos agitados da década de 20, pela Revolução de 30, pela formação dos partidos políticos, pela passagem da política de clientela para a populista e desta para a ideológica, pela luta entre o industrialismo e o agriculturismo e pela superação dessa luta, pela emergência das esquerdas como força autônoma, para só então chegarmos às causas a médio prazo da crise política. Estes fatos já foram por nós analisados anteriormente, quando discutimos em especial as transformações estruturais da política brasileira. Agora limitar-nos-emos às causas que nos anos recentes levaram a política brasileira a uma situação de crise.

Como no caso das causas da crise econômica, em relação às causas a médio prazo da crise política temos também as de caráter personalista e as de caráter estrutural. Neste caso,

as causas de ordem personalista têm provavelmente quase tanta importância quanto as de ordem estrutural.

Entre as causas personalistas, a renúncia do Sr. Jânio Quadros é sem dúvida a primeira. De um dia para outro, um dos Presidentes que obtiveram uma das vitórias eleitorais mais expressivas da história do Brasil, que representava um sem-número de classes e grupos sociais, que encarnava as aspirações de milhões de brasileiros, esse Presidente, incapaz de resolver os conflitos e contradições inerentes ao esquema de forças que o elegera, e de realizar os compromissos que a Presidência exige, renunciou, aprofundando de maneira dramática a sempre presente crise de representatividade da política brasileira.

O Vice-Presidente, empossado depois de uma tentativa mal sucedida de golpe por parte de setores consideráveis das forças armadas, só vem agravar o problema. Não só faltava representatividade ao Governo João Goulart. Sua instabilidade, sua falta de objetivos e diretrizes, sua falta de seriedade e autenticidade política, sua abordagem dos problemas sistematicamente demagógica, as tinturas de esquerda de que se revestia, e que em seu final se acentuara, todos esses fatores só poderiam contribuir para a crise política.

Entre as causas estruturais a médio prazo, salientaremos rapidamente apenas três, não obstante este tema nos desse ensejo às mais longas análises.

Em primeiro lugar, temos a emergência como força política autônoma e a imaturidade das esquerdas. De fato, conforme já verificamos anteriormente, foi praticamente só depois do Governo Juscelino Kubitschek que as esquerdas puseram em segundo plano as ideologias do industrialismo e do nacionalismo e se tornaram autônomas em relação à burguesia industrial, à classe dos empresários industriais. Essa autonomia, porém, teve que ser paga com o preço da imaturidade. De repente, não só as esquerdas ganhavam autonomia, mas também obtinham alguns êxitos eleitorais e viam no Governo da República um Presidente que lhes deixava operar em liberdade e até certo ponto lhes abria as portas. Desses fatos para um grosseiro erro de cálculo quanto à sua real força política e para uma estratégia de agitação, que, no final do Governo João Goulart, ganhou para alguns dos grupos mais

extremados de esquerda condições de preparação revolucionária, foi um passo. Alguns chegaram inclusive a ponto de imaginar, em um país como o Brasil, que o capitalismo industrial já é um fato consolidado, e no qual as classes médias já constituem uma realidade política indiscutível, de imaginar, repetimos, atingir o poder e socializar o país através de um simples golpe de Estado.

Em segundo lugar, temos o alarmismo da direita. Desde o início do Governo João Goulart o alarmismo foi sem dúvida a grande estratégia política usada pelos elementos mais radicais da direita para aglutinar as classes médias e as classes produtoras. O tema era sempre o mesmo; o comunismo está às portas, o Governo está dominado por comunistas, a conspiração comunista está para eclodir, e assim por diante. Tanto disseram que no final até muitos elementos das esquerdas começaram a acreditar no que afirmava a direita e a agir correspondentemente, e assim o alarmismo ganhou um mínimo de base na realidade.

Em terceiro lugar, temos, no seio das forças armadas, a crescente influência dos elementos saídos da Escola Superior de Guerra, que melhor preparados do que seus demais colegas de armas, e melhor organizados, desenvolveram uma ideologia e uma estratégia militar toda especiais, baseadas na inevitabilidade da terceira guerra mundial e na necessária vinculação do Brasil ao bloco liderado pelos Estados Unidos.

Finalmente, como uma causa a médio prazo, de caráter personalista, temos, no âmbito internacional, a morte de Kennedy, cujo progressismo, idealismo e coragem vinham transformando a face da política mundial e dando novas perspectivas políticas, econômicas e sociais particularmente aos países latino-americanos, e a subida à Presidência dos Estados Unidos de Lyndon Johnson, que endureceu a política externa norte-americana e fez reviver, em relação à América Latina, métodos de afirmação de liderança continental de há muito condenados e sepultados.

A conjugação de todos esses fatores personalistas e estruturais tornou possível a Revolução de 64, cuja vitória viria a se constituir na causa dominante a curto prazo da crise política atual.

Causas a Curto Prazo da Crise Econômica

As causas a curto prazo da crise econômica, particularmente da recessão ocorrida no primeiro semestre de 65 e que até agora não foi plenamente superada, estão diretamente relacionadas com a política econômica do Governo Castelo Branco. Procuraremos ser breves na análise desta política a fim de não lhe darmos uma importância maior do que aquela que ela tem no quadro da crise brasileira atual. Além disso, limitar-nos-emos aos seus aspectos que tiveram uma influência direta e imediata na crise econômica.

Em primeiro lugar, devemos examinar os objetivos da política econômica governamental. O *Programa de Ação Econômica do Governo — 64-66*, muito corretamente, coloca como primeiro objetivo "acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país" e como segundo objetivo "conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 64 e 65, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 66". Cita, em seguida, três outros objetivos. Na página seguinte, esta primazia dada ao desenvolvimento é ainda mais enfatizada em um gráfico em que o objetivo de acelerar o desenvolvimento é colocado no centro, e os objetivos de contenção do processo inflacionário, de assegurar pleno emprego, de corrigir os *deficits* do balanço de pagamentos e de atenuar os desníveis setoriais e regionais são colocados em volta, como se fôssem objetivos-meios.⁹¹

Entretanto, neste aspecto verificou-se uma contradição entre a teoria e a prática. No próprio *Programa de Ação Econômica* fala-se da "urgência" do combate à inflação.⁹² E o que se verificou, na realidade, foi que, a título de urgência, foi dada inteira primazia à política desinflacionária, colocando-se o desenvolvimento em segundo plano. Toda a ênfase da política econômica governamental, expressa tanto nos discursos e declarações dos responsáveis por ela como nas medidas concretas tomadas, foi colocada na luta contra a inflação.

Teremos, portanto, que examinar a política econômica governamental sob esse prisma. E desde logo já encontra-

⁹¹ *Op. cit.*, págs. 15 e 17.

⁹² *Idem*, pág. 33.

mos uma contradição de caráter geral no próprio seio do *Programa de Ação Econômica*. Afirma este que um "tratamento de choque" seria desaconselhável.⁹³ Todavia, pretendia reduzir a taxa de inflação, que chegou a 92%, em 64, para 25% neste ano e para 10% no próximo.⁹⁴ Ora, ainda que possamos afirmar que este é um problema de semântica, só um tratamento de choque poderia lograr redução tão drástica.

Esse tratamento de choque que recebeu o nome de "contenção progressiva"⁹⁵ foi pôsto em prática. Partiu de uma análise estritamente monetarista da inflação,⁹⁶ embora mais adiante apresentasse índices de preços nos quais o deflator agrícola crescia de 66, em 49, para 456, em 60, enquanto o deflator da indústria aumentava de 72, em 49, para apenas 333, em 60. E a contradição ainda tornava-se mais patente em face à seguinte afirmação contida no *Programa*: "A persistir a tendência historicamente observada na produção agrícola orientada para o consumo interno, a demanda potencial de alimentos no Brasil, proveniente de um crescimento econômico regular de 3,4% por habitante ao ano (taxa almejada), e de uma elasticidade média da demanda de 0,49, traduzir-se-á, anualmente, numa diferença de 5% nos ritmos de expansão entre demanda e oferta, cujos efeitos cumulativos, no tempo, representarão uma pressão inflacionária de intensidade crescente".⁹⁷

Esta tomada de posição estruturalista, todavia, em contradição com a monetarista tomada anteriormente no mesmo documento, não teve qualquer repercussão na terapêutica aplicada. A estratégia de combate à inflação foi estritamente monetarista. Definiu erroneamente a inflação como se fôsse uma inflação de demanda e se baseou em três pilares: a redução do *deficit* de caixa, a redução da demanda e o combate às causas psicológicas e especulativas da inflação.

A redução do *deficit* de caixa foi realizada através do aumento de impostos, da redução das despesas e investimentos governamentais, da eliminação de subsídios governamen-

⁹³ *Idem*, pág. 33.

⁹⁴ *Idem*, pág. 35.

⁹⁵ *Idem*, pág. 33.

⁹⁶ *Idem*, págs. 28 e segs.

⁹⁷ *Idem*, págs. 93, 94 e 95.

tais, do aumento das tarifas dos serviços públicos. A redução da demanda foi procurada por intermédio, novamente, do aumento da carga tributária, reduzindo-se assim as disponibilidades nas mãos do público, das restrições de crédito, limitando-se as possibilidades de investimento das empresas, e da política salarial, visando à diminuição do consumo. Finalmente, o combate às causas psicológicas e especulativas da inflação foi tentado através de instrumentos como a Portaria Interministerial nº 71, a Lei de Estímulos, em um sem-número de discursos e apelos, a Campanha em Defesa da Economia Popular, realizada pela União Cívica Feminina, com a colaboração da SUNAB, a afirmação de que a inflação de fato já terminara e que agora estávamos em sua fase "correctiva", etc.

Com isto esperava-se a contenção da inflação, mas os economistas governamentais eram suficientemente realistas para admitir que concomitantemente, face à redução dos investimentos e do consumo, o país estaria ameaçado de uma recessão.

Foram, então, previstos diversos mecanismos compensatórios, que deveriam contrabalançar os efeitos negativos das medidas desinflacionárias. Salientamos, entre outros, os seguintes: o plano habitacional, o aumento das obras públicas, o aumento das exportações e a entrada de investimentos estrangeiros.

Cada um dos mecanismos compensatórios falhou. O plano habitacional, que deveria produzir grande quantidade de empregos, dada a baixa relação capital-trabalho existente na indústria de construção, não produziu efeitos, como o reconheceram os próprios membros do Governo. E não há perspectivas de que tais efeitos venham a se fazer sentir da forma profunda esperada, já que todo o plano se baseia na idéia simplista e idealista de que a simples promulgação de uma lei permitindo a correção monetária dos financiamentos imobiliários e a criação de instrumentos de financiamento resolveriam o problema. Além disso, é ingênuo imaginar que a mobilidade ocupacional fôsse tão grande que o pessoal da indústria metalúrgica ou da têxtil que viesse a perder seus empregos transferir-se-ia para a indústria de construção civil.

Em relação ao aumento das obras públicas, entre as quais o plano rodoviário tinha especial importância, além de mere-

cer a última restrição que fizemos ao plano habitacional, estava em conflito com o objetivo de reduzir o *deficit* da caixa do Governo. É fácil imaginar, portanto, porque este efeito compensatório não funcionou.

O aumento das exportações industriais, embora venha ocorrendo, não poderia ter o efeito desejado, dado o caráter irrisório dessas exportações. Um grande aumento das mesmas representaria muito pouco em nossa pauta de exportações e em nossa atividade industrial. Em 64, por exemplo, nossas exportações de manufaturados subiram a apenas 63,1 milhões de dólares, correspondendo a 4,6% de nossa exportação.⁹⁸

Finalmente, o grande influxo de investimentos estrangeiros diretos, esperado depois da subida ao poder do Governo conservador do Marechal Castelo Branco e da modificação da lei de remessas de lucros, não se verificou, comprovando-se mais uma vez que os investidores estrangeiros se preocupam muito menos com os problemas legais relativos a restrições de remessas de lucros do que com as reais oportunidades de investimentos lucrativos.

Ora, tôdas aquelas medidas desinflacionistas, que vinham agravar ainda mais um dos problemas fundamentais da economia brasileira, qual seja o da falta de mercados, o da insuficiência da demanda (já analisamos este problema quando tratamos das causas a médio prazo da crise econômica), somadas ao não-funcionamento dos mecanismos compensatórios, tiveram como resultado necessário a crise, o desemprego, a redução da atividade econômica.

Para esse resultado contribuiu ainda um fator muito simples. A inflação, apesar de tôdas as distorções que últimamente vinha provocando na economia do país, tinha ainda um papel dentro dessa economia, o de manter, ainda que artificialmente, uma parte da demanda. As medidas antiinflacionárias, embora não lograssem conter efetivamente a inflação (segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, o aumento do custo de vida na Guanabara, em 65, foi de 45% e, em 66, de 40%), fizeram com que a inflação perdesse aquela função. De repente, criou-se um vácuo no sistema econômico. A

⁹⁸ Fonte: CACEX.

inflação deixou de estimular a demanda, e nada em seu lugar surgiu. Muito pelo contrário, tôdas as demais medidas inflacionárias a que nos referimos passaram a operar negativamente sobre a economia.

E se não bastasse isto, face a essas medidas, tivemos não só a eliminação daquela demanda artificial provocada pela inflação como uma retração daquilo que poderíamos chamar de demanda normal. Prevendo a redução, se não o estancamento do ritmo inflacionário, os empresários iniciaram imediatamente uma política de redução de estoques. Sem dúvida, esta é uma atitude típica dos homens de empresa quando há perspectivas de estabilização monetária. Além da redução da demanda das empresas provocada pelo aumento dos impostos e pelas restrições de crédito, tivemos também um desinvestimento em estoques. A redução de estoques é portanto apenas um dos fatores que levaram à redução da demanda intermediária. Não é o único, como pretenderam os representantes do Governo quando se viram face à crise.

Além disso, há a redução da demanda final por parte dos consumidores. Para êstes também faz sentido reduzir suas compras — especialmente as de artigos duráveis — quando há perspectivas de estabilização. Por outro lado, a política salarial do Governo, e particularmente a decretação do salário mínimo, teve efeitos os mais negativos. O novo salário mínimo, em princípio de 65, embora, de imediato, não representasse uma redução do salário médio real dos operários, mesmo tendo sido apenas 5% maior do que o salário mínimo anterior quando no mesmo período a inflação girou em torno de 90%, êsse novo salário mínimo abriu para o público perspectivas de consumo pessimistas. E estas perspectivas tiveram, naturalmente, um efeito negativo sobre a demanda final. Posteriormente, quando da decretação de novos salários mínimos, no princípio de 66 e 67, o Governo manteve a política de redução do salário real, estabelecendo sempre um resíduo inflacionário inferior ao que, realisticamente, dever-se-ia prever.

Julho de 65 foi o mês em que a crise chegou a seu ponto máximo. O desemprego em São Paulo atingia então a 13,5%. Desde junho, porém, a taxa de aumento do desemprego começou a diminuir. Esta tendência já era provavelmente efeito das grandes safras agrícolas de 65, que mantiveram o poder

aquisitivo da população no interior. Por outro lado, embora o Governo propriamente viesse realizando investimentos relativamente de pouca monta, as empresas estatais continuavam a comprar intensamente do setor privado. A esses dois fatores somou-se, em julho, uma medida muito feliz do Governo federal: a redução temporária do imposto de consumo. A redução de preços decorrente teve um efeito psicológico favorável na população. A confiança começou novamente a ser readquirida. Os investimentos tomaram novo alento, especialmente os realizados através do recém-criado FINAME — Fundo Nacional de Máquinas e Equipamentos, — o qual possibilitava um financiamento generoso para a compra de máquinas e equipamentos nacionais. Os investimentos estrangeiros, também, voltaram a ser realizados, embora em um volume abaixo das expectativas do Governo. Os consumidores voltaram a comprar novamente. Reduziu-se o desemprego. Os índices de decretação de falências e concordatas e o de homologação de saídas de empregados na Justiça do Trabalho diminuíram. A crise econômica, porém, estava longe de ter sido superada. Perdera seu impulso, mas continuava presente no desemprego ainda existente, na capacidade ociosa das empresas, nos investimentos ainda insatisfatórios, na redução do ritmo de desenvolvimento industrial. No segundo semestre de 66, porém, a crise voltaria a se fazer presente, como já vimos, permanecendo o estado de recessão econômica até meados de 67, quando o autor terminava de escrever este livro.

O resultado desta política de combate à inflação através da redução da demanda, quando, como veremos mais adiante, a inflação era de custos, foi, portanto, a estagnação econômica, ou, mais precisamente, o retrocesso econômico. Um resultado intermediário dessa política, que funcionou como causa fundamental da crise econômica, foi a redução do consumo privado, que baixou, conforme se pode verificar pelo Quadro IX, de 69,2%, em 1960 — ano em que ainda estávamos em pleno desenvolvimento econômico — para 65,6%, em 1965. Essa redução de consumo, fruto básico da política salarial e da concentração de renda recorrida no Brasil, porém, não implicou um aumento da taxa de formação bruta de capital fixo. Esta, pelo contrário, declinou de 17,3% para 14,9%, deven-

Quadro IX

PRODUTO REAL POR TIPO DE GASTO — 1956/1965 (ANOS ESCOLHIDOS)
Bilhões de Cr\$ de 1960
Porcentagens de Produto Bruto Total

Discriminação	1956	1960	1961	1962	1963	1964	1965
I — Inversão total	14,0	18,1	18,1	19,7	17,4	18,1	18,9
Formação bruta de capital fixo	12,3	17,3	16,8	17,8	16,5	16,1	14,9
a) Público ²	3,5	7,4	7,6	8,2	7,0	6,7	7,2
b) Privado	8,8	9,9	9,1	9,4	9,4	9,4	7,7
Variação de estoques	1,7	0,8	1,4	1,8	1,0	2,0	¹ 4,0
II — Consumo total	87,6	84,6	83,5	82,2	83,7	82,2	79,9
a) Governo	14,7	15,3	15,5	15,5	16,3	15,4	¹ 14,3
b) Pessoal	72,9	69,2	68,0	66,7	67,4	66,7	65,6
III — Exportação de bens e serviços	8,5	7,2	7,4	6,4	7,2	6,3	6,9
IV — Importação de bens e serviços	10,1	9,9	9,1	8,3	8,3	6,6	5,7
V — Produto interno bruto	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte:

¹ Estimativas realizadas pelo Centro CEPAL/BNDE.

² Inclui empresas de economia mista.

CF — “A Evolução Recente da Economia Brasileira”, *op. cit.*, pág. 28.

do-se esta queda, basicamente, à redução dos investimentos privados. O que realmente aumentou foi a variação de estoque, definindo bem o caráter da crise. Não havia estímulo à produção na medida em que as empresas acumulavam estoques em seus armazéns, face à redução do poder aquisitivo da classe assalariada.

Causas a Curto Prazo da Crise Política

As causas a curto prazo já foram por nós em parte analisadas quando vimos a sintomatologia da crise política brasileira atual. De um lado, temos os problemas gerais, a falta de representatividade, a negação do direito de voto ao analfabeto, a intransigência e a recusa ao diálogo das elites, a imaturidade das esquerdas, a instabilidade política do Governo João Goulart, todas como causas a longo e médio prazo da crise; de outro, temos fundamentalmente a Revolução de 64, que veio, em parte, resolver alguns daqueles problemas, principalmente o da instabilidade política, mas também e principalmente veio agravá-los.

De fato, salvo no que diz respeito à instabilidade, a Revolução só veio agravar a crise política brasileira. Particularmente a falta de representatividade, que já era aguda, tornou-se ainda mais profunda. O Executivo tornou-se fruto de um golpe de Estado; o Legislativo, ao qual sempre faltou representatividade, perdeu o pouco que dela lhe restava, seja devido às cassações, seja face à sua total subserviência ao Executivo.

Mas não é só. As esquerdas sofreram profunda amputação, tanto naquilo que elas tinham de mais autêntico quanto no de mais demagógico. Nas cassações, oportunistas foram confundidos com homens sinceros; moderados, com extremistas. Dessa forma, interrompeu-se quase totalmente o diálogo com as forças progressistas do país. E nada há de mais grave para a vida de um país do que a cessação do diálogo.

Há outras causas a curto prazo para a crise política. Estas causas, porém, tiveram também influência direta na crise econômica. Chamamo-las, por isso, de causas gerais a curto prazo da crise brasileira.

*Enquadramento Social e Ideologia do Governo
Castelo Branco*

Estas causas são função direta da posição ideológica e do enquadramento social do Governo Castelo Branco.

Vejamos, em primeiro lugar, em linhas gerais o enquadramento social dos homens que governaram o Brasil entre 1964 e 1967. Em primeiro lugar, e obviamente, tratava-se de um Governo de militares. Não é preciso maior argumentação para demonstrar este fato. Ele é evidente. São os militares, particularmente os oficiais do Exército, o grupo com maior soma de poder hoje no Brasil. Mas não são apenas os militares. Ao seu lado, com uma soma de poder quase tão grande, especialmente na esfera econômica, temos os tecnocratas. Estes são quase todos economistas. Durante o Governo Castelo Branco ocuparam todos os cargos econômicos-chaves do Brasil, com exceção da presidência do Banco do Brasil. No Ministério da Fazenda, no Ministério do Planejamento, na presidência do Banco Central e na do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, tínhamos economistas, técnicos que deixaram suas posições de assessoria para tomar as rédeas do Governo, tecnocratas portanto.

O Governo Castelo Branco foi, portanto, um Governo de militares e de tecnocratas e praticamente de mais nada. Nunca tivemos um Governo no Brasil tão definido profissional e socialmente. Os demais grupos que, em outros países, ou em outras épocas no Brasil, costumavam participar do poder, estavam ausentes neste Governo. Os políticos estavam ausentes. O Governo foi feito com a subserviência quase total dos políticos. Mesmo os membros da extinta União Democrática Nacional, que poderiam parecer os maiores beneficiários da Revolução, eram mais instrumentos do que elementos ativos de controle do Governo. Os sindicatos estão ausentes. Este fato é evidente, não exigindo comprovação. A velha aristocracia brasileira, o sistema econômico tradicional brasileiro baseado na agricultura, não foi beneficiado, do ponto de vista econômico, com a política governamental. A política cafeeira de 66, extremamente severa para com os cafeicultores, é uma prova do que afirmamos. Não se pode dizer, portanto, que esse tenha sido um Governo representativo da velha aristo-

cracia brasileira, sequer da agricultura. Finalmente, também estão ausentes os empresários (na acepção ampla do termo, não schumpeteriana) e particularmente os empresários industriais. São eles, juntamente com os operários industriais, os maiores prejudicados pela política governamental. Da elaboração desta não participaram de forma alguma. No máximo foram chamados em determinados momentos formais para aplaudir, receber instruções e prestar colaboração. Ao significado e às consequências deste fato voltaremos mais adiante.

O Governo Castelo Branco, portanto, era um Governo apenas e basicamente de militares e tecnocratas. Em outras palavras, era um Governo de classe média. Mais especificamente, já que não existe apenas uma classe média, era um Governo da classe média tradicional, já que tanto os tecnocratas como também, e especialmente, os oficiais do Exército pertencem em geral à classe média tradicional, à velha classe média, à classe média de profissionais liberais, dos funcionários públicos, padres e militares que já existiam antes da Revolução Industrial Brasileira. Era um Governo em que os demais grupos, e particularmente a classe de empresários industriais e financeiros, estavam ausentes.

Como uma decorrência quase direta do enquadramento social na classe média tradicional, temos a posição ideológica (lato senso) deste Governo.

Filosoficamente, era um Governo idealista. Idealista no sentido de acreditar mais nas idéias do que na realidade. Idealista porque negava a realidade ou pelo menos não conseguia captá-la. Idealista porque acreditava que seria preciso modificar antes as mentalidades e depois as estruturas, que, mais importante do que se criarem condições efetivas para a mudança social, era fundamental "converter", persuadir. Este caráter idealista do Governo Castelo Branco pode, aliás, ser ilustrado pela frase muito significativa de um de seus representantes. Conversando sobre a crise econômica do primeiro semestre de 65, disse-nos ele a um certo momento: "A situação econômica realmente está difícil, mas há uma compensação. O mais importante agora é mudar a mentalidade dos industriais, é fazê-los preocuparem-se com custos, com aumento da produtividade. Acabou-se o tempo em que era só produzir para vender e ter muitos lucros. Agora, ou eles mudam sua mentalidade, e passam a concorrer efetiva-

mente no mercado, ou não sobreviverão". Esta é uma abordagem tipicamente idealista. Idealista no sentido filosófico. Idealista porque alienada da realidade. Mentalidade não se muda de um dia para outro, preocupação com custos não se cria nas horas de depressão econômica, quando o problema não é efetivamente reduzir custos, mas simplesmente reduzir a produção, despedir empregados e tentar sobreviver.

Outra faceta do idealismo filosófico do Govêrno Castelo Branco estava na crença de que o desenvolvimento econômico pode ser feito basicamente através de leis. Poucos Governos foram tão prolíficos em leis. E não há dúvida de que muitas delas eram boas, tècnicamente bem feitas. É o caso das leis do inquilinato, da lei do CONCEX, das incorporações imobiliárias, da criação do Banco Central (embora não se possa falar realmente em uma reforma bancária), da reforma tributária. Podemos discordar delas em muitos aspectos, mas devemos reconhecer que são frutos do trabalho de técnicos inteligentes e capazes. Todo o problema, porém, está, no fundo, em pensar que tais leis resolverão a curto prazo os problemas do Brasil, que as modificações introduzidas na lei de remessas de lucros farão chover capitais estrangeiros sobre o país, que a lei sobre o mercado de capitais produzirá um súbito interesse do público em participar desse mercado e a poupar, que a lei do plano habitacional fará surgirem casas e mais casas por todo o país como por encanto... Ora, não há atitude mais idealista, mais desligada da realidade do que esta. Em grau de idealismo é sem dúvida comparável às teses de que é preciso primeiro educar para depois desenvolver, ou então, como já vimos, que a primeira tarefa a realizar é mudar as mentalidades. E esse idealismo é típico da classe média tradicional, na medida em que ela, sendo constituída principalmente de profissionais liberais, militares e funcionários públicos graduados, não está diretamente integrada no processo produtivo do país.

Se filosoficamente esse era um Govêrno idealista, economicamente era um Govêrno imobilista e antiindustrializante. Imobilista, não porque visasse à estagnação econômica do país, mas porque colocava o objetivo da estabilização monetária em primeiro lugar e estava disposto a sacrificar o desenvolvimento em favor do combate à inflação. Antiindus-

trializante, não no sentido de que procurasse estancar o desenvolvimento industrial brasileiro, mas porque, devido a um moralismo típico de classe média, olhava para os industriais, para os homens de negócios em geral, de forma desconfiada, encarava-os como eternos aproveitadores, dispostos sempre a auferir lucros máximos, especulativos, e que portanto é preciso sempre fiscalizá-los. Antiindustrializante, porque, no combate à inflação, não hesitou em vitimar, em primeiro lugar, a própria indústria, restringindo seu crédito muito mais, por exemplo, do que o da agricultura.

Por fim, politicamente, o Governo Castelo Branco, no campo interno, era conservador, na medida em que visava preservar o *status quo*; moralista, enquanto via na honestidade dos políticos a solução para os problemas do Brasil, e anticomunista com tal violência que chegava às raias da paranóia. No campo internacional, êsse era um Governo politicamente colonialista, na medida em que colocava o país sob o total domínio e dependência de uma potência estrangeira, da qual se tornava mais do que caudatário, um instrumento para a cobertura política das demais ações internacionais dessa potência. Colonialista porque acreditava que o desenvolvimento do Brasil só poderia ser realizado com auxílio do exterior, não havendo quaisquer condições para um desenvolvimento autônomo.

O conservadorismo, o anticomunismo paranóico e o colonialismo não são posições ideológicas exclusivas da classe média tradicional. Mas sem dúvida são ideologias que ela em geral adota. E o moralismo é uma ideologia essencialmente da classe média tradicional.

O Empresário Industrial e a Crise Brasileira

O Governo Castelo Branco foi, portanto, um Governo de militares e tecnocratas, um Governo da classe média tradicional, que exerceu uma política econômica imobilista e alienada da realidade. Foi um Governo em que operários, camponeses, estudantes e empresários estavam ausentes.

Ora, um Governo em que estejam ausentes todos êsses grupos sócio-econômicos não podia promover o desenvolvimento econômico e social do país. Faltava-lhe o mínimo de

representatividade necessária para isso. Todo o desenvolvimento econômico e social do Brasil a partir de 30 foi realizado na medida, especialmente, em que dois governantes, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, e dois partidos, PTB e PSD, através de uma complicada alquimia de compromissos e concessões mútuas, representavam no poder uma ampla gama de interesses e de grupos sociais, que iam desde os operários industriais até os empresários e mesmo a aristocracia. O único grupo sócio-econômico que foi sempre totalmente colocado à margem do processo político brasileiro foram os camponeses.

Essa exclusão generalizada dos grupos mais representativos da sociedade brasileira e particularmente dos que estão mais diretamente inseridos no processo produtivo, como os operários e os empresários industriais, é um fato extremamente grave, é, sem dúvida, a causa por excelência, a causa mais geral, da crise brasileira atual.

A curto prazo, porém, fariamos ainda uma distinção. A ausência, a exclusão mais grave é a dos empresários industriais.

De fato, na medida em que o Brasil continuar a se desenvolver economicamente em moldes capitalistas mistos, através da ação empresarial do Estado e dos industriais, como vinha acontecendo até há pouco, será preciso que caiba aos industriais, e também aos grandes comerciantes e banqueiros, uma parte importante, principal mesmo, embora de forma alguma exclusiva, no controle do Governo. Só é possível desenvolver rapidamente um país em termos capitalistas se o Estado representar os interesses capitalistas. Só é possível prosseguir na industrialização se os empresários industriais tiverem parte das rédeas do Governo.

Ora, o Governo Castelo Branco pretendia manter o capitalismo no Brasil, mas excluía os empresários industriais do Governo. Era um contra-senso.

Caberia, porém, perguntar, por que esta exclusão dos empresários industriais e de um modo geral das classes produtoras do Governo?

Responderemos a esta pergunta apenas em relação aos empresários industriais, que são os que nos interessam mais de perto. Da parte do Governo Castelo Branco esta exclusão operou-se naturalmente. É bem provável que no fato não te-

nha havido qualquer caráter deliberado. Foram excluídos porque a Revolução foi uma revolução da classe média, liderada por militares da classe média, e encampada por tecnocratas da classe média. O que deveríamos perguntar é por que os industriais se deixaram excluir? E há duas respostas para isto.

Em primeiro lugar, porque sempre foram omissos e lhes faltou organização. Uma das características típicas dos industriais brasileiros foi sempre sua falta de participação e presença política, sua limitação às fronteiras estreitas de sua empresa e ao objetivo do lucro. Quando houve no Brasil um Governo, como o do Sr. Juscelino Kubitschek, todo voltado para a indústria, esse Governo representou os industriais quase que apesar deles. Não foram os industriais que levaram Kubitschek ao poder, não foram eles que lá o mantiveram. Muito pelo contrário, especialmente em São Paulo, quando se manifestavam politicamente, muitas vezes o faziam para se opor àquele presidente.

Aliás, esta última afirmação nos leva ao segundo motivo. Quando os industriais participaram politicamente, especialmente nos últimos tempos, depois que sentiram que a industrialização já era um fato consumado e que a luta agricultura *versus* indústria já não tinha mais sentido, participaram de uma forma crescentemente conservadora. Não perceberam a importância da manutenção do diálogo com as esquerdas. Não viram como era fundamental para a manutenção do processo democrático e a estabilidade política do país que os operários continuassem organizando-se e reivindicando. Ao invés disso, deixam-se envolver pelas forças mais conservadoras do país, tornaram-se instrumentos dela, abandonaram-se a um alarmismo infantil no ano que antecedeu a Revolução, mantiveram-se em uma total intransigência, incapazes de ceder em nada. Identificaram-se, assim, totalmente, com a Revolução de 64, que, em seguida, os ignorou, quando não se voltou contra eles.

O Governo Costa e Silva

A rigor este livro deveria encerrar-se com a análise do Governo Castelo Branco — momento em que a Crise Brasileira ganha todos os seus contornos e se define plenamente —

e com um exame de perspectivas a longo prazo, que realizaremos no próximo capítulo. Entretanto, situados no terceiro trimestre de 1967 quando terminávamos de escrever este trabalho, cabe uma análise preliminar do Governo Costa e Silva.

Ainda é cedo para qualquer julgamento definitivo desse Governo. Não há dúvida, porém, de que ele, ao mesmo tempo em que mantinha uma boa parte dos aspectos negativos, agravadores da Crise Brasileira, do Governo Castelo Branco, apresentava uma série de sinais de mudança de política, que nos permitem distingui-lo claramente do Governo anterior.

Modificações de Ordem Política. Há um indicador básico, que engloba todos os demais, da mudança ocorrida com a subida ao poder do Presidente Costa e Silva: a Revolução de 64 está terminada. O golpe de Estado iniciado em 31 de março e completado em 1º de abril de 64 revelou, sob a inspiração da Escola Superior de Guerra, da personalidade do Presidente Castelo Branco e da do Ministro do Planejamento Roberto Campos, possuir uma filosofia e um estilo que, com o novo Governo, terminaram. Vejamos mais especificamente quais os motivos que nos permitem afirmar que a Revolução de 64 está terminada.

Em primeiro lugar, observa-se que a unidade e aparente firmeza ideológica dos primeiros momentos, por parte dos militares, rompeu-se. Coube a eles a liderança do movimento. No instante em que se viram assumindo o poder, adotaram aquela atitude idealista típica de imaginar que poderiam transformar rapidamente o país. Em contato com a realidade, porém, foram-se apercebendo pouco a pouco que esta era menos moldável do que esperavam, que a sociedade brasileira possuía uma estrutura, um caráter e um ritmo que lhe são próprios, os quais não podem ser mudados de uma hora para outra, através de algumas reformas superficiais e de um sistema policial de cassações indiscriminadas de direitos políticos e de supressão de liberdades. O resultado disto foi o desencantamento do grupo militar e a perda daquela precária unidade ideológica conseguida com a Revolução.

Em consequência disso, os dois pilares da ideologia idealista revolucionário-militar: o moralismo, traduzido no combate à corrupção, e o anticomunismo, expresso na luta contra a subversão, entraram em processo de diluição e amaciamen-

to. Este fato se acentuou à medida que foi ficando claro que a sinceridade da cúpula governamental em relação ao combate à subversão e, especialmente, à corrupção estava longe de ser total. No episódio das cassações em especial, ficou em diversos casos claríssimo que, sob a cobertura do combate à subversão ou à corrupção, o que se objetivava, realmente, era a segurança da permanência no poder do grupo governamental. E é claro que esta falta de sinceridade ideológica foi pouco a pouco contribuindo para desmoralizar a caça às feitiças que os militares da chamada "linha dura" realizavam em nome da "ideologia revolucionária".

Este processo de desencantamento e perda de entusiasmo por parte dos militares, e de desmascaramento, perda de unidade, diluição e amaciamento da ideologia revolucionário-militar resultaram, naturalmente, em perda relativa do poder por parte dos militares, na medida em que estes se dividiam, esmoreciam em sua atividade e se desorganizavam. Ganhavam assim, relativamente, poder os grupos civis, embora ainda permanecessem nos primeiros meses do Governo Costa e Silva em uma posição tipicamente subordinada. Um sintoma dessa relativa recuperação do poder civil está na crescente preocupação do Governo Costa e Silva com a opinião pública, a qual fôra inteiramente desprezada pelo Governo anterior.

A afirmação de que a Revolução de 64 está terminada pode também ser confirmada através da análise superficial da personalidade dos dois Presidentes. Enquanto o Presidente Castelo Branco era um homem frio, deliberado, aristocrático em seu desprezo pelo povo, o Presidente Costa e Silva revela-se um homem emotivo, apaixonado, comprometido com a vida. É claro que personalidades tão diferentes implicariam um estilo de Governo muito diferente. Mais importante, porém, é lembrar que, enquanto o General Castelo Branco era um dos líderes intelectuais da Escola Superior de Guerra, o General Costa e Silva é um representante típico do "militar de caserna", tocado apenas superficialmente pelos modelos abstratos e alienados daquela escola.

Finalmente, com o fim do Governo Castelo Branco, o quadro jurídico-institucional modificou-se. Os atos institucionais, com seus poderes discricionários, são substituídos pela nova Constituição, pela lei eleitoral e dos partidos políticos,

e pela lei de segurança nacional. Estas, embora nem em suas origens nem em seu conteúdo sejam exemplos de democracia, e, a médio ou longo prazo, representem um retrocesso político, a curto prazo, quando comparadas com o regime ditatorial do Governo Castelo Branco, representam uma mudança e uma institucionalização que também nos permitem afirmar que a Revolução de 64 está basicamente terminada.

Mudanças na Política Econômica. Também nesse setor houve modificações significativas. No plano preliminar do Governo, já publicado, é feito um diagnóstico da economia brasileira no qual está implícita uma severa crítica ao Governo Castelo Branco. Seu resumo apresentado no próprio documento é o seguinte:

- "I — DEBILITAMENTO DO SETOR PRIVADO, resultante:
- 1) do agravamento do problema de liquidez;
 - 2) da queda da demanda, verificada em grande número de setores.

A redução de liquidez, que dificultou a manutenção da produção a níveis próximos da plena capacidade, resultou, por sua vez:

- a) da expansão rápida de certos custos, especialmente financeiros (juros), de tarifas e preços de serviços públicos, ônus tributários e encargos sociais;
- b) do controle quantitativo do crédito;
- c) da elevação do custo médio de produção, ligada à queda de demanda em vários setores;
- d) da injeção maciça de papéis do Governo no mercado de capitais, em condições extraordinariamente atraentes.

A queda da demanda, em grande número de setores, foi provocada:

- a) pela redução dos níveis de salários médios reais;
- b) pela queda da renda disponível, resultante do aumento da carga tributária (sem o correspondente aumento de dispêndios públicos);

- c) pelo aumento autônomo dos preços de certos serviços, importantes na composição do dispêndio dos assalariados;
- d) pela queda da produção agrícola em 1966;
- e) pela redução no nível dos investimentos privados.

Os setores foram atingidos em graus diversos pela insuficiência de procura ou de capital de giro: os setores mais dependentes da demanda governamental apresentaram melhores condições relativas de vendas e liquidez; os setores mais dependentes da procura privada, principalmente dos assalariados, enfrentaram sérios problemas conjunturais, agravando uma situação de longo prazo já bastante difícil.

II — PRESSÃO EXCESSIVA EXERCIDA PELO SETOR PÚBLICO, sob várias formas.

O impacto global sobre o sistema, decorrente do esforço realizado pelo Governo anterior, no sentido de corrigir distorções na economia e preparar o setor público para grandes programas de investimentos, parece haver sido excessivo; se é verdade que declinou a participação da despesa orçamentária no produto, o reajustamento drástico das tarifas e dos preços de empresas públicas e a criação de novas contribuições (como o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) transferiram, em prazo relativamente curto, do setor privado para o setor público, um volume de recursos que reduziu excessivamente a renda disponível dos consumidores e a liquidez das empresas."⁹⁹

Este quadro, cujas cores sombrias foram evidentemente agravadas pela política do Governo anterior, resultou fundamentalmente em uma reformulação da estratégia de combate à inflação, em termos muito inteligentes, que fazem honra ao

⁹⁹ *Diretrizes do Governo — Programa Estratégico de Desenvolvimento* — Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, julho de 1967, págs. 20 e 21.

novo grupo de técnicos que assumiu o controle econômico do país.

Básicamente, a inflação foi definida como sendo de custos e não de procura, nos termos em que vinha sendo atacada pelo Governo Castelo Branco. Afirma o plano governamental, logo após o diagnóstico acima apresentado, que esse quadro explica a característica recente do processo inflacionário brasileiro, que, de uma fase de predominante expansão da demanda, com níveis elevados de utilização de capacidade produtiva, passou a uma fase de predominante expansão de custos, com níveis acentuados de capacidade ociosa. Nesta última fase, a inflação prosseguiu, apesar da retração da demanda, devido à influência da elevação autônoma de certos custos, da elevação da taxa de juro, do aumento do custo médio resultante de menores vendas e da ação das expectativas.¹⁰⁰ O Sr. Delfim Netto, Ministro da Fazenda, e evidente inspirador principal dessa reformulação, já havia declarado anteriormente que "a presente inflação brasileira dificilmente poderá ser compreendida nos esquemas teóricos da pura inflação de demanda ou pura inflação de custos. A experiência indica que essas duas formas de tensões têm surgido com a prevalência ora de uma, ora de outra. Na verdade, a pressão autônoma de custos esteve sempre presente no processo inflacionário, oculta, no entanto, pela magnitude dos efeitos derivados da demanda. Tais tensões continuaram a se agravar pela própria natureza de combate à inflação".¹⁰¹

O acerto básico do diagnóstico é indiscutível. Sem dúvida, a análise poderia ter ido um pouco mais fundo. Os envolvimento políticos do Governo, porém, naturalmente devem ter impedido esta análise. De um lado, por exemplo, fez-se sempre questão de afirmar que a modificação da estratégia de combate à inflação resultou de uma mudança da conjuntura econômica, não implicando crítica ao Governo anterior. Ora, não há dúvida de que houve mudança da conjuntura, mas esta mudança já havia claramente ocorrido quando o General Castelo Branco e seu Ministro do Planejamento assumiram o poder. Já vivíamos em regime de capacidade

¹⁰⁰ *Idem*, pág. 21.

¹⁰¹ Antonio Delfim Netto, "Discurso no Clube da ADECIF", em *O Estado de São Paulo*, 9 de junho de 1967.

ociosa pelo menos a partir do início da Crise Brasileira, como vimos ainda neste capítulo. Por outro lado, na determinação dos custos que implicaram a inflação de custos, vimos no início deste capítulo, quando examinamos a inflação brasileira como uma das causas econômicas a médio prazo da Crise Brasileira, que o fator mais importante era o lucro, ou seja, o custo do capital próprio. Ora, este custo foi esquecido na análise oficial.

De qualquer forma, porém, não há dúvida de que o Governo Costa e Silva teve o grande mérito de, pela primeira vez, ter diagnosticado em termos oficiais a inflação brasileira como sendo de custos. E as medidas que passou a tomar são, sem dúvida, coerentes com esse diagnóstico. Boa parte das medidas econômicas do Governo passaram a ter como objetivo estimular a procura, ao invés de coartá-la, como fizera o Governo anterior.

Os primeiros resultados obtidos pareciam indicar o acerto da nova política econômica governamental de combate à inflação. Os preços, nos primeiros oito meses de 1967, haviam subido apenas de aproximadamente a metade do ano anterior. Entretanto, embora estejamos basicamente convencidos da correção da política econômica governamental que afinal de contas será obrigada a colocar o desenvolvimento com prioridade sobre a inflação para poder combater esta última, cremos que ainda é cedo para qualquer julgamento definitivo do Governo Costa e Silva.

A própria redução do ritmo inflacionário pode ser decorrência da política do Governo anterior e da nova recessão em que o país entrou a partir do segundo semestre de 1966, e que, apenas em meados de 1967, começava a ser superada. Já vimos que no primeiro trimestre de 1967 a oferta de empregos em São Paulo se aproximava da que houve em 1958!

Retomada do Desenvolvimento. Se um julgamento ainda é prematuro sobre o Governo Costa e Silva, no momento em que escrevemos, uma coisa é indiscutível. O desenvolvimento não foi ainda retomado. Alguns pretenderam que a parcial recuperação econômica ocorrida entre meados de 1965 e meados de 1966 significou a retomada do desenvolvimento. A improcedência desse argumento, cujas origens políticas são evidentes, está hoje demonstrada pelos fatos. É provável,

porém, que na primeira oportunidade em que tenha início um novo período de recuperação econômica se comece a falar novamente em retomada do desenvolvimento. Politicamente essa atitude pode ser compreensível, do ponto de vista da ciência econômica, porém, é insustentável.

Só poderemos falar em retomada do desenvolvimento, depois da Crise Brasileira, quando a economia brasileira revelar-se novamente capaz, durante um período relativamente prolongado, de desenvolver-se a uma taxa de desenvolvimento satisfatória. Quais as possibilidades de que isto venha a ocorrer, será o tema de nosso próximo e último capítulo. É preciso, porém, que fique claro que a retomada do desenvolvimento não está na dependência da política econômica do Governo Costa e Silva. Esta política, sem dúvida, poderá transformar-se em um estímulo ou um entrave ao desenvolvimento. O problema da retomada do desenvolvimento, porém, se coloca em um plano muito mais amplo. Trata-se de discutir qual a viabilidade do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Fatores de Permanência. Vimos as modificações de ordem política e econômica trazidas pelo Governo Costa e Silva. É preciso, todavia, que esta análise das modificações verificadas não obscureça ou coloque em segundo plano o fato mais geral que é o de continuidade e permanência, nesse Governo, da maioria das principais características do Governo anterior.

Mesmo no setor da política econômica, onde talvez as modificações tenham sido as mais profundas, é preciso não esquecer que o Governo Costa e Silva continuava sendo economicamente conservador. Talvez a afirmação mais insistentemente repetida nas Diretrizes do Governo é que o objetivo é reduzir a participação do Estado na renda e fortalecer o setor privado.

Socialmente, o Governo Costa e Silva, da mesma forma que o anterior, era um Governo da classe média tradicional, dirigido por militares e tecnocratas, com a virtual exclusão dos demais grupos econômico-sociais, particularmente dos empresários, dos fazendeiros, dos trabalhadores, dos políticos, dos estudantes. Este fato continuava a ter as mesmas implicações ideológicas que analisamos, quando falamos no Governo Castelo Branco, em termos de idealismo, conservadorismo, moralismo. Talvez estas características já estivessem um

pouco mais mitigadas, dado o fato de que o grupo militar e tecnocrático do Governo Costa e Silva era menos dogmático e impermeável às influências externas. Mas, basicamente, as características eram as mesmas, com todas as suas implicações negativas para um desenvolvimento do tipo capitalista. Ora, como esse grupo só pensava em termos de desenvolvimento capitalista, era fácil imaginar os obstáculos que continuavam a existir para o desenvolvimento do país, decorrentes de um Governo desse tipo.

Finalmente, no campo político, apesar de todas as modificações assinaladas, a anistia geral ainda não fôra dada. Nem mesmo se falava nas revisões de cassações. As esquerdas continuavam amordaçadas. O diálogo democrático entre as diversas tendências permanecia suprimido. O movimento sindical estava ainda inteiramente dominado pelo Governo. A crise estudantil não sofrera qualquer modificação para melhor.

Em outras palavras, embora alcançadas, no primeiro ano do Governo Costa e Silva, as características de ordem política, econômica e social, que definem a Crise Brasileira, continuavam presentes. Veremos agora, no próximo capítulo, quais as perspectivas de superação dessa crise dentro do quadro institucional vigente. Em outras palavras, examinaremos o problema da viabilidade a longo prazo do modelo de desenvolvimento capitalista para o Brasil.

CAPÍTULO VI

A Viabilidade do Desenvolvimento Capitalista Para o Brasil

DESENVOLVIMENTO e crise foram, portanto, as duas palavras-chaves do processo histórico brasileiro entre 30 e 67. Durante os primeiros trinta e um anos, não obstante as intermitentes situações de crise, seja política, seja econômica, a tônica foi para o desenvolvimento. Realizou-se então o que já fomos tentados de chamar de a Revolução Industrial ou Revolução Nacional Brasileira, mas que hoje estamos convencidos haver-se constituído apenas na primeira grande fase dessa revolução. A partir de 62, teve início o período do que chamamos de Crise Brasileira, caracterizado por permanente crise econômica, social e política, que em certos momentos se agrava, para em seguida voltar ao seu estado natural de crise crônica.

Pergunta-se, agora: Quais as perspectivas da sociedade brasileira? É possível divisar um caminho para a saída da crise dentro do quadro institucional vigente? Ou, em outras palavras, há viabilidade para o modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil? Poderemos continuar nosso desenvolvimento econômico, superar as condições desumanas de nosso subdesenvolvimento, dentro dos limites de uma sociedade basicamente capitalista?

A pergunta tem sentido na medida em que vivemos sob a égide de um sistema capitalista que, depois do desenvolvimento industrial dos anos trinta, quarenta e cinquenta, a Revolução de 64 terminou por consolidar, pelo menos a médio prazo.

Esse golpe de Estado, embora não tenha sido liderado pela classe capitalista, mas pela classe média tradicional, e particularmente pelos militares, acabou por adotar uma ideologia basicamente capitalista, ainda que paradoxalmente antiempresarial. A adoção da ideologia capitalista pela classe média tradicional que comandou a Revolução de 64 explica-se pela disponibilidade ideológica que caracteriza genericamente a classe média. Ela não possui uma ideologia própria. Além do idealismo, que é mais uma característica filosófica, decorrente do tipo especial de sua inserção no real, geralmente em termos alienados do processo produtivo quando se trata da classe média tradicional, o que define fundamentalmente a classe média é o conservadorismo. Não é causa para surpresa, portanto, que no Brasil, onde conservar, manter a segurança, significava ficar com o capitalismo, este sistema fôsse o preferido.

Ora, com a Revolução de 64, o movimento de esquerda que apenas a partir dos anos sessenta começara a se definir como força autônoma, como vimos no capítulo IV, sofre um golpe violento. Sua imaturidade o fez expor-se demais, em uma época em que ainda era muito fraco e desorganizado para fazer frente aos grupos de centro e de direita. O resultado disso é que a Revolução de 64 teve talvez como principal resultado consolidar, pelo menos a médio prazo, o sistema capitalista no Brasil.

As condições para qualquer retomada do poder por grupos de esquerda são muito débeis no Brasil da segunda metade dos anos sessenta. Condições para uma revolução de caráter socialista, então, são ainda mais longínquas. O poder econômico, o poder militar, estão todos muito bem organizados para permitir qualquer rompimento do quadro institucional vigente. Desenvolveu-se no Brasil uma classe de empresários, a qual, embora não seja politicamente atuante, é economicamente poderosa. A classe média, por sua vez, especialmente a nova classe média, teve um grande desenvolvimento no Brasil, como vimos no capítulo III, e acabou por assumir

o poder, através dos militares e tecnocratas. Ora, vimos que a classe média é por natureza conservadora.

Finalmente, dentro do quadro internacional, o Brasil está situado na área privativa dos Estados Unidos, e esta superpotência, dentro de uma perspectiva tipicamente imperialista (a história tem demonstrado que basta ser verdadeira grande potência para ser imperialista), tem deixado sempre claro, depois da experiência cubana, que qualquer revolução de esquerda na América Latina implicará intervenção americana. O caso da República Dominicana, onde não se tratava sequer de uma revolução de esquerda, demonstrou que esta posição não se traduz apenas em palavras. Nesses termos, face ao poder econômico da classe empresarial, ao número, ao conservadorismo, ao poder militar e ao poder político da classe média, e ao jugo norte-americano, há poucas dúvidas de que qualquer outra alternativa que não a capitalista tem poucas possibilidades de vigência no Brasil, pelo menos a médio prazo.

É necessário, portanto, que se faça a pergunta com a qual iniciamos este capítulo: é viável a longo prazo o modelo de desenvolvimento capitalista para o Brasil? Se ele fôr viável, poderemos dizer que o capitalismo está consolidado não só a médio, mas também a longo prazo. Mas se ele não fôr viável, não se poderá, a rigor, falar em consolidação do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Desenvolvimento Auto-Impulsionado ou Não

Para respondermos à pergunta sobre a viabilidade do modelo de desenvolvimento capitalista para o Brasil, é essencial que uma questão prévia seja colocada: completou o Brasil sua Revolução Industrial e conseqüentemente atingiu aquela fase em que o desenvolvimento é auto-impulsionado? Se isto já ocorreu, a resposta sobre a viabilidade ou não do desenvolvimento capitalista para o Brasil será simplesmente uma afirmativa. Se não atingimos, porém, aquela fase, todo um campo de indagações se abre diante de nós.

É claro que, preliminarmente, podemos indagar se existe um desenvolvimento auto-impulsionado. Definimos desenvolvimento auto-impulsionado como aquele que se gera a si mesmo, automática e necessariamente. No primeiro capítulo des-

te livro, quando examinamos o conceito do desenvolvimento, deixamos mesmo claro que a distinção fundamental que faríamos entre crescimento e desenvolvimento era a de que neste último o aumento da renda por habitante era acompanhado por transformações profundas na estrutura econômica, política e social do país, que tendiam a tornar ou já haviam tornado o aumento do padrão de vida da população um processo automático e necessário.

Desenvolvimento automático porque o estímulo ao investimento e ao reinvestimento estava inserido no próprio sistema econômico, ao contrário do que acontecia, por exemplo, nas sociedades tradicionais, de base agrária. Definido nestes termos, o desenvolvimento tornou-se automático nos países europeus hoje industrializados desde o momento em que foi realizada a Revolução Comercial, e os comerciantes capitalistas, adotando comportamentos econômicos racionais, estimulados pelo lucro, passaram a investir e reinvestir seus lucros regularmente nos seus negócios.

Desenvolvimento necessário porque se torna uma necessidade para as empresas. O desenvolvimento capitalista dos países europeus, por exemplo, tornou-se necessário quando, realizada a Revolução Industrial nos respectivos países, o processo de reinvestimento, face ao desenvolvimento tecnológico e à concorrência entre as empresas, no âmbito nacional e internacional, tornou-se condição de sobrevivência das empresas. Estas não poderão continuar a ter lucros se não reinvestirem sistematicamente seus lucros em novos equipamentos, novos produtos, novas instalações, que naturalmente, face ao progresso tecnológico nelas incorporado, vão significar maior produtividade e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico.

Nosso conceito de desenvolvimento, portanto, implica um desenvolvimento que tende a ser auto-impulsionado, ou seja, que tende a ser automático e necessário. A fase em que a sociedade pré-industrial e tradicional se transforma em uma sociedade moderna, basicamente industrial (excepcionalmente agrícola, mas com padrões capitalistas de produção), é chamada de Revolução Industrial ou de "decolagem" (terminologia de Rostow). Completada a Revolução Industrial, o desenvolvimento torna-se automático e necessário, ou seja, auto-impulsionado. Passa a gerar-se a si mesmo.

Acreditamos, portanto, basicamente, na existência de um desenvolvimento auto-impulsionado, e para analisarmos o problema da viabilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil torna-se portanto importante verificar se já terminamos nossa Revolução Industrial e, conseqüentemente, se já entramos na fase do desenvolvimento auto-impulsionado.

É claro, porém, que o caráter automático e necessário do desenvolvimento auto-impulsionado deve ser entendido com algumas qualificações. Não pretendemos com isso afirmar que, depois de um certo estágio, o desenvolvimento torna-se algo que não pode parar em hipótese alguma, que, na pior das hipóteses, pode passar por crises, mas a longo prazo sempre continua. Uma concepção desse tipo é hoje típica de economistas capitalistas, e seu fundamento ideológico é evidente. Com essa teoria, eles procuram direta ou indiretamente responder à predição marxista (e também dos economistas clássicos) de que o capitalismo está fadado à estagnação. É evidente que não podemos aceitar essa visão, caracterizada por um "fatalismo desenvolvimentista", do desenvolvimento auto-impulsionado. Embora necessário e automático, estas suas características devem ser consideradas em termos relativos. O desenvolvimento sempre poderá interromper-se. Países como a França ou a Inglaterra, por exemplo, passaram por longos períodos, depois de sua Revolução Industrial, que poderiam ser melhor definidos como períodos de estagnação relativa do que como períodos de desenvolvimento. A intervenção dos homens no processo econômico, corrigindo as distorções que nele estão constantemente surgindo, foi sempre essencial. Não tivesse ocorrido, o desenvolvimento de todos os países capitalistas hoje industrializados dificilmente teria os níveis atuais. Qualquer posição fatalista a respeito do desenvolvimento é insustentável. Entretanto, é preciso admitir que, depois da Revolução Industrial, historicamente, e pelos motivos lógicos que analisamos, o desenvolvimento dos países capitalistas tendeu a tornar-se automático e necessário (o que não exclui uma ampla e necessária intervenção do Estado, pelo menos em termos de política econômica). É importante, portanto, que indagemos se já atingimos esta fase no Brasil ou não.

Revolução Industrial e Falsa Analogia

O desenvolvimento industrial ocorrido no Brasil entre 1930 e 1961 alcançou tais proporções que levou muitos observadores a pensar que nesse período se havia completado a Revolução Industrial Brasileira.

De fato, nesse período o país viu instalado dentro de suas fronteiras um amplo, diversificado e integrado parque industrial. Toda a indústria de consumo, desde a dos bens de consumo leves até a dos bens de consumo duráveis, fôra instalada. Em 1961, o Brasil praticamente não importava mais artigos de consumo. A indústria de base — siderúrgica, do alumínio, do cobre, da barrilha, química — fôra também basicamente instalada, e se nesse campo, particularmente no caso da indústria química, havia ainda muito a fazer, a parte mais importante já fôra realizada, utilizando-se os subprodutos das refinarias de petróleo. O mesmo se pode dizer da indústria de bens de capital. Durante os anos cinquenta, seu desenvolvimento fôra intenso, de forma que no fim desta década cerca de dois terços dos equipamentos exigidos pela indústria nacional eram aqui produzidos.

Estes fatos levaram à conclusão de que a Revolução Industrial Brasileira fôra concluída. Este autor, mesmo, chegou a acreditar nisto e a escrevê-lo. E, de fato, tudo indicava que o país alcançara aquele estágio em que o investimento e o reinvestimento tornavam-se parte integrante do próprio sistema econômico, estimulados pelo objetivo lucro e transformados em condição da obtenção de novos lucros, tornando, assim, o desenvolvimento automático e necessário. Na verdade, porém, ao afirmarmos isto, o que estávamos fazendo era uma analogia com o desenvolvimento dos países desenvolvidos, e hoje estou convencido de que esta era uma falsa analogia, uma analogia sem que os fatos fôssem perfeitamente análogos.

Realmente, quando os países hoje desenvolvidos alcançaram o grau de integração industrial que o Brasil atingira em 1961, seu desenvolvimento passou a tomar um caráter auto-impulsionado. Os três países que primeiro realizaram sua Revolução Industrial — a Inglaterra, a França e os Estados Unidos — haviam atingido a um nível de desenvolvi-

mento industrial aproximadamente comparável com o do Brasil quando terminou, basicamente, o período de instalação da indústria nacional, e esses países passaram a ter um desenvolvimento auto-impulsionado.

Por analogia, portanto, seríamos facilmente levados a concluir que também o Brasil, em 1961, havia terminado sua Revolução Industrial, e seu desenvolvimento, não obstante as crises por que pudesse passar, seria agora auto-impulsionado.

Entretanto, essa analogia esquecia um fato elementar, mas fundamental. O desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu em *têrmos muito diferentes dos da Inglaterra, dos Estados Unidos e da França*. Os fatores que determinam essas diferenças são, fundamentalmente, de três tipos: 1) o desenvolvimento industrial brasileiro ocorreu sob a égide da substituição de importações, enquanto esta não foi a característica definidora por excelência da Revolução Industrial dos países hoje desenvolvidos, que logo de início começaram a participar do mercado internacional de manufaturados, como exportadores; 2) o desenvolvimento industrial dos países hoje desenvolvidos foi realizado através da absorção de técnicas que estavam na época sendo aperfeiçoadas, adequando-se às necessidades econômicas dos respectivos países, enquanto a tecnologia usada pelo Brasil foi importada, desadaptada das nossas necessidades, e provocou sérias distorções em sua economia, particularmente no que diz respeito ao problema do emprego; 3) finalmente, o desenvolvimento industrial brasileiro vem ocorrendo sob a vista de uma superpotência imperialista que, como tôdas as superpotências, pretende controlar e orientar o desenvolvimento econômico e político do país.

Êstes três fatores nos levam a concluir que o Brasil não completou ainda sua Revolução Industrial. As distorções produzidas na economia e na sociedade nacional por aqueles fatores são de tal gravidade que, enquanto não forem superadas, o desenvolvimento industrial brasileiro não estará definitivamente consolidado. Teremos apenas uma aparência de consolidação do desenvolvimento industrial, o qual, porém, não terá atingido a fase em que pode ser legitimamente considerado auto-impulsionado, ou seja, automático e necessário.

Distorções Causadas pela Substituição de Importações

O desenvolvimento industrial brasileiro caracterizou-se, fundamentalmente, por um processo de substituição de importações. Já examinamos longamente este fenômeno, e não vamos voltar a ele. Alguns pretendem discutir, porém, se um desenvolvimento industrial nessas bases foi válido. Consideramos ociosa tal discussão. O fato indiscutível é que houve desenvolvimento econômico no Brasil entre 1930 e 1961, e este ocorreu através de um processo de substituição de importações. Mais pertinente seria perguntar se teria havido outra alternativa para o desenvolvimento industrial brasileiro. Se, por exemplo, poderíamos ter, a partir da Segunda Guerra Mundial, começado a participar do mercado mundial de manufaturados. Mesmo essa pergunta, porém, é de secundária importância. Sem nos aprofundarmos no problema, parece claro que essa alternativa era inviável, no estágio de desenvolvimento industrial em que nos encontrávamos, dada a concorrência dos países industrializados. Além disso, o fato é que, mesmo no setor têxtil, onde havíamos conquistado alguns mercados no exterior durante a guerra, não conseguimos manter esses mercados depois de terminado o conflito.

Todavia, se é ocioso discutir *a posteriori* a validade do processo de substituição de importações, é da maior relevância discutir as distorções causadas por esse processo, não em função de decidir se vale a pena continuar a estimulá-lo ou não, porque já vimos que o processo de substituição de importações esgotou suas potencialidades, face às desvantagens comparativas excessivamente grandes em que incorreríamos, ao grande montante dos investimentos necessários, e à inadequação do mercado (demasiado pequeno), para que nos aproveitemos das economias de escala. Ao invés disso, é importante analisar essas distorções para efeito de melhor compreensão dos problemas que o Brasil terá que enfrentar se quiser continuar a se desenvolver.

São as seguintes as principais distorções:

1 — *Custos elevados.* A indústria nacional caracteriza-se ainda hoje por custos elevados, em termos internacionais. É uma indústria infante que se vai tornando idosa sem ter resolvido seus problemas de custos. A produtividade não

é o determinante fundamental do lucro, na medida em que a concorrência internacional é inexistente (dadas as altas tarifas alfandegárias necessárias para o processo de substituição de importações) e a concorrência interna é desprezível, face à imperfeição dos mercados. Nesses termos, já que o aumento da produtividade não é condição de lucro, a administração racional, os cálculos de investimento precisos, os controles administrativos apurados, a racionalização do processo produtivo são colocados em segundo plano. Como consequências, entre outras, temos a impossibilidade de nos expandirmos para fora, a penalização do consumidor nacional, cujo poder aquisitivo é rebaixado, e a inflação de custos.

2 — *Atração de empresas industriais estrangeiras desinteressadas de exportar.* Quando as emprêss estrangeiras percebem que as altas tarifas as impedem de continuar a exportar, decidem investir no próprio país. Foi o que fizeram no Brasil, nos anos cinquenta especialmente. Mas essas empresas vêm para o país com um vício de origem fundamental. Embora possam contribuir para o desenvolvimento industrial brasileiro em um primeiro momento, deixam as exportações reservadas para a matriz. No máximo, dada a existência da ALALC, deixam a América Latina para a subsidiária brasileira.

3 — *Manutenção da estrutura das exportações sem modificações.* Uma das características típicas dos países subdesenvolvidos é ser exportador de produtos primários e importador de bens manufaturados de consumo. Depois de um processo de substituição como o que ocorreu no Brasil, deixamos de importar bens de consumo manufaturados, mas continuamos, no setor das exportações, como típicos países subdesenvolvidos, exportadores de café, algodão, cacau, ferro. Em outras palavras, continuamos subdesenvolvidos.

4 — *Maior inflexibilidade da pauta de importações.* Por outro lado, a pauta de importações, que antes era flexível, podendo ser reduzida, com apenas um prejuízo para o consumo suntuário, agora torna-se inflexível. Uma crise nas exportações, que nos obrigue a reduzir as importações, tem uma direta e imediata repercussão na produção industrial brasileira, que necessita importar matérias-primas, combustíveis e equipamentos.

Há ainda uma quinta distorção provocada indiretamente pelo processo de substituição de importações. Referimo-nos à realização de investimentos com tecnologia importada, poupadoura de mão-de-obra. Já analisamos esta distorção fundamental anteriormente e voltaremos a ela mais adiante.

Teste Básico: Exportação de Manufaturados

As distorções causadas pelo processo de substituição de importações, que acabamos de analisar, sugerem o primeiro teste que a economia brasileira terá que enfrentar para superar essas distorções. Referimo-nos à exportação de manufaturados. Uma das condições essenciais para que se possa considerar o desenvolvimento industrial brasileiro auto-impulsionado é que passemos a participar de forma crescente do comércio internacional de manufaturados.

Há dois motivos para o que afirmamos. Em primeiro lugar, partimos da premissa de que as oportunidades de substituição de importações e redução do coeficiente de importações estão basicamente esgotadas. Nesses termos, a única alternativa que resta para o Brasil, para aumentar seu Produto Nacional, é aumentar, concomitante e proporcionalmente, suas exportações. Se não é mais possível reduzir o coeficiente de importações, ou seja, a participação porcentual das importações no Produto Nacional, isto significa que, quando este cresce, aumentarão também as necessidades da indústria de importar máquinas e matérias-primas. Logo, o desenvolvimento para dentro, que praticamos até recentemente, não é mais possível: impõe-se o aumento das exportações.

Ora, basear o aumento de nossas exportações nos produtos primários é inviável por uma série de razões já amplamente discutidas (baixa elasticidade-renda da procura de produtos agrícolas, crescente concorrência entre os subdesenvolvidos, uso de substitutos artificiais pelos desenvolvidos, instabilidade de preço dos produtos primários, etc.). Logo, teremos que colocar toda a ênfase de nossos esforços na exportação de manufaturados.

Em 1966, a exportação de manufaturados no Brasil, que vinha crescendo paulatinamente, representou 5,9% das exportações totais brasileiras, contra 6,8% em 1965. Em termos

absolutos, a queda foi de 109,5 para 104,4 milhões de dólares.¹⁰² Em 1967 as exportações de manufaturados vinham reagindo bem. Podemos, todavia, considerar que os manufaturados representam 6% das exportações brasileiras. Se planejarmos um crescimento do Produto Nacional de 6% ao ano — o que seria o mínimo aceitável — as exportações terão que crescer também 6%, para que o coeficiente de importações permaneça constante. Se quiséssemos basear o aumento de nossas exportações apenas nos manufaturados, teríamos, no primeiro ano, que aumentar de 100% nossas exportações desses produtos. Nos anos seguintes, essa porcentagem ir-se-ia reduzindo para 50%, 33%, e assim por diante, até atingir o limite teórico de 6%, quando nossas exportações fôssem exclusivamente de produtos manufaturados. Ora, evidentemente, crescimento tão rápido é inviável. Logo, embora concentrando nossos esforços na exportação de manufaturados, será preciso também procurar aumentar as exportações dos produtos primários. As dificuldades implícitas nessas duas tarefas são sem dúvida enormes, colocando em discussão a viabilidade do desenvolvimento capitalista brasileiro.

Entretanto, se ambas as tarefas são essenciais, é indiscutível que o teste real da economia brasileira só ocorrerá na medida em que nos tornarmos um país predominantemente exportador de manufaturados. Eventuais condições favoráveis do mercado, extrínsecas à economia brasileira, poderão permitir um novo surto de exportação de primários. Com isso, porém, a própria estrutura da economia brasileira não estará sendo testada, já que o surto exportador não se relacionará com a mesma. O Brasil continuará um país subdesenvolvido, exportador de produtos primários, à mercê das flutuações típicas do mercado internacional desses produtos, sujeito a sofrer concorrências tanto de produtores dos mesmos produtos primários com utilização de mão-de-obra mais barata como de produtores de substitutos sintéticos nos países industrializados. O que é mais grave, porém, é que, na medida em que a produção de produtos primários não permite a introdução de técnicas de produção muito avançadas, continuaremos sem necessidade de treinar mão-de-obra especializada para essas

¹⁰² Cf. *Desenvolvimento e Conjuntura*, fevereiro de 1967, pág. 36. Fonte: CACEX.

funções, a produtividade continuará baixa, e o subdesenvolvimento será um fenômeno permanente dentro do cenário brasileiro.

Nesses termos, o grande teste da economia brasileira só poderá ser vencido na medida em que o Brasil se tornar um participante significativo do comércio internacional de manufaturados, e como tal admitido pelos países industrializados.

Não poderemos pretender, naturalmente, competir em todos os setores industriais. Alguns setores deverão ser escolhidos pelas empresas e estimulados pelo Governo. Os critérios para escolha dos setores em que deverão ser feitos os esforços principais no sentido de estimular a exportação de manufaturados são dois: existência de matérias-primas nacionais baratas (é o caso clássico do café solúvel) e exigência de uma relação capital-trabalho reduzida. Este segundo critério é óbvio. Na medida em que contem com mão-de-obra abundante e barata, é pacífico, dentro da teoria do desenvolvimento econômico, que os países subdesenvolvidos devem concentrar seu esforço industrial nos setores trabalho-intensivo e não nos setores capital-intensivo. É claro que um sem-número de qualificações pode e deve ser feito a esta afirmação, mas tais qualificações não cabem neste momento nem modificam a idéia central que estamos afirmando.

Queremos, todavia, salientar que existem, entre as indústrias trabalho-intensivas, dois tipos de indústrias. A primeira é a indústria de tipo semi-artesanal, da qual as indústrias de vestuário, do couro, do mobiliário, seriam exemplos. Geralmente, quando se fala em indústrias trabalho-intensivas, o que se está pensando é apenas nesses tipos de indústrias caracterizadas não só por uma baixa relação capital-trabalho, mas também por um baixo nível de desenvolvimento tecnológico. Exportações de produtos manufaturados deste tipo certamente deverão ser realizadas. Mas ficar apenas nelas é outra forma de expressar-se o complexo de inferioridade colonial e, o que é mais grave, é outra maneira de permanecermos subdesenvolvidos, mesmo exportando manufaturados.

Existe outro tipo de indústria, também trabalho-intensiva, mas que, ao invés de possuir um baixo nível tecnológico, requer um alto desenvolvimento tecnológico. O exemplo por excelência desse tipo de indústria é o da produção de equipamentos eletrônicos ou mecânicos por encomenda. Por se

tratar de um produto por encomenda, sua produção não pode ser padronizada e, conseqüentemente, não pode ser altamente mecanizada senão automatizada. Cada produto exige um projeto especial. Apenas algumas peças podem ser padronizadas. Muitas das partes, porém, têm que ser feitas especialmente, a montagem é sempre singular. Nesses termos, a relação capital-trabalho nesse tipo de indústria tem que ser baixa. A mão-de-obra, porém, deverá ser altamente especializada. É nesse momento que perguntam os antinacionalistas, minados pelo complexo de inferioridade colonial: mas teremos capacidade de desenvolver uma mão-de-obra especializada à altura? Estou certo que sim. É muito mais fácil e barato para os países subdesenvolvidos importar tecnologia, pagando *royalties*, contratando técnicos estrangeiros, enviando bolsistas ao exterior, do que importar equipamentos.

Nesses setores, com facilidade de matéria-prima e (ou) com uma relação capital-trabalho baixa (o que não significa um nível tecnológico baixo), deverá ser estimulada a produção para a exportação. Em qualquer hipótese, porém, mesmo que escolhamos os setores mais favoráveis para nós, a condição fundamental é a de que os custos de produção baixem, ou seja, que a produtividade aumente decisivamente, de forma a que possamos competir no comércio internacional. Inicialmente seremos, inclusive, obrigados a ter custos e preços inferiores aos dos nossos concorrentes mais ricos, como aconteceu com o Japão, porque não contaremos com a vantagem de um nome e uma tradição estabelecidos no comércio internacional.

O teste fundamental da economia brasileira, que, uma vez superado, significará que o Brasil terminou sua Revolução Industrial e alcançou o estágio do desenvolvimento auto-impulsionado, é portanto o da mudança de sua pauta de exportações de forma a transformar os manufaturados no seu principal item. Isto, além de exigir, naturalmente, uma política comercial agressiva, com a aplicação de todos os princípios mercadológicos modernos, importará na necessidade de um aumento decisivo da produtividade industrial e conseqüente baixa de custos. Até que ponto o Brasil terá condições de realizar este objetivo? Antes de respondermos a esta pergunta, é necessário que examinemos o que chamamos de o "círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro".

Círculo Vicioso Estrutural do Subdesenvolvimento Brasileiro

Temos agora todos os elementos básicos que, conjugados, nos permitirão descrever o círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro. Expusemos êstes elementos no capítulo anterior, especialmente quando examinamos as causas a médio prazo da crise brasileira, e neste capítulo, quando examinamos especialmente as distorções do processo de substituição de importações. São os seguintes os elementos fundamentais dêste modelo de círculo vicioso:

- substituição de importações;
- esgotamento das oportunidades de substituição de importações;
- custos elevados;
- importação de tecnologia;
- investimentos crescentemente capital-intensivos;
- desemprego aberto;
- oferta ilimitada de trabalho;
- desemprego disfarçado;
- redução dos salários reais;
- concentração da renda;
- redução do consumo;
- redução do investimento privado;
- capacidade ociosa;
- limitação do mercado interno;
- falta de oportunidade de investimentos;
- inflação;
- capitais estrangeiros desinteressados de exportar;
- estagnação econômica;
- esterilização da poupança;
- caráter monopolístico do mercado.

Já examinamos praticamente todos êsses elementos no transcorrer dêste livro. Já estabelecemos, inclusive, relações entre êles. Não cremos, portanto, que agora seja necessário voltar a definir cada um dêles. Vamos agora, dentro dos princípios de arbitração e simplificação essenciais a qualquer modelo, tentar estabelecer as relações básicas entre êsses elementos, relações essas que irão constituir-se no círculo vicioso estrutural do desenvolvimento brasileiro.

O desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido entre 1930 e 1961 caracterizou-se por um processo de substituição de importações. Esse processo, embora causasse uma série de profundas distorções, possuía um dinamismo interno, que permitia o seu prosseguimento, na medida em que continuavam a existir oportunidades de novas substituições de importações.

A principal distorção causada pelo processo de substituição de importações residia na instalação de empresas produzindo a custos elevados. Isso era possível porque a proteção tarifária tornava desnecessária a adoção de critérios administrativos de eficiência. O resultado era a adoção de técnicas e equipamentos obsoletos, o uso de práticas administrativas insustentáveis, o desrespeito aos princípios das economias de dimensão, e como consequência de tudo isso os custos elevados, que tornavam impossível qualquer significativa participação do Brasil no comércio internacional de manufaturados. Outra consequência do processo de substituição de importações foi ter atraído investimentos estrangeiros para o Brasil, sob condições extremamente vantajosas, os quais não tinham o menor interesse em exportar, a não ser eventualmente, para a zona da ALALC, ficando o restante do mundo reservado a suas matrizes.

Não obstante, na medida em que o processo de desenvolvimento era realizado à base de substituição de importações, não havia, por definição, necessidade de se aumentarem as exportações, de forma que o processo de desenvolvimento continuava a ocorrer, apesar de suas distorções intrínsecas.

Paralelamente a este processo, porém, e a ele intimamente ligado, ocorria outro fenômeno, que teria consequências gravíssimas para o desenvolvimento brasileiro posterior. A industrialização era realizada através de importação da tecnologia estrangeira. Ainda que algumas vezes se tentasse alguma adaptação às condições brasileiras, simplesmente não se substituindo mão-de-obra por capital em alguns casos em que era evidente o caráter antieconômico da compra de uma determinada máquina, de um modo geral se pode afirmar que a importação da tecnologia estrangeira era indiscriminada. E, na verdade, pode-se afirmar que não havia alternativa para a industrialização nacional. Não tínhamos capacidade técnica para desenvolver ou mesmo adaptar às nossas condições a

tecnologia estrangeira. Em muitos casos, inclusive, tal adaptação era praticamente impossível. A tecnologia poupadora de mão-de-obra, a tecnologia capital-intensiva, apropriada para os países desenvolvidos, revela-se também ser a única viável para o Brasil. Agravava a situação o fato de que a política do Governo federal tendia sempre e sistematicamente a subsidiar a importação ou a compra internamente de bens de capital, enquanto onerava de modo crescente a mão-de-obra.

Resultou daí que os investimentos industriais no Brasil caracterizaram-se por copiar a tecnologia estrangeira e, portanto, por serem capital-intensivos, apresentando, portanto, uma baixa capacidade de absorção da mão-de-obra nacional.

Este fato agravou-se grandemente quando, a partir especialmente de meados dos anos cinqüenta, iniciou-se a fase de substituição de importações de bens de consumo durável, bens de capital e de produtos químicos. Ora, êsses produtos caracterizam-se por serem altamente capital-intensivos, de forma que, a partir dêsse momento, os investimentos passaram a ser cada vez mais capital-intensivos.

Estavam assim estabelecidas as bases para o início da Crise Brasileira. Quando, no início dos anos sessenta, verificou-se o esgotamento das oportunidades de substituição de importações, êste fato novo e o caráter crescentemente capital-intensivo dos investimentos industriais que vinham sendo realizados tiveram o condão de desencadear a crise.

Ao desemprego disfarçado que sempre existira, proveniente de uma oferta ilimitada de trabalho a partir do setor rural, somou-se o desemprego tecnológico aberto, causado pela baixa relação trabalho-capital dos novos investimentos, que ainda estavam sendo realizados, e pela redução dos investimentos motivada pelo esgotamento das oportunidades de substituição de importações.

O desemprego aberto, que era fenômeno praticamente desconhecido no Brasil, tornou-se, a partir dos anos sessenta, um fenômeno característico da economia brasileira. O poder de barganha da classe operária, que sempre fôra pequeno, devido à existência de um imenso reservatório de pessoas subempregadas no setor rural e também no setor urbano, reduziu-se ainda mais com o surgimento do desemprego aberto. A paulatina mas inexorável redução dos salários reais, e a

conseqüente concentração da renda, que, aliás, já era também decorrência da ênfase em investimentos cada vez mais capital-intensivos, foram os resultados naturais do processo.

Esta redução dos salários reais e a concentração da renda, por sua vez, implicaram uma diminuição da capacidade de consumo da classe assalariada. Na medida em que a maior parte do consumo é determinada pelos assalariados, este tendeu naturalmente a reduzir-se relativamente.

Por outro lado, a concentração da renda deveria importar em um aumento da capacidade de poupança e investimento da classe empresarial. As empresas, porém, no momento em que, para o seu setor, viam esgotadas suas possibilidades de continuar substituindo importações, encontraram-se, imediatamente, em situação de capacidade ociosa, já que os investimentos realizados pelas diversas empresas do setor haviam sido, via de regra, superdimensionados. Somava-se a isso a redução do consumo final possibilitado pela própria concentração de renda. Nesses termos, não havia oportunidade de investimentos para a substituição de importações nem tampouco para o aumento da capacidade de produção dos bens cujo processo de substituição de importações já terminara e para o qual, agora, as únicas alternativas eram o crescimento interno (impossível face à redução dos salários reais e ao desemprego) ou as exportações (impossíveis face aos custos elevados).

As poupanças potenciais proporcionadas pela redução do consumo eram assim esterilizadas, face à redução dos investimentos. Os capitais nacionais eram desviados para o exterior, entesourados ou aplicados em um mercado de capitais extremamente imperfeito, que não permitia o perfeito fluxo das poupanças das mãos dos poupadores para os investidores.

Além disso, é preciso salientar que o processo de concentração de renda nas mãos da classe capitalista era menos acentuado do que a redução do poder aquisitivo dos assalariados. Isso porque, face à crescente capacidade ociosa, as empresas não conseguiam obter lucros compensadores, apesar da redução dos salários reais.

Estávamos neste momento em plena crise econômica: consumo em recesso e investimentos privados em recesso. Para minorar o problema surgido, então o Governo, pressionado

pelas empresas em regime de capacidade ociosa, passava a investir e consumir mais, e, assim, a aumentar sua participação na renda e seu *deficit* de caixa. Por outro lado, as empresas, apoiadas no caráter monopolístico do mercado, aumentavam seus preços, em um momento em que a procura agregada de consumo e de investimentos (exceto, sem dúvida, os governamentais) caía. Viámo-nos, assim, diante de uma típica inflação de custos, que funcionava efetivamente como um mecanismo de defesa da economia contra a ameaça de crise total,

Realmente, a inflação causada pelos aumentos autônomos de preços de setores monopolistas, e pelo *deficit* do Governo federal, lastreado por emissões, tinha o efeito de defender provisoriamente a economia contra uma crise mais grave. De um lado, as compras governamentais tinham o resultado de aumentar diretamente a procura agregada. Por outro, a inflação decorrente estimulava artificialmente a procura. Provocava, por exemplo, uma euforia por parte do consumidor, que o levava a comprar mais, a fim de não conservar consigo ativos líquidos. Da parte das empresas, permitia a tomada de capital das instituições financeiras a taxas negativas de juro, as quais, naturalmente, eram imediatamente investidas, agravando assim a capacidade ociosa existente.

É evidente, portanto, que este mecanismo de defesa a curto prazo constituído pela inflação, além de provocar ele próprio distorções profundas na economia, tinha como resultado, a médio prazo, o aumento da capacidade ociosa, e, o que é mais grave, da concentração da renda em favor da classe capitalista, além do desvio da renda (estamos falando aqui em termos de produto nacional a preços de mercado) do setor público para o setor privado.

Dessa forma, uma das causas da crise, que é a concentração da renda, tornava-se consequência do mecanismo de defesa que é a inflação, a qual se agravava exatamente para fazer face à crise. Fecha-se, assim um dos aspectos do círculo vicioso estrutural do desenvolvimento brasileiro.

Os outros sistemas de fechamento do círculo vicioso já foram sugeridos anteriormente. Uma das causas dos altos custos das empresas é sua dimensão inadequada. A retração da procura e portanto dos investimentos torna problemática

a realização de investimentos que viessem proporcionar economias de dimensão à empresa e portanto reduzir seus custos, os quais, aliás, já foram aumentados a partir do momento em que a capacidade ociosa emergente implicou uma divisão de custos fixos por uma produção relativamente menor.

Da mesma forma, o círculo vicioso se faz presente na medida em que é essencial que haja poupanças para que os investimentos se realizem. A decisão de investir, porém, é mais importante do que a de poupar, porque, a médio prazo, a igualdade investimento-poupança vai ser causada pelo que os empresários decidiram investir e não pelo que a comunidade poupou. Ora, nesses termos, no Brasil, de um lado reduziu-se o consumo, o que implicaria um aumento da poupança, mas, de outro lado, as oportunidades de investimento reduziram-se decisivamente, em grande parte devido à diminuição relativa do consumo, de forma que as poupanças acabaram esterilizando-se.

Finalmente, a importação de tecnologia estrangeira altamente capital-intensiva, que está na base do desemprego, da redução dos salários reais e da concentração de renda, só tende a aumentar, à medida que se realizem investimentos. Estes, portanto, que são essenciais para o desenvolvimento econômico, trazem em seu bôjo o germe da crise — ou seja, o desemprego — na medida em que são realizados usando-se uma tecnologia importada que é a única existente, mas que não se adapta às necessidades dos países subdesenvolvidos.

Três Ideologias Capitalistas Possíveis

A economia brasileira, portanto, tem ainda que enfrentar um grande teste — o de se transformar em uma economia exportadora de manufaturados — e encontra-se no momento sem condições de superar com êxito esse teste, na medida em que se verifica aqui este círculo vicioso estrutural, que tende a manter o Brasil estagnado economicamente.

Qual a possibilidade de o Brasil vencer este círculo vicioso dentro dos quadros do sistema capitalista vigente?

Para tentarmos responder a esta pergunta devemos examinar dois aspectos do problema: de um lado, a solução teó-

rica do círculo vicioso, e, de outro, as lideranças disponíveis para adotar essa solução.

A solução teórica do círculo vicioso não se pode limitar ao campo econômico. Na verdade, vimos no capítulo anterior que a Crise Brasileira é a um tempo econômica e política. A solução, portanto, terá que abranger globalmente a sociedade brasileira.

É por isso, inclusive, que nos parece inútil enumerar aqui uma série de medidas econômicas específicas que pudessem vir a encaminhar a solução do problema. Estas soluções, em suas linhas gerais, estão mais ou menos implícitas na análise do círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro, que acabamos de realizar. Além disso, ficarmos aqui seria um exercício inútil, na medida em que esta ou aquela medida de política econômica, que hoje pode ser aconselhável, amanhã pode ser inteiramente contraproducente. É por isso que não tinha nenhum sentido a resposta sistemática que os assessores econômicos do Governo Castelo Branco davam às críticas que lhes eram feitas. Diziam eles que críticas eram apresentadas, mas que uma alternativa não era proposta. Ora, é claro que não teria sentido apresentar uma alternativa em termos pormenorizados. O que se pode e se deve fazer é apresentar diretrizes alternativas, e não soluções específicas alternativas.

Mesmo estas diretrizes, porém, deverão ser apresentadas dentro de um quadro de referência maior — dentro do quadro global de uma ideologia de desenvolvimento do Brasil. Que ideologia poderá ser esta? Estamos estudando neste capítulo o problema da viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil. Logo deveremos examinar apenas ideologias de caráter capitalista, ou seja, que mantenham o princípio da propriedade privada dos bens de produção.

Vemos hoje apenas três ideologias capitalistas possíveis para o Brasil. Por "possíveis" queremos significar que são ideologias que podem ter vigência, que podem ser definidas por seus propugnadores e eventualmente transformar-se em ideologia de Governo, na medida em que se tornem politicamente vitoriosas. Apenas uma, porém, tem condições, ainda que eventualmente, de levar o Brasil novamente ao desenvolvimento econômico.

São as seguintes as três ideologias possíveis: o neoliberalismo clássico, o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar e o nacionalismo desenvolvimentista. Estas três ideologias poderiam ser subdivididas em uma corrente nacionalista e uma corrente colonialista. Na verdade, porém, apenas em relação à segunda, a do liberalismo intervencionista tecnocrático-militar, é que se pode pensar em uma alternativa nacionalista ou colonialista. A ideologia neoliberal, dentro do quadro que estamos examinando, é intrinsecamente colonialista, enquanto o nacionalismo desenvolvimentista é por definição nacionalista.

O neoliberalismo clássico é a ideologia burguesa por excelência. Aproxima-se do *laissez faire*, mas não pode ser com ele identificado em vista do simples fato de que o liberalismo puro está hoje morto, sepultado. É a ideologia que prega a menor intervenção possível do Estado na economia, que pretende deixar a responsabilidade, e também os principais frutos do desenvolvimento, fundamentalmente nas mãos da classe capitalista. É uma ideologia sistematicamente colonialista, nos países subdesenvolvidos, na medida em que não crê na capacidade da classe capitalista nacional para a realização do desenvolvimento e então apela para a eventual e discutível ajuda estrangeira. É uma ideologia que defende a ordem democrática, as liberdades individuais e o sistema representativo, mas seus defensores estão sempre dispostos a abandonar ou limitar essas idéias quando vêem que o próprio sistema está em jogo, como aconteceu em 1964. Esta ideologia pressupõe o controle do país fundamentalmente por dois grupos: a própria classe capitalista, que detém o poder econômico, e irá ocupar no Governo os cargos-chaves definidores da política econômica, e os políticos profissionais, que funcionam não como meros representantes da classe capitalista, como querem alguns críticos apressados, mas como participantes de um estamento social, relativamente autônomo, que defendendo seus interesses particulares têm como papel o de servir de intermediários entre o Estado, a classe capitalista, a classe média, e o povo em geral, nessa ordem de prioridade.

Não vemos para esta ideologia, que é provavelmente ainda esposada pela grande maioria da classe empresarial brasileira, e por boa parte da classe média, qualquer operaciona-

lidade no sentido de promover o desenvolvimento econômico brasileiro. Três motivos para isso: é colonialista, e a nosso ver o desenvolvimento do Brasil só será possível desde que haja um projeto nacional bem definido; é liberal, minimizando a função do Estado, e sabemos hoje que o desenvolvimento econômico sem intervenção do Estado é obra do mero acaso, que os problemas hoje enfrentados pelos países subdesenvolvidos são tão grandes que só um planejamento e uma intervenção deliberada e inteligente do Estado na economia poderão levar ao desenvolvimento; e, finalmente, é estritamente capitalista, é a ideologia de apenas um pequeno grupo, que procurava trazer para ele as maiores vantagens do desenvolvimento; ora, isto podia ser aceitável politicamente no século XIX, mas no século XX, e particularmente no Brasil, não o é, além do fato de que, economicamente, os efeitos da concentração da renda decorrentes desta ideologia são funestos.

O liberalismo intervencionista tecnocrático-militar é a ideologia que passou a dominar o Brasil a partir de 1964. Examinamo-la com certo cuidado no capítulo anterior, quando estudamos o enquadramento sócio-econômico dos militares e tecnocratas que assumiram o poder a partir da Revolução de 1964. Esta ideologia, como o próprio nome que lhe demos está a indicar, baseia-se em uma contradição: é ao mesmo tempo intervencionista e liberal. Na verdade, é toda um emaranhado de contradições, na medida em que é dominada por tecnocratas e militares. Estes, como membros da classe média tradicional, desligados portanto do processo produtivo, não-beneficiados pelo desenvolvimento industrial brasileiro ocorrido entre 1930 e 1961, caracterizam sua atuação política pelo idealismo, no sentido de alienação da realidade, e de pretenderem mudar o mundo através de leis e decretos; pelo moralismo, no sentido de personalizar os problemas, atribuí-los a responsabilidades individuais ou mesmo coletivas, mas sempre de caráter moral, e não às estruturas vigentes; e pelo conservadorismo, definido por uma política aparentemente reformista, mas cujas reformas são sempre epidêmicas.

A estas três características do liberalismo intervencionista tecnocrático-militar junta-se a de ser uma ideologia capitalista. Trata-se, porém, de uma ideologia capitalista que não tem como autores e principais defensores os próprios empre-

sários capitalistas, que foram excluídos do poder pela Revolução de 1964, e sim os militares e tecnocratas. Ora, para estes o capitalismo não é algo de intrínseco, de vivencial. O capitalismo é um rótulo para opor ao comunismo, que os apavora, na medida em que são conservadores. Nesses termos, seu capitalismo é muito pouco autêntico e cheio de contradições. Dizem-se capitalistas, mas têm horror ao lucro privado, do qual não participam. Defendem o liberalismo, mas estabelecem um sistema rígido de controle das empresas, com características inclusive policiais, como jamais se viu no Brasil. Afirmam em todos os documentos que pretendem fortalecer o setor privado em detrimento do público, mas nacionalizam empresas hidrelétricas estrangeiras, não vendem a FNM, e aumentam de maneira progressiva a participação do Estado na economia.

Estas últimas contradições podem ser inclusive simpáticas, porque as soluções finalmente adotadas são melhores do que a ideologia publicamente declarada. Todas essas contradições, porém, revelam que uma ideologia nesses termos é excessivamente indefinida para se transformar em ideologia do desenvolvimento nacional. Além disso, o fato de pretender ser uma ideologia capitalista e ao mesmo tempo ter ódio ao lucro privado, do qual seus autores, os militares e tecnocratas, não participam, e submeter as empresas capitalistas a um controle rígido, quando se sabe que o capitalismo só se desenvolve quando as oportunidades de lucro são grandes e o clima moral que possibilita a obtenção desses grandes lucros é relativamente permissivo, este fato condena qualquer possibilidade de o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar vir a promover o desenvolvimento econômico brasileiro.

Isso será verdade mesmo que ele venha a adotar uma feição nacionalista. Se tal vier a acontecer — e não é impossível, porque o Exército não é necessariamente antinacionalista, muito pelo contrário, foi por muitos anos um dos esteios do nacionalismo no Brasil até que a ideologia alienada da Escola Superior de Guerra passasse a dominá-lo, — este será sem dúvida um fato promissor, mas as contradições anteriormente analisadas continuarão presentes.

Nacionalismo Desenvolvimentista

Resta-nos agora a terceira ideologia "possível" para o Brasil em termos capitalistas. É o que chamamos de nacionalismo desenvolvimentista, e que tem como características fundamentais o fato de ser nacionalista e colocar o desenvolvimento nacional como seu objetivo fundamental.

O nacionalismo se opõe ao colonialismo. Define-se pela crença nas potencialidades do próprio país desenvolver-se. Afirma que o progresso econômico só ocorrerá na medida em que a própria nação o colocar como projeto, definir os sacrifícios que são necessários para atingi-los, e cientificar-se de que, para a sua consecução, terá que depender de seu próprio esforço. Além disso, conforme observa muito bem Barbosa Lima Sobrinho, "a substância do nacionalismo é um antagonismo de interesses ou de idéias".¹⁰³ A idéia do conflito, do antagonismo, não é essencial ao patriotismo, mas não se pode falar de nacionalismo sem que esteja implícito ou explícito um conflito de interesses.

Antagonismo e crença nas potencialidades do Brasil, nos valores da Nação brasileira em formação, são portanto as características essenciais do nacionalismo.

O antagonismo pode tomar muitas formas e objetos, dependendo da época e da situação em que um investimento ou uma ideologia nacionalista despontam. No Brasil, hoje, esse antagonismo deve partir da constatação de que os interesses nacionais do Brasil, país subdesenvolvido, não estão em acôrdo com os dos países industrializados, que os interesses dos grupos capitalistas nos países desenvolvidos geralmente (faremos, em seguida, algumas qualificações) não são os mesmos do povo brasileiro; muito pelo contrário, os interesses dos países desenvolvidos e de suas empresas estão, frequentemente, em claro conflito com os interesses do Brasil. E esta afirmação será especialmente verdade em relação aos Estados Unidos, que, na qualidade de superpotência imperialista, diretamente dominadora dos países latino-americanos, é a fonte dos maiores conflitos de interesse.

¹⁰³ Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, *Desde Quando Somos Nacionalistas?*, Civilização Brasileira, 1963, Rio de Janeiro, pág. 11.

Esta constatação de falta de identidade de interesses e portanto dêsse conflito é essencial para que alguém seja hoje definido como nacionalista no Brasil. É claro, porém que não é necessário ver conflito em tudo, apontar contradições em todos os setores.

Aliás, foi uma atitude desta natureza que levou o nacionalismo a uma fase de declínio como ideologia no Brasil. Examinamos no capítulo IV os motivos pelos quais, em fins dos anos cinquenta e início dos anos sessenta, o nacionalismo deixou de ser uma ideologia atrativa para a classe capitalista brasileira, e, conseqüentemente, como deixou de ser o frágil, mas de qualquer forma essencial, ponto de união ideológica entre as esquerdas e os empresários, que nos anos cinquenta tentaram formar uma frente única, exatamente em torno do nacionalismo.

Quando esta frente única se tornou inviável, conforme ficou claro no capítulo IV, o nacionalismo passou a ser monopolizado pelas esquerdas. Ora, as esquerdas, muito compreensivelmente, radicalizaram o nacionalismo, confundindo, inclusive, argumentos de ordem econômica com argumentos de ordem política. A argumentação econômica em favor do nacionalismo foi-se tornando, nesses termos, muito fraca e imprecisa. E o nacionalismo, como ideologia, entrou em fase de plena decadência, na medida em que os grupos da classe trabalhadora, da classe média e naturalmente da classe capitalista não eram predominantemente de esquerda.

A discussão travou-se especialmente na área dos capitais estrangeiros. A posição nacionalista foi, em geral, radicalmente contrária a eles. Sua argumentação teórica, porém, em termos de análise econômica, era muito deficiente. Possuíam, sem dúvida, uma série enorme de casos isolados, de empresas estrangeiras no Brasil, especialmente empresas de serviços públicos, que agiam e agem em termos altamente antinacionais. O trabalho do mesmo Barbosa Lima Sobrinho, sobre a ação das empresas elétricas, é um clássico na matéria.¹⁰⁴ Mas quando se tratava de provar teoricamente que os investimentos estrangeiros, ou pelo menos uma grande parte deles, eram prejudiciais ao Brasil, a teoria econômica nacionalista de esquerda revelava suas limitações de forma

¹⁰⁴ Alexandre Barbosa Lima Sobrinho, *Máquinas para Transformar Cruzeiros em Dólares*, Fulgor, 1963, São Paulo.

gritante, e o nacionalismo entrava em processo de desmoralização.

Na verdade, a posição contrária a todo e qualquer investimento estrangeiro no Brasil é insustentável economicamente. Poderemos, sem dúvida, apresentar motivos de ordem política. Se quisermos instalar o socialismo a curto prazo no Brasil, não tem sentido permitirmos a entrada de capitais estrangeiros no país. Mas, se isolarmos os motivos políticos, não é possível sustentar em termos de análise econômica a tese da negação de todo e qualquer capital estrangeiro. Se nos países subdesenvolvidos se aceita que o grande problema é a falta de capital para investir, se se admite que o investimento, especialmente o de caráter industrial, tem efeitos multiplicadores, produzindo renda não só e diretamente para os proprietários estrangeiros de capital, mas também para os assalariados, o Governo e para outras empresas, se estamos de acordo na grande importância do *know-how* para o desenvolvimento industrial, então será difícil apresentar motivos de ordem econômica contra o capital estrangeiro.

Eles existem, todavia, e sugerem uma política nacionalista de seletividade rigorosa de investimentos e de controle das atividades da empresa estrangeira (remessa de lucros, processo obrigatório de nacionalização paulatina, etc.) Pretendemos que esta posição, efetivamente, tenha uma base teórica sólida. A explanação dessa base teórica para a seleção dos capitais estrangeiros mereceria um capítulo à parte. Em termos muito resumidos, porém, o argumento é o seguinte. Na verdade, a afirmação de que o grande problema dos países subdesenvolvidos é a falta de capital é uma meia verdade. Há, de fato, falta em alguns setores, onde a tecnologia é desconhecida, os investimentos necessários são muito elevados, o campo é virgem. Mas, em um grande número de setores, não há falta de capital. Pelo contrário, há sobra. As empresas trabalham em regime de capacidade ociosa, os empresários e capitalistas isolados não sabem o que fazer de seus lucros, juros e aluguéis; acabam consumindo-os, remetendo-os para o exterior ou investindo-os improdutivamente no aumento de capacidade ociosa.

Mas isso é um contra-senso em termos de análise econômica, dirá alguém. E, de fato, se admitirmos a existência de um mercado integrado, de um mercado de capitais altamente

desenvolvido, capaz de canalizar a poupança das mãos dos poupadores para as dos investidores, de uma perfeita mobilidade dos fatores de produção e particularmente de capital, e a existência de um comportamento essencialmente racional, próprio do *homo economicus*, então, de fato, não poderemos imaginar a possibilidade de, dentro de uma mesma economia, haver áreas estanques, haver setores com abundância e setores com falta de capital.

Como, porém, no caso brasileiro, não podemos admitir nenhuma daquelas premissas, somos obrigados a concluir que em determinados setores da economia brasileira há, efetivamente, sobra de capital. Não há sentido, portanto, em se admitir o capital estrangeiro nestes setores. E o que já foi admitido deve ser cuidadosamente controlado.

Este assunto é sem dúvida fascinante e mereceria um grande número de considerações. Neste contexto, porém, não nos cabe estendermos sobre o assunto. O que precisa ficar claro é que esta terceira ideologia possível para o Brasil, a do nacionalismo desenvolvimentista, deverá pautar seu nacionalismo nesses termos. Sendo uma ideologia capitalista, não precisará adotar uma atitude radical. Mas mesmo sem ser radical, terá que ser eminentemente nacionalista, na medida em que reconhece um amplo campo de conflito de interesses entre os países desenvolvidos, aos quais as atitudes imperialistas são inerentes, e o Brasil, e afirma a capacidade do país de desenvolver-se em termos independentes.

Além de nacionalista, esta ideologia será desenvolvimentista. Por desenvolvimentismo entendemos uma ideologia que coloque como principal objetivo o desenvolvimento econômico. Outras ideologias têm também o desenvolvimento como objetivo, mas trata-se de um objetivo subordinado. No momento em que o objetivo principal entra em conflito com o objetivo desenvolvimento, este é pôsto de lado. Para o liberalismo, por exemplo, o objetivo estabilidade é muito mais importante do que o objetivo desenvolvimento. Para o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar, além da estabilidade, há outro objetivo que domina todos os demais: a chamada "segurança nacional", que acaba não passando de um sistema de manutenção no poder do grupo tecnocrático-militar dominante.

Em contraposição, o nacionalismo desenvolvimentista coloca o desenvolvimento econômico em primeiro lugar. O combate à inflação, por exemplo, está subordinado ao desenvolvimento, e não o contrário, como aconteceu a partir de 1964 no Brasil.

Para atingir o objetivo desenvolvimento uma série de objetivos intermediários deverão ser buscados. Estes objetivos já foram sugeridos em toda a análise anterior que fizemos da economia e da sociedade brasileira.

No campo econômico, a ênfase deverá ser colocada no aumento da procura interna, através do aumento dos salários; na eliminação de distorções de custos do capital e da mão-de-obra, no planejamento de estímulos adequados, e no desenvolvimento de uma tecnologia especial, de forma que os investimentos sejam menos poupadores de mão-de-obra, e nesses termos se possa encaminhar a solução do problema do desemprego; no aumento da produtividade das empresas, e conseqüente baixa de seus custos; na integração de um número crescente de brasileiros no mercado, através de medidas como a reforma agrária, da extensão efetiva da legislação trabalhista ao campo, e do desenvolvimento de uma infraestrutura de transportes, comunicações e financiamento que permitam ao pequeno produtor participar do mercado sem ser espoliado por intermediários monopolistas; na intervenção crescente do Estado na economia, não como mero cabide de empregos, mas como planejador do desenvolvimento econômico e seu principal executor, através de investimentos diretos nos setores básicos, que motivos de ordem econômica e política aconselham que fiquem nas mãos do Estado.

Finalmente, o nacionalismo desenvolvimentista deverá ser uma ideologia democrática e social. Social porque, embora capitalista, e querendo manter a estrutura e os privilégios próprios do sistema, parte do pressuposto que isso só será possível na medida em que houver, concomitantemente, um aumento real no padrão de vida da classe trabalhadora e em suas oportunidades individuais de ascensão social e realização pessoal.

Democrática apenas no sentido em que se baseará em um sistema de Governo representativo clássico, em que as liberdades individuais são respeitadas. Não se trata, portan-

to, de democracia no sentido integral do termo, implicando, pelo menos, um movimento claro no sentido da igualdade de oportunidade. Tal tipo de democracia é incompatível com o sistema capitalista. Trata-se apenas da democracia liberal, a qual, na verdade, é inerente aos sistemas capitalistas de sociedades plurais, industrialmente desenvolvidas. Em sociedades desse tipo, a classe média superior, que faz parte do grupo dominante, é um amplo estrato social. Nesses termos, a democracia representativa, com o sistema de eleições, é a única forma aceitável pelos diversos grupos de interesse que constituem o amplo estrato dominante da sociedade, para se definir a quem caberá o poder político.

Um Governo com uma ideologia nesses termos, nacionalista, desenvolvimentista, social e democrática, eventualmente, poderá romper o círculo vicioso estrutural do subdesenvolvimento brasileiro, embora não haja nenhuma garantia de que isso venha a ocorrer.

Uma Avaliação das Lideranças

É preciso, porém, deixar bem claro um ponto. Se os obstáculos de natureza econômica ao desenvolvimento brasileiro são imensos, mais graves são os obstáculos de natureza política.

Acabamos de descrever três ideologias capitalistas. Dissemos que as três eram teoricamente "possíveis", mas que apenas uma, o nacionalismo desenvolvimentista, poderia levar o Brasil novamente e a longo prazo para o caminho do desenvolvimento. Ora, na verdade, aquelas três ideologias não são igualmente possíveis. A probabilidade de vigência das três é diferente. E, entre as três, a menos "possível" de todas é exatamente o nacionalismo desenvolvimentista.

É fácil compreender por quê. Basta que façamos uma análise das lideranças sócio-econômicas hoje existentes no Brasil. Existem, internamente, quatro tipos de liderança dentro da área capitalista: duas que chamamos de tradicionais, por serem típicas dos países capitalistas em geral, e por já haverem possuído o poder no Brasil — são os capitalistas e os políticos profissionais; e duas lideranças novas — os tecno-

cratas e os militares. Externamente, há uma liderança, a dos Estados Unidos.

Já vimos neste capítulo e no anterior as limitações dessas lideranças. Os militares e os tecnocratas assumiram o poder em 1964, adotaram uma ideologia contraditória e antidesenvolvimentista, que denominamos de liberalismo intervencionista tecnocrático-militar. Dentro de um esquema capitalista, concluimos, face ao idealismo (alienação da realidade, moralismo-conservadorismo) dessa liderança, constituída da classe média tradicional, que a mesma não apresentava nenhuma perspectiva para o desenvolvimento brasileiro. E é claro que é muito difícil pensar que esse grupo, com essas características, venha a adotar uma ideologia como o nacionalismo desenvolvimentista.

Em primeiro lugar, porque no nacionalismo desenvolvimentista os quatro grupos que rotulamos de lideranças deveriam participar do poder. Ora, isso implicaria a perda de poder para os tecnocratas e militares, que teriam que dividi-lo com outros dois grupos — os políticos e os empresários. Além disso, o idealismo e o autoritarismo dos militares dificilmente se coadunariam com o sistema de compromissos inerente à ideologia do nacionalismo desenvolvimentista. Finalmente, os militares e tecnocratas, que estão hoje no poder, têm-se revelado, fundamentalmente, colonialistas. No Governo Costa e Silva houve uma certa reação contra o excessivo colonialismo do Governo Castelo Branco, mas não se pode falar em nacionalismo.

Portanto, entre os tecnocratas e os militares dificilmente o nacionalismo desenvolvimentista obteria apoio. Antes que a influência da Escola Superior de Guerra se tornasse dominante, ainda se podia esperar uma atitude nacionalista por parte do Exército, e é isto o que nos faz pensar que, dentre as quatro lideranças, aquela que seria mais sensível às teses nacionalistas seria a dos militares. Mas pouco se pode esperar a respeito.

Em relação aos políticos e aos empresários, se se vissem novamente no poder, provavelmente adotariam como ideologia o liberalismo. Nem o nacionalismo nem o desenvolvimentismo tem atraído os empresários brasileiros. A falta de visão política dos empresários industriais nacionais, seu conserva-

dorismo, sua falta de efetiva liderança em qualquer momento da vida nacional, sua subserviência aos valores e normas de comportamento da aristocracia agrário-comercial decadente, sua incapacidade de dialogar e realizar compromissos com os operários e com os grupos de esquerda, tornam os empresários industriais um grupo sem possibilidade de vir dar apoio ao nacionalismo desenvolvimentista.

Os políticos, por sua vez, têm revelado no Brasil uma impermeabilidade às definições ideológicas insuperável. Salvo um pequeno grupo de elite, que se define ideologicamente, o restante é constituído do que os jornalistas chamavam, durante uma certa época, de "fisiológicos". Exercem a atividade política apenas em função de seus interesses e dos interesses dos grupos restritos que os apóiam. É difícil, portanto, imaginar os políticos profissionais dando apoio significativo ao nacionalismo desenvolvimentista.

Que sobra então? Os estudantes, os intelectuais, que ainda não são tecnocratas porque não estão no poder, os políticos de esquerda, a pequena elite de empresários nacionalistas? Sem dúvida, resta tudo isso, mas esse "tudo isso" é extremamente pouco, especialmente porque a maioria dos grupos que acabamos de mencionar estão marginalizados do processo político e, se fossem reintegrados, dificilmente aceitariam liderar uma ideologia capitalista. Estudantes, operários, intelectuais de esquerda poderiam, eventualmente, dar apoio a uma ideologia progressista de caráter capitalista como o nacionalismo desenvolvimentista, na medida em que houvesse outros grupos, mais especificamente capitalistas, para liderar o processo. Mas, se a eles couber a liderança, parece claro que não adotarão uma ideologia capitalista, e que um tipo qualquer de socialismo seria preferido.

Internamente, portanto, o nacionalismo desenvolvimentista encontra muito pouco suporte. As lideranças capitalistas tradicionais, ou seja, os empresários e os políticos profissionais, e as novas lideranças, a saber, os militares e os tecnocratas, dificilmente adotarão o nacionalismo desenvolvimentista como ideologia. Os grupos marginalizados, por sua vez, como os estudantes, os operários, os intelectuais de esquerda, também não adotarão tal ideologia. Poderão no máximo apoiá-la, na falta de alternativa melhor. Falta mencionar, naturalmente, a liderança externa, os Estados Unidos. Mas é

claro que aqui a resposta é óbvia. Nem o Governo americano nem as empresas estarão dispostos a apoiar um Governo que adote uma ideologia autenticamente nacionalista. Não importa que esse nacionalismo seja moderado, racional, fundamentado. Terá sempre um espírito de conflito, contrariará sempre certos (não todos) interesses norte-americanos. E é claro que nesse momento será impossível compreensão, quanto mais apoio a um Governo com semelhante ideologia.

Conclusão

O nacionalismo desenvolvimentista é portanto a menos provável das ideologias capitalistas possíveis. Na verdade, é muito pouco provável que seus eventuais apoiadores venham um dia a assumir o poder no Brasil. E, no entanto, deixamos claro que esta é a única ideologia capitalista que terá alguma possibilidade de superar o círculo vicioso do subdesenvolvimento brasileiro, e efetivamente levar o país à retomada do desenvolvimento. A conclusão inevitável a que temos que chegar portanto — e que vem responder à pergunta básica deste último capítulo — é a de que a viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil é hoje muito pequena. Não possuímos uma bola de cristal, mas toda esta análise nos leva, necessariamente, a concluir que as perspectivas a médio e longo prazo do desenvolvimento capitalista no Brasil são sombrias.

Cabe, pois, uma pergunta: então só um sistema socialista poderá levar o Brasil ao desenvolvimento? Aqui entramos no reino das hipóteses. Pessoalmente estou convencido de que um sistema basicamente socialista, em que fôssem reservados, porém, alguns setores, de difícil planejamento e execução, para a iniciativa privada (a pequena indústria, o pequeno comércio, a agricultura em geral, e boa parte do comércio e da indústria que exige uma constante adaptação ao mercado), ficando fundamentalmente para o Estado todas as indústrias básicas, boa parte da indústria pesada, o sistema bancário, os serviços públicos — um sistema nesses termos seria o sistema ideal para o Brasil. Todas as empresas, fossem elas privadas ou estatais, funcionariam com grande autonomia. Seu controle seria em parte realizado pelo planeja-

mento, pela concessão de estímulos e desestímulos, mas também através dos mecanismos de mercado, que continuariam atuantes.

O objetivo dêste livro, porém, não foi fazer teoria econômica e política e muito menos entrar pelo caminho do dever ser e de discutir qual seria, na opinião do autor, o sistema econômico e político ideal para o Brasil. Ao invés, pretendemos com êste livro apresentar uma análise global da sociedade brasileira, nesse período inicial de sua história, que teve início em 1930 e chega até o presente. Ao concluirmos esta análise, a evidência dos fatos nos levou a diagnosticar uma crise, e, mais do que isto, um círculo vicioso estrutural em que está inserido o subdesenvolvimento brasileiro. Nesses termos, fomos obrigados a concluir que a viabilidade do desenvolvimento capitalista para o Brasil é hoje extremamente pequena. Nem a estrutura econômica vigente nem as lideranças atuais nos deixam antever, a não ser que surjam fatos novos decisivos, perspectivas para a continuação a longo prazo do desenvolvimento brasileiro em termos capitalistas.

Vimos, todavia, que por uma série de razões, que vão desde o poder econômico e numérico da classe empresarial e da classe média no Brasil até à situação de subordinação em que nos encontramos, face ao imperialismo americano a nos vigiar, que qualquer solução socialista apresenta também um grau de viabilidade diminuto.

O Brasil encontra-se, portanto, diante de um impasse. Desenvolvimento nos primeiros trinta anos e crise em seguida caracterizaram êste período da história brasileira que analisamos neste livro. A crise, porém, que inicialmente parecia passageira, revelou-se persistente, calcada profundamente na estrutura econômica, social e política do Brasil. As soluções alternativas foram pouco a pouco tornando-se cada vez menos satisfatórias. Depois da tragédia nacional que representou para o Brasil a Revolução de 1964, a crise agravou-se, e hoje o Brasil é um país dividido e sem horizontes. Gostaríamos, apesar disso, de afirmar que temos certeza de que, de uma forma ou de outra, esta crise será superada. A afirmação é extremamente vaga, sua fundamentação é mais afetiva do que racional, mas de qualquer forma a deixamos aqui registrada.

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS
DA COMPANHIA GRÁFICA LUX, RUA FREI
CANECA, 224 — RIO DE JANEIRO, PARA
ZAHAR EDITORES



A cultura a serviço do progresso social

Distribuidores exclusivos:
LIVRARIAS EDITÔRAS REUNIDAS

LIVRARIA LER

Rio de Janeiro: Rua México, 31-A
São Paulo: Praça da República, 71